

ORGS:
GABRIELLA ELDERETI MACHADO
IVANIO FOLMER
ALBERTO BARRETO GOERCH

DIVERSIDADE
SEXUAL E GÊNERO:
PERSPECTIVAS E
DEBATES NO SÉC.
XXI

ARCO
EDITORES ● ● ●

DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNERO PERSPECTIVAS E DEBATES NO SÉC. XXI

Organizadores:

GABRIELLA ELDERETI MACHADO

IVANIO FOLMER

ALBERTO BARRETO GOERCH

FICHA CATALOGRAFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diversidade sexual e gênero perspectivas e debates
no séc. XXI [livro eletrônico] / organização
Gabriella Eldereti Machado , Ivanio Folmer ,
Alberto Barreto Goerch. -- 1. ed. -- Santa
Maria, RS : Arco
Editores, 2020.
PDF

Bibliografia

ISBN 978-65-00-11338-9

1. Diversidade cultural 2. Educação 3. Gênero e
sexualidade 4. Violência sexual I. Machado, Gabriella
Eldereti. II. Folmer, Ivanio. III. Goerch, Alberto
Barreto.

20-47779

CDD-613.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Gênero e sexualidade 613.9

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

1.ª Edição - Copyright© 2020 dos organizadores.

Revisão: Arco Editores

CONSELHO EDITORIAL

Msc. Ivanio Folmer - Universidade Federal de Santa Maria

<http://lattes.cnpq.br/2379707211288456>

Msc. Gabriella Eldereti Machado – Universidade Federal de Santa Maria

<http://lattes.cnpq.br/5628308415823159>

Msc. Jesica Wendy Beltrán -UFCE- Colômbia

<http://lattes.cnpq.br/0048679279914457>

Dra. Fabiane dos Santos Ramos - Universidade Federal de Santa Maria

<http://lattes.cnpq.br/0003382878348789>

Dr. João Riél Manuel Nunes Vieira de Oliveira Brito - UAL -

Lisboa- Portugal.

<http://lattes.cnpq.br/1347367542944960>

Msc. Rodrigo de Moraes Borges - Universidade Federal de Santa Maria

<http://lattes.cnpq.br/4696236455119397>

Dra. Alessandra Regina Müller Germani – Universidade da Fronteira Sul

<http://lattes.cnpq.br/7956662371295912>

Dra. Micheli Bordoli Amestoy - Universidade Federal de Santa Maria

<http://lattes.cnpq.br/7865042624189677>

Esp. Thais de Melo Amaral Machado – Universidade Federal de Viçosa

<http://lattes.cnpq.br/2592090131289979>

Dr. Everton Bandeira Martins – Universidade da Fronteira Sul

<http://lattes.cnpq.br/9818548065077031>

Cássio Rodrigo Aguiar - Universidade Federal de Santa Maria

<http://lattes.cnpq.br/5541624029364072>

Dr. Erick Kader Callegaro Corrêa - Universidade Franciscana

<http://lattes.cnpq.br/2363988112549627>

Dr. Pedro Henrique Witches – Universidade Federal do Espírito Santo

<http://lattes.cnpq.br/3913436849859138>

Msc. Luiza Carbuñk Godoi – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<http://lattes.cnpq.br/4447866451051627>

Msc. Alberto Barreto Goerch – Universidade Franciscana

<http://lattes.cnpq.br/7845816473131059>

Dr. Mateus Henrique Köhler - Universidade Federal de Santa Maria

<http://lattes.cnpq.br/5754140057757003>

Msc. Yosani Morales Martínez - Universidade Federal de Santa Maria

<http://lattes.cnpq.br/3656123692269129>

Msc. Alisson Galvão Flores - Universidade Federal de Santa Maria

<http://lattes.cnpq.br/1218196537137303>

Dra. Liziany Müller Medeiros - Universidade Federal de Santa Maria

<http://lattes.cnpq.br/1486004582806497>

Dr. Camilo Darsie de Souza – Universidade de Santa Cruz do Sul

<http://lattes.cnpq.br/4407126331414792>

Murilo Vasconcelos Machado - PUC- Pelotas/RS

<http://lattes.cnpq.br/6068181035043197>

Msc. João Felipe Llehmen - Universidade de Santa Cruz do Sul

<http://lattes.cnpq.br/9018174122542310>

Msc. Claudionei – Universidade de Passo Fundo

<http://lattes.cnpq.br/3676481979050032>

Msc. Sandi Mumbach - Universidade Federal de Santa Maria

<http://lattes.cnpq.br/0222637186466933>

Esp. Ana Paula Visintainer Coelho - Universidade Federal de Santa Maria

<http://lattes.cnpq.br/0410723770403484>

Dra. Aline Ferreira Pain - Universidade Federal de Santa Maria

<http://lattes.cnpq.br/5813893425276768>

Msc. Itagiane Jost - IFFar - São Vicente do Sul/RS

<http://lattes.cnpq.br/7751407219167290>

Msc. Flávio Cezar dos Santos -SMEDSC- Chapecó/sc

<http://lattes.cnpq.br/4711802547326257>

Msc. Gabriel de Oliveira Soares – Universidade Franciscana

5

<http://lattes.cnpq.br/5182622667860285>

Dr. Dioni Paulo Pastorio – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<http://lattes.cnpq.br/7823646075456872>

Msc. Sara Beatriz Eckert Huppés - SEDUC/RS- Santa Maria/RS

<http://lattes.cnpq.br/3412482515928321>

Dra. Maria Cristina Rigão Iop – Universidade de Santa Cruz do Sul

<http://lattes.cnpq.br/8028841762393298>

Fagner Fernandes Stasiaki – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

<http://lattes.cnpq.br/0614691997654146>

Dr. Leonardo Bigolin Jantsch – Universidade Federal de Santa Maria

<http://lattes.cnpq.br/0639803965762459>

Dr. Leandro Antônio dos Santos - Universidade Federal de Uberlândia

<http://lattes.cnpq.br/4649031713685124>

Dr. Rafael Nogueira Furtado – Universidade Federal de Juiz de Fora

<http://lattes.cnpq.br/9761786872182217>

Adilson Cristiano Habowski - Universidade La Salle

<http://lattes.cnpq.br/2627205889047749>

Dra. Angelita Zimmermann - Universidade Federal de Santa Maria

<http://lattes.cnpq.br/7548796037921237>

Mesc. Anísio Batista Pereira – Universidade Federal de Uberlândia

<http://lattes.cnpq.br/5123270216969087>

Esp. Dennis Soares Leite- Universidade Federal de São Carlos

<http://lattes.cnpq.br/4205979645558904>

Msc. Juliane Paprosqui Marchi da Silva- Universidade Federal de Santa Maria

<http://lattes.cnpq.br/4553161791704500>

Dra. Francielle Benini Agne Tybusch – Universidade Federal de Santa Maria

<http://lattes.cnpq.br/4400702817251869>

Msc. Martiéli de Souza Rodrigues - Universidade Federal de Santa Maria

<http://lattes.cnpq.br/1460690648891778>

Msc. Taciana Uecker - Universidade Federal de Santa Maria

<http://lattes.cnpq.br/9050445553522704>

APRESENTAÇÃO

O debate em torno das questões envolvendo Gênero e Diversidade Sexual são emergentes, desse modo, Instituições de Ensino superior, e grupos sociais de diversas magnitudes se encontram, debatem, refletem e problematizam tais questões, fazendo com que surjam grupos de pesquisa específicos, abertos a discussão em todas as esferas e escalas.

O e-book recebe autores que se propõem o debate sobre Gênero e Diversidade Sexual na Educação, sexualidade e os processos de Educação, Violência Sexual, o papel das instituições de ensino no combate à discriminação sexual, liberdade e diversidade Sexual, o Papel da Mulher na Sociedade, dentre outros temas que se conectem com a ideia de reflexão desta obra.

Prefácio

Refletir sobre o tema da diversidade sexual e gênero, quase sempre na história da humanidade, não foi e não é tarefa das mais fáceis. Especialmente porque cada civilização possui aspectos culturais e religiosos em relação ao assunto que por muitas vezes acabam por violar direitos humanos fundamentais de parte da população que não se enquadra no perfil heteronormativo imposto milenarmente.

Algumas dessas civilizações, à frente do seu tempo no que tange a esse ponto, como a Grega e a Romana, já viam a homossexualidade de forma naturalizada. Muito embora, diametralmente oposto a isso e de forma bem antagônica, entendiam que as mulheres eram serem inferiores, o que descontrói a própria lógica, pois desconsideravam assim a igualdade de gênero.

Atualmente, o debate sobre diversidade sexual e gênero tem ganhado grandes proporções, seja porque vivemos em uma sociedade em rede a partir da revolução tecnológica e acesso à internet, o que possibilita a propagação das informações; seja pela onda de retrocesso e conservadorismo que infelizmente boa parte do mundo está passando, o que acarreta em graves violações de direitos até então aparentemente já garantidos pela população LGBTQIA+ e mulheres heterossexuais cis.

E diante do contexto sombrio em que a humanidade se encontra, e não diferente disso, a sociedade brasileira como integrante dela; surge então a necessidade de esclarecimento e de facilitação de acesso à informação com embasamento científico como uma alternativa na busca por iluminação no combate ao preconceito e à todas as formas de discriminação quando o assunto é orientação sexual e gênero.

Dessa forma, como um arauto de esperança nas reflexões sobre a vulnerabilidade em que se encontram parte da população, que possuem seus direitos tolhidos pelo simples fato de “serem quem são” é que surge esta importante e relevante obra denominada “Diversidade Sexual e Gênero: Perspectivas e Debates no Séc. XXI”. Possibilitando assim, uma leitura agradável, instigante e ascendente sobre tema tão sensível e que merece todo o destaque social e científico para sua compreensão e consecutiva proteção.

O livro tem a contribuição de inúmeros e renomados cientistas, pesquisadores, juristas e ativistas que elevam essa produção intelectual ao alto nível das publicações nacionais e internacionais sobre tema, sem perder o olhar atento sobre a realidade social vivenciada e que é transportada com a melhor técnica linguística para os capítulos que compõem essa obra singular e inédita.

Sendo assim, desejo à todxs vocês queridxs leitorxs uma linda viagem de descoberta e desconstrução de conceitos já impostos e não mais toleráveis em uma sociedade pós-moderna, que deve ter os seus valores lastreados na instrumentalização da promoção humana e no respeito à diversidade... gerando assim isonomia, solidariedade e inclusão social.

Santa Maria, 05 de novembro de 2020.

ALBERTO BARRETO GOERCH

Advogado e Professor Universitário. Doutorando em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade FEEVALE com Bolsa de Estudos pela CAPES. Presidente da Comissão da Diversidade Sexual e Gênero da OAB/Subseção de Santa Maria.

SUMÁRIO

CORPOS INADEQUADOS? GÊNERO E A (IN) VISIBILIDADE QUEER NO CONTEXTO ESCOLAR.....	13
A INVISIBILIDADE DA POPULAÇÃO TRANS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE E O CAMINHO PARA UMA ASSISTÊNCIA QUE ACOLHA, AMPARE E APOIE.....	28
SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS DE ESTUDANTES E DOCENTES SOBRE GÊNERO POR MEIO DO CINEMA.....	47
ESTUDOS CULTURAIS E FEMINISMO: RUPTURA E DESENVOLVIMENTO.....	57
MULHERES PRIVADAS E HOMENS PÚBLICOS.....	70
FEMINISMO NEGRO: MINORIA DENTRO DAS MINORIAS.....	81
VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO DE HOMENS AUTORES DE ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS.....	104
O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO À INCONSTITUIÇÃO DO GRUPO ARCO-ÍRIS DE RONDÔNIA (GAYRO) EM CACOAL.....	120
PATRIARCADO, RACISMO E DOMINAÇÃO.....	151

O DISCURSO E A PRÁTICA DA RELIGIOSIDADE FRENTE À TRANSGENERIDADE.....	172
O REPRESENTAR DE MONAS, MANOS E MINAS: SUBJETIVIDADE, IDENTIDADE E POSIÇÃO ENUNCIATIVA DA COMUNIDADE LGBTQIA+.....	185
OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE MENORES TRANSGÊNEROS E AS (PRO) POSIÇÕES ESCOLARES.....	203
OS PARÂMETROS INTERNACIONAIS E INTERAMERICANOS NA PROTEÇÃO DA IDENTIDADE: ASSEGURAR A CONDIÇÃO HUMANA DE GÊNERO.....	219
POLÍTICA PÚBLICA ELEITORAL E A REPRESENTATIVIDADE LGBT NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	233
ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA DA APRESENTADORA DO PROGRAMA AGROINSPIRADORAS.....	247
AS REPRESENTAÇÕES DA EDUCAÇÃO SEXUAL ATRAVÉS DO CURRÍCULO E DAS PRÁTICAS DOCENTES.....	265
SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO DE LGBTQIA+ NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS PAÍSES QUE PERSEGUEM E CONDENAM PELA DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNERO.....	289

REPRESENTAÇÃO DE IDENTIDADE DE GÊNERO E RAÇA NA PARADA DA DIVERSIDADE, RECIFE, 2019.....	308
FANZINE: UMA NOVA FORMA DE LINGUAGEM NOS CURSOS DE SAÚDE SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	320
NECROPOLÍTICA DE GÊNERO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: A PRODUÇÃO E A ADMINISTRAÇÃO DE SOFRIMENTO E MORTE ÀS MULHERES.....	339
O SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	356
NEM TÃO LIVRES, NEM TÃO IGUAIS: UM PANORAMA BIOPOLÍTICO SOBRE O REFÚGIO LGBTI NO BRASIL.....	364
DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO ENSINO SUPERIOR: LIMITES E POSSIBILIDADES.....	382
O MOVIMENTO FEMINISTA E A LUTA HISTÓRICA DAS MULHERES NO BRASIL.....	393

CORPOS INADEQUADOS? GÊNERO E A (IN) VISIBILIDADE QUEER NO CONTEXTO ESCOLAR

Lucas de Bárbara Wendt¹

INTRODUÇÃO

Este artigo busca discutir e problematizar as práticas pedagógicas excludentes que desvalorizam e marginalizam determinados corpos em alguns contextos da educação básica. Ao introduzir temáticas de identidade de gênero e o debate em torno as relações de poder e sexualidade no contexto escolar, buscamos desenvolver estratégias pedagógicas que visam contribuir para a superação de preconceitos, violências, sejam elas diretas ou indiretas, além da valorização das diversidades sexuais e de gênero em sala de aula.

Entendemos que as questões trazidas ao longo desta escrita atravessam gerações e estão presentes em nossa sociedade e nas culturas pedagógicas, moldando nossas formas de ser e pertencer a um determinado espaço, que segrega e exclui aqueles e aquelas que não se encaixem nos padrões impostos pela hegemonia dominante. Nesse sentido, cabe problematizar o ambiente escolar e os discursos e violências que são produzidas nestes espaços a partir de discussões sobre desigualdade entre meninos e meninas sob a ótica binária dos corpos.

Essa escrita é embasada pela teoria queer, bem como pesquisas relacionadas a gênero no âmbito escolar, atravessada por relatos de experiências de jovens que frequentaram a escola. Narrativas que batem de frente com as regras lineares e tradicionais, e buscam por espaços plurais ao trazerem presentes os desconfortos de estarem num corpo “impróprio”, que é violado e vigiado todo o tempo, ainda visto

¹ Graduando em Pedagogia, Centro de Educação, pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: luck.wendt@gmail.com

Orientado por Lutiere Dalla Valle, Doutor em Artes visuais, Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: lutiere@dallavalle.net.br

pela sociedade e pela educação como inadequado. A partir dos relatos coletados de pessoas entre 18 a 25 anos, o texto que segue busca a interlocução a partir de experiências e inserções realizadas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) nos anos iniciais de uma escola situada na cidade de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul.

DESENVOLVIMENTO

A escola é o primeiro ambiente de socialização. Nesse sentido é importante que todos os corpos sejam contemplados e visibilizados, dando espaço para a diversidade e a inclusão. Entretanto, sabemos que ao longo do tempo, a escola tratou de segregar as crianças e alunos(as), desde as “atividades para meninos” e “atividades para meninas” enfatizando perspectivas binárias e excludentes aos corpos que não se vinculam apenas a estas duas concepções. Um exemplo disso são os antigos manuais pedagógicos que se encarregavam de produzir corpos escolarizados, que valorizavam apenas as mentes daqueles e aquelas que frequentavam o âmbito escolar. Esses manuais eram veículos de valores ideológicos e culturais, pois continham técnicas, métodos de disciplinas e formas do(a) professor(a) se portar, assim como os(as) estudantes. Os(as) alunos(as) deveriam seguir as normas para atingir um conhecimento predeterminado, que os levassem a progredir dentro dos padrões que eram considerados suficientes e adequados para avançar de ano/série.

Desde muito cedo os indivíduos aprendem a reconhecer os seus lugares sociais e culturais, através de regras pedagógicas que foram normalizadas e sistematizadas sobretudo a partir das imposições culturais dominantes. Nesse pressuposto, é evidente que a escola avançou em alguns aspectos, mas ainda exclui e marginaliza a existência da diversidade de corpos e sexualidade, colocando as meninas em um lugar inferior ao dos meninos, assim como tornando periféricos ou excluindo os corpos queer. Culturalmente, os meninos que se encaixavam nos padrões, tinham mais privilégios e é nesse ponto que as relações de poder ficam demarcadas, pela desigualdade entre os gêneros.

Quando discutimos sobre a questão dos corpos, precisamos considerar o que é designado como corpo. O corpo é uma estrutura física de um organismo vivo que engloba funções fisiológicas. O corpo é do que somos feitos biologicamente, deixando de lado as estruturas culturais e sociais. Neste interim, precisamos problematizar estas concepções, haja visto que no decorrer do tempo os corpos vão sofrendo alterações, rompendo com a ideia física do que é considerado um corpo. Ou seja, o corpo é também uma construção social e cultural, que é atravessado por diferentes espaços, tempos, grupos sociais, étnicos e entre outros aspectos. Sob esta questão da significação do corpo, concordamos com Goellner quando afirma que:

Não é, portanto, algo dado a priori nem mesmo é universal: o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos sobre ele produzem e reproduzem. (GOELLNER, 2005, p.28).

Diante destas considerações, fica evidente que o conceito de corpo corresponde a uma construção social, porém deveria ser pensado como um processo individual, subjetivo e simultaneamente coletivo. Nesse sentido, é imprescindível destacar que existem corpos que “são” e outros que “não são” considerados adequados por algumas regras sociais. Existem muitos corpos e existências que são rejeitados. A educação e escolarização dos corpos vem construindo normas, formas de ser e se comportar. Para ser considerado um sujeito legítimo, com um “corpo que importa”, destaca Butler, o sujeito será obrigado a obedecer às normas que regulam a sua cultura (BUTLER, 1999). As regras pré-moldadas se encarregam de excluir os corpos que não são heteronormativos, dito isso, Louro afirma:

Uma matriz heterossexual delimita os padrões a serem seguidos e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, fornece a pauta para as transgressões. É em referência a ela que se fazem apenas não apenas os corpos que se conformam as regras de gênero e sexuais, mas também os corpos que subvertem. (LOURO, 2013, p. 17).

Ou seja, não existe outra alternativa senão seguir as normas impostas, caso contrário à sua existência será caracterizada como imprópria, pois a afirmação “é

menino” ou “é menina” estabelece desde o princípio o processo das performances de gênero de masculinidades ou de feminilidades. De um modo ou de outro, esses sujeitos escapam da via planejada. Extraviam-se. Põem-se à deriva. Podem encontrar nova posição, outro lugar para se alojar ou se mover ainda outra vez. (LOURO, 2013, p. 19)

Todos os corpos são políticos, principalmente aqueles corpos que são carregados por estigmas e vistos como inadequados, como os corpos LGBTQIA+, em especial de travestis e transexuais. Esses sujeitos tiveram que construir e reconstruir espaços, na sociedade e nas escolas, visto que esses espaços eram limitados, demarcando as relações de poder entre os que podiam ou não frequentar. Eles buscaram e lutaram por lugares que suas existências fossem validadas. Linn da Quebrada, uma artista brasileira que se denomina como “bixa travesti” diz: “Já que não tem um lugar que me cabe, então que eu inventasse esse espaço que me coubesse, mas que também é temporário, não quer dizer que eu vou caber aqui pra sempre” (BIXA, 2019).

Para dar continuidade à discussão acerca dos corpos, fazemos uso de alguns relatos transcritos para dialogar com o texto. É importante ressaltar que ao longo do artigo serão trazidos outros relatos envolvendo as temáticas que compõe os debates propostos. Estabeleceu-se que esses relatos seriam mantidos em sigilo e seriam utilizados em um artigo que debatesse as questões de gênero e diversidade sexual no séc. XXI. Obedeceu-se aos itens da Resolução 196-96 que orienta sobre as Normas de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (BRASIL, 1996). A partir disso foi possível obter o consentimento e o esclarecimento para os adolescentes sobre os objetivos desse artigo e sua finalidade, bem como as formas como seria narrado, além da garantia do anonimato. Para dar força a argumentação sobre a existência queer no contexto escolar, foram ouvidos relatos de jovens entre 18 e 25 anos, que frequentaram a escola e compartilham suas perspectivas, seus traumas, vivências, desconfortos e experiências vivendo em um corpo queer na escola. Adotou-se uma pergunta descritiva ampla para que eles pudessem disparar seus relatos: “como se sentiam no ambiente escolar? No sentido de serem crianças LGBTQIA+ e como os(as) professor(as) e colegas respondiam a essas diferenças?”.

Relato I: “Quando eu tinha 12 anos me mudei para uma nova cidade, conseqüentemente tive que mudar de escola e nela sofri bullying por ser diferente da normalidade, já que era gorda e não performava feminilidade da maneira esperada, onde era chamada de ‘gorda’ e de ‘sapatão da escola’ por todos. Aos 13 anos tentando me enquadrar como forma de cessar o bullying, comecei a tomar laxantes e fazer dietas malucas[...] conseqüentemente minhas notas que antes eram altas começaram a cair, pois não conseguia nem me concentrar nas aulas. Cheguei a desenvolver transtorno de ansiedade porque não queria ir para a escola”

Como retratado ao longo do texto, é enfatizado que o corpo é uma construção social, logo ele está suscetível a mudanças. O relato acima discute o corpo gordo como inadequado, a ponto de fazer com que o sujeito siga as imposições ditas normais construídas socialmente a ponto de fazê-la utilizar de dietas e medicamentos para se enquadrar nesse corpo educado, comportado e “normal”. O relato traz o enfoque sobre as performances de gênero, em interlocução com o que propõe a teoria queer e o debate sobre a sexualidade, visto que as pessoas que ousam nadar contra a correnteza, acabam sofrendo agressões, físicas ou psicológicas, colocando em pauta a importância da discussão de gênero nas escolas.

A existência queer no contexto escolar...

O pesquisador, sociólogo e professor Richard Miskolci exemplificou que queer “é tudo que o discurso da sociedade transforma em anormal, em estranho, em abjeto, em subalterno” (Miskolci, 2012). De fato, a teoria queer evidencia e afirma que vivemos em um contexto que marginaliza aqueles que fogem dos padrões héterocisnormativo binários. Esse padrão social impõe uma classificação cultural, social, hierárquica e excludente. Essa teoria busca ressignificar as classificações LGBTQIA+, pois se opõe ao sistema de gêneros como algo social e hierárquico, além de contrariar a padronização de identidades, corpos e sexualidades.

Relato II: “Posso afirmar que as minhas primeiras lembranças da escola não foram boas, no Primário já me sentia inseguro pela minha aparência e trejeitos, mesmo sem nem entender o que eu era e o que eu sentia, o medo de me impor, ou até mesmo criar ligações afetivas com os colegas, já me abraçavam desde pequeno. Lembro também de praticar atitudes machistas para ser aceito no grupo dos meninos, e assim talvez sentir menos avulso. (...) Durante o ensino médio, foi onde eu mais encontrei dificuldades em me inserir, sempre fui um indivíduo introvertido, então sofria ataques psicológicos constantemente, desde o momento que eu colocava os pés dentro da escola, inclusive

durante as aulas, mas como era muito acanhado, não conseguia me abrir e reportar os abusos sofridos. Eram insultos como “bicha”, “viadinho”, ataques a minha aparência e aos trejeitos. Os ataques psicológicos passaram a ser físicos, durante as aulas e intervalos, mas lembro de um momento específico, pois nunca me senti tão humilhado como naquele dia, em frente a toda escola, fui atacado por um grupo de cinco, até mais garotos, dentro do bar, fui alvejado com socos nas costas e chutes na barriga, enquanto era insultado, fui levado diretamente a diretoria, porém nada foi feito, pois para a diretora, não passou de uma brincadeira, e pela primeira vez me senti impotente, incapaz e uma pessoa sem voz. Penso que a escola, supostamente criado para se sentir seguro, livre para aprender e ter o primeiro contato como cidadãos em sociedade, aprender sobre si e os outros, a se descobrir sem julgamentos, para pessoas LGBTQIA+ e outras minorias, seja ainda um dos espaços mais traumatizantes”.

O relato III complementa:

“Desde os 5 anos eu só gostava de brincar com meninas e assumir papéis em brincadeiras que eram considerados femininos pela sociedade, lembro da minha primeira professora me xingar muito por eu estar brincando de bonecas. Lembro bem porque ela usava aparelho nos dentes e cuspiu no meu rosto enquanto falava zangada. Por conviver muito mais com as meninas do que os meninos, eu não gostava de fazer coisas de meninos e aproveitar dos privilégios que eu tinha em relação as meninas”.

A partir desses dois relatos é possível analisar que os dois meninos não performavam suas masculinidades como esperado socialmente e culturalmente. Isso os levou a sofrer agressões, tanto físicas como morais. Neste contexto, é necessário refletir sobre o papel da escola e do(a) docente quanto se trata dessas violências. Onde estavam? Porque não fizeram nada? É na escola que as pessoas deveriam aprender a respeitar as diversidades, individualidades e pluralidades, e o(a) docente, que deveria estar presente nesses contextos de intolerância, parecem silenciar, reprimindo o oprimido e reforçando que as agressões sofridas não passassem de brincadeiras, mesmo causando danos psicológicos irreparáveis. Esses grupos que não se encaixam nas normas heterossexuais e padronizadas permanecerão a margem. Louro exemplifica ao destacar que:

Para alguns grupos, ser excêntrico significa abandonar qualquer referência a posição central. Não se trata de, simplesmente, opor-se ao centro e, menos ainda, de aspirar a ser reconhecido por ele. Esses sujeitos não buscam ser “integrados”, “aceitos” ou “enquadrados”; o que desejam é romper com uma lógica que, a favor ou contra, continua se remetendo, sempre a identidade central. Assumem-se como estranhos, excêntricos, e assim querem viver –

pelo menos por algum tempo, ou melhor, pelo tempo que bem lhes entender. (LOURO, 2013, p. 51).

O terceiro relato traz o enfoque nas brincadeiras ditas de “meninas” e “meninos”, além de afirmar que havia maiores privilégios em sala de aula por ser do sexo masculino. É importante destacar, que o brincar é livre, portanto, não existem brinquedos e brincadeiras para determinados gêneros, apesar da sociedade continuar segregando os homens e as mulheres. O papel do(a) professor(a) no brincar é essencial, é necessário atuar conscientemente e intencionalmente, garantindo esse direito, visto que a escola é um lugar de saber intencional e sistematizado. Na história da educação, os homens tinham mais privilégios que as mulheres, pois eles podiam ter acesso à educação, enquanto as mulheres eram encarregadas do trabalho doméstico. Aliás, existiam cursos para mulheres, cursos de costura, como ser uma “boa dona de casa” e atividades associadas ao ambiente domiciliar.

Relato IV: “Eu sempre senti que não pertencia ao espaço escolar, por ser diferente, estranho e excêntrico. Eu sofria violências físicas e psicológicas constantes de colegas e uma vez uma professora recomendou a minha mãe que eu fosse a uma psicóloga, para ajeitar o meu ‘afeminamento’. Muitas vezes eu pedia para sair da sala alegando que estava mal do estômago, para poder ir pra casa, pois me sentia isolado, excluído e anormal. Eu sentia como se existisse um muro entre mim e meus colegas, e de um lado do muro estava eu, sozinho, e do outro lado estavam todos eles. Eu sentia que eu era uma criança com muito potencial, e vi tudo isso escorrer das minhas mãos, essas micro agressões fizeram com que as minhas notas e o meu desempenho na escola despencassem”. Para finalizar, ele continua o relato falando sobre sua experiência atualmente como docente e trabalhando na escola: “eu resolvi ingressar na Pedagogia, quando tive meu primeiro estágio e tive que pisar na escola novamente, todos os meus traumas e experiências que carregava comigo vieram à tona, foi muito difícil lidar com isso, mas eu consegui criar práticas para essas crianças e outras que se sentiam como eu. Eu senti que pude ser o apoio que nunca tive”.

A teoria queer desenvolveu uma crítica imprescindível contra as normas pré-moldadas e naturalizadas usadas pelo conservadorismo para legitimar e justificar a discriminação e os pré-conceitos. É importante ressaltar que a teoria queer luta não somente em prol da população LGBTQIA+, mas também por todos os sujeitos que são impossibilitados de fazerem parte do que é considerado normal em nossa sociedade

As desigualdades de gênero na escola...

Lamentavelmente, parece que a escola continua sendo um dos pilares para a produção das desigualdades de gênero e sexuais na sociedade, visto que elas andam de mãos dadas, não existe a formação de sujeitos sem a escola, mas é importante frisar que a sociedade também se encarrega de transformar esses sujeitos. Esse processo de fabricação dos corpos, dos gêneros e sexualidades se faz presente no cotidiano educacional, pois a pedagogia tradicional reforça estereótipos desde a antiguidade, através de símbolos, práticas excludentes, representações e discursos que colocam algumas minorias a margem. O relato a seguir, assim como os anteriores, segue trazendo à tona estas problemáticas:

Relato V: “Não tive uma só aula que falasse sobre homossexualidade, mas ouvia o discurso ‘menina usa rosa e menino usa azul’, feminismo pra mim nem existia, na aula de educação física, meninos jogavam bola e meninas jogavam vôlei, era sempre assim e sem discussão. Nunca aceitei essas situações, professores riam na minha cara por eu pedir um tratamento igual ao do meu colega”. (...) “analisando agora, vejo que sobrevivi a escola muito bem [...] a exclusão esteve comigo, não veio de colegas, veio de professores, veio de cada risada e piada que ouvia deles toda vez que eu expressava uma opinião fora do ‘normal’”.

A impossibilidade e a negação das brincadeiras, bem como discursos que atravessam as performances de gênero no meio educacional precisam ser problematizadas, no sentido de que certas atividades e determinados objetos foram sendo estabelecidas socioculturalmente como sendo masculinas ou femininas. Essas representações hegemônicas produzem efeitos na vida dos meninos e das meninas e como eles devem se colocar e ser tratados na sociedade.

O próximo relato trata da questão precoce da erotização dos corpos infantis, e como o corpo feminino é tratado como objeto de consumo desde muito cedo.

Relato VI: “um fato que me marcou bastante na escola foi quando eu estava brincando com amigas meninas, porque me identificava mais com elas do que com os meninos. Um dia eu estava brincando com elas e os meninos mais velhos viram e começaram me chamar de ‘comedor’, objetificando o corpo de meninas de 9 e 10 anos de uma forma nojenta. Esse bullying e machismo continuou até o final do ano”

O relato desse sujeito do gênero masculino continua, mas dessa vez retratando a postura da escola em relação a este tipo de violência:

“Eu tentei falar com a escola, mas eles deram um jeito de se esquivar, eu lembro de chegar para os meus pais e pedir para mudar de escola”.

O relato continua discutindo agora sobre o privilégio de se estar num corpo masculino na escola:

“na nossa escola as meninas não podiam usar bermuda, e os meninos sim, podia fazer 40 graus e era proibido elas usarem roupas curtas para evitar que os meninos ficassem olhando”.

O relato VII complementa:

“eu lembro que era constante os meninos passarem a mão na bunda das meninas, levantarem as saias delas, excluírem elas das atividades, especialmente do futebol.”

Ela continua os relatos de abuso por parte dos meninos:

“durante as séries iniciais, durante um tempo fui uma espécie de brinquedo na mão dos meninos nessa escola. Eu fui ‘disputada’ por eles, recebi ameaças para que eu ficasse com alguns. Inclusive por meninos que faziam EJA que eram MUITO mais velhos do que eu. Eu nunca pensei em contar pra ninguém, porque eu achava que provavelmente seria culpada por estar encorajando essas atitudes. Além disso, isso me dava uma fama de ‘desejada’, o que muitas vezes deixava as meninas bravas por isso acontecer. Era um ambiente de muita rivalidade feminina que eu nunca quis. [...] Foi um período de muito medo e que atrapalhou muito o meu conhecimento e aprendizado na escola”.

As representações de pureza e ingenuidade, suscitadas pelas imagens infantis, têm convivido com outras imagens, extremamente erotizadas, das crianças, especialmente em relação as meninas (WALKERDINE, 1999; LANDINI, 2000; NECKEL, 1999, 2002). Essas transformações significativas se dão devido as mudanças de perspectivas de infâncias e educação, em combinação com o mundo

adulto e as tecnologias. Nas últimas décadas as crianças têm mais acesso à internet, fazendo com que concepções masculinas sobre os corpos de mulheres atravessem essas questões, gerando um processo de erotização do corpo feminino, seja na infância ou na vida adulta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo do artigo foi debatido questões contemporâneas na educação, como corpo, gênero e sexualidade. Ao receber os relatos, notou-se que as pessoas entrevistadas conseguiram lembrar situações de violência que enfrentaram no âmbito escolar e descreveram essas memórias como angustiantes, frustradas por não conseguirem ter se posicionado e pedido ajuda e alguns se sentiram impotentes por não terem tido a oportunidade de conhecer práticas que os incluísse e promovessem aceitação. Uma delas completa: “eu revivi um pouco desse sentimento que eu tive na época, mas também foi bem terapêutico expressar isso para alguém que pode utilizar isso para fazer a diferença nesse cenário e melhorá-lo para outras crianças”.

Como mencionado, os relatos que aqui contribuem para as discussões, foram realizados com pessoas que já não frequentam mais a escola, mas que contribuem para potencializar nossas discussões. Neste sentido, trazem importantes subsídios para seguir problematizando estas questões no contexto das vivências no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Ao longo das observações dentro de sala de aula e intervalo, notou-se que essas violências ainda existem, mesmo disfarçadas e veladas, mas ainda assim, violências. Foi possível observar também atitudes de silenciamento em que o(a) professor(a) dizia ser apenas “brincadeira de criança”, isso quando as próprias meninas não identificavam essas violações mascaradas, pois foram ensinadas que deveriam ser comportadas e submissas.

Em muitas brincadeiras, notou-se a exclusão dos corpos que alguns consideravam como “inadequados”, principalmente quando essas brincadeiras eram na educação física, demarcando as relações de poder entre meninos cis contra meninos que não se encaixavam nos padrões. Diante destas constatações, é urgente entender o fato de que esses artefatos culturais, como os jogos, os brinquedos, os desenhos animados, os livros e entre outros marcadores sociais ligados ao lúdico, merecem uma análise política, pois são re(produtores) e veiculadores de

representações de masculinidade e feminilidade. Muitos alunos e alunas chegaram a relatar esse processo de silenciamento e marginalização de seus corpos no espaço educacional, mas nada nunca era feito. Outros(as) alegavam não sentir mais vontade de frequentar a escola por conta disso. O papel do(a) professor(a) nesse sentido é oferecer minimamente condições e circunstâncias para brincadeiras mistas ou que visem o tratamento igualitário entre meninos e meninas. Aliás, não basta a igualdade de gênero, devemos propor a equidade, para que esses sujeitos em desvantagem, possam usufruir desses tratamentos igualitários.

Trazendo esse debate para um contexto geral, o índice de pessoas transgênero e transexuais violentadas nas escolas é gritante, isso porque o bullying e as ameaças eram constantes. Estudos realizados pela secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT), divulgados em dezembro de 2016, indica que 73% dos estudantes que não se declaram heterossexuais no Brasil já foram agredidos verbalmente na escola, 55% afirmaram ter ouvido, ao longo do ano anterior, comentários negativos especificamente a respeito de pessoas trans, e 45% se sentiram inseguros ao expressar suas identidades e expressões de gênero (HANNA e CUNHA, 2020?).

Os relatos ao longo do texto em interlocução com observações atuais, reitera que a pedagogia, tal como a educação, parece estar inerte, parada no tempo. Dispomos de formação inicial e continuada da docência em todos os campos, e ainda assim, estas questões permanecem silenciadas, parecem não fazer parte dos repertórios pedagógicos. Seria por receio, por falta de investimento em políticas públicas? Como despertar o olhar sensível às atrocidades que silenciosamente continuam habitando os espaços educativos disfarçadas de brincadeiras ingênuas? Como fazer com que temáticas relacionadas a preconceito e exclusão sejam atravessadas pelas práticas pedagógicas? Como tornar presente o ativismo em prol do bem estar de todos e todas, independente de credo, etnia, gênero ou classe social?

A marginalização das questões de diversidade sexual, das desigualdades de gênero, dos corpos ainda existe, mas para a gestão escolar e alguns docentes, parece mais prático não se envolver, devolvendo à sociedade a responsabilidade de tais problemáticas colocando essas pessoas a escanteio, do que dar voz a elas

e as colocarem no centro, que é o lugar que sempre deveriam estar, junto a todos os outros que são vistos como normais pelas normas sociais. Essa população que não está no centro, está a margem, e durante suas vivências em sociedade elas são condicionadas a pertencerem a margem, enquanto o heterocisnormativismo binário é colocado no centro. A centralização desses corpos marginalizados é um desafio desde a contemporaneidade, visto que suas existências enfrentam o sistema e ameaçam a ordem e a estabilidade sociocultural homogênea.

Uma pesquisa conduzida pelo defensor público João Paulo Carvalho Dias, presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os dados nos mostram que 82% da evasão escolar no país se concentra entre travestis e transexuais, uma condição que aumenta a vulnerabilidade dessa população e contribuir para os altos índices de violência sofrida (DUARTES, 2020).

No dia 9 de julho de 2020, foi aprovado na câmara de vereadores de Santa Maria o projeto de lei nº 9091, que institui o Programa Diversidade na Escola. Esse programa visa combater a evasão escolar sofrida pela população LGBTQIA+, além de resgatar os que abandonaram os estudos, através de capacitação de professores e professoras, apesar disso, infelizmente o projeto foi vetado. Sabe-se que a comunidade LGBTQIA+, sobretudo travestis e transexuais têm um baixo índice de escolaridade, devido as violências sofridas e citadas ao longo do texto. Isso se dá também pela falta de informação que faz com que essa população abandone os estudos, como muitos relataram. Isso acaba sendo prejudicial, pois muitas se veem sem outra saída, a não ser a prostituição, visto que seus corpos são negados em todos os espaços. Esse projeto tem como objetivo combater a evasão escolar, garantindo os direitos dessas populações.

Os discursos sociais e culturais nos interpelam, nos constituem e muitas vezes nos cegam, a ponto de não compreender questões do cotidiano educacional, como esses corpos, identidades, expressões e sexualidades interagem com o resto da sociedade e como isso fere as suas existências. Haja visto que as masculinidades e feminilidades não são apenas atribuídas a questões biológicas, mas são também constituições sócio-históricas e culturais, marcadas por pré-conceitos acerca desses sujeitos que só querem viver dentro de suas peles sem sofrerem agressões, abusos e

violências. A escola continua sendo uma instituição de grande potência da existência humana e igualmente, agenciadora da produção e representação dos corpos, gêneros e sexualidades e, cabe a ela agregar em suas práticas pedagógicas diversos artefatos socioculturais que tenha como premissa reconstruir estes significados sociais.

CONCLUSÃO

O debate acerca das questões de corpo, gênero e diversidade sexual pretende repensar as estruturas pré-moldadas no âmbito educacional, além de fazer com que educadores e educadoras assumam seus papéis de transformação social e criem práticas que não sejam excludentes. Além disso, que possam trazer esses sujeitos marginalizados ao centro, incluindo através de práticas educacionais que tornem suas vozes potentes e ajudem a desconstruir a matriz hétero-cis-normativa. Cabe questionar o papel dos docentes e da escola nessas situações de intolerância, pois muitos discursos e atitudes acabam sendo banalizadas e não resolvidas, especialmente nas práticas pedagógicas contemporâneas. É imprescindível o reconhecimento da diversidade na escola, para conduzirmos uma educação humanizadora e inclusiva, buscando produzir a consciência de que a autonomia humana, a inclusão e a diversidade são fundamentais para a desconstrução das desigualdades, associando, discutindo e trazendo reflexões de práticas formativas para os profissionais além de questões possíveis para o currículo escolar.

Como metodologia foram coletados relatos de pessoas que frequentaram a escola e a interlocução com observações atuais no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) para comparar as práticas pedagógicas antigas com as atuais, e como isso permanece inerte, visto que não existe o interesse por uma formação continuada por parte de alguns docentes, para que possam desconstruir preconceitos.

Compreende-se que discutir os corpos, gêneros e diversidade sexual, implica problematizar marcadores socioculturais que produzem e reproduzem a exclusão dessas populações. Debater essas questões trata-se de fomentar o debate acerca dos direitos humanos, e educar em direitos humanos consiste em um ato de humanização de si e do outro, para que possam compreender e reconhecer seu espaço dentro da sociedade, além de abraçar as suas diferenças como parte inerente à condição humana, e não inadequado, construindo valores individuais e coletivos, e entendendo que a escola é um espaço para todos os corpos.

REFERÊNCIAS

BIXA travesty. Direção: Claudia Priscilla e Kiko Goifman, Produção: Kiko Goifman e Evelyn Mab. Brasil, 2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. CONSELHO Nacional de Saúde. Resolução n. 196 de 10 de outubro de 1996: Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas em seres humanos. **Mundo Saúde**, v.21, n.1, p.52-61, 1996.

BUTLER, Judith. Meramente cultural. **El Rodaballo**. Trad. Alicia Santos. Buenos Aires: Ano V, n. 9, 1998/99.

DUARTES, Luci. **Emenda Modificativa nº 0002/2020 ao Projeto de Lei nº 9091/2020**. Altera a redação do artigo 1º do Projeto de Lei nº 9091/2020, que institui o Programa Diversidade na Escola. Disponível em: <https://www.camara-sm.rs.gov.br/camara/proposicao/Emenda-Modificativa/0/1/0/67207>. Acesso em: 17 de Setembro de 2020.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpo. In: COLLING, Ana Maria, TEDESCHI, Losandro Antônio (org). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: UFGD, 2015.

HANNA, Wellington e CUNHA, Thaís. Expulsos da escola. **Correio Brasiliense**. S.I. [2020?]. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transexuais-o-direito-ao-estudo#:~:text=Pesquisa%20conduzida%20pelo%20defensor%20p%C3%ABblico,favorece%20os%20altos%20%C3%ADndices%20de>. Acesso em: 17 de Setembro de 2020.

LANDINI, Tatiana Savóia. Pedofilia: essa (des)conhecida. **Sexualidade, gênero e sociedade**, ano X, n. 18, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2013.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças (2012). 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.

NECKEL, Jane Felipe. **Cachorras, tigrões e outros bichos**: Problematizando gênero e sexualidade no contexto escolar. Alvorada. Secr. Mun. De Educação. 2002.

WALKERDINE, Valerie. A cultura popular e a erotização das garotinhas. **Educação & Realidade**, 24, jul.-dez..., p.75-88 [s.n.t]. 1999.

A INVISIBILIDADE DA POPULAÇÃO TRANS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE E O CAMINHO PARA UMA ASSISTÊNCIA QUE ACOLHA, AMPARE E APOIE

Adriana Moro²

Gabriel Lachowicz³

Sandrieli Gugel⁴

Rafaela Prestes⁵

Bruna Barabax⁶

INTRODUÇÃO

A transformação do corpo apresenta-se como uma reconstrução da vida das pessoas com o objetivo de dar significância a forma como elas se identificam, dentro de um contexto subjetivo dotado de liberdade de expressão (BENTO, 2006). Segundo Teixeira (2012), as pessoas trans, em seus processos de ressignificação corporal, através de um novo nome e um corpo modificado são transportadas para um processo identitário de ressignificação. Benedetti (2005), por sua vez, afirma que o corpo das pessoas trans “é, sobretudo, uma linguagem”.

Nesse sentido, existem diferentes formas de alterar o corpo com o intuito de

2 Enfermeira, Doutora em Políticas Públicas. Docente na Universidade do Contestado Campus Mafra e membra do Núcleo de Pesquisa de Ciências (NUPESC) da Universidade do Contestado. Rua Presidente Nereu Ramos, 1071, Bairro Jardim Moinho, Mafra/SC, CEP 89300-000. Email: adri.moro@gmail.com

3 Acadêmico da Graduação de Enfermagem da Universidade do Contestado e membro do Núcleo de Pesquisa de Ciências (NUPESC) da Universidade do Contestado. Campus Mafra, Rua Presidente Nereu Ramos, 1071, Bairro Jardim Moinho, Mafra/SC, CEP 89300-000. Email: gabriel.lachowicz@yahoo.com.br

4 Acadêmica da Graduação de Enfermagem da Universidade do Contestado Campus Mafra, Rua Presidente Nereu Ramos, 1071, Bairro Jardim Moinho, Mafra/SC, CEP 89300-000. Email: enfsandrieli@gmail.com

5 Acadêmica da Graduação de Enfermagem da Universidade do Contestado Campus Mafra, Rua Presidente Nereu Ramos, 1071, Bairro Jardim Moinho, Mafra/SC, CEP 89300-000. Email: rafaela.souza@aluno.unc.br

6 Acadêmica da Graduação de Enfermagem da Universidade do Contestado Campus Mafra, Rua Presidente Nereu Ramos, 1071, Bairro Jardim Moinho, Mafra/SC, CEP 89300-000. Email: brunapapanduva@gmail.com

corresponder a forma como alguém se identifica. Estas formas podem variar entre o uso de hormônios, procedimentos estéticos e cirurgias plásticas, tais como histerec-tomias, mastectomia, transgenitalização para mudança das genitálias e aplicação de silicone em diversas partes do corpo (ROCON, et al, 2016). Além dessas mudanças, o uso e respeito do nome social é aquele pelo qual as pessoas trans preferem ser chamados(as), em contraposição ao nome do registro civil, que não corresponde ao gênero com o qual se identificam (SILVA, et al, 2017). Isso é garantido nos serviços de saúde pela Portaria nº 1.820/2009, que descreve que o usuário deve ser identi-ficado sem qualquer tipo de discriminação pelo nome que prefere se identificar, inde-pendentemente do registro civil (BRASIL, 2009).

Todavia, ainda no âmbito da saúde, as pessoas trans relatam casos de discriminações sofridas no acolhimento, uma queixa comumente trazida é o desrespeito e não uso do nome social por parte dos profissionais de saúde, principalmente na Atenção Básica que é tida como “Porta de Entrada” para o cuidado essencial e indispensável da população (NJAINÉ, et al, 2015). A transfobia e travestifobia nos níveis de atenção à saúde têm o potencial de desestimular as vítimas que sofreram a discriminação à procura pelo cuidado à saúde podendo criar uma certa resistência à criação de vínculo e confiança com os profissionais, ocasionando a desistência e abandono de tratamentos de saúde importantes, como os de HIV/AIDS. Isso é antago-nista aos princípios do Sistema Único de Saúde (S.U.S) de universalidade e integra-lidade que garantem o direito a saúde para todas as pessoas e produz um quadro de exclusão do acesso à saúde e inequidade (DUARTE, 2014)

Diante do exposto, o presente trabalho adequa-se dentro de um ensaio teórico, respeitando um estudo formal, de base discursiva, expondo as informações de forma lógica e reflexiva, apoiadas em uma argumentação rigorosa, a partir da interpretação e do julgamento pessoal (SEVERINO, 2007). A problemática identificada para a pro-dução desse estudo se baseia na preocupação dos autores em identificar, por meio de um referencial teórico, de que forma a assistência em saúde está sendo prestada às pessoas trans dentro das suas subjetividades e como estas implicam na forma como os profissionais de saúde devem suprir as demandas em saúde dessa popula-ção, muitas vezes cercados por situações que envolvem violência e agravos à saúde.

Além disso, é observada a importância em complementar esses apontamentos fazendo uma análise argumentativa referenciada das experiências discriminatórias que o grupo T pode vivenciar dentro das unidades de saúde e como podem ser evitadas através de estratégias em prol de um cuidado em saúde a população trans mais humanizado, acolhedor, resolutivo e integral.

O ensaio está organizado na reflexão de dimensões propostas dentro da problemática exposta anteriormente, as quais são: Transgene(al)idades e identidades, ser trans e ter demandas em saúde e estratégias para uma assistência em saúde mais humanizada, integral e resolutiva às pessoas transexuais. Por fim, apresentam-se algumas considerações aproximativas.

TRANGENER(AL)IDADES E IDENTIDADES

A identidade de gênero não se reduz somente a uma forma determinista por algum componente biológico e/ou genético, também transcende em questões socioculturais e econômicas, tanto a nível individual quanto coletivo (COLLING, 2018). Além disso, a forma como uma pessoa se identifica é oriunda de uma construção social dentro de um processo de produção complexo que tange no campo das relações de poderes e sistemas de representações, como a linguagem, história, economia, geografia e cultura. (MENDES, 2020).

Historicamente é possível resgatar que a dualidade biológica entre o sexo feminino e masculino surgiu apenas no século XVIII, anteriormente prevalecia o monismo sexual, a ideia de que há um único sexo, com registros datados do século II nos tratados de Galeno (LAQUER, 2001). Com relação ao gênero, termo criado apenas no século XX pelas considerações de John Money (1955), é tido como um conjunto de características que definem diferenças sociais entre homens e mulheres, diferenciando esse conceito do de sexo biológico. De acordo com Saffioti, (1992, p.190):

[...] tanto o gênero quanto o sexo são inteiramente culturais, já que o gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. Nesta linha de raciocínio, o corpo de uma mulher, por exemplo, é essencial para definir sua

situação no mundo. Contudo, é insuficiente para defini-la como mulher. Esta definição só se processa através da atividade desta mulher na sociedade. Isto equivale a dizer, para enfatizar, que o gênero se constrói – expressa através das relações sociais.”

Dentro do campo da identidade de gênero, aqueles que não se identificam com a sua designação de gênero firmada no nascimento, tem denominações de transgêneros, transsexuais e travestis. O prefixo “trans” significa “através de, além de” remetendo a pessoas que estão transitando entre os gêneros masculino e feminino. Ser transgênero, não implica diretamente na mudança de aspectos físicos de ordem biológica/genética ou atração por pessoas do mesmo sexo, o que existe é um conflito na identidade de gênero. Já a pessoa transsexual objetiva na mudança de sexo, ou seja, a constituição biológica através da cirurgia de redesignação sexual. Em contrapartida, a travesti, pode ser tanto homem quanto mulher, geralmente as pessoas que se enquadram nessa terminologia não se identificam com nenhum dos sexos. Além disso, é importante destacar que a identidade de gênero se diferencia de orientação sexual, pois esta relaciona-se de modo sentimental, de desejo e atração por outras pessoas (TREVIZANI, 2019).

Estudos populacionais indicam que cerca de 0,5% dos adultos se identificam como transgêneros, o que corresponde a 25 milhões de pessoas em todo o mundo. (LAM; ABRAMOVICH, 2019). Outra pesquisa que avalia as necessidades de saúde das pessoas trans aponta dados de pesquisas realizadas em outros países com o objetivo de identificar pessoas que têm uma identidade de gênero diferente ao que foi determinado no nascimento. Os dados revelam que nos Estados Unidos a prevalência de pessoas trans em 2011 era de 22,9% a cada 100.000 habitantes. Em 2012 na Nova Zelândia, com uma amostra de 8,166 estudantes de escolas, quantificou-se através da pergunta “Você acha que você é transgênero?” que 1,2% dos entrevistados se consideravam transgêneros e 2,5% estavam incertos com relação a sua identidade de gênero. A tabela no artigo também revela que a população trans na Escócia em 1999, ainda quando a transexualidade era considerada uma doença, era constituída por 8,18% de pessoas acima de 15 anos a cada 100,000 habitantes (THOMSON et al., 2018, p.28).

SER TRANS E TER DEMANDAS EM SAÚDE

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais teve sua origem em 1980 na iniciativa de combate à AIDS e obteve no decorrer desse tempo ampliações, pois foi reconhecido que essas populações passam por várias situações de vulnerabilidade. Essa política tem como objetivo ampliar o acesso a ações e serviços de qualidade nos serviços e mesmo não sendo criminalizada no Brasil, passa ainda por assuntos referentes a transfobia, e tem como meta promover ações para o enfrentamento contra as desigualdades. (BRASIL, 2013)

Um grande avanço foi a transexualidade deixar de ser considerada uma doença mental, pois durante 28 anos esteve na Classificação Internacional de Doenças (CID 10 F64.0) esteve nesta condição e então somente após passou de “condições relacionadas a saúde sexual” para “incongruência de gênero”. (SOUZA, 2018)

Mesmo já tendo políticas nacionais e Protocolos Operacionais Padrão que visam o bem-estar e saúde dessa população, torna-se importante também que se tenha uma mudança na maneira de pensar dos profissionais para um melhor atendimento, pois existe ainda uma questão cultural muito forte e que acaba comprometendo diretamente o atendimento a essas pessoas sendo o que em muitos casos impede a procura destes ao atendimento. Dados que corroboram essas informações indicam que em um estudo 80% dos profissionais de saúde não tiveram nenhuma forma de ensino específica sobre pacientes transexuais durante sua formação e residência. (GATOS, 2018).

De acordo com Cardoso e Ferro (2012, p.3):

“As transformações das redes de saúde para o melhor atendimento dessa população também dependem das transformações no modo de pensar e de agir dos profissionais de saúde. As questões culturais advindas do padrão heterossexual influenciam de modo subjetivo o atendimento dos profissionais da saúde a essa população. Sousa, Abrão, Costa e Ferreira (2009), a partir dos argumentos de Lionço, relacionam a prática discriminatória de alguns profissionais da saúde com a influência do padrão heterossexual que permeia a nossa cultura, sendo que o preconceito sofrido pela população LGBT pode constituir uma barreira que impede o seu acesso aos serviços de saúde.”

Além disso, não estão expostos apenas a situações de discriminação, mas

também a doenças sexualmente transmissíveis, transtornos mentais, podendo ser observado que há muitos casos de ansiedade e depressão entre essas pessoas e casos de morte por aplicação de prótese de silicone em clínicas não especializadas, uso de maneira inadequada de hormônios e automedicação. De acordo com o Ministério da Saúde qualquer forma de discriminação deve ser considerada como fator que proporciona sofrimento e o aparecimento de doenças. (BRASIL, 2013)

Após a Reforma Sanitária a saúde passou a ser direito de todos na Constituição Federal no ano de 1988, porém teve a exclusão de alguns grupos como por exemplo o LGBTQI+. A lei número 8.080/90 dispõe sobre a promoção, proteção, recuperação, organização e funcionamento dos serviços, esta lei regula que ações devem ser executadas em todo território nacional por pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado, mas naquele momento não se pensou nas pessoas que não se identificavam com sua orientação e identidade natural e jurídica firmada ao nascimento. (SOUZA, 2018)

Após manifestações, campanhas e sofrimento da população LGBTQI+ em 28 de abril de 2016 foi assinado pela ex-presidenta Dilma Rousseff o decreto n. 8.727 que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, sendo considerado como um auxílio para população, trazendo mais respeito e autonomia. Embora essa aprovação faça com que a população se torne mais autônoma e valorizada, é importante destacar que a maioria das políticas públicas voltadas à população trans é direcionada mais a questão de proteção para determinadas doenças, exploração sexual, deixando de lado a importância da inserção no mercado de trabalho, sociedade e escolas (BRASIL, 2016) o que pode levar ao abuso de drogas e/ou venda, assim como o aumento de condições de prostituição sem os devidos cuidados.

Um estudo realizado no Colorado-Estados Unidos, aponta que as maiores causas de morbimortalidade em pessoas trans são de ordem mental. Depressão, ansiedade, automutilação, ideação suicida, tentativa de suicídio e transtornos alimentares estão entre as questões epidemiológicas de saúde mais prevalentes em consequência dessa população ir contra o padrão binário sexual de ordem determinista e exclu-

dente e estar inserida em uma sociedade onde a normatização de padrões de gênero discriminatórios é comum. Além disso, a pesquisa revelou que dos 507 participantes que se consideravam transgêneros ou não apresentavam identidade de gênero definida 16,6% fez uso de substâncias psicoativas ilícitas em menos de um ano. Além disso, da amostra obteve-se um percentual de 36% de trans que tiveram ideação suicida e 10% foram tentantes em algum momento de suas vidas (CHRISTIAN, et al, 2018).

Os casos de suicídio vêm sendo relatados com mais frequência entre as populações trans. O relatório do Projeto Transexualidade e Saúde Pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans (2015) indica que o número de pessoas trans que já se suicidaram é muito amplo e dispõe sobre os estudos realizados pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) dados do relatório apontando que 28,6% dos homens trans já tentaram suicídio e 25% do grupo declarou já ter tentado suicídio. Sendo assim, juntando os dados de indivíduos que pensam ocasionalmente em suicídio, 28,6% com os 25% que já pensaram e mais o restante dos dados, o resultado é de que 85,7% dos sujeitos trans já pensaram ou tentaram de alguma forma cometer suicídio, sendo somente 10,7% os que informaram que nunca consideraram o ato. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2015)

Segundo Antra (2018, p.1):

Existe um mito relacionado as questões de saúde mental das pessoas Trans, onde está posto que a Travestilidade ou Transexualidade em si, são fatores que causariam ideações suicidas, depressão, ansiedade ou outras questões de saúde mental. São ideias sob uma viés estigmatizante e patologizante, que ignoram os resultados positivos de uma transição em ambientes acolhedores, com apoio dos pais, amigos e familiares, acesso a tratamentos de saúde e acompanhamento nas questões de transição para quem deseja ou precisa, garantia de atendimento humanizado, respeito e uso de nome social e banheiro de acordo com a identidade de gênero das pessoas trans nos espaços sociais, são alguns dos fatores que podem vir a garantir a qualidade e melhora da saúde mental da nossa população.

Portando, cabe aqui ressaltar que muitos indivíduos acabam tendo um certo receio e deixam de procurar ajuda por medo da transfobia, devido as experiencias

indesejadas e preconceituosas que enfrentam todos os dias, sendo grande parte do sofrimento psíquico tanto por violência verbal, física, assim como familiar. Acredita-se que os dados não refletem totalmente a realidade, pois devido as limitações desse grupo e o receio pela procura é possível mensurar que os números reais de violência e suicídio são bem superiores. Essas situações reforçam a importância dos profissionais de saúde em orientar os pacientes trans sobre os seus direitos e sobre as políticas de denúncias contra violência (ANTRA, 2020).

Infelizmente, ainda há uma maior suscetibilidade ao suicídio em transsexuais, transgêneros e travestis devido à falta e até inexistência de um acolhimento psíquico adequado pelos profissionais de saúde, em espaços públicos e até dentro de casa onde pode haver a discriminação e a violência por parte dos próprios familiares. O homicídio contra as pessoas trans também se enquadra como um fator epidemiológico de mortalidade grave. Porém, os números de ocorrência de homicídios não são exatos, pois no Brasil os registros de óbitos não apresentam nos dados de notificação os itens orientação sexual, nome social e identidade de gênero (MENDES; SILVA, 2020).

Apesar de não existirem dados conclusivos, o Brasil é considerado o país com maior taxa de homicídios contra transexuais e travestis, segundo estimativas do boletim 02/2020 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) correspondentes aos dois primeiros meses do ano de 2020. No mesmo ano, o Brasil apresentou um aumento significativo de 90% dos casos de homicídio comparado com o mesmo período do ano anterior, além disso o país passa de 55º lugar de 2018 para o 68º em 2019, em relação a sua segurança para população LGBTQI+. Conseqüentemente, isso agrava ainda mais a invisibilidade trans e retrocede as tentativas de garantias de direitos à saúde (ANTRA, 2020).

A portaria 1707/2008 autorizou procedimentos MTF (masculino para feminino) e somente em 2013, com a ampliação do Processo Transexualizador do SUS a partir da portaria 2803, homens transexuais e travestis tiveram suas demandas por hormonioterapia e por procedimentos FTM (feminino para masculino) como mastectomia, histerectomia e neofaloplastia (mudança de sexo FTM) incorporados pelo SUS (BRASIL, 2013)

A terapia hormonal pode conferir aos homens trans ansiedade em começar o tratamento, fazendo com que iniciem o uso de hormônios por conta própria devido a dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Dessa forma, é necessário um acesso mais universal com acompanhamento multiprofissional que confere apoio, amparo e cuidado. (ROCON, et al., 2020)

Os hormônios artificiais são importantes para conferir as características físicas desejadas para os transsexuais, porém, a sua administração deve ser feita sob prescrição médica, orientação e acompanhamento por toda a equipe de saúde. Além disso, a longo prazo a terapia hormonal pode aumentar o risco de desenvolvimento de câncer de mama em homens trans, necessitando de um cuidado contínuo. (BLOK, et al, 2019)

Outro fator determinante na saúde da população trans é o HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) que estão com taxas elevadas de transmissibilidade. Outra preocupação está relacionada com as mulheres transexuais que também apresentam uma carga elevada de contaminação pelo vírus do HIV, e necessitam fortemente de serviços que atendam a prevenção e o tratamento dos cuidados que a doença impõe (KULKAMP, 2019).

Dourado (2013) pesquisou 127 transexuais, sendo que 46,2% se auto identificaram como travesti e 53,8%, como mulher transexual (MT). Em relação ao uso de preservativo (sempre/às vezes) foi 95,2%, 97,7%, e 62,7% com parceiros casuais, ou clientes e parceiros fixos. Estes dados demográficos não diferiram por identidade, mas a prevalência do HIV diferiu significativamente: 14,5%-travestis; 4,3%-MT ($p=0,06$); assim como o sexo comercial: 96,9%-travestis, 87,9%-MT ($p=0,07$) e positivas para HIV (44,8%); e positivas para sífilis (42,6%). Esses agravantes a saúde e outros determinantes em saúde inserido no contexto trans necessitam de uma atenção em saúde qualificada e resolutiva (DOURADO,2013).

O desenvolvimento de câncer de colo de útero em homens transgêneros que não realizam a remoção cirúrgica dos seus órgãos reprodutivos também se caracteriza como um fator importante de saúde pública que culmina em processos de morbimortalidade. A incidência de alterações na cérvix uterina que pode levar a resultados cancerosos nessas pessoas está relacionado com a falta de preparação da equipe

de saúde para oferecer assistência ao grupo T, a não procura por unidades de saúde por parte dos transgêneros por receio à discriminação e constrangimento que podem sofrer, as altas taxas de HPV sem rastreamento ou tratamento e a exclusão deles por falta de diretrizes específicas para pacientes trans. Além disso, fatores de risco como tabagismo, sobrepeso, terapia hormonal sem supervisão médica, imunossupressão e violência sexual recorrente são fatores que aumentam o risco do desenvolvimento de câncer de colo do útero. Dessa forma, os homens trans necessitam do mesmo cuidado indicado a população cis como exames preventivos – papanicolau - e imunizações. (FLORIDO; ELIAN, 2019)

ESTRATÉGIAS PARA UMA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE MAIS HUMANIZADA, INTEGRAL E RESOLUTIVA ÀS PESSOAS TRANSEXUAIS

As estratégias para uma assistência em saúde mais humanizada, integral e resolutive as pessoas transexuais passam por um processo de mudança de paradigma no pensamento em saúde dessa população e da população em geral. Este acesso compreende-se como um direito humano, integro ao Sistema Único de saúde contemplando os seus princípios. A construção de uma cidadania integra para as pessoas vem em consonância com a formulação de políticas de saúde específicas com base nos direitos humanos, sexuais e reprodutivos (KULKAMP, 2019).

Conforme Rodriguez (2014), os serviços de saúde ao atender esta população deixam de prestar assistência com a exclusão de atendimento e/ou preconceitos por profissionais de saúde relacionado a seus problemas para o uso do nome social, ao empecilho de protocolos clínicos de processo de trabalho, e a diversas situações que acarretam riscos e discriminação.

As estratégias da Saúde da família (ESF) devem possibilitar ao usuário independentemente do seu sexo, cor ou raça, orientação sexual e identidade de gênero o acesso universal e contínuo que possibilitam qualidade e resoluções estratégicas. O acolhimento deste grupo deve ter compromisso por parte da equipe de saúde, com a construção de relação de confiança, vínculo e respeitar as necessidades do usuário (ARAUJO, et al, 2020).

Contudo, a população trans sofre com os atendimentos centralizados em apenas uma lógica curativista, biomédica e epidemiológica. As práticas de atendimento na atenção básica de saúde comportam muitas vezes o enfoque no âmbito da sexualidade com pouca relação com a promoção da saúde, concretizando-se por meio de orientações acerca da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e/ou o uso de métodos contraceptivos (BELEM, et al,2018).

Para garantir o direito do acesso ao serviço de saúde, a Política Nacional de Humanização valoriza todos os sujeitos e oportuniza sua autonomia, amplia a sua capacidade de transformar a realidade, com as responsabilidades compartilhadas e da participação coletiva nos processos de gestão e de produção de saúde sua e da comunidade (BRASIL, 2020).

Além disso, para uma assistência de qualidade a equipe de saúde deve oferecer um atendimento acolhedor, obter mais conhecimento de nomenclaturas e serviços relacionados às pessoas trans e travestis, manter a postura de profissionais e deixar as pessoas livres para qualquer assunto (POP ,2020).

Após o vínculo formado e apresentação do profissional, perguntar se o paciente tem um nome social e se prefere ser chamado por ele. O profissional deve-se atentar a evitar o uso de pronomes e outros termos que indicam gênero binário quando estiver falando com a pessoa pela primeira vez. Usar os termos que as pessoas usam para descrever a si mesmas e a suas(seus) parceiras(os) e indicar o uso do banheiro de acordo com a identidade gênero da pessoa, e não com o sexo de nascimento. Incluir também placas de espaço seguro nos banheiros (POP ,2020).

É possível observar que os profissionais formados possuem um grande domínio em realização as práticas executadas, porém eles têm uma certa dificuldade em relação ao trabalho interprofissional ou multiprofissional, além de encontrar vários “obstáculos” quando necessitam lidar com a população, sua cultura e suas diversidades, sendo assim, a educação permanente em saúde é um meio que auxilia os trabalhadores a interagir e criar novos métodos e técnicas (ALMEIDA, et al, 2016).

A Educação permanente em Saúde (EPS) foi inserida pelo Ministério da Saúde como uma política de saúde no Brasil por meio das Portarias nº 198/2004 e nº

1.996/2007, ela teve como objetivo várias questões, e uma delas é promover uma educação que faça com que aconteça a interação entre os profissionais e sua equipe, a fim de oportunizar novos aprendizados e trazer diversos conhecimentos para os profissionais, ou seja, a educação permanente consiste basicamente como um meio de atualização, troca de conhecimentos que tem como objetivo conquistar novas mudanças favorecendo novos aprendizados para os profissionais (BRASIL, 2007).

Portanto, a educação em saúde é uma prática transformadora de aprendizagem significativa para educação permanente. De extrema importância os serviços de saúde devem explorar e proporcionar a reflexão para equipe de saúde sobre a realidade dos serviços de saúde, observando o indivíduo como um todo, sua cultura, sexualidade e paradigmas (CAMPOS, DE SENA, SILVA,

2017).

CONCLUSÃO

Diante do exposto, percebe-se que o contexto em que as pessoas trans estão inseridas é complexo e influenciado por determinantes sociais multifatoriais que na maioria das vezes vão contra o seu bem estar e acabam se tornando decisivos na prevalência de quadros socialmente patológicos e aumentam a incidência da morbimortalidade trans.

As políticas públicas, no que tange na garantia de acesso à saúde e orientações de condutas, ainda não contemplam todas as subjetividades e demandas que transgêneros, transsexuais e travestis exigem dos profissionais de saúde à prestação de cuidados que promovam a saúde, previnam, protejam e reabilitem. Além disso, os gestores nas diferentes esferas governamentais em consonância com a visibilidade das necessidades da população trans, precisam reformular e implantar novas linhas de cuidado em todos os níveis de atenção à saúde que promulguem a inclusão de um sistema de saúde mais equânime, resolutivo de forma que se comunique intrasetorialmente e intersetorialmente em busca de integralidade da assistência em saúde e cobertura universal.

Além disso, é indispensável que os profissionais que estão na linha de frente ao cuidado de saúde precisam agir com ética e responsabilidade diante do cuidado

prestado às pessoas trans. A discriminação e não respeito às individualidades, como o nome social e outras formas de resignação sexual podem acarretar na quebra do vínculo com os pacientes e muitas vezes a dificuldade em aderi-los nos tratamentos propostos, aumentando ainda mais, a exclusão, a invisibilidade dos mesmos e o distanciamento de uma assistência que acolha, ampare e apoie.

Se enaltece a importância do conhecimento por parte dos profissionais de saúde sobre os determinantes biopsicossociais inseridos no contexto de vida das pessoas trans e como ele pode ser essencial na racionalização para a implementação de novas propostas e modelos de cuidado baseados em especificidades e demandas que a população trans trás aos serviços de saúde.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, et al. Educação Permanente em Saúde: uma estratégia para refletir sobre o processo de trabalho. Ver Abeno. Jun, 2016. Disponível em: <http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-59542016000200003> Acesso em: 28 set.2020

ANTRA. Precisamos falar sobre o suicídio das pessoas trans. Antra Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Jun, 2018. Disponível em:< <https://antrabrasil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans/>> Acesso em: 25 set.2020

ARAÚJO, et al. Acolhimento à população de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros na atenção básica. Revista Enfermagem Atual In Derme, v. 92, n. 30, 2020. Disponível em: <http://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/637> Acesso dia 26 de Setembro de 2020.

Assassinato contra travesti e transexuais 2020. Antra Associação Nacional de Travestis e Transexuais, Rio de Janeiro, jun. 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/06/boletim-3-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em:

BELÉM, et al. Atenção à saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais na Estratégia Saúde da Família. Revista Baiana de Enfermagem, v. 32, 2018. Disponível em: <https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/26475> Acesso dia 26 de setembro de 2020.

BENEDETTI, Marcos Renato. Toda feita: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 144 p.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 250 p.

BLOK, Christel J M de; WIEPJES, Chantal M; NOTA, Nienke M; VAN ENGELEN, Klaartje; AADANK, Muriel; A DREIJERINK, Koen M; BARBÉ, Ellis; KONINGS, Inge R H M; HEIJER, Martin Den. Breast cancer risk in transgender people receiving hormone treatment: nationwide cohort study in the netherlands. Bmj, [S.L.], p. 1-1, 14 maio 2019

BRASIL, Ministério das Mulheres e Igualdade Racial e dos direitos humanos. Presidência da República Secretaria Geral Subchefia de Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2016

BRASIL. Ministério da Saúde Gabinete do Ministro. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.803/GM de de 19 de novembro de

2013.. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial União 19 Nov. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde, Política Nacional de Humanização-HumanizaSUS, 2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/doacao-de-sangue/693-acoes-e-programas/40038-humanizasus>. Acesso dia 24 de Setembro de 2020.

CAMPOS, Kátia Ferreira Costa; DE SENA, Roseni Rosângela; SILVA, Kênia Lara. Educação permanente nos serviços de saúde. Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, v. 21, n. 4, p. 1-10, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1277/127752022009.pdf> Acesso dia 28 de Setembro de 2020.

CARDOSO, Michelle Rodrigues. FERRO, Luís Felipe. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. Ver Psicologia: Ciência e profissão. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000300003&lang=en Acesso em: 25 set de 2020

CHRISTIAN, Robin; MELLIES, Amy Anderson; BUI, Alison Grace; LEE, Rita; KATTARI, Leo; GRAY, Courtney. Measuring the Health of an Invisible Population: lessons from the colorado transgender health survey. Journal Of General Internal Medicine, [S.L.], v. 33, n. 10, p. 1654-1660, 15 maio 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6153233/>. Acesso em: 23 set. 2020.

COLLING, Leandro. Gênero e sexualidade na atualidade / Leandro Colling. - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

DOURADO, Maria Inês Costa. Ministério da Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Vulnerabilidade ao HIV/aids e sífilis na população de travestis e transexuais e seus modos de vida em Salvador-Bahia, 2013. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/ct/tc-2542012> Acesso em: 16 de setembro de 2020

DUARTE, Marco José de Oliveira. DIVERSIDADE SEXUAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS: saúde e cidadania lgbt em cena. *Temporalis*, [S.L.], v. 14, n. 27, p. 77-98, 30 ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/7209>. Acesso em: 24 set. 2020.

FLORIDO, Lucas M. P.; ELIAN, Ethel M. H.. DESAFIOS DO RASTREIO DE CÂNCER DE COLO EM HOMENS TRANSGÊNEROS. *Revista Cadernos de Medicina*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 162-164, 2019.

GATOS, Kayla C.. A Literature Review of Cervical Cancer Screening in Transgender Men. *Nursing For Women'S Health*, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 52-62, fev. 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29433700/>. Acesso em: 20 set. 2020.

KULKAMP, Alessandra da Silva, et al. Barreiras de Acesso ao Serviço de Saúde por Pessoas Trans no município de Florianópolis (SC), Brasil. *Saúde & Transformação Social/Health & Social Change*, v. 10, n. 1/2/3, p. 130, 2019. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/4512> Acesso dia 26 de Setembro de 2020.

LAM, June Sing Hong; ABRAMOVICH, Alex. Transgender-inclusive care. *Canadian Medical Association Journal*, [S.L.], v. 191, n. 3, p. 79-79, 20 jan. 2019. Disponível em: <https://www.cmaj.ca/content/191/3/E79>. Acesso em: 23 set. 2020.

LAQUER, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MENDES, Wallace Góes; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 25, n. 5, p. 1709-1722, maio 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000501709. Acesso em: 20 set. 2020.

MONEY, John. Hermaphroditism, gender and precocity in hyperadrenocorticism: Psychologic findings. *Bulletin of the Johns Hopkins Hospital*, Baltimore, EUA, v. 96, p. 253–264, 1955.

NJAINE, Kathie; SILVA, Anne Caroline Luz Grüdtner da; RODRIGUES, Ana Maria Mújica; GOMES, Romeu; DELZIOVO, Carmem Regina. Atenção a homens e mulheres em situação de violência por parceiros íntimos. in: elza berger salema coelho (santa catarina). *Atenção a homens e mulheres em situação de violência por parceiros íntimos*. Florianópolis. 2015. Cap. 4, p. 150.

POP, Protocolo Operacional Padrão de atendimento humanizado à população refugiada e migrante trans e travesti na cidade de São Paulo. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/05/PROTOCOLO-OPERACIONAL-PADR%C3%83O-DE-ATENDIMENTO-HUMANIZADO_ACNUR-E-PREFSP_5.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

ROCON, Pablo Cardozo; RODRIGUES, Alexsandro; ZAMBONI, Jésio; PEDRINI, Mateus Dias. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 21, n. 8, p. 2517-2526, ago. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000802517&script=sci_abstract&tIng=pt. Acesso em: 23 set. 2020.

ROCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; RODRIGUES, Alexandro; BARROS, Maria Elizabeth Barros de; PINTO, Getulio Sérgio Souza; ROSEIRO, Maria Carolina Fonseca Barbosa. Vidas após a cirurgia de redesignação sexual: sentidos produzidos para gênero e transexualidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 25, n. 6, p. 2347-2356, jun. 2020.

RODRIGUEZ, Ana María Mújica. Experiências de atenção à saúde e percepções das pessoas transgênero, transexuais e travestis sobre os serviços públicos de saúde em Florianópolis/SC 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/hand->

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 249 p

SILVA, Livia Karoline Moraes da; SILVA, Ana Luzia Medeiros Araújo da; COELHO, Ardigleusa Alves; MARTINIANO, Claudia Santos. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 27, n. 3, p. 835-846, jul. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v27n3/1809-4481-physis-27-03-00835.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

SOUZA, Sidney Chaves. SUS: compreenda os aspectos gerais da Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/90. Jan, 2018. Disponível em: <https://blog.ipog.edu.br/saude/sus-compreenda-os-aspectos-gerais-da-lei-organica-da-saude-no-8-080-90/> Acesso em: 25 set. 2020.

TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade. *Revista Estudos Feministas*, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 501-512, ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200011>. Acesso em: 20 set. 2020.

THOMSON, Rachel et al. Health Care Needs Assessment of Gender Identity Services. Scotphn, Glasgow, p. 25-27, maio 2018. Disponível em: https://www.scotphn.net/wp-content/uploads/2017/04/2018_05_16-HCNA-of-Gender-Identity-Services-1.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

TREVIZANI, Giovanna Bianca. Meu Corpo, Minhas Regras: A transexualidade Sob a Luz do Direito Constitucional e as Lacunas no Estado Democrático de Direito.

2019. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/meu-corpo-minhas-regras-a-transexualidade-sob-a-luz-do-direito-constitucional-e-as-lacunas-no-estado-democratico-de-direito/>. Acesso em: 23 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Relatório descritivo projeto transexualidade e a demanda por políticas públicas no Brasil: Entre a Invisibilidade e a Demanda por políticas públicas para homens trans. Minas Gerais: UFMG, 2015. Disponível em: <<http://www.nuhufmg.com.br/homens-trans-relatorio2.pdf>> Acesso em: 25 set. 2020

SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS DE ESTUDANTES E DOCENTES SOBRE GÊNERO POR MEIO DO CINEMA

Sabrina Copetti da Costa⁷

Gabriella Eldereti Machado⁸

Tania Micheline Miorando⁹

CINEGRAFANDO A EDUCAÇÃO

Ao longo da trajetória o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imaginário Social (GEPEIS), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vem desenvolvendo ações extensionistas, tendo o cinema como dispositivo formativo junto aos professores e, mais recentemente, com estudantes do Ensino Fundamental. Em momentos de formação continuada, o grupo tem buscado construir relações e vivências dos professores com o cinema, bem como uma aproximação das significações imaginárias (CASTORIADIS, 1982) dos docentes sobre a sétima arte dentro e fora da escola.

Através do cinema, o GEPEIS vem problematizando temas que nos levem a pensar o Imaginário Social e a compreender o que mais esteja nos intrigando. Destacamos alguns temas, dentre tantos outros, que transversam nosso pensar, dialogar e agir, como: gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, infância, adolescência, inclusão e diversidade religiosa, propiciando discussões que desenvolvam o senso crítico nos espaços de formação do grupo.

7 Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria e Especializanda em Educação pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. E-mail: copettidacostasabrina@gmail.com

8 Graduada em Química pelo IFFar e em Pedagogia pela UNIFACVEST. Especialista em Educação Ambiental pela UFSM, Mestre em Educação pela UFSM e Doutoranda em Educação pela UFSM. E-mail: gabriellaeldereti@gmail.com

9 Graduada em Educação Especial - Educação de Surdos pela Universidade Federal de Santa Maria e Especialista em Educação Especial - Educação de Surdos, Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria. Professora Adjunta no Departamento de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: tmiorando@gmail.com

Ao longo de 2019, por meio do projeto “Cinegrafando a educação – experiências formativas em cinema: onde a sétima arte chegou?”, além das formações junto aos professores, o grupo deu continuidade às ações que foram sendo desenvolvidas com os estudantes do quinto ano do Ensino Fundamental. Foram oficinas quinzenais, temáticas, onde a cada encontro um elemento do cinema foi abordado. A parceria com a escola abriu a possibilidade para muitas aprendizagens para estudantes, bolsistas e professores envolvidos nas ações de cinema, na perspectiva da arte e em colaboração para que a Lei 13.006/14 (BRASIL, 2014), que torna obrigatória a assistência de duas horas mensais de cinema brasileiro nas escolas de Educação Básica do país, seja conhecida e cultivada.

Neste texto visamos dividir com os(as) leitores(as) a experiência das oficinas em que foi abordado o tema roteiro dentro da produção cinematográfica e nas quais as ações propostas buscaram aliar as temáticas do cinema com o projeto que estava sendo desenvolvido por todas as turmas da escola, intitulado “Mulheres que Inspiram”. Desse modo, abordamos a temática específica da sétima arte ao passo em que íamos criando espaço para o diálogo sobre questões de gênero, buscando nos aproximarmos das significações imaginárias dos estudantes por meio de quatro temas para os roteiros: beleza, paternidade, violência (familiar) e trabalho doméstico. Considerando o Cinema aliado à teoria do Imaginário Social, baseada no autor Cornelius Castoriadis (1982), temos uma possibilidade de movimento instituinte dentro da escola, como um dispositivo de formação (SOUTO et al, 1999).

Criando roteiros e dialogando sobre questões de gênero

Começamos a primeira oficina do ano de 2019, buscando conhecer um pouco o repertório dos estudantes. Para isso, realizamos a dinâmica “Eu já” na qual, sentadas em círculo, cada criança retirava de uma caixa uma imagem de capa de filme, série ou desenho animado e mostrava para os colegas, comunicando se já conhecia ou não a história que ali se contava. Em seguida, a turma criou um quadro com as imagens, classificando essas produções. Realizamos, então, uma roda de conversas sobre as classificações, o conceito de cinema para eles, seus gostos,

seus hábitos, se frequentavam ou não salas de cinema etc. No segundo momento da aula, foram exibidos alguns filmes curtos dos Irmãos Lumière, os quais foram analisados pelos estudantes em exercício de comparação das diferenças com as produções atuais. Ainda abordando a história do cinema, as crianças conheceram do que se trata um taumatópio e construíram os seus, tendo como tema os Direitos Humanos.

O desenvolvimento da temática “roteiros”, por sua vez, começou a partir da segunda oficina com a turma e continuou sendo abordada nos encontros seguintes. Como primeiro movimento em torno do assunto, procuramos saber quais os conhecimentos prévios dos discentes a respeito da criação de roteiros a partir de uma dinâmica na qual eles escreviam uma palavra que acreditavam representar o conceito de roteiro. Em seguida, colaram em um cartaz e realizamos uma leitura coletiva do texto que se criou. Algumas das palavras levantadas por eles para significar roteiro foram: cena, história, personagem, filme, encenação, teatro, falas, imagens, falas de personagens, palavras, uma história que diz tudo sobre o filme.

Percebemos que a turma tinha uma ideia do que se tratava um roteiro, mas faltavam ainda algumas informações técnicas que seriam importantes para que os estudantes pudessem depois criar seus próprios roteiros de maneira mais autônoma. Em vista disso, passamos então ao segundo momento da aula, a exibição de um vídeo sobre o trabalho de roteirista. Optamos por um audiovisual em que a roteirista era uma mulher para que a turma pudesse desconstruir alguns estereótipos de gênero ligado às profissões e pudessem ver uma mulher ocupando esses espaços. Os estudantes demonstraram ter gostado do vídeo e, então, os convidamos a acrescentar novas palavras ao cartaz a fim de construirmos juntos um conceito de roteiro. Foram acrescentadas, por eles, palavras como “objetividade” e “descrição”, ambas fundamentais para a ideia de criação de roteiros cinematográficos.

Indo ao encontro do projeto institucional “Mulheres que Inspiram”, o terceiro momento foi a proposição da criação de pequenos roteiros para uma cena de filme em que os alunos se dividiram em quatro grupos para que cada um deles criasse a partir de uma das temáticas: beleza, paternidade, violência (familiar) e trabalho do-

méstico. O projeto guarda-chuva vinha trabalhando com cada turma da escola uma mulher que trouxe sua contribuição à sociedade, tendo entre elas cientistas, artistas, esportistas ou qualquer outra profissão lembrada pelas crianças. Com as temáticas dos roteiros, almejamos começar algumas problematizações de questões que envolvem diretamente a vida das mulheres e que muitas vezes são fatores que dificultam sua participação social.

Cinema e a experiência ético e estética

Passamos neste trecho, a refletir e caracterizar a concepção de formação e experiência ético e estética com o cinema na docência. O convívio formativo com os/as professores/as no projeto ocorreu por meio de oficinas de formação continuada, no qual puderam compreender melhor esses conceitos teóricos intercalando com aprendizagens sobre gênero, cinema e técnicas de produção cinematográfica.

Desse modo, começamos a problematizar sobre a relação que envolve as significações imaginárias sociais sobre gênero. Consideramos os movimentos de normatização dos corpos são fruto das relações sociais, reproduzindo modelos de ser, viver e ver o mundo (HALL, 1997). Apontamos algumas representações de gênero que fazem parte de nosso cotidiano, como: meninos usam roupas azuis e meninas usam roupas cor de rosa. Meninas não podem jogar futebol. Meninos não podem dançar Ballet.

Mulheres devem ser boas esposas e cuidar dos filhos. A paternidade é facultativa. Mas qual é o conceito de família mesmo? Não é Trava, nem Traveco, respeita as Travestis. Não há nada de estranho o menino brincar com uma boneca. Certamente essas representações nos remetem a imagens cotidianas, que conhecemos e convivemos diariamente, e a escola é um espaço no qual estão presentes. Na maioria das vezes, a problematização fica afastada do contexto escolar.

Ao trazer essas representações de gênero podemos notar a questão do instituído, pois é evidente a força da constituição de uma cultura autoritária nessa relação entre homens e mulheres, que influencia nas concepções de identidade de gênero, e

desconsidera ou marginaliza as identidades que se desvinculam da binaridade (homem e mulher). Essas representações reproduzem imagens de gênero que fazem parte da sociedade, e particularmente transitam nos corredores das escolas. Assim, pode-se destacar o seguinte trecho de Louro (1997, p.27), onde complementa de certa forma as discussões iniciais sobre o entrelaçamento das problemáticas.

Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc). O que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento — seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade — que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja “assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação.

Este processo de (des) construção é fundamental para refletir sobre a escola no contexto da diversidade, modificando este espaço que possui em sua concepção e atuação um sentido de classificar, normatizar, produzindo saberes e sujeitos, ou seja, corpos dóceis (FOUCAULT, 2012). Sobressaindo-se dessa forma o caráter político da prática docente, que atravessa silêncios, estruturas, e relações, sejam elas de poder, de deslocamentos ou transformações, pois como Foucault menciona (1988, p.30) “não existe um só, mas muitos silêncios”. Ou seja, propor que as formações em relação às questões contemporâneas ocorram por meio do questionamento do modelo instituído, machista, heteronormativo e branco (CÉSAR, 2009).

Na organização curricular da educação no Brasil temos os temas transversais, no qual as questões de gênero aparecem no volume que trata da “Orientação Sexual”, juntamente à Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS (BRASIL, 2000). Vale destacar algumas discordâncias em relação ao termo “orientação sexual”, pois muitos debates referentes ao termo mostram sua limitada abrangência. Embora haja certo avanço em relação à questão de gênero e outras questões, as temáticas deveriam estar consideradas em todo o documento de forma mais clara e

mais contundente, e estar mais presente nos cursos de formação de professores(as), tanto inicial, como continuada, o que ainda não acontece de forma efetiva, ainda é um tabu.

Nesse sentido, destacam-se as reformas educacionais da década de 1990 onde se incluem as questões de gênero e sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), representando um avanço em relação à adoção de uma perspectiva de gênero nas políticas educacionais, orientando o currículo das escolas brasileiras na inclusão da perspectiva de gênero. E assim se questiona a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres, incentivando a transformação do paradigma instituído, indo ao encontro da diversidade, o respeito pelo outro sexo e pelas variadas expressões do feminino e do masculino, conforme apontado no PCN que trata da “Orientação Sexual” (BRASIL, 2000, v. 10).

Uma formação estética se dá por processos que englobam sensações, sensibilidade, percepções, desenvolvimento de outros sentidos para o conhecimento. Dessa forma, a experiência estética e o imaginário complementam-se na medida em que utilizam de outros critérios para movimentar o seu fazer e ser científico, pois o imaginário se relaciona com a sociedade através de significações que produzem significados às práticas sociais materializadas de diversas formas (OLIVEIRA, 2014). E por isso, encontra no estético e na ética uma possibilidade de conversar com outros modos de relação dos sujeitos com o mundo, podendo compreender melhor esta relação no seguinte trecho de Hermann (2005, p.33):

As relações entre ética e estética não se apresentam do mesmo modo em seu desenvolvimento histórico, oscilando muitas vezes entre relações ambíguas, negativas, opostas ou complementares, até chegar aos processos de estetização da ética, subvertendo a relação estabelecida pela metafísica, pela qual a estética não poderia justificar o bem viver. Considerando que o termo estético não é unívoco, cabe uma breve referência ao seu significado, de modo a explicitar por que hoje o estético ressurgiu como uma forma de lidar com as exigências éticas da pluralidade.

Ao buscar propor uma formação através da experiência estética, pensa-se na

realização de um processo (re)significante da profissão, na medida em que o imaginário de cada um se reconstrói, trazendo elementos que vão por algum motivo se perdendo ou se apagando na trajetória docente, fazendo com que se aloje o descontentamento e o pessimismo em relação à profissão.

Nesse sentido, fortalecemos o reconhecimento da estética, possibilitando que esse protagonismo em muitas vezes esquecido, rompe as barreiras do instituído. A criação de experiências do sensível nos leva ao acesso à imaginação provocativa ao que nos é encarado como normal. A formação estética atua justamente nesse sentido, ela é provocativa, ela estranha, e toca o sensível, pois como diz Hermann (2005, p.105),

Desse modo, atua numa dupla dimensão: em primeiro lugar, contribui para desenvolver a sensibilidade para as diferenças de percepção ou de gosto, auxiliando na contextualização de princípios éticos com uma força que o cognitivo não consegue produzir; e, em segundo lugar, cria condições para o reconhecimento do outro, evitando os riscos da uniformização diante do universalismo.

Assim, podemos provocar um processo de uma formação estética utilizando o cinema, possibilitado devido, segundo Hermann (2005, p.39) pelo “impulso da aparição, do efêmero que a arte carrega a possibilidade de fazer emergir aquilo que escapa à reflexão, deixando aparecer algo que ainda não existe”. O cinema contribui para compreensão do espaço da formação e da escola pelo simbólico, pela força da imagem, fazendo concretizar a formação estética, que se configura como aponta Hermann (2005, p.35) pelo “abandono do conceito para dar lugar à força imaginativa e à sensibilidade”.

O cinema movimenta-se no sentido de promover a experiência estética, que provoca os sentidos, as relações, do *estranho* ao *inesperado* como menciona Hermann (2014). Esse estranhamento atua na perspectiva do reconhecimento da alteridade, “(...) contra os aspectos restritivos da normalização moral, forçando a rever nossas crenças e o respeito exacerbado as convenções” (HERMANN, 2014, p. 11)

Conclusão

Ao dispor do trabalho com o tema de gênero presume-se que os(as) educandos e docentes, estejam dispostos a atuar em outra lógica, numa (des)construção necessária, e com isto se reconstrói o imaginário social de naturalização disciplinar e normatizadora representadas nas instituições escolares e sociedade. Mas ainda estamos em um caminho inicial, um exemplo disso, são os cursos de formação docente que não abrangem de forma significativa as temáticas de gênero, ficando de fora dos currículos questões importantes sobre o cotidiano escolar, e também de relevância a formação dos(as) profissionais da educação.

Devido a isto, a formação docente deve possibilitar uma base teórica e problematizadora para o desenvolvimento deste trabalho nas escolas e outros espaços educativos, tendo como compromisso o fortalecimento do processo de transformação crítica dos indivíduos e fortalecimento das diversas identidades de gênero. Buscando (re) construir os papéis sociais instituídos, através da ação educativa como forma de construção de uma sociedade composta de relações de respeito e valorização da diversidade.

Sendo necessário que temas como os que tratamos sejam inseridos na formação, abordando os temas de gênero que demandam de uma sensibilidade e disposição para desconstruir as representações sociais enraizadas historicamente e culturalmente. Ressaltamos algumas medidas que se fazem importante no contexto atual, como a incorporação de políticas públicas como no caso das ações afirmativas, por exemplo, o uso do Nome Social por pessoas Transexuais, Travestis, etc. e cotas para ingressos de estudantes negros (as) e indígenas nas universidades; políticas para punição da violência contra as mulheres, e comunidade LGBTQI+, entre outras.

Em relação à Lei nº 13.006 (BRASIL, 2014), mesmo enfrentando problemas desde a sua aprovação e implementação, ainda assim é uma vitória, quando pensamos num viés simbólico que o cinema pode produzir nas comunidades onde está inserido, formando um espaço coletivo no qual diversos temas podem ser contextua-

lizados, muitos espectadores estarão vendo sua realidade cotidiana na tela, podendo pensar sobre ela, e modificá-la, a cultura tem esse poder de construção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014. Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13006.htm. Acesso em: 09 de out de 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CANTON, Fabiane Raquel; RECH, Indiara; PUJOL, Maristela Silveira; OLIVEIRA, Valeska Fortes de. Ruídos na tela... o cinema e a obrigatoriedade nas escolas. In: Cinema e educação: a Lei 13.006 Reflexões, perspectivas e propostas. FRESQUET, Adriana. (Org.) Belo Horizonte, MG. Universo Produções, 2015.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. Educar. Curitiba, nº. 35, p.37-51, 2009. Editora UFPR.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. SANTOS, Maria Angélica dos. (Orgs.) Cinema e Educação: dentro e fora da lei. Porto Alegre: UFRGS/Programa de Alfabetização Audiovisual, 2014.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. Vol. 1: A vontade de saber. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhe-te. 40 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. FRESQUET, Adriana; MIGLIORIN, Cezar. Da obrigatoriedade do cinema na escola, notas para uma reflexão sobre a Lei 13.006/14.

In: FRESQUET, Adriana. (Org.) Cinema e educação: a Lei 13.006 Reflexões, perspectivas e propostas. Belo Horizonte, MG. Universo Produções, 2015.

HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopez Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.

HERMANN, Nadja. Ética e estética: a relação quase esquecida. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2005.

HERMANN, N. Ética e educação: outra sensibilidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2014

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MORIN, Edgar. O cinema ou o homem imaginário. Lisboa: Relógio D'Água, 1997.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: (Org.) Antônio Nóvoa. Os professores e a sua formação. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes de. Dispositivo grupal e formação docente. Educare – Revista de Educação. Vol. 6 – Nº 11 – 1º Semestre de 2011.

OLIVEIRA, Valeska Fortes de. Imaginário, cotidiano e educação: por uma ética do instante. Cadernos de Educação. FaE/PPGE/UFPel. Pelotas [48] – 18- 31maio/agosto 2014.

SERRES, Michel. Polegarzinha. Tradução Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUTO, Marta. El carácter de “artificio” Del dispositivo pedagógico em la formación para el trabajo. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2007.

SOUTO, Marta et al. Grupos y Dispositivos de Formación. Ediciones Novedades Educativas, Buenos Aires, Argentina, 1999.

ESTUDOS CULTURAIS E FEMINISMO: RUPTURA E DESENVOLVIMENTO

Simone Munir Dahleh¹⁰

INTRODUÇÃO

O movimento feminista, como qualquer outra organização em que há relações de poder, não é caracterizado por constituir uma unidade. Sua narrativa é construída por conflitos e algumas contradições.

Para suscitar tal discussão, propomos apresentar alguns marcos principais dos estudos (culturais) feministas¹¹, tendo como norte a “incursão” do feminismo nos estudos culturais. É importante sinalizar que o olhar assumido pelo texto é com relação à tradição anglo-saxônica dos estudos culturais.

Cabe ainda ressaltar, que reconhecemos a diferença tanto em termos teóricos quanto políticos do Norte e Sul global. Temos a consciência do apagamento das reivindicações dos estudos feministas emergentes do Sul¹². E apesar de necessários e relevantes, optamos aqui pela narrativa delimitada dos estudos culturais feministas anglo-saxônico - principalmente, por possuir maior domínio sobre.

A relação entre os estudos culturais e feminismo adquire relevância na área da Comunicação, principalmente quando falamos de estudos de recepção. Os sentidos e práticas femininas, anteriormente invisibilizados, passam a ser temas relevantes para as produções científicas e adquirem legitimidade a partir dos estudos

10 Publicitária, Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria, Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: simonemunird@gmail.com

11 Escosteguy (2018), afirma que os estudos inaugurais das feministas do CCCS, abrem brechas para o desenvolvimento dos estudos culturais feministas. Disponível em: <https://www.compos.org.br/anais.php> Acesso: 1 out. 2020.

12 Uma regressão mais detalhada sobre as reivindicações feministas Norte e Sul global pode ser encontrado em: DAHLEH, Simone Munir. FEMINISMO(S) MIDIÁTICO(S): APROPRIAÇÃO DE MULHERES A PARTIR DO PROGRAMA TELEVISIVO AMOR & SEXO, dissertação de mestrado, 2020.

culturais. Dessa forma, torna-se pertinente um olhar mais atento ao desenvolvimento do feminismo como teoria e prática dentro dessa linha de estudos.

Para abordar a relação entre feminismo e tal vertente de estudos, propomos apresentar a “ruptura” epistemológica que o feminismo provoca nos estudos culturais, construindo uma narrativa apresentada pelas estudiosas presentes no Center for Contemporary Cultural Studies – CCCS, assim como em suas pesquisas desenvolvidas no Centro da Universidade de Birmingham. Nosso objetivo é tratar de modo amplo, o impacto do feminismo nos estudos culturais e, de modo mais específico, do desenvolvimento da pesquisa que assume esse viés dentro do CCCS.

Objetivamos ao final do texto, abordar o impacto que o feminismo provoca nos estudos culturais. Sua relevância prática, com relação à valorização da esfera privada como problemática de pesquisa e sua especificidade epistemológica, que desafia as lógicas da ciência “neutra”, criando um novo modo de produção de conhecimento, legitimando os sentidos, emoções, identidades e subjetividades. Ademais, procuraremos fazer uma autoreflexão – própria dos estudos culturais feministas, sobre a epistemologia feminista.

ESTUDOS CULTURAIS E FEMINISMO

O *Center for Contemporary Cultural Studies* – CCCS é formado em 1964. A característica marcante dos estudos culturais está relacionada a constituição de balizas teóricas associadas à época vivida. O projeto intelectual muda conforme a conjuntura do momento, indo em direção oposta às ciências mais fixas e imutáveis, “mudanças de uma problemática transformam a natureza das questões propostas” (HALL, 2003, p. 131). Outra especificidade dos estudos culturais é o seu caráter aberto e interdisciplinar. Entretanto, as intelectuais mulheres do CCCS, ao tentarem introduzir a problemática das questões de gênero dentro do centro, perceberam resistências e dificuldades (DÍAZ, 2009).

Em especial, a partir da “virada cultural”, a ênfase das pesquisas passa a estar centrada nas questões sobre a(s) linguagem(s) e, de modo mais amplo, sobre a produção de sentido e representação.

Os estudos culturais ultrapassam a análise do conteúdo da produção cultural e

buscam compreender os processos discursivos por meio dos quais objetos e identidades são formadas e constituem sentido(s) (DÍAZ, 2009, p. 420).

Hall (2003, p. 208-209) aponta que o trabalho dos estudos culturais foi interrompido diversas vezes por fatores externos, uma dessas interrupções foi a causada pelo feminismo. As feministas chegaram como que de surpresa, “sem serem convidadas”, arrombando as janelas dos estudos culturais: “chegou como um ladrão à noite, invadiu; interrompeu; cagou na mesa dos estudos culturais” (HALL, 2003, p. 209). Antes de seguir nosso pensamento, é importante sinalizar aqui que, apesar de Hall se referir ao feminismo como algo externo, as feministas já realizavam estudos dentro do CCCS neste período. Isso pode ser constatado por meio do relato de Brunsdon (1996, p. 280):

Na primeira vez em que li essa avaliação, eu queria esquecê-la imediatamente. Negá-la, ignorá-la, desconhecê-la – não reconhecer a agressão ali contida. Não tanto para negar que as feministas do CCCS, durante os anos 70, haviam feito um poderoso desafio aos estudos culturais, na forma como estavam constituídos naquele momento e naquele lugar, mas para negar que tivesse acontecido da forma ali descrita.

É verdade que poucas mulheres trabalhavam no centro. Entretanto, afirmar que o feminismo chegou como uma surpresa inconveniente, foi recebido com espanto pelas estudiosas que participavam ativamente do centro de investigação.

Desde a instauração do CCCS (1964) até a data da formação do *Women's Studies Group* (1974), apenas duas ou três mulheres faziam parte do centro, diante de cerca de vinte homens. Elas trabalhavam em vários subgrupos de estudos que se formavam na instituição, mas em nenhum deles observavam o interesse em estudar as mulheres como sujeito de pesquisa.

As estudiosas se encontravam em uma situação de isolamento, enquanto os homens do centro discutiam os textos teóricos e acadêmicos e, sobretudo, demarcavam as problemáticas a serem investigadas. As pesquisadoras começaram a perceber que havia uma ausência estrutural importante sobre questões referentes às mulheres naqueles estudos (DÍAZ, 2009).

Com o apoio do *Women Liberation Movement* e a chegada em 1974 de mais mulheres interessadas em pesquisar sobre mulheres, as pesquisadoras organizaram-se para criar o *Women's Studies Group*. O grupo inicialmente estava aberto à participação de homens e mulheres. O primeiro homem que se juntou ao grupo, fez isso no segundo semestre do ano de 1975 (DÍAZ, 2009).

Segundo Escosteguy (2018), as primeiras produções no CCCS com a temática feminina, de um modo geral, preocupavam-se com a imagem da mulher produzida pela mídia e como tal discurso reforçava papéis tradicionais e machistas de gênero. Essas primeiras análises também preocupavam-se com a forma homogênea em que as mulheres eram apresentadas, desconsiderando as diferenças raciais, de classe, de sexualidade... Apesar dessa ênfase estar sob a mirada das pesquisadoras feministas, o grupo ainda trabalhava fechado na categoria universalizante de mulher, no singular. Neste momento inicial, destaca-se o trabalho de Angela McRobbie e Jenny Garber (1975) sobre a cultura juvenil. Por meio de entrevistas com adolescentes, as autoras concluem que a cultura das adolescentes estava centrado na relevância de ter um companheiro e na importância de suas aparências. Segundo as autoras, isso era resultado da opressão vivenciada por esse grupo.

Nesse período inaugural, as pesquisadoras relatam uma preocupação e um caráter ambíguo do grupo: possuía a função de apoio mútuo entre seus membros, o que gerava problemas tanto em termos de trabalho quanto na maneira como elas o realizavam. O dilema era: como mulheres poderiam ser o sujeito e o objeto de seu próprio estudo. Isso gerava uma tensão, mas também lhes dava o impulso político para realizar suas pesquisas (DÍAZ, 2009). As pesquisadoras feministas estavam desafiando as lógicas da “ciência neutra” e validando os aspectos subjetivos dos sujeitos como parte do desenvolvimento do conhecimento científico.

Em junho de 1976, as mulheres do grupo decidem criar um fórum fechado exclusivamente de mulheres para mulheres. Essa exclusão dos homens foi uma estratégia para ampliar a expressão das mulheres, para que as vozes femininas oprimidas - pelo poder patriarcal, pudessem falar por si mesmas e constituir confiança (R. Larne apud BRUNSDON, 2007). Essa definição – teórica e política, separatista, foi importante para que as mulheres compreendessem suas situações e pudessem

criar suas próprias análises (Mitchell apud BRUNSDON, 2007). Grupos minoritários, geralmente necessitam de um espaço próprio para produzir conhecimento. A ciência é um campo estruturado por relações de poder e, por isso mesmo, os outros – não abarcados em uma determinada forma de fazer ciência, reivindicam um lugar diferente, sem vozes dominantes.

Em 1978, o *Women's Studies Group* organizou a primeira antologia de estudos culturais focada exclusivamente em estudos femininos, intitulado: *Women Take Issue: Aspects of Women's Subordination* (1978). O livro não apresenta nenhum dos membros de seu grupo editorial como editor principal, limitando-se a oferecer uma lista de autores na primeira página. O primeiro ensaio explica como o volume foi produzido, isto é, por um grupo de pesquisadoras e pesquisadores do *Women's Studies Group* (nove mulheres e dois homens). A coletânea conta a história do *Women's Studies Group*, as motivações e os desafios internos do coletivo.

Women Take Issue constitui a décima edição de *Working Papers in Cultural Studies* – revista anual do Centro. O *Women's Studies Group* afirma que das nove edições anteriores, só haviam sido publicados quatro artigos relacionados aos estudos de mulheres. A invisibilidade das mulheres nos trabalhos do Centro é a motivação principal para construção dessa coletânea. Essa ausência é resultado de complexos fatores que vão sendo detalhados ao decorrer da obra (DÍAZ, 2009).

O objetivo central do livro é político. *Women Take Issue* busca questionar muitas das noções existentes na sociedade sobre o papel e a construção do sexo e do gênero, como tais noções são adquiridas e transmitidas,

através de las preguntas que formula el feminismo, y de las ausencias que detecta se va constituyendo la investigación feminista y los estudios de la mujer como uno de los aspectos de la lucha por transformar la sociedad con el fin último de que los 'estudios de la mujer' lleguen a ser algo innecesario (*Women's Studies Group*, p. 7, 1978 apud DÍAZ, p. 427, 2009).

As dificuldades assumidas nessa primeira analogia diziam respeito as seguintes pautas: a quem interessava o que se estava produzindo? E para quem se estava falando? Isso, de certa forma, demonstrava a insegurança dessas mulheres em um

campo dominado por vozes masculinas e de pouco espaço para a presença feminina. Mas também, revelava a autoreflexividade do grupo.

O principal desafio, nessa coletânea, era construir bases conceituais que pudessem centrar em uma análise feminista. Porém, assumir tal compromisso, era restringir as preocupações centradas exclusivamente nas mulheres, que por um lado, representou desafiar os paradigmas já estabelecidos no Centro de investigação e por outro, abriu brechas para demarcar um novo campo de estudos, delimitando diferentes objetos de pesquisa.

Women Take Issue fez com que o feminismo fosse mais aceito dentro do CCCS e que membros do grupo pudessem ter a experiência de politização (DÍAZ, p. 430, 2009).

A segunda antologia *Off-Centre: Feminism and Cultural Studies* (1991), buscava continuar o trabalho coletivo desenvolvido nos subgrupos do centro. A motivação para a publicação dessa segunda coletânea feminista, foi a comemoração dos dez anos de publicação de *Women Take Issue*, e, de certa forma, traz uma retrospectiva dos estudos feministas dentro do CCCS (DÍAZ, 2009).

Em *Off-Centre*, as pesquisadoras esclarecem que a relação entre feminismo e estudos culturais nem sempre é uma relação conciliadora, ressaltam ainda, que essa narrativa não é linear nem unificada. Tanto no que diz respeito às práticas de trabalho, quanto aos pontos de vista intelectuais e políticos. Mas, ao mesmo tempo, afirmam que essa segunda antologia foi produzida com um forte compromisso de aperfeiçoar essa relação (DÍAZ, 2009).

Nessa coletânea, segundo Díaz (2009), as estudiosas não se concentram apenas em documentar a opressão das mulheres, mas também, começam a desenvolver teorias mais gerais para explicar como e porquê se formava a subordinação entre os gêneros.

As direções que as pesquisadoras buscam para explicar as relações de gênero variam: algumas optam por analisar pelo viés marxista, destacando a opressão de assalariados e a posição das mulheres trabalhadoras, tanto no âmbito doméstico quanto fora de casa – dupla jornada, outras procuram explicar as opressões pelas

estruturas do sistema patriarcal e algumas, se focam em analisar a subordinação feminina pela perspectiva dos marcadores sociais, como raça, sexualidade e divisão de classe.

As autoras de *Off-Centre* relatam o aumento expressivo do impacto do feminismo dentro dos estudos culturais. O movimento feminsita foi importante na delimitação de caminhos para a análise da posição das mulheres na sociedade em espaços institucionais. Além de apontar a falta de atenção aos estudos de gênero dentro das análises e debates, os estudos feminsitas ainda introduziram novos eixos de debates, como a violência masculina, sexualidade e reprodução (DÍAS, 2009).

Os estudos feministas desse primeiro período (década de 1970) no CCCS, segundo Escosteguy (2016, p. 66), privilegiavam uma posição de equivalência entre mulheres e feministas, mostrando como estamos inseridas numa mesma categoria, no qual sofremos as consequências de uma sociedade patriarcal. Essas análises objetivavam mostrar como os discursos dominantes da mídia reforçavam os papéis desiguais e opressores de gênero. E, embora tivessem a motivação de demonstrar essas desigualdades entre os homens e mulheres, estabeleciam uma unidade unificadora e universalizante.

Isso muda na década de 80, quando se questiona sobre tal universalização. O foco das questões de desigualdades de gênero se desloca para a valorização das diferenças em torno da categoria mulher. Passam a ser destacadas, principalmente, questões de raça, geração e orientação sexual. Obviamente, a questão da classe estava desde o início no horizonte dessas análises¹³.

Nessa fase, além da incorporação de novos temas, as experiências das mulheres diante dos textos midiáticos passam a serem relevantes para as pesquisas. Ou seja, o sentido de um texto não está necessariamente em si mesmo, e, sim, na articulação entre sujeitos, textos e seus contextos (ESCOSTEGUY, 2016, p. 68).

O feminismo reorganizou a agenda de estudos do CCCS, introduzindo a expansão da noção de poder, questões políticas associadas ao pessoal, estudos da

¹³ Como na obra clássica dos Estudos Culturais, *The Uses of Literacy*, de Richard Hoggart (1958), e mais tarde o trabalho *Resistance through rituals: youth subcultures in postwar Britain*, de Stuart Hall e Tony Jefferson (1976).

subjetividade e da psicanálise. Houve uma consolidação pelo interesse em estudar a vida cotidiana das pessoas – de onde emanaria as desigualdades, o modo de ser do sujeito e a experiência vivida.

Fazer as mulheres falarem de suas experiências pessoais fizeram com que elas reconhecessem aquilo como construções sociais – e políticas, e não como natural ou pessoal. Não questionar o pessoal é ignorar a especificidade de opressão que é imposto no modo como vivemos. Estar atenta às experiências femininas é a chave para entender o que determina que nossas experiências sejam opressivas e subordinadas, de modo a modificá-las em um nível que ultrapasse o individual.

É possível dizer que as pesquisadoras feministas do CCCS abriram espaço para a construção de uma epistemologia feminista.

EPISTEMOLOGIA FEMINISTA: DA ESPECIFICIDADE À AUTOCRÍTICA

O modo de fazer pesquisa feminista contradiz a tradição filosófica. Opondo razão x emoção, público x privado, as feministas do CCCS desafiam essa lógica, legitimando o conhecimento subjetivo, criando uma ruptura no modo de produzir conhecimento. As mulheres transformam os saberes ao incorporar os espaços públicos e a produção científica.

Falar em ruptura feminista implica pensar em uma (ou várias) epistemologia/projeto feminista de ciência (RAGO, 2019). Não podemos negar que existem especificidades no modo de fazer ciência feminista.

A ciência “neutra” e até pouco tempo, única forma que se tinha conhecimento de reflexão científica era a masculina. As feministas rompem com esse modo de pensar e propõem um modo alternativo de produzir conhecimento. As pesquisadoras trazem consigo uma experiência diferente da masculina e isso produz efeitos transformadores e reais que vertem em suas investigações.

As mulheres trabalham na via da produção de um contradiscurso, convertendo o conhecimento até então estável e inquestionável. “O feminismo não apenas tem

produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera” (RAGO, 2019, p. 373).

Desestabilizando as noções fixas, as pesquisadoras transformam o saber “universal”, operando e modificando as categorias excludentes, suas críticas “incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista” (RAGO, 2019, p. 374). Além disso, trazem para o campo científico novos temas de estudos, anteriormente invisibilizados por essa mesma lógica inquestionável - da objetividade e da neutralidade, que garantia a veracidade do conhecimento.

A crítica feminista traz à tona as diferentes relações de poder. O âmbito privado passa a ser visto, as multiplicidades também. O sujeito deixa de ser ponto de partida e passa a ser considerado dinamicamente em toda a sua complexa inserção nas relações sexuais, sociais, étnicas, religiosas... com os estudos feministas, as identidades são pensadas como construídas social e culturalmente.

Sandra Harding (2019), assim como outras feministas, questionam se o feminismo não estaria também propondo um tipo de poder-saber que tanto criticamos. Como Rago (2009) comenta, todos os grupos minoritários – relativamente organizados, estão lutando também por um lugar de reconhecimento no campo científico. Não podemos negar que mesmo grupos minoritários – como no caso das mulheres, possuem diferentes relações de poder dentro dele. Ser mulher branca, ser mulher negra, ser de classe média/alta/baixa, ser lésbica, ser indígena... são dimensões que produzem níveis diferentes de desigualdades.

Ao produzir um tipo de conhecimento, obviamente, estamos relacionados com uma certa forma de poder. Daí a importância também em pensar e pôr em prática estudos interseccionais, para que não cair no abismo de criar o que nós mesmas criticamos. Falamos de intersecções porque estruturas de classe, raça e gênero não podem ser consideradas como independentes, pois estão articuladas, se constituem e são constitutivas uma das outras (BRAH, 2006). Entretanto, essa articulação não ocorre sem desafios¹⁴.

14 Apesar do texto não se aprofundar nas questões interseccionais, torna-se importante demarcar a pesquisadora que produz esse texto. Sou branca, universitária, logo, estou inserida em um grupo privilegiado.

Não podemos negar que como mulheres, somos grupos minoritários e iremos sofrer opressões e desafios com relação às pesquisas, como relatado no desenvolvimento dos trabalhos das feministas do CCCS. Porém, não podemos apagar as especificidades e as diferenças entre as mulheres. Torna-se essencial então, nos estudos (culturais) feministas, perceber e refletir o que a ciência faz e não faz, também. O que fica de fora destas teorias e as razões dessas exclusões e inclusões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Da invisibilidade da produção feminista dos estudos culturais anglo-saxônicos, até a criação de novas categorias de análise, o texto procurou apresentar algumas das pesquisas inaugurais de mulheres nos estudos culturais, principalmente aquelas desenvolvidas na Universidade de Birmingham, as dificuldades assumidas no desenvolvimento de seus trabalhos, até a consolidação de novos paradigmas de análise das opressões de gênero e das diferenças entre as mulheres.

Procuramos destacar os principais trabalhos desenvolvidos pelas pesquisadoras nos momentos iniciais de “ruptura” do feminismo na vertente dos estudos culturais.

Quando Hall afirma que o feminismo chega arrombando a janela dos estudos culturais, já haviam mulheres estudando gênero no Centro. A pesquisa sobre a cultura juvenil de meninas, de Angela McRobbie e Jenny Garber, por exemplo, já havia sido desenvolvida.

O relato de Brundson escancara a invisibilidade que ocorria no CCCS com relação as pesquisadoras e seus trabalhos. As mulheres conseguem destaque apenas na décima edição de *Working papers in cultural studies*.

Com *Woman take Issue*, as pesquisadoras relatam seus anseios e dificuldades no Centro, mas também começam a construir novas bases para uma análise feminina. Já na segunda antologia, *Off-center*, as pesquisadoras afirmam que cada vez mais o feminismo “irrompe” os estudos culturais, trazendo novas abordagens de estudos e apesar de ser uma relação com desafios, o objetivo é aprimorar cada vez mais o viés feminista dentro do Centro.

As feministas associadas aos estudos culturais, trouxeram para o campo da ciência a possibilidade de estudar as subjetividades, os espaços privados e as emoções. Objetos de estudos que estão em foco ainda nos dias atuais.

As pesquisadoras consolidam um modo diferente de produção de ciência que hoje poderia ser chamado de estudos culturais feministas, como apontado por Escosteguy (2018).

Ao final, procuramos provocar uma autorreflexão sobre estudos (culturais) feministas. É só a partir dos anos 80 que as pesquisadoras associadas aos estudos culturais anglo-saxônicos, começam a pensar em formas de não homogeneizar as mulheres e colocá-las em uma mesma categoria. Já que isso, geraria exclusões e subordinações, novamente.

As produções *de* mulheres, *sobre* mulheres sempre serão políticas. Mas é preciso refletir também sobre que tipo de exclusões criamos no nosso processo de produção de conhecimento. Apontar as diferenças e pontuar de onde se parte, torna-se fundamental para não perpetuar as exclusões.

Por fim, o texto procurou fazer uma retrospectiva sobre as primeiras pesquisas feministas dos estudos culturais, principalmente aquelas desenvolvidas na Universidade de Birmingham, para apontar os desafios e as conquistas dessas primeiras pesquisadoras na vertente anglo-saxônica dos estudos culturais, conquistas que contribuem com as pesquisas ainda nos dias atuais, trazendo para o nosso campo objetos de análises que anteriormente, a velha ciência -“neutra”, não considerava.

REFERÊNCIAS

BRUNSDON, Charlotte. A thief in the night: Stories of feminism in the 1970's at CCCS. In MORLEY, David & CHEN, Kuan-Hsing (eds.) Stuart Hall - Critical dialogues in cultural studies. London/New York: Routledge, p. 276-286, 1996.

COSTA, Cristiane. Rede. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. Explosão feminista: arte, cultura política e universidade. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

COSTA, Jurandir Freire. O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo. Rio de Janeiro, Gramond, 2004.

DÍAZ, I. G. Mujeres que 'interrumpen' procesos: las primeras antologías feministas en los Estudios Culturales. Estudios Feministas, 2009, 17 (2), p. 417-443.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. A contribuição do olhar feminista. Intexto: UFRGS, 1998. Disponível em: Acesso em 19/11/2018.

_____, Ana Carolina D. Comunicação e gênero [recurso eletrônico]: a aventura da pesquisa / (Org.) – Porto. Alegre : EDIPUCRS, 2008. 173 p.

_____, Ana Carolina D. Stuart Hall e feminismo: revisitado relações. MATRIZES. V.10 - Nº 3 set/dez. 2016. São Paulo – Brasil, p. 61-76.

_____, Ana Carolina. Estudos culturais e feminismo ou estudos culturais feministas? Trabalho apresentado no GT Cultura da Mídia, Compós, 2018. Disponível em: <https://www.compos.org.br/anais.php> Acesso em: 1/10/2020.

HALL, S. Os estudos culturais e seu legado teórico. In: SOVIK, Liv (org.) Da diáspora. Identidades e mediações culturais. Stuart Hall. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

hooks, bell. O olhar opositor: mulheres negras espectadoras. In hooks, b. Olhares negros – raça e representação. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

LEAL, Tatiane. A invenção da sororidade: sentimentos morais, feminismo e mídia. Rio de Janeiro, 2019.

NASCIMENTO, Fernanda. Estudos culturais e estudos descoloniais: diálogos e rupturas na construção de uma pesquisa de recepção. Novos Olhares - Vol.7 N.1, 2018.

PINHEIRO, Luana Simões. Os dilemas da construção do sujeito no feminismo da pós-modernidade. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) Pensamento feminista brasileiro – Formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

WHELEHAN, Imelda. Representing Women in Popular Culture. The SAGE Handbook of Feminist Theory. 2014, pp. 232-250.

INTRODUÇÃO

Se existe um tema que move os debates sobre as diferenças entre homens e mulheres é a diferença entre o mundo público e o privado. Atualmente compreendemos como as esferas públicas e privadas de misturam, mas nem sempre foi assim. As críticas feministas à dicotomia entre o público e o privado, por vezes objetivam chamar nossa atenção para a existência de uma visão inventada, fictícia que ocorre a partir da relação opositiva que o mundo patriarcal faz entre as esferas privada e a pública. Abandonar essa dualidade entre ambas as esferas não é apenas necessário, mas esperado, já que no Brasil do século XXI essas esferas se encontrem, se misturam e por vezes até se confundem. (BIROLI, 2014)

Historicamente, diversos aspectos da vida privada não eram passíveis de intervenção pública, como o caso da violência doméstica, que por muito tempo foi vista como uma questão pessoal, privada que não dizia respeito ao mundo público e que hoje já é vista como um problema social que diz respeito a segurança pública como um todo. Outro exemplo que por muito tempo era normalizado é a questão da obrigatoriedade das mulheres de saciarem as necessidades sexuais dos maridos, sendo muitas vezes submetidas a abusos sexuais e estupros dentro do casamento, atualmente já existe o entendimento de que o marido não possui a propriedade sobre o corpo da sua companheira, devendo nestes casos haver uma intervenção estatal, pública, sobre os excessos maritais. (BIROLI, 2014)

1) Compreendendo os conceitos

Um aspecto relevante é compreendermos que a construção das esferas pú-

15 Advogada, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUCRS e graduanda em História pela PUCRS. Especialista em Ciências Penais pela PUCRS e em Advocacia Criminal pela Verbo Jurídico. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4505698674800286> E-mail: annaortizborges@gmail.com

blica e privada se dá com a normalização da ocupação do espaço público pelos homens e privado por todos. Tornar os espaços públicos exclusivamente masculinos se mostrou providencial para a permanência do estado tradicional das coisas. Com a definição dos papéis sexuais se estabelece que o mundo político era masculino, o mundo da casa e dos filhos, femininos, e qualquer distanciamento desses padrões seria hostilizado. Sendo assim, naturaliza-se o ambiente doméstico como feminino, naturaliza-se o cuidado dos idosos e das crianças como sendo papéis exclusivamente femininos. Mancha-se a moral das moças que precisam trabalhar fora, que escolhem não se casarem, que escolhem não engravidarem ou estudarem, pois tudo que se distancia do estereótipo do papel criado para as mulheres não é “apropriado” e acaba sendo fortemente contestado. Através de um olhar historiográfico fica nítido que somente as mudanças no público não alteram as vivências no mundo privado, por isso, as mudanças nas estruturas sociais necessitam tantos anos para se completarem. (PATEMAN, 1996)

Nancy Cott (1991) procura explicar em que momento a virada entre o público e privado ganha força nos Estados Unidos, este fenômeno social poucos anos depois se refletiria diretamente em outros países como o Brasil:

Na sua realidade tão diversa, as mulheres modernas emergiram das lutas anteriores pela emancipação política, econômica e sexual. As décadas em torno da viragem do século geraram os mais eficazes movimentos feministas, assim como operários e socialistas, jamais vistos nos Estados Unidos. A década de 1910 assistiu a conquistas sem precedentes das mulheres nas profissões qualificadas e de colarinho branco. No início do século XX, a linguagem do feminismo emancipado tornou-se familiar. Por volta dos anos 20, empenhados agentes da modernidade tinham de ter em conta os anseios e símbolos de liberdade e de individualidade das mulheres. (COTT, 1991, p.95)

Através da antropologia social se torna perceptível que apesar de homens e mulheres serem biologicamente diferentes, eles não são necessariamente desiguais em suas relações sociais. Observando diferentes culturas e suas populações nota-se que o lugar ocupado pela mulher nas mais diversas sociedades nem sempre é inferior ao lugar ocupado pelos homens. Existiram e ainda existem sociedades onde se estabelece uma estrutura matriarcal, onde nem sempre o lugar feminino esta interligado aos cuidados das crianças, dos doentes e dos idosos, onde as mulheres

caçam, lutam e são referências na chefia política ou espiritual, lugares bem diferentes da cultura geral que predomina no mundo ocidental contemporâneo. Obviamente estes são fatores que estabelecem claramente que a submissão feminina não é um aspecto meramente biológico, uma inferioridade de força física, mas sim um pacto social que depende da cultura e dos valores de cada grupo. Portanto, o lugar público como exclusivamente masculino se mostra uma criação patriarcal estabelecida há tantos anos que se naturalizou. (LERNER, 2019)

Essa construção estrutural do patriarcado delimitando o espaço feminino apesar de ser tradicional mostra-se extremamente ultrapassada quando observamos o importante lugar que a mulher ocupa no mundo público das civilizações ocidentais contemporâneas. É indiscutível que as mulheres tomaram para si os postos de trabalhos, e que na atualidade elas são a maioria inclusive nas cadeiras das universidades, cada vez mais qualificadas e mais experientes parece impossível que as mulheres “voltem para seus armários”. Logo, apesar da exclusão das mulheres parecer uma opção feita por muitas nações no momento de suas criações, a ocupação feminina do mundo político se torna urgente. Se no Brasil as mulheres já compõem mais da metade do eleitorado questiona-se o porquê de elas ocuparem tão poucos lugares no legislativo ou executivo nacional. (RAGO, 1987)

2) Dominação Masculina moderna e pós-moderna

Mas, afinal, o que ganhariam os homens com a manutenção da vida feminina restrita ao ambiente do lar? Para alguns autores, essa escolha de forma de estruturar a sociedade garantiria ao sexo masculino a dominação do sexo feminino. Isso implicaria, por exemplo, na garantia para os homens o trabalho feminino gratuito, por vezes podendo ser comparado ao trabalho escravo, entre eles o trabalho de lavar, cozinhar, passar, limpar a casa, educar e ensinar a prole, manter todos os cuidados do ambiente doméstico próprio e muitas vezes precisando vender seus cuidados para o ambiente doméstico alheio para garantir uma melhor situação financeira para a família. Apesar de isso tudo parecer arcaico, não podemos esquecer que para muitas mulheres sem acesso a uma boa educação e boas oportunidades ainda hoje no Brasil é o trabalho doméstico que sobra como atividade laboral para boa parte delas. (BOURDIEU, 2012; BIROLI, 2014)

Devemos então perceber que tradicionalmente a dicotomia entre público e privado não confere as mulheres a posição de dominância nem mesmo dentro do ambiente doméstico, exceto quando essas atuam na ausência de um homem como chefe de família. Por muito tempo o trabalho doméstico era exclusivamente feminino e era conduzido para agradar o marido, deixando a mulher em segundo plano inclusive dentro da sua própria casa, o que conferiria aos homens o poder para utilizarem das mulheres, dos seus corpos e da sua força de trabalho sem nenhuma limitação. (RAGO, 1987; PERROT, 2019)

As mudanças se iniciam quando as mulheres passam a exercer cada vez mais seu espaço no mundo público, em especial no meio do trabalho remunerado, pouco a pouco as moças solteiras ocupam as fábricas e os bancos escolares, conferindo a elas a oportunidade de adquirirem sua independência financeira. Apesar disso, a independência financeira por si só não resolveria como um todo o problema da estrutura hierárquica social que colocava as mulheres como subordinadas ao sexo masculino, pois apesar da conquistas financeiras as mulheres precisariam de uma verdadeira revolução nos papéis sociais para serem aceitas sem a necessidade de um homem como uma bengala para ocuparem os lugares que desejassem. (PERROT, 2019)

Nessa lento ritmo que as grandes mudanças foram se dando, a ocupação feminina ao espaço público se iniciou pelo mundo do trabalho, passando pelos valores educacionais e alcançando o mundo político. Pouco a pouco as mulheres perceberem que se passaram a ser economicamente autossuficientes todo um mundo de mercado, marketing, venda e propagandas também se abria para elas, e logo surgem as revistas para as mulheres, as propagandas femininas, e diversas categorias que antes se silenciavam sobre as necessidades femininas passaram a compreender que as mulheres agora possuiriam capital para gastar no que bem entendessem. As mulheres estavam adquirindo o direito à publicidade e tão logo passariam a adquirir o direito à vida política, borrando ainda mais a retrograda dualidade entre as esferas públicas e privadas. (PERROT, 2019)

Neste sentido:

Outro fenômeno do século XX, a massificação da cultura, ligada ao desenvolvimento das sociedades de consumo, redefine a fronteira público-privado,

que se diz diretamente a respeito às mulheres. Estamos atualmente longe de uma perspectiva totalmente negativa, em que a cultura das massas era considerada como um processo de uniformização geral e de alienação dos grupos oprimidos. Esta surge como mais ambivalente, tendo por vezes constituído, para as mulheres, uma via de emancipação, não só pelas mudanças de comportamento que acarreta, mas também pela modificação do par cultural masculino-feminino. Situados no seu contexto histórico, a imprensa feminina ou o cinema de Hollywood, de que as mulheres foram grandes consumidoras, são, a este respeito reveladores; e talvez, também a publicidade. (Thébaud, 1991, p. 313)

Se faz necessário lembrar que todas essas mudanças sociais que permitiram que as mulheres encontrassem brechas no mundo público para que pudessem se infiltrar nem sempre foram facilitadas pelos dominantes. Muitas barreiras foram impostas tentando travar o acesso feminino ao mercado de trabalho remunerado. As oportunidades que apareciam para os indivíduos também dependiam do gênero que esses tinham, pouco a pouco tanto o homem quanto a mulher passam a serem vistos de maneira mais universal, se normalizando a ocupação feminina da esfera pública tanto quanto a masculina. (BIROLI, 2014)

Outro aspecto fundamental que a autora Susan Okin (2008) traz é que as configurações históricas da dicotômica relação entre o público e o privado acaba sendo criticada, pois para as correntes feministas as teorias políticas liberais parecem ignorar os seguintes aspectos: a natureza política das famílias, a relevância da justiça na vida pessoal e as desigualdades de gênero sobre a tutela do que Okin (2008) chama de uma falsa neutralidade de gênero. Trazendo à tona que o mundo público e o privado não deveriam ser observados como aspectos que se opõem, mas que na verdade se complementam.

3) Movimento feminista, público e privado

Com isso, já nos anos 80, os grupos que se dedicavam ao movimento feminista passam a lutar não mais pela inclusão das mulheres no mundo público, que nesse altura já havia sido conquistado, as mulheres já eram livres para votar, trabalhar e estudar, mas para que dentro do mundo privado os direitos dessas mesmas mulheres fossem garantidos. Lutavam agora pelo direito à liberdade sexual e reprodutiva feminina, por não serem castigadas por seus companheiros sofrendo uma grande gama de violências físicas, morais, patrimoniais que muitas vezes resultava com

assassinato, como tantos famosos casos que a mídia divulgava. Anos mais tarde, surge a Constituição Federal de 1988 que garantia uma igualdade formal total entre os gêneros, sem nenhuma distinção dos seus direitos e deveres, acabando com a hierarquia anteriormente imposta onde os homens eram vistos como a cabeça da família. (RAGO, 1987; BIROLI, 2014)

A compreensão de que a esfera privada também é pública é fundamental para o pensamento feminista, é necessário compreendermos que o privado sempre foi público para os homens, que através das leis submetiam as relações privadas as suas regras. Para as mulheres, diferentemente, o público por muito tempo foi privado a elas, ou privativo aos homens. Sem o alcance feminino ao público elas não poderiam mudar as leis que as submetiam, criando um ciclo sem fim de desigualdade, que só está se modificado gradativamente conforme os homens permitem o acesso feminino ao mundo político, aos processos legislativos, executivos e, até mesmo, as decisões judiciais. (MIGUEL, 2000)

Com isso, é preciso compreender que o público e o privado é muito mais do que um benefício dado as mulheres, mas um direito que não pode ser negado a elas. Okin (1998) explica que na perspectiva liberal a privacidade é importantíssima, pois funcionaria como uma espécie de freio para as atividades estatais que ameaçariam liberdade referente a vida privada. Acontece que na perspectiva feminista a falta de um estado não resultaria em uma garantia à vida privada com liberdade. Birolí (2014) explica que:

Em contextos de dominação masculina, significou o direito dos “chefes de família” a não sofrer interferência no controle nem no comando sobre outros indivíduos na esfera privada. Há uma denúncia clara, nesse caso, de que a privacidade ganha sentidos diferentes para os indivíduos segundo sua posição nas relações de poder. Por isso seria importante redefini-lo a partir de uma perspectiva feminista. Mas o gênero não esgota as questões relativas ao acesso diferenciado à privacidade. O usufruto da privacidade está diretamente relacionado à posição social dos indivíduos. Para homens brancos e com carreiras profissionais bem remuneradas, o usufruto da privacidade pode ser possível no espaço público – escritórios com portas fechadas, com controle sobre quem tem acesso a eles, são um exemplo – assim como no espaço doméstico, em que uma posição privilegiada no acesso a recursos pode permitir uma casa com espaço suficiente para usufruto da privacidade, enquanto vantagens produzidas pela divisão sexual do trabalho garantem o tempo necessário para isso. (BIROLI, 2014, p.39)

No Brasil, o toque público nas feridas da vida privada é recente, a Lei Maria da Penha visando a proteção das vítimas de violência doméstica foi criada apenas em 2006. Mais recente ainda é a Lei do Femicídio criada em 2015 com a tentativa de incluir a modalidade de feminicídio como homicídio qualificado, ou seja, uma tentativa de aumentar a pena dos réus que cometem homicídios por razões de discriminação da condição do sexo feminino. Todo esse arcabouço legislativo se dá em uma tentativa por parte do estado de garantir que dentro da vida privada as mulheres consigam exercer a igualdade formal proposta pela Constituição Federal. (MIGUEL, 2014)

Essa normatização da violência contra a mulher é um claro sinal da vitória feminina frente a batalha do público e do privado. Biroli (2014) tenta historicizar de maneira geral as discussões feministas ao redor do mundo através da ideia de separação entre as esferas pública e privada, passando por diversas correntes do movimento, do feminismo radical até o liberal. Ela traz então a seguinte passagem:

A dualidade convencional entre vida pública e vida doméstica contribui para impedir a tematização da violência doméstica e do estupro no casamento. A primeira foi, por muito tempo, tida como um problema particular e, em forte medida, naturalizada como parte constitutiva da relação esperada entre homens e mulheres. O estupro no casamento, por sua vez, até recentemente foi visto como uma impossibilidade lógica, uma vez que o direito ao corpo da mulher era entendido como algo que é transferido para o marido no momento do casamento. Um dos efeitos desse “pertencimento”, que é, simultaneamente, uma localização (na esfera doméstica) e uma subordinação (ao marido ou, antes dele, ao pai) é que em sociedades nas quais prevalecem práticas sexistas e misóginas, a mulher é alvo de violência tanto na esfera doméstica quanto fora dela, quando esses laços “protetores” não são reconhecidos. (BIROLI, 2014, p. 42 e 43)

Reforça-se, assim, a necessidade de proteção estatal a vida das mulheres não apenas na esfera pública, mas também na privada. Outro aspecto relevante é que faz sentido abandonarmos a visão que o mundo privado e o mundo público correspondem a lugares e tempos distintos na vida dos indivíduos. Passa-se, assim, a se observar ambas as esferas como um complexo diferenciado de relações, práticas e de direitos. Estas relações precisam ser vistas como permanentemente imbricados, pois se complementam, não se opõem. (PERROT, 2019)

É preciso compreender que o ambiente doméstico impacta diretamente nas oportunidades e condições tanto para homens, quanto para as mulheres, mas impacta

talvez de maneira mais profunda para elas que dedicam uma grande quantidade de horas diárias para a execução de atividades dentro de casa. Por isso, não podendo ser encarado o ambiente doméstico de maneira descolada da esfera pública. A divisão então não se mostra apenas fictícia, mas ilusória e acaba resultando não apenas em espaços (erroneamente) diferentes de atuação para cada gênero, mas também na formação de uma visão naturalizada de características femininas ou masculinas que são formações apenas culturais. (BIROLI, 2014)

Biroli (2014) também se utiliza do termo “dona de casa” de maneira muito crítica. Iniciando pela questão de que esta terminologia estaria atribuindo uma falsa responsabilidade exclusiva do cuidado feminino com os afazeres domésticos e com a maternidade que traz uma gama de características tidas como femininas entre elas: a passividade, o carinho, a incapacidade de agir de forma racional e as emoções afloradas. Obviamente essas características também servem para justificar perfeitamente o porquê o espaço político não é um ambiente próprio para as mulheres, já que a política seria um espaço para a razão e não para o afloramento de rompantes emocionais descabidos. (BIROLI, 2014)

Os homens defendem para si o oposto destas características, demonstrando sempre uma grande racionalidade e, por longos períodos históricos o grande diferencial masculino era o estudo, que por muito tempo foi privado das mulheres. Nítidamente era mais fácil desqualificar a fala feminina ao vinculá-la com os excessos emocionais e a ignorância, atualmente as mulheres já possuem tanta, se não mais, qualificação que os homens, por isso, esse argumento foi deixado no passado. Além disso, a dupla jornada de trabalho também se mostra um aspecto relevante sobre a dicotomia no público e do privado. Quando as mulheres conseguem ocupar o espaço público, sendo aceitas em serviços remunerados e posteriormente a trabalhos assalariados, isso não gerou de imediato uma redivisão do trabalho doméstico ou dos cuidados com as crianças, portanto, as mulheres passaram a cumprir uma jornada na rua, remunerada e outra jornada, sem remuneração, dentro de suas casas. Essa sobrecarga de responsabilidades femininas pode ser uma das explicações para que as mulheres não tivessem “tempo” hábil para se dedicarem a outras áreas como ao campo político. (BIROLI, 2014)

Outro fenômeno valioso que pode ser percebido é que mesmo conquistando o trabalho remunerado, quando as mulheres têm seus primeiros filhos elas começam a sentir a exclusão do mercado de trabalho. Mulheres com filhos não são as funcionárias mais desejadas, na verdade nunca foram. Historicamente, quando as mulheres foram incluídas no mundo do trabalho, as primeiras a ocuparem os espaços públicos eram as moças solteiras. Estas quando se casavam normalmente paravam de trabalhar e passavam a ser sustentadas pelos maridos, onde dedicavam seus dias exclusivamente para o cuidado de sua própria casa e dos filhos. Com a chegada da modernidade tudo se modifica, as mulheres passam a ocupar cada vez mais as fábricas, indústrias e demais postos de trabalho, e mesmo quando se casavam tentavam manter seus trabalhos como forma de garantir uma renda extra e sua independência financeira. (PERROT, 2019)

Acontece que essa independência feminina, após adquirida dificilmente seria deixada de lado pelas mulheres de forma voluntária, com o passar do tempo mesmo as mulheres que tinham filhos seguiam trabalhando. As crianças, muitas vezes eram levadas junto para ajudar no trabalho e com o passar dos anos e o progresso na legislação trabalhista do mundo ocidental as mulheres passaram a ter garantias de licença maternidade, auxílio a creche, entre outros. Fazendo com que a maternidade não fosse mais uma questão decisória para o fim da carreira feminina. (PERROT, 2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante ao exposto, fica evidente que as mulheres passaram a acumular uma dupla jornada de trabalho, que muitas vezes se transformava em tripla quando as mesmas decidiam também voltar a estudar. Todas essas questões propriamente femininas demonstram que apesar da tão sonhada igualdade entre homens e mulheres o que mais observamos são as diversas diferenças nos papéis que a sociedade acaba por impor sob cada gênero. Estas diferenças, em pleno século XXI passam a ser utilizadas não mais apenas como forma de discriminação das mulheres por serem mulheres, mas como uma possível forma de incluir e garantir os seus direitos. Exemplificando, temos as supracitadas Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio, e, a Lei de Cotas, que através de uma política de discriminação positiva tenta proporcionar as mulheres mais acesso ao mundo político. (MIGUEL, 2000)

Pensar o feminismo através de uma análise sobre as relações entre o mundo público e o privado demonstra a importância deste tópico para o movimento, mas além disso é importante observarmos que nem todas as mulheres são credenciadas com o mesmo nível de exclusão ou de inclusão. Por exemplo, será que as mulheres indígenas possuem o mesmo acesso ao ambiente público que as mulheres brancas? Ou, será que as mulheres negras possuem o mesmo espaço no mundo político que as mulheres brancas? Os recortes de gênero, por si só representam apenas a ponta de um sistema de exclusão dos grupos tidos como minoritários, apesar disso um aspecto é fato: a garantia de inclusão feminina no mundo público não é apenas um direito, mas uma necessidade.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: Miguel, Luis Felipe; Biroli, Flávia. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BIROLI, Flavia. MELLO, Janine. Gênero e Representação Política: hipóteses sobre a diferença entre a atuação de deputadas e deputados federais na 52ª legislatura (2003-2006). *Revista Ártemis*, Vol. 11, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina* / Pierre Bourdieu tradução Maria Helena Kühner. - 11º ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

COTT, Nancy. A mulher moderna. In: DUBY, Georges; PERROT; Michelle (org.). *História das Mulheres no Ocidente*. vol. 5. Porto: Afrontamento, 1991.

FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. Ordens e Liberdades. In: DUBY, G; PERROT, M. (org). *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1991.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens* / Gerda Lerner; tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria Política Feminista e Liberalismo: O caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 15 nº 44, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política: uma introdução* / Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli- 1.ed.- São Paulo: Boitempo, 2014.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, vol.16 (2). Florianópolis, 2008.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres* / Michelle Perrot; 2. ed., 6ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2019.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THÉBAUD, Françoise. A Grande Guerra – O triunfo da divisão sexual. In: DUBY, Georges; PERROT; Michelle (org.). *História das Mulheres no Ocidente*. vol. 5. Porto: Afrontamento, 1991.

FEMINISMO NEGRO: MINORIA DENTRO DAS MINORIAS

Raíssa Schadeck¹⁶

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o objetivo de analisar como surgiu o movimento das mulheres negras dentro do movimento feminista. Primeiramente faz-se um resgate da dominação do patriarcado, ainda inscrita no inconsciente coletivo da sociedade, que historicamente se agregou a diferentes sistemas (político, religioso e outros), e continua exercendo um papel dominador muito importante na genealogia formativa de reações e respostas libertárias próprias das últimas décadas do século passado, e com um vigor ainda maior neste começo de século XXI.

Embora se evoluiu em termos de posituação de uma quantidade significativa de dispositivos voltados à proteção dos dominados e violentados, as comunicações do sistema patriarcal não foram interrompidas fazendo com que a dominação masculina se perpetue.

Esse estudo tem como base a teoria feminista, que em sua essência, tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada. Desta compreensão de sujeito do feminismo, passa-se para análise de gênero, classe e raça, vivenciado pelas mulheres negra por meio do racismo e do sexismo colonial branco.

A pesquisa é do tipo exploratória, utiliza no seu delineamento a coleta de dados em fontes bibliográficas disponíveis em meios físicos e na rede de computadores. Na sua realização é utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo.

16 Bacharel em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões - URI – Mestrado, schadeck.raissa@gmail.com.

O feminismo negro tomou forma a partir do movimento das mulheres em razão do racismo e sexismo sofrido pelas mulheres negras dentro do movimento feminista. A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas.

A relevância desta pesquisa repousa no sentido que de as mulheres negras estão historicamente em um patamar muito inferior às mulheres brancas e pior ainda e relação aos homens brancos. Dessa forma, o feminismo negro busca dar lugar à estas mulheres na sociedade atual, dando-lhes reconhecimento e identidade.

PATRIARCADO E DOMINAÇÃO: as mulheres como sujeito do feminismo

O primeiro grande sistema de dominação, se estruturou a partir de uma relevância externa dada ao gênero e à sexualidade, sobre uma lógica binária homem-não homem, macho-não macho e heterossexual-homossexual. Há que se considerar que esse conjunto de operações comunicacionais, que historicamente se agregou a diferentes sistemas (político, religioso e outros), jogou e continua jogando, com um papel dominador muito importante na genealogia formativa de reações e respostas libertárias próprias das últimas décadas do século passado, e com um vigor ainda maior neste começo de século XXI. Existe um sistema mundial de comunicação/dominação, cujos conteúdos de suas comunicações são fundamentalmente patriarcais e heterossexuais. Notadamente, por uma vontade de poder incontrolável, os homens adultos dominaram a sociedade planetária, ocupando espaços de poder e submetendo todas as demais parcelas de seres humanos a vulnerabilidade e violações. Tais estados de dominação desequilibraram de tal forma a configuração de convivência entre os seres humanos, que, ao longo do século passado, as reações de mulheres, homossexuais e outros sacrificados por esses dominadores foram circunstancialmente inevitáveis (LUCAS; SANTOS, 2015, p. 35).

Ressalta-se, que nem sempre a sociedade foi desequilibrada em termos de

relações entre gênero. Existem fortes evidências, a partir de releituras arqueológicas e estudos antropológicos, que nos primórdios da humanidade existia uma estrutura social de igualdade e parceria que foi a base da convivência humana (ANGELIN; UNSER, 2016).

Nesse sentido, nenhum ser humano era colocado acima do outro, nenhuma diferença foi igualada a inferioridade ou superioridade. As alterações culturais ocorridas nas relações humanas, antes de parceria, passaram para outras formas de relações, como guerras, força e poder. Desse modo, o princípio essencial na substituição do modelo de parceria vivido pelas sociedades primitivas, foi o modelo de dominação (EISLER apud ANGELIN; UNSER, 2016).

O patriarcado está no inconsciente coletivo da humanidade. Tal dogma da sociedade, funciona mediante um sistema de comunicação silenciosa, mas extremamente eficaz na estruturação e dinâmica dos processos de dominação das mulheres pelos homens e de homossexuais por heterossexuais (e mais ainda em relação a mulher negra). Ainda que sejam erradicadas das democracias ocidentais contemporâneas quaisquer espécies de dispositivos que permitam a legitimação de ações discriminatórias explícitas contra as mulheres; ainda que haja a configuração de um cenário, pelo menos plano normativo, de uma total igualdade de gênero, essas perspectivas, se não aprofundadas, revela, um olhar absolutamente ingênuo, pois as injustiças e desigualdades permanecem presentes em nossas sociedades ocidentais, ditas democráticas. Em outras palavras, embora se evoluiu em termos de posituação de uma quantidade significativa de dispositivos voltados à proteção dos dominados e violentados, as comunicações do sistema patriarcal não foram interrompidas, continuando a atuar fortemente nos processos de dominação e violência.

Na visão de Lucas e Santos (2015, p. 35):

Não há qualquer dúvida em afirmarmos que há placas tectônicas poderosíssimas, cujo movimento é determinado pela diferenciação de gênero, e ainda, que na superfície não percebamos, pelo menos no ocidente, terremotos discriminatórios de alta magnitude sismológica, permanece lento o movimento de continentes territoriais, determinados por essas placas patriarcais e heterossexuais que determinam a importância dos papéis e posições segundo preferências de gênero, a partir de uma visão de mundo masculina.

Para Lucas e Santos, existe um inconsciente patriarcal diluído numa normalidade supostamente igualitária. A partir disso, se percebe uma neutralidade quanto ao gênero, no sentido de que as mulheres estão numa posição de igualdade em relação aos homens, não estando excluídas em suas buscar por bens sociais valiosos. Contudo, entrando a análise, é possível visualizar e entender que o que está sendo buscado de maneira neutra quanto ao gênero é totalmente parcializado, direcionado, levando-se em conta a preponderância profunda, silenciosa, inconsciente e eficaz dos interesses e valores patriarcais. As mulheres estão em desvantagem porque a sociedade inteira favorece sistemicamente os homens ao definir trabalhos, méritos, etc.

Nesse quadro de desigualdades encontram-se processos de formação de identidades que vislumbram as diversidades identitárias e que não podem ser estudados de forma distinta. Assim, observa-se que o mundo está em plena transformação e conseqüentemente, os sujeitos e suas identidades se modificam (ANGELIN; UNSER, 2016).

A consequência desta situação, é um sistema simbólico de identificações culturais no qual a masculinidade é associada com a obtenção de renda e a feminilidade é definida em função de serviços sexuais e domésticos para os homens e para criação de filhos. Essas situações de dominação não podem ser compreendidas em toda a sua espessura desde aproximações subjetivas. Elas são amplamente objetivas, pois os homens como grupos exercem um forte controle sobre as possibilidades existências das mulheres (LUCAS; SANTOS, 2015, p. 36).

Neste contexto de dominação, encontra-se na posição de dominadores, tanto homens brancos europeus, quanto homens negros africanos. Também se presencia a dominação patriarcal em países árabes, mas também presente no extremo oriente, no mundo contemporâneo, estados de dominação como justificativa religiosa não só por cristãos americanos e europeus, mas também por muçulmanos e hindus da metade oriental do planeta (LUCAS; SANTOS, 2015, p. 36).

Mesmo com os grandes avanços nas legislações e no reconhecimento dos direitos humanos, a dominação masculina continua muito forte:

A gravidade dos estados de dominação impostos pelas comunicações patriarcais-heterossexuais é tão significativa que ainda hoje, testemunhamos as mulheres em posição de inferioridade social, econômica e política em praticamente todos os países do mundo. O peso da subjugação masculina é tão grande que as mulheres que mantenham relações sexuais fora do contrato matrimonial, ou mesmo após a morte do marido, são condenadas judicialmente por adultério e mortas por apedrejamento em países islâmicos ortodoxos. A opressão nesse aspecto, ainda é tão intensa que a homossexualidade permanece sendo considerada um crime em um razoável número de países, sendo previstas penas até de morte (LUCAS; SANTOS, 2015, p. 36).

Nesse sentido, busca-se desconstruir esse paradigma de dominação através de uma racionalidade de pensamento baseada na homogeneidade que excluía ou não integrava diferenças. Na visão de Derrida (apud ANGELIN; HAHN, p. 72, 2015), desconstruir é fazer perceber as alienações políticas da linguagem, é lutar contra a dominação dos estereótipos, é combater a tirania das normas.

Para Butler (2017, p.17), a teoria feminista, em sua essência, tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada. Na visão de Butler, a representação serve como termo operacional no seio de um processo político que busca estender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos; de outro lado, a representação é a função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres.

Atualmente, essa concepção dominante de relação entre a teoria feminista e política passou a ser questionada a partir do interior do discurso feminista. O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes. É significativa a quantidade de material ensaístico que não só questiona a visibilidade do sujeito como candidato à representação, ou mesmo à libertação, como indica que é muito pequena, afinal, a concordância quanto ao que constitui, ou deveria constituir, a categoria das mulheres. Os domínios da representação política e linguística estabeleceram a priori o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito. Em outras palavras, as qualificações do ser sujeito têm que ser atendi-

das para que a representação possa ser expandida (BUTLER, 2017, p.17).

Fazendo relação com a teoria de Butler e de Derrida, pode-se dizer que a racionalidade descentrada possibilita pensar e viver os direitos humanos desde a perspectiva da espacialidade, da territorialidade, da temporalidade, pois é o contexto, o lugar que transborda sentido (ANGELIM;HANN, p. 72, 2015).

Desse modo, os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que subsequentemente passam a representar. As noções jurídicas de poder parecem regular a vida política em termos puramente negativos – isto é, por meio da limitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo proteção dos indivíduos relacionados àque-la estrutura política, mediante uma ação contingente e retratável de escolha. Porém, em virtude de a elas estarem condicionadas, os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências delas. Se esta análise é correta, a formação jurídica da linguagem e da política que representa as mulheres como o sujeito do feminismo é em si mesma uma formação discursiva e efeito de uma dada versão da política representacional. Assim, o sujeito feminista se revela discursivamente constituído, e pelo próprio sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação, o que se tornaria politicamente problemática, se fosse possível demonstrar que esse sistema produz sujeitos com traços de gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação, ou os produz presumidamente masculinos. Em tais casos, um apelo crítico a esse sistema em nome da emancipação das mulheres estaria inelutavelmente fadado ao fracasso (BUTLER, 2017, p. 18).

Nesta esteira, a ação dos movimentos sociais, tem como finalidade principal buscar o reconhecimento de direitos civis frente ao Estado e à própria sociedade, sendo mecanismos imprescindíveis para trazer à tona as desigualdades vivenciadas, e com isso, pressionar a desconstrução de identidades equivocadas e a construção de equidade nas relações sociais. Eles se organizam para resistir e descobrir, a partir do contexto, das vivências e das experiências, uma ideia tida como hegemônica. Tal exercício força a sociedade a buscar reconstruir uma nova forma de racionalidade e, conseqüentes ações que possibilitam uma interação maior, quebrando tabus e dogmas naturalizados (ANGELIN;HAHN, p. 72, 2015).

Para Butler, os sujeitos políticos do movimento feminista, são criados por exclusão, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política:

*O sujeito é uma questão crucial para a política, e particularmente para a política feminista, pois os sujeitos jurídicos são inevitavelmente produzidos por via práticas de exclusão que não aparecem, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultadas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. O poder jurídico produz inevitavelmente o que alega meramente representar; conseqüentemente, a política tem de se preocupar com essa função dual do poder: jurídica e produtiva. Com efeito, a lei produz e depois oculta a noção de *sujeito perante a lei* de modo a invocar essa formação discursiva como premissa básica natural que legitima, subseqüentemente, a própria hegemonia reguladora da lei. Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das *mulheres*, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação (BUTLER, 2017, p.20).*

Com certeza, a questão das mulheres como sujeito do feminismo suscita a possibilidade de não haver um sujeito que se situe perante a lei, à espera de representação da lei ou pela lei. Quiçá o sujeito, bem como a evocação de um antes temporal, seja constituído pela lei como fundamento fictício de sua própria reivindicação de legitimidade. A hipótese prevalecente da integridade ontológica do sujeito perante a lei pode ser vista como o vestígio contemporâneo da hipótese do estado natural, essa fábula fundante que é constitutiva das estruturas jurídicas do liberalismo clássico. A invocação performativa¹⁷ de um antes não histórico torna-se a premissa básica a garantir uma ontologia pré-social de pessoas que consentem livremente em ser governadas constituindo assim a legitimidade do contrato social (BUTLER, 2017, p.20).

Apesar disso, além das ficções fundacionais que sustentam a noção de sujeito, há o problema político que o feminismo encontra na suposição de que o termo mulheres denote uma identidade comum. Ao invés de um significante estável a comandar o consentimento daquelas a quem pretende descrever e repensar, mulheres

17 A noção de performatividade é apropriada por diversos campos interdisciplinares como Antropologia, Artes, Ciências Políticas, física, dentre outras, é apresentada neste estudo com um recorte na Filosofia da linguagem, a qual se dedica aos fenômenos linguísticos, e, em especial, na Filosofia da diferença, que busca refletir sobre questões relacionadas à desconstrução da lógica metafísica que se pauta em binarismos, dicotomias e hierarquizações, tendo a categoria gênero como pano de fundo (BRITO, 2017).

– mesmo no plural – tornou-se um termo problemático, um ponto de contestação, uma causa de ansiedade (BUTLER, 2017, p.20). Se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo o que alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da pessoa transcenderam o paradigma específico de gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e religiosas das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.

Em relação às lutas sobre gênero e raça, pode-se afirmar tanto o princípio da igualdade quanto o da diferença. O movimento feminista teve de lutar para desconstruir a injustiça econômica através da denúncia de que gênero estrutura a divisão fundamental entre trabalho produtivo e assalariado e trabalho reprodutivo, domésticos e não-assalariados, típico de mulher. Além disso, o gênero também estrutura a divisão de trabalho entre ocupações profissionais e bem pagas dominadas por homens e o trabalho doméstico, mal pago, dominado por mulheres. Como solução para isso, a transformação da economia política deveria eliminar a exploração, a marginalização e a privatização específica de gênero, que significa eliminar as diferenças entre gênero, a especificidade do gênero (MATTOS, 2004, p. 146).

Se presume haver uma base universal para o feminismo, a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas, acompanhada da ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina (BUTLER, 2017, p.21).

A noção de patriarcado, tem sido criticada, recentemente, pela dificuldade em explicar os mecanismos de dominação:

A noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada em anos recentes, por seu fracasso em explicar os mecanismos de opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe. Exatamente onde esses vários contextos foram consultados por essas teorias, eles o foram para encontrar *exemplos* ou *ilustrações* de um princípio universal pressuposto desde o ponto de partida. Esta forma de teorização feminista foi criticada por seus esforços de colonizar e se apropriar de culturas não ocidentais, instrumentalizando-as para confirmar noções marcadamente ocidentais de

opressão, e também por tender a construir um *terceiro mundo* ou mesmo um *ocidente* em que a opressão de gênero é sutilmente explicada como sintomática de um barbarismo intrínseco e não ocidental. A urgência do feminismo no sentido de conferir um *status* universal ao patriarcado, com vistas a fortalecer a aparência de representatividade das reivindicações do feminismo, motivou ocasionalmente um atalho na direção de uma universalidade categórica ou fictícia da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum de subjugação das mulheres (BUTLER, 2017, p.21).

Afirmar a existência de um patriarcado universal não tem mais a credibilidade ostentada no passado, mas a noção de uma concepção genericamente compartilhada das mulheres, decorrente dessa perspectiva, tem se mostrado muito mais difícil de superar. Houveram muitos debates, no sentido de existir traços comuns entre as mulheres, preexistentes à sua opressão, ou estariam as mulheres ligadas em virtude somente de sua opressão? Haverá especificidade das culturas das mulheres, independentemente de sua subordinação pelas culturas masculinas hegemônicas? Caracterizam-se sempre a especificidade e a integridade das práticas culturais ou linguísticas das mulheres por oposição e, portanto, nos termos de alguma outra formação cultural dominante? Existe uma região do especificamente feminino, diferenciada do masculino como tal e reconhecível em sua diferença por uma universalidade indistinta e conseqüentemente presumida das mulheres? A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a especificidade do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem identidade como tornam equivocada a noção singular de identidade (BUTLER, 2017, p.23).

Assim, para combater a injustiça cultural é imperiosa uma desconstrução do androcentrismo (padrões culturais que privilegiam as características da masculinidade) que caminha junto com o sexismo cultural (a desvalorização e depreciação de coisas vistas como femininas tomadas como emotivas e irracionais). A solução aqui está baseada na afirmação das diferenças, na valorização das práticas ligadas ao feminismo (MATTOS, 2004, p. 147).

Desse modo, as supostas universalidade e unidade do sujeito do feminismo

são de fato minadas pelas restrições do discurso representacional em que funcionam. Com efeito, a insistência prematura num sujeito estável do feminismo, compreendido como uma categoria uma das mulheres, gera, inevitavelmente, múltiplas recusas em aceitar essa categoria. Esses domínios da exclusão revelam as consequências coercitivas e reguladoras dessa construção, mesmo quando a construção é elaborada com propósitos emancipatórios. Não há dúvida, a fragmentação no interior do feminismo e a oposição paradoxal ao feminismo – por parte de mulheres que o feminismo afirmar representar – sugerem os limites necessários da política de identidade. A sugestão de que o feminismo pode buscar representação mais ampla para um sujeito que ele próprio constrói gera a consequência irônica de que os objetivos feministas correm o risco de fracassar, justamente em função de sua recusa a levar em conta os poderes constitutivos de suas próprias reivindicações representacionais. Fazer apelos à categoria das mulheres, em nome de propósitos meramente estratégicos, não resolve nada, pois as estratégias sempre têm significados que extrapolam os propósitos a que se destinam. Nesse caso, a própria exclusão pode restringir como tal um significado inintencional, mas que tem consequências. Por sua conformação às exigências da política representacional de que o feminismo articule um sujeito estável, o feminismo abre assim a guarda a acusações de deturpação cabal da representação (BUTLER, 2017, p.23).

Para Saffioti (1994, p. 155):

Até o presente, as mulheres têm sido mantidas afastadas das políticas de direitos humanos. Mais do que isso, o Estado tem ratificado um ordenamento social de gênero através de um conjunto de leis que se pretendem objetivas e neutras, porque partem da errônea premissa de que a desigualdade *de facto* entre homens e mulheres não existe na sociedade. [...] Assim, o Estado não somente acolhe o poder masculino sobre a mulher, mas o normatiza, proibindo e até criminalizando seus excessos. A punição das extravagâncias integra o poder disciplinador da dominação masculina sobre a mulher, exercido pelo Estado. Este não fez, portanto, senão ratificar a falocracia em suas dimensões material e “ideacional”, dando-lhe a forma jurídica que caracteriza a dominação legalizada.

Com obviedade, a tarefa política não é recusar a política representacional - como se pudesse fazê-lo. As estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder, conseqüentemente, não há posição fora

desse campo, mas somente uma genealogia, crítica de suas próprias práticas de legitimação. Assim, o ponto de partida crítico é o presente histórico, como definiu Marx. E a tarefa é justamente formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam (BUTLER, 2017, p.23).

Para Butler, há na presente conjuntura político-cultural, período que alguns chamam de pós-feminista, uma oportunidade de refletir a partir de uma perspectiva feminina sobre a exigência de se construir um sujeito do feminismo. Para a autora é necessário repensar radicalmente as construções ontológicas de identidade na prática representacional capaz de renovar o feminismo em outros termos. Por outro lado, é tempo de empreender uma crítica radical, que busque libertar a teoria feminista da necessidade de construir uma base única e permanente, invariavelmente contestada pelas posições de identidade ou anti-identidade que o feminismo invariavelmente exclui. Será que as práticas excludentes que baseiam a teoria feminista numa noção das mulheres como sujeito solapam, paradoxalmente, os objetos feministas de ampliar suas reivindicações de representação (BUTLER, 2017, p.24).

Talvez o problema seja ainda mais sério. Seria a construção de uma categoria de mulheres como sujeito coerente e estável de uma regulamentação e retificação¹⁸ inconsciente das relações de gênero? E não seria essa reificação precisamente o contrário dos objetivos feministas? Em que medida a categoria das mulheres só alcança estabilidade e coerência no contexto da matriz heterossexual? Se a noção estável de gênero dá mostras de não mais servir como premissa básica da política feminista, talvez um novo tipo de política feminista seja agora desejável para contestar as próprias reificações do gênero e da igualdade – isto é, uma política feminista que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objeto político (BUTLER, 2017, p.24).

Determinar as operações que produzem e ocultam o que se qualifica como sujeito jurídico do feminismo é precisamente a tarefa da genealogia feminista da categoria das mulheres. No decurso desse esforço de questionar a noção de mulheres

18 No sentido de transformar uma ideia em coisa. Qualquer processo em que uma realidade social ou subjetiva de natureza dinâmica e criativa passa a apresentar determinadas características - fixidez, automatismo, passividade - de um objeto inorgânico, perdendo sua autonomia e autoconsciência.

como sujeito do feminismo, a invocação não problematizada dessa categoria pode impedir a possibilidade do feminismo como política representacional (BUTLER, 2017, p.24).

Na perspectiva dos Direitos Humanos das mulheres, esses direitos são reivindicados. Na visão de Piovesan (apud ANGELIN; HAHN, 2015, p. 73), os direitos humanos das mulheres compõem uma racionalidade de resistência na medida em que traduzem processos que abrem e consolidam espaços de luta pela dignidade humana. Percebe-se assim, que dentro da lógica de uma racionalidade de resistência, não há dignidade sem espacialidade, não há Direitos Humanos sem espaço aos quais pertence pela vivência e pela experiência, não há Direitos Humanos sem espaços apropriados através da luta contínua, não há Direitos Humanos se não há possibilidade de pertencer a ser reconhecido por uma coletividade, não se pode falar em eficácia de Direitos Humanos sem espacialidade (ANGELIN; HAHN, 2015, p. 73).

A identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento. Quem sabe, paradoxalmente, a ideia de representação só venha realmente a fazer sentido para o feminismo quando o sujeito mulheres não for presumido (BUTLER, 2017, p.24).

Do estudo nos mecanismos de dominação do patriarcado, e da discussão sobre o sujeito do feminismo, passa-se a compreensão de gênero e classe a partir do movimento das mulheres negras.

GÊNERO, CLASSE E RAÇA

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante, está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o cimento de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurado “a grande teoria do

esperma em nossa formação nacional”, através da qual, o papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em reificação (CANEIRO, 2011).

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituída no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher, não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (CANEIRO, 2011).

Para Saffioti, no que tange aos papéis femininos, a inconsistência cultural do sistema de castas no Brasil teve consequências de ordens diversas:

As relações de produção prevalentes na ordem escravocrata-senhorial e as inconsistências culturais do sistema de castas apresentam-se como elementos decisivos dos papéis que as mulheres, de uma e de outra casta, desempenhariam na sociedade brasileira de então. Do ângulo desses dois fatores, o papel representado pela mulher negra tinha um caráter corrosivo. Com efeito, a afirmação de Florestan Fernandes de que “a alienação social da pessoa do negro se processou inicialmente como alienação social da pessoa do escravo” deve ser esmiuçada quando referida especificamente ao elemento feminino da escravaria. Como as diferenças de posição econômica dos indivíduos correspondiam diferenças de posição social, justificada esta em termos de raça e de cor, a condição de escravo significava para o negro, ser instrumento de trabalho sem direitos de nenhuma espécie, ser, enfim, socialmente uma coisa. Todavia, o processo de coisificação do negro não foi total. Embora os brancos lhe tivessem negado, objetiva e subjetivamente, a condição de pessoa humana, acabaram, através da valorização diferencial das funções dos escravos no processo produtivo, por dispensar tratamentos diferentes, mais ou menos humanos, aos diversos contingentes da população negra. É verdade que a maior valorização do escravo artífice representa muito mais o meio adequado para o atingimento dos fins econômicos do senhor do que uma vinculação de caráter efetivo. Entretanto, como os verdadeiros motivos da ação permanecem ocultos na própria ação, o melhor tratamento dispensado ao escravo artesão, ainda que representasse um modo refinado como a contrapartida da reificação (SAFFIOTI, 1976, p. 163).

De modo geral, a luta das mulheres na sociedade não depende apenas da

capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral, e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se designam para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira (CANEIRO, 2011).

Nesse sentido, a luta das mulheres negras por reconhecimento está intrinsecamente ligada ao contexto histórico da sociedade brasileira. Para Saffioti, é clara esta inconsistência social:

A crença de que a miscigenação processada fora dos quadros da família real não poderia afetar substancialmente as posições recíprocas, que as duas raças em presença ocupavam no sistema social, denotava, suficientemente, uma inconsistência quanto à dependência da continuidade da ordem escravocrata-senhorial em relação à composição étnica da população. A crescente massa de população híbrida, ao lado da incapacidade da população escrava de crescer suficientemente a fim de atender as exigências da produção (em virtude do alto índice de mortalidade nas senzalas) constituía, pois, uma constante ameaça à ordem estabelecida. Embora homens e mulheres escravos apresentassem componentes existências basicamente semelhantes, as funções diferentes, que foram obrigados a desempenhar no solapamento da ordem social estabelecida. Nem o emprego de técnicas mais refinadas no tratamento do escravo artífice, objetivando a satisfação de interesses econômicos do senhor, nem a utilização da mulher escrava enquanto instrumento de prazer sexual (quer diretamente pelo seu senhor, quer indiretamente quando, numa exploração típica, seu senhor a alugava a outros brancos) seriam capazes de formar, no escravo em geral, a consciência de sua condição e condicionar uma atuação social apta a superá-las. Há que se buscar nos produtos dos papéis sociais dos escravos de ambos os sexos, a participação diferencial que uns e outros, inconscientemente tiveram no solapamento da sociedade de castas. Na medida em que a exploração econômica de escrava, consideravelmente mais elevada que a do escravo, por ser a negra utilizada como trabalhadora, como mulher e como reprodutora de força de trabalho, se fazia também através de seu sexo, a mulher escrava se constituía no instrumento inconsciente que, paulatinamente, minava a ordem estabelecida, quer na sua dimensão econômica, quer na sua dimensão familiar. A valorização sexual da mulher negra levava, de uma parte, a comportamentos antieconômicos, por parte do senhor, tais como a venda e a tortura de negros com os quais aquele competia no terreno amoroso. De outra parte, as relações sexuais entre senhores e escravas desencadeavam, por mais primárias e animais que fosse, processos de interação social incongruentes com a expectativas de comportamento, que presidiam à estratificação em castas. Assim, não

apenas homens brancos e negros se tronavam concorrentes na disputa das negras, mas também mulheres brancas e negras disputavam as atenções do homem branco. Evidentemente, a rivalidade entre brancas e negras não se configurava totalmente uma competição. Pelo sistema de castas os fins a que se destinavam umas e outras eram diversos. Embora com isto não se conseguisse eliminar as objetivações materiais das relações sexuais entre brancos e negras, estas se destinavam à satisfação das necessidades sexuais do senhor enquanto às brancas cabiam as funções de esposa e mãe dos filhos (SAFFIOTI, 1976, p. 165).

Para Sueli Carneiro (2011), esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirmam essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra. O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelo movimento negro e de mulheres do país, *enegrecendo* de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, *afeminando* as propostas e reivindicações do movimento negro.

Para Davis (2016), o movimento das mulheres negras ganha forma, a partir da combinação do racismo e do sexismo:

À medida que o racismo criava raízes mais estáveis no interior das organizações das mulheres brancas, o culto sexista da maternidade também se insinuava no interior do mesmo movimento cujo objetivo declarado era a eliminação da supremacia masculina. A combinação do sexismo com o racismo fortalecia-os mutuamente (DAVIS, 2016, p. 127).

Os contornos de consolidação e reconhecimento público empreendidos pelo movimento das mulheres negras estiveram relacionados à sua incisiva busca por influenciar e participar de espaços político-institucionais estatais e de organismos de regulação internacional. Tal estratégia teve por méritos estabelecer relações profícuas entre o movimento das mulheres negras, o Estado e as organizações supranacionais, com o movimento ganhando visibilidade no cenário nacional e internacional. Contudo, também gera um dilema, pois ao avançar em termos de visibilidade, de legitimidade perante setores da sociedade dominante, em

particular do Estado, o movimento incorre no risco ser aliciado pelos poderes consentidos, perdendo sua capacidade de radicalização e o poder de subversão¹⁹, sendo disciplinado em suas ideias e ações, além do risco de reprodução de elitismos – quando algumas falam por muitas diferentes, desiguais na classe, no gênero, na raça e em outras inscrições que se pautam por subalternidades ou legitimidades pendentes. Diante disso, não necessariamente um movimento legitimado socialmente, valorizado, respeitado academicamente pela produção de autoras e autores negros tem capacidade de democracia participativa, difusão e multiplicação, colaborando com os trabalhos cotidianos de grupos de base e resgate da história e autoestima das mulheres negras de setores populares (RODRIGUES; PRADO, 2010).

Desse modo, a relação de gênero e classe em analogia às mulheres negras é incontestavelmente cruel e desigual. As mulheres negras estão em um patamar muito inferior na sociedade em detrimento às mulheres brancas. Dados apontam que as mulheres negras ganham salários 59% menores²⁰ em relação aos homens brancos, uma situação de gritante desigualdade social.

Conforme estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, *Relato da Desigualdades - Gênero e Raça*, conclui-se que as mulheres negras sofrem dupla discriminação:

Da população negra, aproximadamente a metade é composta de mulheres. As mulheres negras são mais de 41 milhões de pessoas, o que representa 23,4% do total da população brasileira. São estas que sofrem com o fenômeno da dupla discriminação, ou seja, estão sujeitas a “múltiplas formas de discriminação social (...), em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo, as quais resultam em uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida”. As discriminações de gênero e raça não são fenômenos mutuamente exclusivos, mas, ao contrário, são fenômenos que interagem, sendo a discriminação racial frequentemente marcada pelo gênero, o que significa, portanto, que as mulheres tendem a experimentar discriminações e outros abusos de direitos humanos de forma diferente dos homens (IPEA, 2017).

Ainda em relação à dupla discriminação vivenciada pelas mulheres negras, Ina Kerner (2012), discorre sobre semelhanças e paralelos entre racismo e sexismo:

19 Revolta contra a ordem social, política e econômica estabelecida.

20 A média salarial da mulher negra no Brasil quase dobrou nos últimos 20 anos (de R\$ 570 em 1995 para R\$ 1.027 em 2015) e, ainda assim, é 59% inferior à dos homens (de R\$ 2.262 para R\$ 2.509) (IPEA, 2017).

Apesar de podermos estabelecer semelhanças ou paralelos desse tipo entre racismo e sexismo, ainda falta muito para obtermos um quadro completo das relações entre ambos os fenômenos. Embora o diagnóstico da analogia tenha marcado o feminismo de maneira decisiva há bastante tempo - é incorporado desde os primeiros movimentos feministas norte-americanos, que surgiram no contexto do movimento pela abolição da escravidão, passando por teóricas como Simone de Beauvoir até textos e slogans dos movimentos de mulheres norte-americanos e da parte ocidental da Europa -, ele é, há muito, incisivamente criticado. Todos, ativistas e cientistas de grupos “raciais” e étnicos minoritários à frente, argumentaram que entender o racismo e o sexismo como paralelos obstruía a visão para seus entrelaçamentos. Contrárias a formulações aditivas como o conceito de “tripla opressão”, elas sugeriram entender o racismo sob a perspectiva de gênero - gendered - e o sexismo como “racificado” - racialized - e, a partir daí, diferenciar cada variante distinta de racismo e sexismo. Isso significa partir do pressuposto de que racismo e sexismo se cruzam de formas diferentes dependendo do contexto e, assim, também podem se manifestar dessas formas correspondentes. Partindo da observação de que as figuras de referência implícitas ao contexto de tematização do racismo eram quase sempre homens e que as figuras de referência implícitas ao contexto da tematização do sexismo eram quase sempre mulheres brancas, nacionais ou que de alguma forma fizessem parte da “cultura dominante”, foram convincentes ao mostrar que a força explicativa da criação de analogias é especialmente fraca justamente em relação àquelas pessoas que sofrem com formas de racismo e sexismo ao mesmo tempo. Disso decorreu a seguinte recomendação para a análise política e científica: racismo e sexismo não deveriam ser tratados como problemas análogos - o foco da relação deveria estar antes em seus múltiplos entrelaçamentos e combinações.

Para Kerner (2012), à dimensão institucional, a interseccionalidade de racismo e sexismo resulta em complexo entrelaçamento entre diferentes estruturas institucionais - um entrelaçamento entre, por exemplo, condições de acesso e permanência no mercado de trabalho, estruturas familiares e a concreta situação da política educacional. Seu efeito é, entre outros, o fato de que o papel tradicional da mulher identificado pelo feminismo burguês e “branco” - a saber, a existência como dona de casa e mãe - nunca se constituiu de fato para as mulheres afro-americanas.

Do estudo de gênero, classe e raça, trar-se-á da trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista, a partir da visão de Sueli Carneiro.

MINORIA DENTRO DAS MINORIAS: Enegrecendo o feminismo

Enegrecendo o feminismo é a expressão utilizada por Sueli Carneiro, para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro.

Busca-se assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado, e de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e multiculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirma-se e visibiliza-se uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher negra e, em geral, pobre, delineando, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil (CARNEIRO, 2003).

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a ótica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. Isso é o que determina o fato de o combate ao racismo ser uma prioridade política para as mulheres negras, questão já enfatizada por Lélia Gonzalez, “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial” (CARNEIRO, 2003).

Com maior certeza, essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra amparo histórico, pois a *variável* racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas).

Para Sueli Carneiro (1996, p. 190):

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas este mito, porque nunca foram tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente

de mulheres que trabalham durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas como vendedoras, quituteiras, prostitutas etc.; mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje empregadas de mulheres liberadas e dondocas, ou mulatas tipo exploração.

Em face dessa dupla desvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o status dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por isso, para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas (CARNEIRO, 2003).

A diversificação das concepções e práticas políticas que as óticas das mulheres dos grupos subalternizados introduzem no feminismo é resultado de um processo dialético que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, de outro exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres (FERNANDES, 2016).

O feminismo negro utiliza-se da força semântica do termo feminismo, ou seja, apoia-se em um conceito já solidificado que se dirige a questões mais amplas, como acesso à educação, combate à pobreza, fomento de políticas específicas para as mulheres etc. O movimento é visto como um espaço exclusivo de mulheres negras que estariam lutando contra os homens. Compreendo que o racismo diz respeito exclusivamente aos negros e que o machismo é necessariamente uma luta contra os homens, como se não houvesse machismo entre as mulheres, como se a questão do racismo não fosse de todos (FERNANDES, 2016).

Ainda tratando da carga semântica embutida no termo feminismo, este termo designa as teorias e as práticas políticas empenhadas na libertação de todas as mulheres, independentemente de questões raciais, origem étnica, orientação sexual etc. Por isso, o combate não deve se limitar ao machismo e, sim, estender-se ao racismo, bem como às lutas contra as desigualdades sociais, contra a homofobia, contra a

xenofobia. Neste sentido, o sujeito racista não poderia definir-se como feminista, tal a incompatibilidade dos termos (FERNANDES, 2016).

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros (CARNEIRO, 2003).

Essas avaliações vêm promovendo o engajamento das mulheres negras nas lutas gerais dos movimentos populares e nas empreendidas pelos Movimentos Negros e Movimentos de Mulheres nos planos nacional e internacional, buscando assegurar neles a agenda específica das mulheres negras. Tal processo vem resultando, desde meados da década de 1980, na criação de diversas organizações de mulheres negras que hoje se espalham em nível nacional; de fóruns específicos de discussões programáticas e instâncias nacionais organizativas das mulheres negras no país a partir dos quais os temas fundamentais da agenda feminista são perscrutados pelas mulheres negras à luz do efeito do racismo e da discriminação racial. Nesse sentido, aponta-se aos principais vetores que nortearam as propostas do movimento, o que resultou em mudanças efetivas na ótica feminista (CARNEIRO 2003).

Por isso, o desafio inicial do movimento feminista é agir no sentido de combater o machismo incorporado nas práticas das mulheres. Isto porque a ideologia da supremacia masculina não diz apenas da superioridade dos homens, também fala da inferioridade do ser feminino. Assim, ensiná-las a desaprender o sexismo (FERNANDES, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo pretendeu analisar como surgiu o movimento das mulheres negras dentro do movimento feminista. A dominação do patriarcado, ainda inscrita no inconsciente coletivo da sociedade, que historicamente se agregou a diferentes sistemas (político, religioso e outros), e continua exercendo um papel dominador muito importante na genealogia formativa de reações e respostas libertárias próprias das últimas décadas do século passado, e com um vigor ainda maior neste começo de século XXI.

Embora se evoluiu em termos de posituação de uma quantidade significativa de dispositivos voltados à proteção dos dominados e violentados, as comunicações do sistema patriarcal não foram interrompidas fazendo com que a dominação masculina se perpetue.

Esse estudo teve como base a teoria feminista, que em sua essência, tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada. Desta compreensão de sujeito do feminismo, passa-se para análise de gênero, classe e raça, vivenciado pelas mulheres negra por meio do racismo e do sexismo colonial branco.

O feminismo negro tomou forma a partir do movimento das mulheres em razão do racismo e sexismo sofrido pelas mulheres negras dentro do movimento feminista. A consciência de que a identidade de gênero não se desdobrou naturalmente em solidariedade racial e conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas.

A relevância desta pesquisa repousa no sentido que de as mulheres negras estão historicamente em um patamar muito inferior às mulheres brancas e pior ainda e relação aos homens brancos. O desafio do movimento feminista é agir no sentido de combater o machismo incorporado nas práticas das mulheres. Isto porque a ideolo-

gia da supremacia masculina não diz apenas da superioridade dos homens, também fala da inferioridade do ser feminino. Dessa forma, o feminismo negro busca dar lugar à estas mulheres na sociedade atual, dando-lhes reconhecimento e identidade.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosangela; UNSER, Rosemara. **DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NUM CONTEXTO PATRIARCAL: RESISTÊNCIA E AVANÇOS**. Disponível em: < <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/7219/5984>> Acesso em: 02 fev. 2018.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**.- 13ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BRITO, Leandro Teófilo de. **A Noção De Performatividade Para Pensar Os Sentidos Atribuídos Ao Masculino No Espaço Da Educação Física Escolar**. Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/Trabalho-Enla%C3%A7ando-Sexualidades-1-2015.pdf>> Acesso em: 25 out.2017.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008> Acesso em: 21 out. 2017.

_____. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>> Acesso em 21 out. 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARAH, Tatiana. **Disparidades salariais homem-mulher**. Disponível em: <https://www.buzzfeed.com/tatianafarah/disparidades-salariais-homem-mulher-ipea?utm_

term=.pm66R90Kyk#.et30VmkAga> Acesso em: 29 out. 2017.

HAHN, Noli Bernardo; ANGELIN, Rosângela. **A CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS PARA A CULTURA DOS DIREITOS HUMANOS MEDIANTE A PERSPECTIVA DA RACIONALIDADE DESCENTRADA.** In: Policromias da diferença: inovações sobre pluralismo, direito e interculturalidade. Lisboa: Editora Juruá, 2015.

KERNER, Ina. **Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000200005> Acesso em: 29 out. 2017.

MATTOS, Patrícia. **O reconhecimento, entre a justiça e a identidade.** Lua Nova, nº 63, p. 143-161. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n63/a06n63.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2018.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. **Movimento de Mulheres Negras: Trajetória Política, Práticas Mobilizatórias e Articulações com o Estado Brasileiro.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a05.pdf>> Acesso em: 29 out. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Gênero, patriarcado e violência.**- São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Mulher brasileira é assim/** oorganizadoras, Heleieth Saffioti, Monica Muñoz-Vargas – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, DF: Unicef, 1994.

SANTOS, André Leonardo Copetti; LUCAS; Doglas, Cesar. **A (in)diferença no Direito.**- Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO DE HOMENS AUTORES DE ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS

Mirela Massia Sanfelice²¹

INTRODUÇÃO

Este artigo é uma produção inédita e propõe discutir sobre questões emergentes como gênero, abuso sexual, o papel do homem e da mulher na sociedade e a importância da educação. Propõe-se a uma discussão sobre o modo como se constroem e se reproduzem as relações de gênero que levam homens a cometerem abuso sexual contra crianças. Seu ponto de partida são os resultados da pesquisa realizada com homens autores de abuso sexual contra crianças em Santa Maria no Rio Grande do Sul – Brasil. Os resultados obtidos foram desenvolvidos pela autora na dissertação de Mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria. Esta pesquisa se insere no campo da grande área dos estudos de gênero e trata, mais especificamente, da violência de gênero. Buscou-se apoio teórico nos estudos de Heleieth Saffioti, sendo uma das precursoras dos estudos de gênero no Brasil, para quem a identidade social de homens e mulheres é construída por meio das atribuições dos distintos papéis que a sociedade confere às diferentes categorias de sexo. A sociedade, através do sistema patriarcal de gênero, delimita os campos em que a mulher pode atuar e, do mesmo modo, delimita os campos em que o homem pode operar (SAFFIOTI, 1987).

De acordo com Saffioti e Almeida (1995), a violência de gênero se caracteriza por ser um fenômeno social que desconhece fronteiras de classes sociais, tipos de culturas, grau de desenvolvimento econômico ou lugar, podendo ocorrer tanto no espaço público quanto no privado. Esse tipo de violência engloba, além da violência

21 Psicóloga, Especialista em Psicologia Clínica: Ênfase em saúde comunitária (UFRGS), Especialista em Psicologia Jurídica (CFP) e Mestre em Ciências Sociais pela UFSM.

de homens contra mulheres, a violência contra crianças e a violência entre homens. Welzer-Lang (2004) afirma que a violência, especialmente a doméstica, tem um gênero, o masculino, qualquer que seja o sexo do dominante.

Saffioti e Almeida (1995) utilizam a expressão “violência de gênero” como um padrão específico de violência que visa à preservação da organização social de gênero, a qual fundamenta a hierarquia e a desigualdade que subalternizam o gênero feminino. Essa organização se amplia e se reafirma à medida que o poder masculino é ameaçado. A violência de gênero se caracteriza por apresentar duas faces da mesma moeda, ou seja, o poder e a impotência. Na visão das autoras, a violência de gênero é produzida no interior das densas relações de poder de quem a perpetra para exercer a dominação-exploração.

Com o artigo, busca-se chamar atenção à necessidade de lançar um olhar sobre o problema a partir da perspectiva dos homens, além de enfatizar a necessidade de pesquisas científicas envolvendo os homens autores de abuso sexual contra crianças e possíveis intervenções psicossociais e educacionais. A escassa quantidade de pesquisas com esse público ocorre devido ao receio de que homens acusados e condenados por abuso sexual cometam algum tipo de violência contra os pesquisadores, já que, no imaginário social, eles são “perigosos”, frequentemente reduzidos a uma patologia. Outro empecilho é a dificuldade de acesso aos participantes, tendo em vista que, os homens autores de abuso sexual se encontram, muitas vezes, encarcerados. Soma-se a isso a dificuldade que a própria sociedade tem de abordar temas considerados tabu como o abuso sexual, percebendo-o, em geral, como um fenômeno individual, frequentemente associado a casos particulares divulgados pela mídia. Quando, na verdade, o abuso sexual se configura como uma das formas da violência de gênero, deixando de ser um problema individual e se tornando um problema social (SAFFIOTI, 2004).

DESENVOLVIMENTO

A definição do campo de pesquisa ocorreu através de dois principais critérios: primeiro foi escolhida a cidade de Santa Maria por apresentar um alto índice de abusos sexuais na cidade e na região e pela facilidade de acesso aos participantes, já que a pesquisadora trabalhava como psicóloga de um setor específico de instituição

prisional.

Participaram desta pesquisa seis homens condenados por abuso sexual contra crianças e quatro companheiras dos condenados. Os resultados da pesquisa indicam que cinco crianças abusadas sexualmente eram do sexo feminino e uma criança do sexo masculino. A coleta de dados foi realizada no presídio e no domicílio de dois homens condenados por abuso sexual contra crianças, os quais estavam em prisão domiciliar, e na residência de três companheiras dos participantes. Em todos esses ambientes da pesquisa, os participantes foram todos acolhedores e respeitosos. Os participantes demonstraram se sentir mais à vontade em contar sua história de vida por meio de entrevista aberta, pois assim, relataram a maneira como transcorreram suas relações de gênero que antecederam a denúncia e a condenação por abuso sexual contra crianças. Destaca-se, a necessidade de mudança das técnicas de entrevista, passando de entrevista semi-estruturada para entrevista aberta, de acordo com a demanda.

Os dados coletados foram discutidos a partir das falas dos participantes e de suas companheiras assim como através dos depoimentos que constam nos autos dos processos jurídicos no Foro de Santa Maria, autorizados pelo Comitê de Ética da UFSM, bem como, por todas as instituições envolvidas. Foi considerada a história de vida dos participantes, na qual foram observadas as relações de gênero de homens autores de abuso sexual contra crianças em Santa Maria.

A construção social da Infância e seus marcos teóricos

Ao longo da história, têm-se três doutrinas que registram as transformações ocorridas no desenvolvimento da infância. A primeira doutrina, denominada “Doutrina do Direito Penal do Menor”, referia-se à aplicação da lei ao menor. Essa foi a primeira vez que o termo “menor” foi citado na legislação brasileira. A preocupação social e jurídica referia-se ao recolhimento e reclusão de menores. Os menores nessa nova legislação compreendiam os abandonados, infratores, vitimizados socialmente e principalmente os denominados menores delinquentes. Nesse período entre 1927

a 1979, os menores somente interessavam ao direito a partir do momento em que praticavam ou sofriam alguma ação possível de ser alcançada pela norma penal. Cabe salientar que, nos países em que essa doutrina é aplicada, é feita pouca ou até nenhuma distinção entre a criança e o adulto no que se refere à inimputabilidade (SARAIVA, 1999).

A Doutrina da Situação Irregular foi à segunda doutrina adotada no Brasil, quando foi elaborado e implementado o Código de Menores de 1979. Essa doutrina, apesar de ultrapassada, constituiu-se um avanço em detrimento da doutrina anterior. O menor passa a ser visto como aquele que está em uma “situação irregular”, ou seja, passa a ser percebido como uma patologia social. Passa-se a distinguir menores infratores de menores abandonados ou vitimizados. Assim, foram criadas as primeiras instituições voltadas ao atendimento do menor infrator, denominadas “Fundação do Bem-Estar do Menor - FEBEM” e os abrigos (SARAIVA, 1999).

Posteriormente, a Doutrina de Proteção Integral surge com intuito de transcender paradigmas e passa pela primeira vez na história do Brasil a incluir a terminologia “criança” na legislação brasileira. Esta doutrina fundamenta a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, e todos os direitos de crianças e adolescentes passam a ser reconhecidos. A Doutrina de Proteção Integral tem por base a Convenção das Nações Unidas para o Direito das Crianças. As leis do sistema jurídico brasileiro voltado à infância passa a garantir todos os seus direitos através da lei (SARAIVA, 1999).

Neste sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o qual corresponde à Lei Federal 8.069/1990 de 13 de julho de 1990, em suas Disposições Preliminares, destaca-se o Art. 1º “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”. E a utilização do termo criança justifica-se através do Art. 2, no qual “Considera-se criança, para efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. No que se refere à violência sexual, pode-se citar o Art. 17 do ECA. Segundo ele, “o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”. O Art. 18 vai

ao encontro dessa perspectiva ao citar que “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. As três doutrinas que vigoraram no Brasil ilustram a forma como os chamados menores eram percebidos pela sociedade e o lugar que ocupavam correspondia a um lugar marginalizado. Ou seja, desde as primeiras legislações, a criança é retratada como marginalizada e fica à mercê dos adultos. Esse período se caracterizou pelo adultocentrismo.

Somado a isso, Lyra e colaboradores (2005) citam que a construção social da infância, ocorrida durante a história, direcionou o cuidado e a criação dos filhos à esfera feminina, e os homens foram cada vez mais se afastando do universo infantil. Este fenômeno é ainda hoje percebido no sistema educacional em que os professores são praticamente mulheres. De outro modo, o âmbito da atuação masculina prevalece no âmbito público exigindo dos homens uma conduta de enfrentamento de riscos e mais vulneráveis às diversas formas de violência.

Nesta perspectiva, o abuso sexual cometido por homens autores de violência contra crianças se insere no campo da violência de gênero. Conforme Faleiros e Campos (2000), o termo “abuso sexual” é o mais difundido e popularizado para designar as situações de violência sexual contra crianças e adolescentes. De acordo com Sanderson (2005), o abuso sexual em crianças é de natureza social, tendo em vista que é influenciado pela cultura e pelo tempo histórico em que ocorre, o que dificulta uma definição aceita universalmente. Um importante problema que se encontra ao se desenvolver uma definição, corresponde à decisão de quais atos sexuais são abusivos ou não, o que inclui tanto comportamentos de contato quanto de não-contato. Sabe-se que crianças de ambos os sexos são vítimas de abuso sexual, mas as estimativas apontam as meninas como as mais vulneráveis. Diferenças de gênero na socialização das crianças podem apresentar um importante papel na maneira como os homens interpretam o abuso sexual em crianças e lidam com ele.

A escolha pela utilização do conceito de abuso sexual em detrimento de outros termos refere-se ao fato de o conceito de abuso sexual envolver o caráter relacional e histórico. Mello (2006) explica que o termo abuso sexual sofreu transformações ao longo da história e se tornou objeto do conhecimento científico, passando a ser

registrado de diferentes formas, seja através de exames clínicos, de modo que o abuso sexual infantil passou a ser registrado e representado.

As estatísticas mostram que o agressor geralmente é o pai, irmão, padrasto ou avô. A autora cita que 87% dos abusos sexuais contra crianças são cometidas por algum conhecido, familiar, vizinho ou amigo da família. (SAFFIOTI, 2004b; SANDERSON, 2005; WILLIAMS & ARAUJO, 2009).

Salienta-se que a característica central desses autores de abuso sexual é o gênero a qual pertencem, ou seja, o gênero masculino.

Teorias sobre a Violência de Gênero

Três correntes teóricas fundamentam os estudos sobre a violência contra a mulher e a violência de gênero. Neste contexto, o uso da categoria gênero introduz os estudos sobre violência contra a mulher uma nova terminologia para discutir este fenômeno social, ou seja, a violência de gênero.

A primeira corrente é a “dominação masculina” e fundamentou os primeiros estudos sobre a violência contra a mulher, os quais foram realizados na década de oitenta. Estes primeiros estudos contribuíram para dar visibilidade à dominação masculina e às relações de poder envolvidas nas relações violentas. Uma das principais teóricas que se tornou referência na análise da violência contra as mulheres é a filósofa Marilena Chauí. Concebe este fenômeno como resultado de uma ideologia da dominação masculina, exercida e reproduzida tanto por homens como por mulheres. As mulheres são compreendidas como cúmplices e sujeitos destituídos de autonomia, contribuindo, assim, para a reprodução de sua dependência, tornando-se instrumentos da dominação masculina.

A segunda corrente teórica que embasa os estudos sobre a violência de gênero foi introduzida no Brasil pela socióloga Heleith Saffioti (SANTOS EIZUMINO, 2005). Essa corrente é denominada de “dominação patriarcal” e a partir dela, a violência passa a ser compreendida como expressão do patriarcado. Nessa perspectiva, a dominação masculina está relacionada aos sistemas capitalista e racista, portanto, além de ser um sistema de dominação masculina, afirmado pela ideologia machista, é, sobretudo, um sistema de dominação-exploração. Essa forma de dominação está

inserida nos campos ideológicos e políticos, enquanto a exploração também está vinculada diretamente ao campo econômico. Deste modo, a mulher passa a ser concebida como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimizada pelo controle social masculino (SAFFIOTI, 1987, 2004; SANTOS E IZUMINO, 2005).

A partir desta corrente teórica, entende-se que a mulher possui autonomia e apesar de ser dominada pelo sistema de opressão, não está assim “engessada”, sem possibilidades de mudança. Entende-se também que os homens, do mesmo modo que as mulheres são vitimizados pela ordem patriarcal de gênero. Isto pode ser observado através da severa punição atribuída ao homem autor de abuso sexual pelos apenados condenados pelos demais crimes e pela sociedade em geral.

De acordo com Santos e Izumino (2005), a terceira corrente teórica é intitulada relacional. Nesta perspectiva, as relações de violência consistem numa forma de comunicação e de um jogo, no qual a mulher é percebida como “cúmplice”. Portanto, a violência de gênero pode ser entendida como o resultado das relações de poder e força entre o masculino e o feminino, sendo tanto os homens quanto as mulheres responsáveis pela manutenção dessas relações. Uma das principais teóricas da corrente teórica relacional foi a cientista social e antropóloga Maria Filomena Gregori. Destaca-se que, nesta abordagem teórica, a violência é entendida como resultado das relações de gênero, nas quais as relações violentas também podem ser uma forma de comunicação, ainda que perversa.

O gênero atua de modo a construir as diferenças, mas não as transforma em desigualdades, isto é, a perspectiva de gênero não direciona e nem mostra o vetor da desigualdade. (SAFFIOTI, 2004a). Torna-se correto afirmar que a violência de gênero não pode ser entendida como sinônimo da violência contra a mulher. A violência de gênero se distingue das demais formas de violência, pois possui uma ampla dimensão e não indica o vetor dominação-exploração a um único alvo. A violência de gênero é um fenômeno universal que atinge mulheres, crianças e homens, independente de idade, grau de instrução, classe social, raça/etnia e orientação sexual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresenta-se como resultado as relações de gênero construídas durante a infância de homens que cometem abuso sexual contra crianças, bem como, uma reflexão sobre o modo como eles a reproduzem em forma de violência. Os homens autores de abuso sexual contra crianças em Santa Maria, participantes deste estudo são todos brancos, têm baixa escolaridade e vieram do meio rural para a cidade em busca de trabalho. Seus pais, eram agricultores e se dedicavam à plantação de arroz e soja, casaram jovens e tiveram muitos filhos. Em relação à profissão, os homens que foram entrevistados são mecânicos (dois homens), auxiliares de pedreiro (dois homens), chacareiro, e controlador de vôo. Quanto à religião são evangélicos, exceto um que é umbandista. Em geral, na infância, realizavam atividades descritas como masculinas. Acampavam em fazendas, conviviam com peões, “puxavam cavalo para capinar arroz” e entregavam viandas aos trabalhadores. Devido à família ser numerosa, todos eles, desde pequenos, foram incentivados ao trabalho na lavoura. Conforme seus depoimentos, todos os filhos, homens e mulheres, tinham o dever de acompanhar os pais com o objetivo de aprender o trabalho no campo. As meninas acompanhavam a mãe na lavoura e, ao retornarem, eram as responsáveis pelo trabalho doméstico, o que incluía a limpeza da casa e a preparação dos alimentos, além do cuidado com os irmãos menores. Essas deveriam sempre respeitar e ocupar uma posição de cuidado, responsabilidade e afeto. O comportamento dos filhos homens era menos criticado e lhes foi ensinado que deviam ser líderes, seguir o modelo do pai, ou seja, ser o provedor do lar e detentor do poder sobre a família.

Os homens autores de abuso sexual contra crianças destacam que não era permitido que crianças participassem da conversa de adultos. Relembrem que não possuíam um relacionamento de intimidade com os pais. Segundo eles, “teria evitado muitas coisas se soubessem o que certo e o que é errado”.

Eles reclamam que, durante o período de sua infância, as crianças tinham muitos deveres e poucos direitos. Isso se confirma por estudos que comprovam que a criança passou a ter direitos com o advento do reconhecimento da infância no sécu-

lo XX, com a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente, somente em 1990.

Há consenso entre os depoimentos dos participantes sobre a educação que receberam. Eles afirmam que tiveram uma educação rígida e conservadora. Os pais não demonstravam e nem transmitiam afeto, eram mais severos que as mães e batiam com frequência, uma vez que, a família era numerosa e sempre havia algum desentendimento entre irmãos. Os participantes possuem em comum o fato de, logo, após o período da infância, terem o primeiro relacionamento amoroso e terem casado com as primeiras namoradas, constituindo assim, sua própria família. Isto porque naquele período a adolescência ainda não era vivenciada, não havia transição entre a infância e a idade adulta. Logo após a infância os participantes da pesquisa constituíram sua própria família.

Em relação às construções das relações de gênero, os homens entrevistados recordam que suas mães eram boas donas de casa e não deixavam faltar nada. Afir-
mam também que suas mães não tinham a liberdade que as mulheres de hoje têm. Mencionam que antigamente as mulheres respeitavam a família, eram dedicadas ao lar e as atividades domésticas, sabiam bordar e costurar. Os homens pesquisados chamam atenção para o fato de as mulheres de hoje não saberem nem cozinhar e não serem mais “*prendadas como antigamente*”. Também citam que suas mães não possuíam a liberdade de circular por ambientes predominantemente masculinos. Um dos participantes do estudo cita como exemplo, a pesquisadora que frequen-
ta um presídio para entrevistar homens. “*Naquele tempo, não existia isso...(risos) uma mulher vir no presídio...entrevistar homens, hoje estão mais espertas que os homens*”.

Em relação aos pais, eles salientam que, como homens, tinham o direito à re-
lação sexual sem o consentimento da esposa. Da parte da mulher, atender o desejo sexual do marido, era dever conjugal. Na visão dos participantes, os homens podem ter vários relacionamentos, pois são as mulheres que devem impor o limite. Citam que foi durante a busca por estabilidade econômica e os momentos de prazer do ho-
mem, como por exemplo, as festas e os bailes, que a família nuclear foi crescendo, sendo, portanto, responsabilidade da esposa a criação dos filhos.

Os homens autores de abuso sexual pesquisados não negam, nem se sentem

constrangidos ao afirmar que mantiveram muitos casos extraconjugais. Segundo eles, as outras mulheres eram suas “namoradas”. Afirmam ainda que suas esposas sabiam dos relacionamentos, mas não queriam se separar, o que reafirma a ideologia masculina predominante. Neste sentido, a situação da mulher, presenciada na infância, provavelmente contribuiu para que esses homens percebessem as mulheres da família como inferiores, o que legitimou mais facilmente o poder exercido sobre a mulher. A figura feminina, para eles, esta associada a valores negativos, a crenças de que a mulher é incapaz de realizar uma atividade fora do lar, incapaz de usar a razão e lutar contra imposições. Esses fatores são tomados como inerentes às mulheres, ou seja, naturaliza-se essa condição, transmitindo-as assim através de gerações.

Salienta-se que os homens têm muito mais condições socioeconômicas para desenvolverem seus potenciais, pois possuem melhores oportunidades de empregos, estão autorizados socialmente a frequentar diversos ambientes, o que acaba por caracterizar a vida de homem no âmbito público. Ao contrário, às mulheres é mais atribuído socialmente o ambiente privado, ratificando o dito popular, o qual afirma “lugar de mulher é em casa”. Enfatiza-se através do exposto, que as mulheres não possuem as mesmas oportunidades que os homens. Entende-se, com isso, que a ideologia dominante transmite valores no sentido de naturalizar as potencialidades femininas desenvolvidas. Através dos depoimentos, constata-se que os participantes entendem os papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres de modo essencialista e fixo, ou seja, não há para eles possibilidades de mudança.

Verifica-se que as companheiras dos homens autores de abuso sexual contra crianças atribuem a outras mulheres a responsabilidade pelo abuso sexual de seus companheiros. A fala da companheira de um dos homens exemplifica esse pensamento: - “Minhas amigas vieram me contar que Silvio (nome fictício) estava se beijando com outras mulheres nos bailes, perdeu a cabeça, logo ele vai ver que elas não prestam, só querem tirar o dinheiro dele. Aí ele volta pra casa, pra família”. Comprova-se que o poder, como descreve Saffioti (1987), está a serviço de quem controla o poder econômico e político na família e na sociedade (SAFFIOTI, 2007). O poder masculino está presente nas classes dominantes e nas subalternas, exer-

ce o poder sob os menos privilegiados na escala social.

De acordo com Saffioti, (1987; 2004b) apesar das transformações sociais, a maioria dos homens se omite na educação dos filhos e ainda, quando educam, não se posicionam criticamente sobre o modo como foram socializados. De acordo com os resultados da pesquisa há contradições visíveis geradas pela desigualdade de gênero que privilegia os homens em maior escala e subjuga as mulheres, também em maior escala. Mais que isso, ao alimentarem os modelos de mulheres honradas e desonradas (termos utilizados por eles), os homens e as mulheres trabalham para a reprodução e perpetuação das desigualdades de gênero.

Quanto aos relacionamentos sexuais, os homens pesquisados afirmam que os pais nunca conversaram sobre esse assunto, pois era um tema proibido. Argumentam que tudo que aprenderam, aprenderam sozinhos, na rua. A primeira relação sexual dos homens autores de abuso sexual contra criança em Santa Maria foi entre 9 e 13 anos, com mulheres mais velhas. Este dado, além de apresentar o caráter marcado de gênero, apresenta uma transformação do gênero para geração, ou seja, os homens tiveram sua primeira experiência com uma mulher com idade superior à deles. Eles entendem essa situação como “iniciação sexual do homem”, o que também pode ser vista como abuso sexual.

No caso da condenação por abuso sexual, foram condenados por manter relações sexuais com crianças do sexo feminino. Isso culturalmente não se pode caracterizar como iniciação sexual, já que os abusos duraram anos até que fosse realizada a denúncia. Ao mencionarem a causa de sua condenação, afirmam que os pais não os criaram para serem “marginais”, portanto, não se consideram culpados. Segundo eles, “estão presos”, mas é uma condição que impuseram a eles. Na visão dos participantes, a separação do casal ocorreu porque acabou o amor e não pelas relações de violentas, permeadas por violência psicológica e pelo abuso sexual. Argumentam que antigamente não se separavam. Foram socializados para constituir família e ser o chefe do lar, assim como seus pais. Afirmam ainda que, atualmente, a

mulher faz as mesmas atividades que os homens e consideram isso um ganho para as mulheres. No entanto, as brigas, as relações violentas, tornaram-se frequentes,

pois as mulheres não aceitam mais viver do modo que suas mães viviam, ou seja, não querem ser mais submetidas às leis do homem. Essa reflexão foi feita pelo participante mais jovem da pesquisa e indica que pode estar relacionado ao fato de ele viver justamente nessa fase de transição da luta das mulheres por direitos e melhores condições. Ele consegue perceber a diferença nas atitudes de sua mãe e de sua ex-esposa em não se submeter à imposição do homem. Justifica a atitude da ex-esposa, mas defende a posição de sua mãe em permanecer subordinada à família.

Alguns estudos como os de Goldani (2002) e Cortizo e Goeneche (2010) têm demonstrado que as atuais transformações no mundo do trabalho têm afetado em muitas áreas de atuação masculina, como por exemplo, os homens têm dificuldade em se manterem sendo os provedores do lar, alterando significativamente a configuração familiar. Neste sentido, as mulheres têm se empoderado, passando sua atuação da esfera privada também à esfera pública. Em contrapartida, entende-se que a categoria social homens não tem conseguido grandes avanços, pois sua atuação na área do trabalho tem sido percebida como ameaçada pelas mulheres, além de a maioria não saber como exercer a paternidade de forma satisfatória.

A fim de tornar público o cotidiano de famílias que vivem relações violentas, destaca-se que os abusos sexuais duraram em média de três a cinco anos. O período da denúncia até a condenação destes homens durou aproximadamente três anos. As denunciantes foram outras ex-companheiras dos participantes. De acordo com dados obtidos nos autos dos processos jurídicos, no período entre a acusação e a condenação, o qual durou em média três anos a família permaneceu morando junto, somente após a condenação as esposas vieram a se separar.

As crianças vítimas de abuso sexual já haviam relatado às mães sobre o comportamento destes homens, seus pais, avós e padrastos. Em um dos depoimentos a criança, afirma que sua mãe recomendou que ela gritasse bem alto caso “isso” ocorresse novamente. Portanto, em uma das investidas a criança gritou e posteriormente foi espancada. Em outra tentativa, contrariada com o abuso sexual decidiu correr para casa da vizinha. Foi neste momento

que tornou público o abuso sexual para a vizinha. No caso desta criança ela afirma

que a mãe e os irmãos também crianças, tinham conhecimento dos abusos sexuais, pois o pai mandava os meninos saírem de casa. Isto demonstra que estas mulheres tinham consciência dos abusos sexuais sofridos pelas crianças e não tiveram coragem para denunciar, uma vez que, alegam medo e dificuldades financeiras. Do mesmo modo, conforme verificado nos relatos dos autos dos processos jurídicos, os homens tinham consciência e até mesmo premeditavam a ocorrência do abuso sexual. Constatou-se que os participantes acreditam ter o direito sobre seus filhos e mulheres, o que inclui o direito sexual sobre eles.

Do mesmo modo, ocorreu no caso de outra criança, a qual foi abusada sexualmente pelo pai e pelo avô paterno durante anos. A criança com seis anos de idade pediu para que a mãe não deixasse mais o avô frequentar sua casa, pois ele fazia brincadeiras de que ela não gostava. A mãe da menina afirma em seu depoimento nos autos do processo jurídico que “já tinha desconfiado, porque ele gostava de brincar com as crianças atrás do galpão”.

Verifica-se que houve uma inversão dos papéis sociais culturalmente atribuídos à mulher e ao homem. As mulheres apresentam maior flexibilidade em exercer diferentes papéis sociais, são acostumadas a exercer diferentes funções e atribuições ao mesmo tempo. De outro modo, acredita-se que os homens condenados por abuso sexual de crianças não apresentaram interesse e flexibilidade para realizar outras tarefas que não sejam as relacionadas ao seu trabalho. Não conseguem exercer outro papel social além do papel de homens provedores do lar, nem mesmo com seus próprios filhos ou enteadas com as quais convivem há anos. Isto pode ser observado, no momento em que esses homens permanecem no âmbito privado e familiar. Pois, não conseguem desenvolver uma relação de intimidade saudável com a criança.

Neste contexto, os homens autores de abuso sexual contra crianças se utilizam de relações violentas, como no caso dos participantes. Impotentes quanto a sua situação econômica e social, a única saída que encontraram para exercer seu poder é contra aqueles que se encontram em posição inferior a sua, não somente econômica, mas de gênero.

Os homens pesquisados alegam inocência e, em seus relatos, afirmam que

“não foi bem o que aconteceu”.

Nesta perspectiva, cita-se que muitas vezes surge a dúvida quanto à ocorrência do abuso sexual. Deste modo, também se recorreu aos depoimentos dos autos dos processos jurídicos a fim de unir os dados obtidos nos autos dos processos jurídicos com as entrevistas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abuso sexual se configura como uma das mais perversas formas da violência de gênero e tem raízes nas relações de gênero construídas a partir da infância. Do mesmo modo, mostrou-se que a construção social de ser homem e de ser mulher é transformada e mantida pela ideologia masculina dominante e que tanto o homem quanto a mulher mantem a violência de gênero através de relações desiguais, baseadas na discriminação e desigualdades de gênero. A socialização é um processo que ocorre desde o nascimento, através de mensagens, valores, pressões e limites que recebemos através de nossa educação. O modo desigual pelo qual homens e mulheres são socializados confere privilégios à maior parte aos homens, o que acaba por influenciar na ocorrência de abuso sexual contra a criança. Destaca-se que, os homens autores de abuso sexual estão reproduzindo as relações desiguais de gênero aprendidas. Assim, torna-se importante estimular uma reflexão sobre as relações de gênero tanto com mulheres quanto com homens para que tanto crianças quanto adultos tenham acesso à educação e a discussão sobre certos modelos e comportamentos que garantam direitos iguais tanto ao feminino quanto ao masculino.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. 1978. *História Social da Criança e da Família*. 2º ed., LTC. COR- TIZO, María del Carmen; GOYENECHE, Priscila Larratea. 2010.

Judicialização do privado e violência contra a mulher. Rev. katálysis, Florianópolis, v. 13, n.1, June.

ESTAUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) – 1996. Lei Federal nº

8.069/1990 – Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Santa Maria, Julho.

FALEIROS, E.; CAMPOS. 2000. *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes*. Brasília, DF: Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes.

FONSECA, Vanessa (2008). *Pelo fim da exploração sexual: o que os homens podem fazer?* Manual para sensibilização de adolescentes de 10 a 14 anos. Rio de Janeiro: Promundo.

GOLDANI , A.M. 2002. *Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção*. Revista Brasileira de Estudos de População, v.19,n.1, jan/jun,

GREGORI, Maria Filomena. 1993. *Cenas e queixas: um estudo sobre as mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra.

LYRA, Jorge. 2005. *Homens e cuidado: uma outra família?* In Família: redes, laços e políticas públicas. In. Acosta A. R. & Vitaler, M. A. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. 2006. *A construção da noção de abuso sexual infantil*. Belém: EDUFPA,

SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, S. 1995. *Violência de Gênero – Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda.

SAFFIOTI, Heleieth. 2004. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SAFFIOTI, Heleieth. 2007. *A Síndrome do Pequeno Poder*. In. Crianças Vitimizadas: a síndrome do Pequeno Poder. Orgs: Maria Amélia Azevedo e Viviane Guerra.- 2ª edição. São Paulo.

SANDERSON, Cristiane. 2005. *Abuso sexual em crianças*. São Paulo, SP: MBooks.

SANTOS, Maria Cecília. & IZUMINO, Wânia. 2005. *Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre os estudos feministas no Brasil*. Estudos Interdisciplinários de America Latina y El Caribe. 16(1), 147-164.

SARAIVA, João Batista. 1999. *Adolescente e Ato Infracional: Garantias Processuais e Medidas Socioeducativas*. Porto Alegre. Livraria do advogado.

WELZER-LANG, Daniel. 2004. *Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo*. In. Masculinidades. São Paulo: Boitempo Editorial: São Cruz do Sul, Edunisc.

WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti; ARAÚJO, Eliane Aparecida. 2009. *Prevenção do Abuso Sexual Infantil: um enfoque interdisciplinar*. Curitiba: Juruá.

O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO À INCONSTITUIÇÃO DO GRUPO ARCO-ÍRIS DE RONDÔNIA (GAYRO) EM CACOAL

Ercedilio Guedes Junior²²

Tadeu Pereira dos Santos²³

INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura política brasileira é necessário evidenciar as lutas que ampliaram os horizontes, para além do caos em que estamos imersos. Por isso, buscamos no passado as centelhas adormecidas, talvez silenciadas, mas que nos abre outras possibilidades, para apresentar as experiências da população LGBTI, especialmente às vivenciadas por membros da comunidade LGBTI localizada no interior do Estado de Rondônia. Trata-se de um Estado, criado durante a ditadura militar, acentuado no presente, pela violência contra mulheres e a comunidade LGBTI, de modo que o mesmo afigura no cenário nacional como o 9º lugar na elaboração do índice de violência.

A carência de produções acadêmicas referentes ao movimento LGBTI no Estado de Rondônia, especialmente no município de Cacoal, confere sentido ao caráter inédito dessa pesquisa. Rememorar e construir a trajetória do primeiro movimento LGBTI no município de Cacoal configura-se também em um ato político muito importante, afim de não permitir que as histórias, não só das lutas, mas das conquistas continuem adormecidas. As memórias desse movimento foi o sopro que me proporcionou sentido a explorar essa temática.

22 Psicólogo. Especialista em Gênero e Diversidade na Escola pela Universidade Federal de Rondônia. E-mail: juniorguedespsi@outlook.com.

23 Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, com estágio pós-doutoral na mesma instituição; professor na Universidade Federal de Rondônia, Brasil; vice-coordenador do Centro de Documentação Regional da Zona da Mata Rondoniense; líder do Grupo de Pesquisa em Ensino de História, Teoria e Questão Étnico-Racial. E-mail: tadeupopulis@yahoo.com.br.

Foi analisado o processo de constituição do Grupo Arco-Íris de Rondônia no município de Cacoal, realçando suas trajetórias iniciais e ações desenvolvidas na cidade até a sua reorganização enquanto movimento social, militante e politizado.

O método de pesquisa utilizado neste trabalho foi o qualitativo, e os procedimentos utilizados para desenvolvê-lo foi a análise documental, por meio da Ata de registro, proporcionada pela Assembleia de Fundação do Grupo Arco-Íris de Rondônia, do Estatuto Civil do Grupo Arco-Íris de Rondônia – GAYRO, matérias específicas de sites locais, e o blog pessoal de Thonny Hawany, que contribui significativamente para a construção deste trabalho, pois era por meio do blog que ele se expressava e relatava os processos de constituição do grupo, as lutas e ações que o grupo desenvolvia no município de Cacoal. As narrativas orais possibilitou vivenciar a experiências a partir da história do outro, que é única e singular, o que possibilitou a compreensão e a construção do presente trabalho e construir o trabalho. A entrevista só adquire importância se transformada em diálogo pelos pesquisadores, na qual a fonte oral deve ser respeitada e analisada de forma crítica, semelhante a qualquer outro documento, por serem os depoentes indivíduos que vivenciaram determinado momento e passaram por transformações ao longo do processo histórico. Com base nessas colocações, foram selecionados entrevistados que auxiliem na compreensão do objeto, conforme sugere Portelli:

O controle do discurso histórico permanece firmemente nas mãos do historiador. É o historiador que seleciona as pessoas que serão entrevistadas, que contribui para a moldagem do testemunho colocando as questões e reagindo às respostas; e que dá ao testemunho sua forma e contexto finais (mesmo se apenas em tiver de montagem e transcrição)²⁴.

Compartilhamos conceitualmente com alguns apontamentos propostos por Portelli e, dialogamos, num primeiro momento, com os membros do grupo GAYRO e pessoas que a eles estavam ligados. Tais narrativas foram cruciais para compreender as questões que envolviam o processo de constituição e reconstituição do grupo GAYRO em Cacoal

24 PORTELLI, Alessandro. Op.Cit. p.37

O trabalho toma forma a partir das narrativas da experiência de duas pessoas, que foram presidentes do grupo, Thonny Hawany²⁵ que fora o idealizador e presidente de honra do grupo, ele quem organizou e colocou o grupo em movimento, e Gutta de Matos que foi uma personalidade importante, que contribuiu com sua experiência pessoal, para o desenvolvimento e maturação do grupo Arco-Íris de Rondônia.

O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO À INCONSTITUIÇÃO DO GRUPO ARCO-ÍRIS DE RONDÔNIA (GAYRO) EM CACOAL

No Brasil, o movimento LGBTI, desde o seu surgimento na década de 1970, vem denunciando a violência praticada contra a população LGBTI, reivindicando a criação de políticas públicas e de legislações específicas para a promoção da cidadania destes/as sujeitos/as (SIMÕES e FACCHINI, 2009). Assim os grupos de militância LGBTI são fundamentais para nomear e marcar seu espaço na sociedade. É nesta lógica, que devemos considerar o fazer do movimento LGBTI local denominado GAYRO, originado na cidade de Cacoal, no Estado de Rondônia, no ano de 2007. Na época, em decorrência da violência por eles experimentada, a ausência de locais de lazer e entretenimentos destinados ao existir enquanto sujeitos de direitos, despertavam, nos mesmos à necessidade de se constituir um grupo que representasse a população LGBTI local e que reivindicassem por espaços sociais, por segurança e saúde.

Thonny Hawany lembra que na época se queixava: “A falta de um movimento que pudesse levantar a bandeira da população LGBT no Município de Cacoal, me incomodava e incomodava outros amigos profundamente”. Com isso, reforçava a necessidade e o desejo de constituir um grupo e a percepção de práticas isoladas na região, conforme o próprio enuncia ao narrar a sua experiência em uma festa LGBTI, em uma cidade vizinha que o fez perceber que jovens LGBTI unidos poderiam mobilizar não só festas, mas que poderiam fazer muito, por seus direitos.

25 Foi realizado o contato com alguns membros do GAYRO, composto por 09 pessoas em sua diretoria, onde o contato fora feito com 06 integrantes do GAYRO, mas apenas 02 se disponibilizaram a participar da entrevista. Não foi possível rememorar outras experiências a partir de outros olhares e singularidades de outros membros do GAYRO, então a pesquisa se reduz apenas as experiências e vivências de Gutta e Thonny enquanto presidentes do grupo GAYRO.

Neste sentido, pode-se dizer que essa é a memória construída por Thonny, ao significar os sentidos que justificaria o início do Grupo Arco-Íris em Cacoal. Posteriormente, ele convida amigos e conhecidos para uma reunião em sua casa e tudo começou a partir daí. Somam-se as lembranças do mesmo a interpretação de Gutta de Mattos, ao afirmar que à constituição do grupo se deu em decorrência da necessidade de organizar formas e meios de luta na defesa da sobrevivência da comunidade LGBTI em Cacoal, a qual em sua narrativa é evidenciada ao mostrar o processo em que diversas pessoas tomam consciências da violência experimentadas cotidianamente, e se organizam para o enfrentamento de tais questões:

Daí, nós começamos a reunir voluntariamente sem a fundação do grupo inicialmente, mas sim pela formação não documental, mas sim pela formação do interesse dessas pessoas, e aí houve a necessidade de agregar pra ventilar o conhecimento dessas pessoas (...) (GUTTA).

Considerando o caráter e a fluidez da memória, elucidativo da seletividade, de que os sujeitos evocam lembranças do passado para que possa se orientar no presente, a narrativa de Gutta, que também foi presidente do grupo GAYRO, em sua interpretação ao rememorar o passado, vivenciado em meados de 2004, faz os seguintes apontamentos: “O movimento em Cacoal, surgiu da necessidade de ter uma afirmação de pessoas LGBT, aqui em Cacoal para a busca de políticas que contemplasse o movimento LGBT”.

Devemos considerar as práticas apresentadas nas lembranças de Gutta, como expressivas de intencionalidade coletivas, de modo a configurar diversos atores sociais, como instituidores e mantenedores do GAYRO em Cacoal.

O sentimento coletivo movimentou o grupo para uma organização, que o fez transformar numa referência no Estado de Rondônia. Assim, é possível pensar o processo de afirmação do GAYRO ao longo de seus aproximadamente dez anos de existência em Cacoal, diversificando suas práticas e atuação no cenário público local.

É plausível afirmarmos, que por um lado, nas ponderações de Thonny, que a luta deveria ser dimensionada para o Estado, por outro, a narrativa de Gutta é dado

a ler ressaltando as demandas locais, ou seja, em Cacoal. De acordo com ela, a constituição do grupo se fez agregando as seguintes categorias:

Uma vez que no aspecto de números de pessoas gays, lésbicas e travestis era um número significativo, e essas pessoas, enfim, tinham diversas ocupações na sociedade, enfim, professores, advogados e muitos estudantes. Era composta por grande maioria de estudantes, até porque alguns tempos atrás, alguns membros do grupo desenvolvia na escola um projeto do governo federal, chamava SPE Saúde e Educação nas Escolas, e esse projeto foi importante porque através desse projeto, as pessoas LGBT acabaram se reunindo e acabaram indo até a casa do professor Thonny, na época que foi o fundador do grupo e tinha propósitos políticos de enfrentamento e combate ao preconceito e o principal objetivo do grupo foi fortalecer as afirmativas das políticas LGBT até então que se discutia na época PLC 122/06 era um projeto de lei que criminalizava a homofobia que na época ele tava em discussão e como sabe esse projeto se encerrou (GUTTA).

Deve-se considerar que o cenário vivenciado por eles/elas em Cacoal à época contribuiu para a criação do GAYRO, já que a referida cidade se constituía um polo na região, cuja atividade acadêmica passa a se tornar mais um atrativo para confluência de novas pessoas, que passavam a dimensionar o viver em Cacoal. É neste sentido, que a condição de professor universitário é utilizada por Thonny, para colocá-lo como uma peça central das negociações, desenvolvida pelas pessoas que participaram ativamente do fazer-se do grupo GAYRO à época, na medida em que, talvez, fosse difícil o mesmo assumir tamanha envergadura em Cacoal, haja vista, ser a moral cristã, especialmente de pessoas católicas e evangélicas os preceitos orientadores que davam sentido ao viver ali.

Em julho de 2007 é oficializado o Grupo Arco-Íris de Rondônia em Cacoal, sendo o primeiro grupo de militância LGBTI no município de Cacoal, interior do Estado de Rondônia, o Grupo Arco-Íris de Rondônia, mais conhecido como GAYRO, cuja “sigla escrita com ‘y’ em lugar de ‘l’ para valorizar a palavra GAY”, como consta na Ata da Assembleia de Fundação do Grupo. Porém antes da oficialização do grupo, o coletivo LGBTI já se movimentava enquanto grupo de militância na cidade de Cacoal, e segundo a narrativa de Gutta, em meados de 2004, o grupo começou a nascer através dos primeiros contatos com pessoas que se relacionavam afins do movimento político:

O Grupo Arco-Íris começou por meados de 2004, na época foi fundado pelo professor Thonny, que era professor universitário da UNESC e por algumas pessoas que tinham em comum a defesa do movimento LGBT. O grupo surgiu, eu tinha o conhecimento trazido de São Paulo, eu militava em paradas lá em SP e nós tínhamos um propósito de ter um grupo de pessoas que fizesse uma afirmação deste movimento para a busca de políticas que contemplasse o movimento LGBT (GUTTA).

Gutta ainda narra, que o grupo fazia questão em manter nas diretorias uma lésbica, uma transexual, um gay e uma pessoa heterossexual, que o grupo chamava de Hetero sem Preconceito, tudo isso para manter a diversidade no grupo.

O configurador político do grupo presentificado na constituição da composição da diretoria do referido grupo, haja vista a necessidade de que o processo de luta deveria ser compreendido por todos, assim tinha se a necessidade de garantir a representatividade dos diversos segmentos, que compunha à sociedade e que objetivava a mesma finalidade: combater o preconceito e a violência.

Em relação às memórias do grupo no presente, Thonny atualiza-as em seu blog pessoal, reavivando as finalidades que eles tinham na referida época: “propósito expresso de minorar a discriminação de lésbicas, gays, bissexuais e de transexuais no Estado de Rondônia, com especial atenção, para aqueles que residem na Região Centro Sul do Estado” (HAWANY, 2011).

É possível considerar, que tal intencionalidade pode ser pensada, a partir da configuração e ocupação do GAYRO, como referência para grupos minoritários no Estado de Rondônia, tendo em vista que os mesmos passavam de proposição local, ampliando suas lutas no Estado de Rondônia, na medida em que já tinha conquistado legitimidade entre a comunidade LGBTI e o reconhecimento público de entidades ligadas aos direitos humanos. Por sua vez, adquiriu respeito de parcela da população de Cacoal, pela atuação no combate ao preconceito e a conscientização dos próprios LGBTI por meio das campanhas e palestras, que buscavam afirmar a garantia de seus direitos.

De acordo com Ferrari (2004, p. 105) os movimentos sociais “[...] articulavam-se pela defesa da visibilidade, pela construção de novas formas de conhecimento,

de cidadania plena e pela luta por direitos civis”. É nesta perspectiva que o grupo GAYRO baseava-se:

Visando à promoção e à divulgação amplas dos interesses políticos, sociais e culturais de gays, lésbicas, bissexuais e transexuais; de igual modo, tem ainda como um de seus grandes objetivos implementar esforços no campo da educação, da saúde, da segurança pública, dos direitos humanos, da assistência social e do voluntariado para que seus membros sejam, como fulcro no princípio constitucional da dignidade humana, nivelados aos demais membros da coletividade em que vive e atua como cidadão de direito (HAWANY, 2011).

O grupo GAYRO almejava promover a afirmação da população LGBTI no município de Cacoal e de cidades circunvizinhas, como relata Gutta, que o grupo tinha como propósito político o enfrentamento e o combate ao preconceito e tinha na época como principal objetivo, fortalecer as afirmativas das políticas LGBTI. Para tal, o grupo desenvolvia suas ações em duas lógicas: na primeira, as atividades consistiam no desenvolvimento de práticas que pudessem criar vínculos com o Estado e o município. Desse modo criava eventos regionais e municipais na tentativa de desenvolver políticas públicas favoráveis a população LGBTI, e por outro, enviava seus membros para participarem de “congressos, seminários, encontros, conferências, cursos de capacitação, entre outros eventos de natureza (in) formativa” (Hawany, 2011), Hawany, ainda complementa, que o grupo buscava firmar lutas contra LGBTfobia, através de práticas educativas, como “[...] trabalhar na formação de pessoal que possa atuar nas diversas frentes de trabalho contra a homofobia e a discriminação de gays, lésbicas, bissexuais e de transexuais”.

As pautas das lutas locais, também incorporavam elementos das lutas dos movimentos nacionais, uma vez que os movimentos LGBTI, carregam uma história de luta e resistência contra o “[...] preconceito e a discriminação dos sujeitos que não se enquadram no modelo heteronormativo de sociedade” (MOURA, 2016, p.10).

Em relação a violência contra LGBTI é preciso considerar os alarmantes números apresentados no Estado de Rondônia, pois de acordo com a matéria publicada no jornal virtual Rondônia Ao Vivo: “Rondônia teve (05) cinco casos, obtendo

uma medida de 2,77% de vítimas LGBT, por cada grupo de milhão de habitantes, um pouco acima da média nacional que é 2,47%. O Acre foi o primeiro com 8,44%, a maior do País” (2018).

Mediante ao exposto, consideramos os apontamentos de Thonny, ao qualificar a existência do grupo em Cacoal, para ele: “Cacoal sempre foi uma cidade vanguardista, que enquanto ser gay e ser lésbica eram algo individual, tudo estava certo, mas quando gays e lésbicas se organizaram e passaram a ser um ser coletivo, tudo passou a ser diferente”.

Assim, o GAYRO se movimentava em sua luta por visibilidade na sociedade local, o preconceito também se fazia visível, como relatou Thonny:

“essa movimentação acordou todos os monstros: a homofobia deixou seu silêncio e passou a mostrar sua face mais cruel. O pior de tudo, é que na maioria das vezes, ela nem se mostrava, apenas era possível sentir seus efeitos, quase sempre velados”.

A partir da narrativa de Thonny é possível apresentar as práticas configurativas, em aceitar pessoas LGBTI em Cacoal e o processo da busca pelo reconhecimento no fazer-se das mesmas na luta pelo direito em ter direito numa sociedade que não os reconhecem. É desta feita, que podemos considerar, como o campo moral sustentador das práticas cotidianas que davam origem aos preconceitos velados e faz elucidá-los, na proporção em que os mesmos começavam a ocupar cenários públicos, e a exigirem a garantia de seus direitos.

A presença do Grupo GAYRO, por um lado, passava a ser um elemento que suscitava o preconceito com a população LGBTI, experimentado as vezes de forma veladamente em Cacoal, bem como publicização do ódio, por transformar à diferença em desigualdade, uma vez que a heteronormatividade se faz intuída por uma perspectiva binária, já que afigura pela negação dos valores, que nos faz lembrar sempre o que nos compõe e jogamos fora. Por outro, a presença pública do grupo, constituía e reorientava da proposição de lutas que se dava no âmbito individual a tentativa de construção coletiva/compartilhada no enfrentamento da tradição que orientam as

práticas que se faz pilares da violência e do preconceito social em relação aos modos de vidas das pessoas homoafetivas que viviam em Cacoal. Assim, Gutta, ao narrar apresenta as estratégias utilizadas pelo GAYRO, para dar vazão às propostas, de modo que, ocupar os espaços sociais foram fundamentais:

O grupo, sim, ele conseguiu esse espaço porque até então, nós levamos, alavancamos juntos ABGLT as questões voltadas a que se tornou lei federal depois, que era o nome social das trans dentro da sala de aula, o objetivo era pegar algumas trans jovens que estavam no processo ainda de transformação, e elas serem aceitas nas salas de aula na inclusão com seu nome social, esse foi um objetivo que o grupo conquistou e o outro nós tivemos uma visibilidade muito grande no contexto político, cenário político, então nós éramos convidados para estar presente em todos os eventos voltados a saúde e prevenção, então nós tínhamos um membro representando o movimento LGBT dentro do conselho municipal de saúde, nós tivemos membros representando nos conselhos da Assistência Social, da criança e do adolescente, e no conselho do idoso. Nós tivemos também os espaços voltados dentro das universidades, de debates abertos sobre o tema que era algo que não se debatia, então nós tivemos ai conquista nos cenários sociais da população de Cacoal muito importante (GUTTA).

Assim, o grupo ainda ressoa no presente, mesmo que seja no campo da memória, como um importante movimento, na tentativa de solidificar políticas públicas contra a LGBTfobia no município de Cacoal, pois de acordo com a interpretação de Hawany (2011), na época a presidente do GAYRO era Gutta de Matos, que fez as seguintes ponderações: “afirmou que o Grupo vem trabalhando no sentido de quebrar o átomo do preconceito, mas que isso não tem sido tarefa fácil, haja vista a resistência de líderes religiosos fundamentalistas.”

Em relação a esse cenário religioso, Thonny faz questão de lembrar em sua narrativa: “que Cacoal é uma cidade com um número muito grande de evangélicos e com pastores influentes no Estado, isso nos fez travar algumas guerras”. O preconceito produzido por ações de membros das diversas denominações religiosas que alimentava e ainda alimentam as práticas preconceituosas em relação aos modos de vida da população LGBTI, Thonny em sua narrativa diz que:

A homofobia na região, naquela época, era algo fora do comum, à gente é que não via. Achava tudo normal. Travesti, gay e lésbica serem apedrejados e xingados ‘era normal’, ‘fazia parte da cultura’. Meu Deus! Quanta ignorância! Todos podiam ser gays, lésbicas, bissexuais, transexuais desde que isso fosse algo só seu, não

poderia dar mostras para a sociedade ou dizer em público.

Conforme aponta Gutta em sua narrativa: “durante o período de existência do GAYRO, ocorreram dois assassinatos de mulheres transexuais que se prostituíam, uma foi a Elisa e o outro caso há três anos, a Nicole”. Isso explicita a imagem negativa que a população LGBTI carregava no município, aliado às práticas religiosas condenatórias e outras violências vivenciadas pela comunidade em Cacoal e região.

As ações do grupo na cidade se apresentavam como um choque de realidade à população de Cacoal, já que não aceitavam mais experimentar a violência em silêncio. A partir de então, as práticas naturalizadas e em relação a negação dos direitos LGBTI, tornavam-se públicas com vistas a exigir respeito pelo reconhecimento dos seus modos de vida. “Alguns nos engoliam, outros nos amavam, mas havia os que nos odiava”, aludiu Thonny. Por sua vez, o processo de resistência e o dimensionar da luta pelo GAYRO também se fazia pelo âmbito Legislativo, conforme nos aponta Thonny:

O Grupo nasceu para avançar e fazer cumprir seus objetivos e meta estatutárias. O menor indício de preconceito, o Grupo procurava o Ministério Público, fomos lá muitas vezes. Não dava em nada, mas ficava registrado. Nunca fomos desrespeitosos com nenhuma pessoa e com nenhum segmento da sociedade, mas também nunca deixamos os ataques sem uma resposta. Usei muito o meu blog pessoal para denunciar, registrar, informar, propagar (www.thonnyhawany.com). Usamos também as redes sociais de modo geral.

A participação do GAYRO nos debates foi de grande importância, principalmente no debate sobre projeto de lei PLC 122/06 da relatora Fátima Cleide (PT-RO), que discutia tornar crime a discriminação e o preconceito contra homossexuais, projeto que em 2019, ainda corre em discussão na Câmara. Gutta relata que o grupo participou de uma audiência pública realizada na Câmara Municipal de Cacoal, onde a associação de pastores evangélicos se revelava contra esse projeto de lei que era debatido no Congresso. Ela ainda relatou que os pastores fizeram outro debate e o grupo se manteve presente. Participar desses debates demonstra o quanto o grupo estava garantindo o seu espaço e sendo responsável por representar e defender a

população LGBTI local.

Mesmo diante do preconceito que dificultava a garantia de direitos básicos da população LGBTI do município, o GAYRO avançou em suas relações e desenvolviam seus projetos tomando como base as finalidades de seu próprio Estatuto Civil, conforme o Art. 3º propõe:

a) promover e divulgar amplamente os interesses políticos, sociais e culturais da comunidade de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (GLBT) do Estado de Rondônia sem discriminação de qualquer natureza; b) promover a educação, a saúde, a segurança, os direitos humanos, a assistência social e o voluntariado, bem como participar de fóruns e instancias de controle social e que tenham como objetivo os mesmo previstos neste Estatuto; [...] h) colaborar para a consecução de novos direitos que garantam o exercício pleno da cidadania de todos os membros da Comunidade GLBT; i) promover assistência individual quando possível, mediante comprovada necessidade do assistido, quer seja membro do grupo, quer seja pessoa da comunidade externa a ele; j) trabalhar em prol da conscientização e do combate às doenças sexualmente transmissíveis no meio homossexual; k) combater veementemente a homofobia denunciando casos de abusos às autoridades competentes (2008, p. 04).

As finalidades do Estatuto Civil do GAYRO assumem a mesma perspectiva de luta programa “Brasil Sem Homofobia”, em que um dos seus princípios visa assegurar:

A reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira (2004, p. 12).

Apesar das diversas tentativas que buscavam desarticular socialmente, o GAYRO se mantinha firme em sua posição política, na luta pela erradicação do preconceito, como afirma Guta: “mesmo diante do preconceito e de uma resistência descabida, o grupo continuará desenvolvendo ações que minorem a condição subumana de muitos de nós” (HAWANY, 2011).

Thonny em sua narrativa informa que o grupo GAYRO pretendia seguir os pas-

sos do movimento LGBTI nacional que na época era um movimento grande no país. Thonny também deixa evidente o que pretendiam com a criação do grupo:

Criar espaços de resistência e de lazer. Queríamos seguir o movimento nacional que já era muito grande. O movimento estadual também já se mostrava com o trabalho de outros grupos da Capital (GGR - Grupo Gay de Rondônia e Tucuxi), em Vilhena havia o Beija Flor que também militava em favor da comunidade LGBT. O GAYRO tornou-se por um tempo o grupo mais influente de Rondônia. Conseguimos atingir todos os nossos objetivos com o grupo (THONNY).

Ao analisar o fio condutor da narrativa de Gutta, em sua interpretação sobre a desconstituição do grupo GAYRO, a mesma apresenta a ONG, como lócus de interlocução social, como elemento significativo utilizado como centralizador ou mediador no processo de legitimação do referido grupo, não apenas na localidade e no Estado, mas nacionalmente:

(...) a desconstituição do grupo eu não posso dizer pra você que ela se deu, ela não acabou, hoje os grupos que na época se reuniam, tinham projetos e faziam e aconteciam, eram propósito de uma ascensão de ONG que o governo federal naquela época disponibilizava recursos para fazer o enfrentamento ao combate as DST/AIDS que era o grande foco, só se conseguia recursos na época para entrar com projetos dessa realidade (GUTTA).

Thonny e Gutta compartilham da mesma ideia, partindo de pontos diferentes, a partir das experiências pessoais, em relação ao fim do GAYRO. Gutta em sua narrativa diz: “a desconstituição do grupo, ela não se deu totalmente, o que houve, é que muitos eram estudantes e acabaram tendo que se sair para fazer faculdade, e enfim, terminaram suas universidades e acabaram não retornando para Cacoal”.

Na narrativa de Gutta fica claro que o motivo do declínio do GAYRO segundo a percepção dela, é que cada membro, na medida em que iam concluindo suas graduações, iam embora de Cacoal deixando o grupo, ela diz ainda:

Um exemplo, o professor Thonny que foi o fundador do grupo passou num concurso federal e foi embora e hoje mora em Salvador, outros membros passaram em

faculdades de medicina e foram embora, eu uma época morei fora do Brasil, fiquei fora e acabei voltando, enfim e hoje eu tenho uma ocupação, eu dou aula e não tenho mais uma dedicação 24h, porque isso era voluntario (GUTTA).

De acordo com Thonny, o grupo foi perdendo sua força, quando precisou ir embora de Cacoal, segundo ele:

O Grupo começou o seu declínio a partir de 2014 quando passei num concurso para IFRO e fui morar em Ariquemes. (...) com a minha ida para Ariquemes e posteriormente para Porto Velho, o Grupo esfriou um pouco. Não tenho ouvido falar muito de ações (THONNY).

Percebe-se que Thonny se coloca em uma posição de responsabilidade pelo grupo e suas ações, como se o grupo existisse a partir dele. Em sua narrativa ele diz: “Quando o Grupo estava em baixa, eu encontrava um tempinho na minha agenda e assumia a responsabilidade e levantava o moral do Grupo novamente. Fui presidente dele, por mais de uma vez. Eu não me lembro de 02 ou mais” (THONNY).

Entende-se na narrativa de Thonny, que o grupo mantinha certa dependência sua, como se apenas ele conseguisse fazer com que o grupo se movimentasse na sociedade e atingisse seus objetivos. Thonny se coloca em uma posição de destaque dentro do grupo, mesmo não fazendo mais parte dele, sua atuação foi considerada marcante a ponto de que quando ele se distancia do grupo era quando ocorria seu declínio.

De acordo com os entrevistados não houve um fim para o grupo GAYRO, o que ocorreu, foi uma desativação do grupo, porém nos dias de hoje o grupo não promove mais nenhuma atividade de militância ou que promova alguma visibilidade no município em prol da população LGBTI, como era realizado.

É relevante lembrar, que cada integrante que compôs o GAYRO contribuiu significativamente para a construção histórica do movimento LGBTI, que atuou ativamente no município de Cacoal, por um período de (10) dez anos, sendo um grupo pioneiro, assumidamente LGBTI, que lutou e reivindicou seu espaço, em uma

sociedade heteronormativa e LGBTfóbica.

AÇÕES DO GAYRO NO MUNICÍPIO DE CACOAL – RO

Ao longo de (10) dez anos, o grupo GAYRO, foi se constituindo um representante institucional, da luta contra a violência, contra o preconceito e contra a homofobia, a princípio na cidade de Cacoal, abriram espaços para ampliar a perspectiva de luta no Estado e, ainda se transformou em uma referência no país.

As ações do grupo GAYRO enquanto uma ONG, que se valendo dos preceitos legais, passou a assumir uma função social, a qual não permitia mais, que outros grupos sociais promovessem ações, para se vincularem à população LGBTI do município de Cacoal, de modo a transformá-lo em coadjuvante, num processo em que os colocavam como os principais alvos de uma demanda, que eram utilizadas para produzir o preconceito, em relação ao mesmo na sociedade. Assim, tem-se o caráter configurativo de uma demanda, que envolvia toda à sociedade, mas era apenas atribuída aos LGBTI, uma vez que constituía num locus de enfrentamentos social, haja vista que a AIDS era, naquele momento, instrumento à promoção do preconceito e desqualificação dos LGBTI.

Isto é, as interpretações construídas para “contaminação da AIDS”, tinham lugar, definição e endereço: a comunidade LGBTI, em que se intensificaram as intervenções do governo federal para o combate as DST/AIDS em todo o país. Portanto, percebermos como o grupo se dimensiona na luta contra o preconceito e na construção de plataforma que os tornavam públicos socialmente, afirmando o seu lugar como representante da comunidade LGBTI local, ao apropriar das possibilidades apresentadas pelo governo federal no contexto social brasileiro, haja vista a interpretação apresentada por Gutta ao nos dimensionar à luz do seu presente (2019), em seu diálogo com o passado (2004) ao evidenciar ações construídas por eles na época:

Os grupos que na época se reuniam tinham projetos e faziam e aconteciam, eram propósito de uma ascensão de ONG, que o Governo Federal naquela época disponibilizava recursos para fazer o enfrentamento ao combate as DST/AIDS que era o grande foco, só se conseguia recursos na época para entrar com projetos dessa realidade.

Assim, o grupo se desenvolvia em seus plurais atuações sociais, construindo parceria, de modo a se fazerem presente em ações conjuntas com outras instituições socialmente reconhecidas na localidade. Devemos atentar para interpretação de Gutta ao afirmar que alguns dos membros do grupo GAYRO participavam do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), que eram desenvolvidas nas escolas públicas, e que conforme o Ministério da Educação (2006, p. 16):

A proposta resulta da parceria entre o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, com o apoio da Unesco e do UNICEF, na perspectiva de transformar os contextos de vulnerabilidade que expõem adolescentes e jovens à infecção pelo HIV e à aids, a outras doenças de transmissão sexual e à gravidez não-planejada.

Na perspectiva apresentada por Gutta, a intencionalidade da prática educativa, consistia em um movimento de sensibilizar os docentes, uma vez que as mesmas deveriam atentar para o fato de que naquele ambiente escolar se faziam presentes discentes transexuais e que elas estavam em processo de transexualização. Assim, fazia necessário, criar meios e instrumentos para que os colegas pudessem compreender a importância e o significado de chamá-las por seus nomes sociais. Gutta nesse contexto narra que:

O grupo, ele fez parcerias com as escolas na qual circula o projeto SPE, então foi parcerias que a onde tinha as Trans que estudavam nas escolas, o grupo fez uma sensibilização na escola para que o corpo docente da escola tivesse um conhecimento que ali estava estudando Trans, e o grupo entrou com um pedido direto na escola, ele não fez uma parceria com secretaria de educação, ai vem a afirmação depois que isso se tornou Lei Federal que ABGLT fez uma mobilização nacional e a onde passa a ser Lei Federal nas escolas, mas até então era uma sensibilização.

O processo de afirmativa e a busca do movimento pela legitimidade na cena pública de Cacoal se valeram da necessidade de adentrar também as instituições públicas de ensino superior, estabelecendo parcerias. A narrativa de Thonny nos apresenta um diálogo tímido entre o grupo e as mesmas, mas que: “A participação das

faculdades junto ao GAYRO era muito tímida, mas mesmo assim, possibilitava que o grupo fizesse palestras e campanhas de prevenção a saúde e contra a homofobia”.

Thonny conta que trabalhou cerca de (15) quinze anos em uma faculdade privada na cidade de Cacoal, e quando começou a se envolver no GAYRO e o grupo passou a ter visibilidade na sociedade, sentiu que na faculdade onde trabalhava estava sendo vítima de homofobia velada, onde acabou sendo demitido quando se casou, sendo o primeiro casamento homoafetivo do Estado de Rondônia no ano de 2012.

Nessa lógica educativa, Gutta, nos apresenta outro elemento utilizado para oportunizar práticas que se propõe a fomentar questões referentes à comunidade LGBTI em Cacoal. Assim, as ações do grupo incidiam na promoção dos “Encontros Anuais Amazônicos da Diversidade”, o que consistiam em fórum.

A proposta pautava-se numa proposição em que o GAYRO convidava várias pessoas da sociedade, com vista a desenvolver um debate sobre as políticas, já desenvolvidas e as novas proposições a serem construídas em âmbito nacional, não propriamente para o município.

Devemos considerar a participação efetiva na cena pública, assumindo as pautas da comunidade LGBTI, significativa à manutenção da sua existência, na medida em que poderia dimensionar os rumos e modo a orientar o seu existir. Na narrativa de Gutta pode-se perceber como o grupo vinha garantindo seu espaço.

Nós tivemos uma visibilidade muito grande no contexto político, cenário político, então, nós éramos convidados para estar presente em todos os eventos voltado a saúde e prevenção, então nós tínhamos um membro representando o movimento LGBT dentro do Conselho Municipal de Saúde, nós tivemos membros representando nos conselhos da Assistência Social, da criança e do adolescente, e no conselho do idoso. Nós tivemos também os espaços voltados dentro das universidades, de debates abertos sobre o tema que era algo que não se debatia, então nós tivemos conquistas nos cenários sociais da população de Cacoal muito importante.

A ocupação dos diversos setores públicos, que se vinculava a pauta da saúde, foi uma estratégia utilizada pelo grupo, para se fazer presente na cena pública local, como representante da comunidade LGBTI, ou seja, a ocupação significava partici-

par ativamente das decisões de setores estratégicos contribuindo na construção das pautas relacionadas a outras minorias marginalizadas.

Assim, da condição de destinatários das demandas definidoras dos setores que contribuíam para marginalizá-los e construir plataformas que reforçavam preconceitos e produziam violência contra os mesmos, tornam-se referência de lutas assumindo as orientações e os processos de elaboração de como conduzir ações que favoreciam à comunidade LGBTI, sobretudo na construção de alternativas que combatiam o preconceito velado, as práticas instituidoras de violências contra os mesmos.

É plausível afirmar que a história do GAYRO, enquanto movimento de afirmação LGBTI, se fez conquistando espaço na sociedade ao conduzir ações que desarticulavam a sociedade organizada, por uma lógica da violência e do preconceito velado, na medida em que promovia alianças importantes com alguns órgãos municipais, a exemplo do “Conselho Municipal de Saúde e a inclusão de seus membros em órgãos decisórios da política regional, estadual e nacional” (HAWANY, 2011).

A aliança com o conselho municipal de saúde, foi importante para desenvolver ações de promoção à saúde da população LGBTI local. A partir dessa parceria, o GAYRO teve como iniciativa no ano de 2008, a criação do “Bloco da Prevenção”, cuja atuação se dava no período de carnavais de rua de Cacoal e região. De acordo com o Jornal virtual Rondônia Ao Vivo (2011) a ação contava com o apoio do Governo do Estado, por meio da Coordenação Estadual DST/AIDS e Delegacia Regional de Saúde de Cacoal, uma vez que:

Tinha como objetivo chamar a atenção da população e conscientizar sobre a importância do uso de preservativos para prevenir a infecção pelo vírus HIV e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis na época do carnaval, reforçando o trabalho de prevenção à doença (RONDÔNIA AOVIVO, 2011).

Hawany (2011) relata em seu blog memórias sobre o desenvolvimento e participação do GAYRO nos carnavais:

Neste carnaval de 2011, o Grupo Arco-Íris de Rondônia (GAYRO), com sede em Cacoal, desenvolveu mais um de seus projetos em favor da saúde do folião de Cacoal e de Espigão do Oeste. O projeto “Bloco da Prevenção” foi desenvolvido, pelo terceiro ano consecutivo, distribuindo preservativos e um folheto informando como se prevenir da AIDS e de outras doenças sexualmente transmissíveis.

As plataformas sociais assumidas pelo GAYRO naquela época, se balizavam em dois eixos: saúde e educação. Contudo, é possível apresentar, que as pautas referentes ao âmbito da saúde, constituíam no principal meio de interlocução e lócus em que o movimento utilizou para justificar sua existência, como uma organização social representativa.

Assim, construíram ações que visavam conscientizar a população transexual em vulnerabilidade, conforme nos narra Thonny: “fomos para o ponto das travestis conversarem, militar, fortalecer, mostrar para elas que ali não era o melhor lugar, que o melhor lugar era a escola, era ter um emprego digno e ‘socialmente mais adequado”.

Soma-se tais práticas as ações apresentadas por Gutta, desenvolvidas pelo GAYRO:

Além das campanhas de DST/AIDS realizadas nos carnavais, o grupo também distribuía preservativos nas ruas com as meninas profissionais do sexo, e fez parceria com uma faculdade privada onde junto com acadêmicos dos cursos de enfermagem e medicina, abordavam os caminhoneiros, esclarecendo a questão do uso do preservativo, com panfletos explicativos.

A partir de tais práticas o GAYRO, foi conquistando aceitação social e o reconhecimento, conforme podemos perceber em uma entrevista publicada no blog pessoal de Thonny Hawany (2011), em que apresenta as memórias de Marco Aurélio (diretor do GAYRO), o qual ressalta como surpresa a receptividade da população para com o grupo:

O Grupo cumpriu com a principal de suas metas estatutárias que é a luta em favor da saúde e da dignidade de homens e mulheres de Rondônia. Para Marco Aurélio a população recebeu o projeto com muito respeito, superando as expectativas do grupo.

Tal aceitação e reconhecimento derivaram-se das formas criadas estrategicamente pelo grupo, para nomear suas intencionalidades, numa sociedade orientada pelo campo moral, oriundo da religiosidade evangélica e católica. Suas proposições teóricas orientavam as práticas cotidianas, de modo que o ato de nomear quem e o que fazem, pode ser considerado à luz das ponderações de Djamilia Ribeiro (2017, p. 41), “Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível”.

Neste sentido, podemos dizer que o configurar das nomeações do grupo GAYRO, se ampliaram para além dos limites da cidade de Cacoal-RO, pois em 2011, de acordo o jornal virtual RONDÔNIA AO VIVO, foi realizado em Cacoal a II Conferência Regional LGBT, o qual teve a seguinte finalidade: “espaço de discussões entre a sociedade civil e o poder público municipal, onde a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais irá decidir sobre os rumos das políticas públicas para a cidadania e os direitos humanos LGBT”.

A conferência foi realizada pelas prefeituras dos municípios de Cacoal, Pimenta Bueno, Espigão do Oeste, Ministro Andreazza, Primavera de Rondônia, São Felipe e Parecis, e teve apoio do Grupo Arco-íris de Rondônia – GAYRO. Esta conferência reuniu diversas pessoas, que estavam empenhadas em debater sobre a cidadania LGBTI local.

A partir desta II Conferência Regional LGBT, é possível evidenciar que o GAYRO, estrategicamente está construindo práticas, que agregam diferentes setores na sociedade local, construindo proposições para à sociedade que vislumbrem enfrentar o preconceito e a homofobia na sociedade local. É preciso considerar o deslocamento de forças, na medida em que as ações são propostas por um grupo de pessoas homossexuais, transexuais e lésbicas, que se organizam institucionalmente e se vale das prerrogativas legais, para conduzir as diversas intervenções e não mais, permite que outros setores da sociedade criem demandas para os mesmos e define suas atuações.

O fato de a conferência ter reunido várias pessoas, foi algo positivo, o que pode

sinalizar um processo de aceitação e reconhecimento social e ao mesmo tempo, configura o tornar público, práticas que se fazem necessárias, mesmo tendo que enfrentar o preconceito, a discriminação de setores que condenam a homossexualidade, e que também produzem ações que visam desqualificá-lo cotidianamente.

A II Conferência Regional LGBT tinha como base, o tema “Por uma cidade, um Estado, um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania LGBT”. Tema de grande importância tanto para dar visibilidade quanto para fortalecer a população LGBTI local, o tema da conferência foi discutido em três eixos:

I: análise do contexto municipal/regional e diagnóstico das políticas públicas para o enfrentamento da violência e da vulnerabilidade relacionada à população LGBT”; EIXO II: “avaliação da implantação e execução do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT” e EIXO III: “diretrizes para a formação e para a implementação de políticas públicas de combate à pobreza da população LGBT (HAWANY, 2011)”.

Além da discussão destes três eixos, a II Conferência Regional LGBT tinha dois objetivos importantes a serem desenvolvidos, proporcionou à população LGBTI, protagonista social, um desses objetivos era “avaliar e propor diretrizes para a implementação de políticas públicas, voltadas ao combate, à discriminação e promoção dos direitos humanos e cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais dos municípios acima citados” (RONDONIAOVIVO, 2011), os responsáveis por discutir, avaliar e propor novas políticas públicas eram a própria população LGBTI, organizações e entidades de direitos humanos LGBTI, parlamentares, estudantes e gestores. Outro objetivo da conferência, segundo o jornal virtual Rondônia Ao Vivo, foi “avaliar a implementação e execução nos últimos 02 anos, do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) e fortalecer as políticas estadual e nacional para esta população” (2011).

A parceria que o GAYRO mantinha com o Conselho Municipal de Saúde de Cacoal, além de dar visibilidade ao grupo, possibilitou a realização em 2012 do 1º Encontro Amazônico da Diversidade Sexual (ENADIS), que ocorreu na sala do Con-

selho Municipal de Saúde em Cacoal e segundo Hawany (2012) o “ENADIS, apesar de sua fase embrionária, trouxe reflexões importantes para o desenvolvimento de políticas públicas destinadas à comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais da região”.

O evento possibilitou que os representantes do GAYRO pudessem falar sobre suas realidades no município e debatessem possibilidades de enfrentamento à LGB-Tifobia, além da promoção de saúde a população LGBTI local.

Segundo Hawany (2012), foram abordados temas, como saúde e prevenção no contexto homoafetivo, dando ênfase ao preconceito dos profissionais de saúde no tratamento das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, temática que foi ministrado por uma enfermeira da rede pública. Além disso, Hawany também ministrou no evento, uma palestra com o tema: “Direito Homoafetivo”, enfatizando os avanços no direito, na saúde e na educação. Este encontro mostra a importância que o GAYRO estava tendo no município, discutindo sobre temas que afetavam diretamente a população LGBTI e que muitas vezes o preconceito acaba sendo um fator que impede pessoas LGBTI de buscarem os serviços de saúde nas unidades básicas.

O ENADIS também abordou temas para além dos contextos em saúde como relata Hawany (2012), que no evento a ex-presidenta do Grupo GAYRO Gutta de Matos abordou sobre transexualidade e os ganhos LGBT já conquistados em Rondônia. Gutta ainda lembrou-se do evento que “para os descrentes, estamos atrasados na luta, mas para os que sabem comparar o antes e o depois, com a criação do Grupo Arco-íris de Rondônia, há (06) seis anos, avançamos muito na conquista de direitos”.

Outro tema de relevância abordada no evento, foi à questão do reconhecimento do nome social de pessoas travestis e transexuais, nas unidades de saúde, pois a “identificação pelo nome social é” um direito garantido no Sistema Único de Saúde (SUS) desde 2009 pela Carta de Direitos dos Usuários do SUS (Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009) (BRASIL, 2016). De acordo com Hawany (2012) a presidenta do Conselho Municipal de Saúde, falou no evento “que ao receber a solicitação do Grupo Arco-íris de Rondônia, por escrito, deverá reunir o Conselho de Saúde para decidir sobre a obrigatoriedade do cumprimento do Decreto do Ministério da Saúde,

nº 1.820 de 13 de agosto de 2009”.

Estas ações demonstram a importância do movimento GAYRO no município, na luta por garantir direitos e desenvolver políticas públicas que beneficiem a população LGBTI local. O evento possibilitou também, levantar propostas futuras a serem desenvolvidas, tendo como público principal mulheres transexuais e travestis, que viviam da prostituição e em situação de vulnerabilidade social, para estas pessoas Hawany (2012) disse no evento que o grupo Arco-íris de Rondônia deverá desenvolver capacitação profissional das travestis e transexuais que têm a prostituição como único meio de sobrevivência a fim de capacitá-las para outras profissões socialmente melhor aceitas. Hawany finaliza criticando a falta de parcerias “especialmente para elaboração e execução de projetos nas áreas de saúde, educação e de segurança”.

Em 17 de maio de 2013, eventualmente, Dia Internacional contra a Homofobia e a Transfobia, data que virou símbolo da luta por direitos humanos e pela diversidade sexual, contra a violência e o preconceito, nesta mesma data no ano de 1990 a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças, tornando-se o Dia Internacional contra a Homofobia e a Transfobia (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2016).

Nesta mesma data em que se comemorava o dia internacional contra a Homofobia, acontecia em Cacoal o II Encontro Amazônico da Diversidade Sexual, no Plenário da Câmara Municipal de Cacoal, que desta vez contava não só com o apoio do Conselho Municipal de Saúde, mas também com o apoio da Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal - FACIMED; do Governo do Estado de Rondônia, por intermédio da Representação de Ensino de Cacoal; da Polícia Militar do Estado de Rondônia, da Secretaria Municipal de Ação Social de Cacoal e da Câmara Municipal de Cacoal (HAWANY, 2013). Por meio deste encontro, é possível apontar como o GAYRO buscava construir novas parcerias, para enfrentar as questões referentes à comunidade LGBTI da cidade de Cacoal.

Neste segundo ano o ENADIS discutia-se a respeito de (03) três temáticas, Saúde e Diversidade, Segurança e Diversidade, e Educação e Diversidade. Estes temas seriam apresentados e discutidos, por representantes do curso de psicologia da faculdade FACIMED, por um Tenente do 4º Batalhão de Polícia Militar de Cacoal

e por uma professora que representava o ensino de Cacoal e região. De acordo com Hawany (2013) o ENADIS proporcionou discutir sobre a história da homossexualidade, a sua relação com a psicologia e enfatizando o fato da homossexualidade não ser doença. Foi discutida novamente sobre a importância de se aprovar a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos diários e documentos escolares, em todas as escolas no Estado de Rondônia. O Tenente do 4º BPM/Cacoal discutiu sobre o Regimento da Polícia Militar de Rondônia mencionou as mudanças importantes que foram feitas em relação ao tratamento e abordagem as pessoas travestis e transexuais. Essas discussões são de fundamental importância, não só para dar visibilidade, mas também fortalecer a luta LGBTI, por direitos e políticas públicas.

No encontro, Hawany fez questão de lembrar-se das lutas e das vitórias já conquistadas, no Município de Cacoal e região, desde a fundação da ONG Arco-Íris, em 2006. Desta feita, narra suas memórias em relação aos projetos que o grupo conseguiu desenvolver no município de Cacoal:

A) A criação da Cacoal Rainbow Fest. Pensávamos em transformar a Rainbow numa festa pré-parada e criar a Parada do Orgulho Gay de Cacoal, mas nunca tivemos fôlego para isso; B) Trabalhos para a aprovação do PLC 122 que visava criminalizar a homofobia; C) Colocar um representante em cada um dos conselhos municipais. Conseguimos figurar com representação no Conselho de Saúde, Conselho da Juventude, Conselho da Mulher; D) Festa Junina Gay que tinha como objetivo o lazer da comunidade; E) Criação do Encontro Amazônico de Diversidade (com 03 edições); F) Participação em todas as conferências chamadas pelas esferas de governo.

É de grande importância lembrar, que o GAYRO, ao passo que vinha conquistando seu espaço de afirmação na cidade de Cacoal, estava conseguindo também, mesmo que de forma ainda muito tímida, marcar o espaço das pessoas transexuais. Em um ato de afirmação da visibilidade de mulheres e homens transexuais, que em 29 de janeiro de 2012, o GAYRO celebrava o Dia Nacional da Visibilidade Trans na cidade de Cacoal, como relata Hawany em seu blog:

O Grupo Arco-Íris de Rondônia (GAYRO), comemorou, pela primeira vez, o Dia de Visibilidade de Travestis e de Transexuais na esquina da Avenida Amazonas com Rua Antônio Deodato Durce, centro, no município de Cacoal. Além de uma pequena confraternização com direito a distribuição de sanduíches natural e refrigerante, o GAYRO também deu a cada travesti e transexual que encontrou pela cidade uma rosa vermelha simbolizando a luta contra a homofobia (2012).

Comemorar essa data é um ato político em uma sociedade calcada na heteronormatividade cristã, que a todo custo tenta apagar a visibilidade da população LGBTI. A busca por direitos básicos, sempre moveu os grupos minoritários, e essa data é celebrada nacionalmente, como mais um dia de luta e de se manifestar em uma sociedade calcada pela intolerância aos LGBTI.

Hawany (2012) ainda traz em seu blog, o relato da atual presidenta, na época do GAYRO Gutta de Matos, que afirmou que esse dia “embora comemorado timidamente, representava muito na luta iniciada no município e região, há aproximadamente seis anos”. A atividade proposta pelo GAYRO, no dia nacional da Visibilidade Trans, além da conscientização por respeito, colocava em pauta a necessidade de discutir questões relativas à liberdade, igualdade e dignidade em relação ao viver das mulheres transexuais e travesti.

Hawany relata em seu blog a narrativa de uma das integrantes do GAYRO, sobre a importância de celebrar o dia da visibilidade trans:

“Hoje, eu estou empregada, sou funcionária pública e sou respeitada da forma como eu sou. O trabalho deu-me a dignidade e o reconhecimento de que eu precisava para me sentir feliz e segura. Gostaria que todas as travestis e transexuais tivessem a mesma sorte que eu tive ao aderir à causa do Grupo Arco-Íris de Rondônia, tornando-me militante LGBT. Hoje, luto por todos, mas confesso que estou sempre buscando dias melhores para as minhas amigas que ainda dependem do “ponto” para se manter” (2012).

O configurar existencial do Grupo GAYRO, se faz pela construção de uma rede de solidariedade, em que tem como questão central, as demandas da comunidade LGBTI local, de modo que a instituição de atividades (eventos) se configurassem,

não apenas em afirmar a razão de existir do referido grupo, mas, de algum modo, trazer para cena pública os diversos atores sociais que justificavam a razão da luta no Estado de Rondônia.

Para Simões e Facchini (2009, p. 22) paradas, visibilidade social, presença no debate público, iniciativas legais e políticas não surgiram da noite para o dia. É neste sentido que o grupo GAYRO, através de sua militância e compromisso social com a população LGBTI local, foi se destacando na busca por direitos fundamentais a população LGBTI de Cacoal, mantendo alianças importantes com setores públicos que deram maior visibilidade ao grupo. Porém a população LGBTI de Cacoal era carente de locais de entretenimento, o que havia eram locais de lazer, que muitas vezes exalavam a homofobia, mesmo que de forma sutil. Esses espaços heteronormativos colaboram para a repressão do jeito de ser da pessoa LGBTI. O grupo frente a essa carência de espaços de lazer e entretenimento para jovens LGBTI faz surgir a Cacoal Rainbow Fest, uma festa voltada ao público LGBTI de Cacoal e cidades circunvizinhas.

O GAYRO começou a promover anualmente a Cacoal Rainbow Fest, considerada como um dos seus principais movimentos de visibilidade do grupo, chegando até sua 10ª edição. Segundo Hawany (2012) a Rainbow Fest, foi criada em 2006, com a finalidade de dar visibilidade ao movimento LGBTI, que estava sendo criado no município de Cacoal, e mais tarde veio a se denominar de Grupo Arco-Íris de Rondônia (GAYRO).

Segundo relatos de Thonny Hawany em seu blog, sobre a tradicional festa LGBTI e seu cunho político, ele diz:

Tradicionalmente, todos os anos, no último sábado de novembro, por ocasião do aniversário da cidade de Cacoal, o Grupo Arco-Íris de Rondônia realiza a Cacoal Rainbow Fest que é um evento cujo principal objetivo é dar visibilidade à comunidade LGBT da Região Centro Sul do Estado de Rondônia e proporcionar o encontro da comunidade gay num evento festivo para tratar de assuntos políticos de forma bem-humorada (2011).

De acordo com Gutta, a primeira edição da Rainbow Fest, teve a intenção, além de promover o entretenimento da população LGBTI, de sentir se a festa seria aceita ou não pelo seu público alvo. A aceitação da primeira edição foi tão positiva,

que a população LGBTI já cobrava do grupo por mais edições, como afirma em sua narrativa:

É, o grupo na primeira edição da festa, a primeira Rainbow Fest, ele teve um processo de sentir qual seria a aceitação pelo próprio público, e o impacto foi que na segunda e na terceira edição as pessoas já cobravam isso, então assim, da segunda para a terceira edição, é, as outras festas tiveram que acontecer por que as pessoas LGBT acabavam cobrando esse entretenimento, a festa era o entretenimento da comunidade LGBT, então isso foi algo de impacto, foi algo que, foi muito, bom, como eu posso explicar para você, foi muito bem aceito pelo público LGBT. Se a gente fala a nível de sociedade em geral, é digamos que existiu uma grande afirmação dentro da cidade, então lá pela quinta festa a sociedade já estava muito bem acostumada com essa circulação de informações, as próprias faculdades como o professor Thonny era da universidade então ele acabava convidando todos os alunos, então a festa não só agregava a população LGBT, como também alguns membros simpatizantes a comunidade LGBT (GUTTA).

O dimensionamento político da festa é possível perceber a partir da narrativa de Gutta, onde faz questão de enfatizar, que no decorrer das edições a festa era realizada com um público pequeno, uma vez que o foco não era o número de pessoas na festa, mas, proporcionar um espaço para que pessoas LGBTI pudessem interagir.

O grupo não fazia a festa com o objetivo de ter ganhos no sentido, de vamos atrair “x” quantidades de público LGBT, e na outra mais “x” quantidades, não, a festa era uma interação, e ela sempre foi um público pequeno, ela nunca foi um público que ultrapassou 300, 400 pessoas ali, era sempre nessa faixa etária, acredito que essas maiores que nós realizamos não ultrapassaram de 400 pessoas. Os ganhos para o grupo LGBT, para o grupo Arco-Íris ele vem quando o grupo se afirma dentro da cidade e ele passa a ter uma referência que ali existe um grupo de pessoas que defendem a população LGBT (GUTTA).

As ações não visavam quantidade de pessoas presentes na festa, ao contrário, o intuito era reafirmar à existência das mesmas, configurando-as como um coletivo, que também tinha necessidades e o direito de instituírem seus espaços próprios, numa sociedade, a qual a todo instante tentavam torná-los invisíveis. Assim sendo, a publicização de suas experiências, buscava romper com espaços estigmatizados,

para além dos espaços de trabalhos em que situavam as mulheres transexuais e as travestis. De acordo com a entrevista que Thonny Hawany fez ao Jornal virtual Tudo Rondônia, ele diz:

Somos homens e mulheres que pagamos nossos impostos, que trabalhamos e que criamos nossas famílias dignamente. O que queremos é só uma coisa: DIGNIDADE. Não aquela palavra fria do dicionário, mas aquela que é princípio constitucional e que emana do coração dos homens e mulheres justos como esses companheiros que foram homenageados na noite de hoje (2008).

A festa representava a luta, em uma época em que era muito difícil falar sobre a população LGBTI de forma positiva em uma cidade do interior, pois devido ao preconceito e aos estigmas sociais que a população LGBTI carregava se tornava um tabu não somente incluí-las nos discursos políticos, bem como materializar suas demandas na cidade para a comunidade LGBTI. Desta forma o grupo “pensando em não afrontar a sociedade, fizemos a primeira festa há aproximadamente cinco quilômetros de Cacoal, no espaço denominado Castelinho do Cupim. Hoje, em face das conquistas, sete anos depois, estamos realizando a Rainbow no centro de Cacoal, no Armazém” (HAWANY, 2012).

A Cacoal Rainbow Fest para Gutta e Thonny, tinha a mesma intenção e significado de uma “Parada do Orgulho LGBTI” que ocupa ruas e celebra a militância LGBTI, a festa era um ato político. Considerando que a festa simbolizava a Parada do Orgulho LGBTI, podemos levar em conta o que dizem Simões e Facchini:

As paradas são expressões concentradas da arrebatadora visibilidade que o próprio mundo LGBT tem alcançado. Elas vêm coroar a formação de uma fulgurante cena gay nas grandes cidades brasileiras, refletindo a crescente importância do mercado na promoção e difusão de imagens, estilos corporais, hábitos e atitudes associadas às variadas expressões da homossexualidade (2009, p. 18).

A combinação de festa e política trazia mais visibilidade ao GAYRO de uma forma positiva, ao passo que o grupo estava conquistando seu espaço político e comprometido a representar todos que fazem parte da sigla LGBTI. Ter ocupado o

espaço social, enquanto festa que carregava o símbolo e significados de uma parada do orgulho LGBTI, podemos assim dizer que a festa era sim do Orgulho LGBTI, onde essa população não aceitava mais se esconder para poder existir, e estavam dispostos a “dar a cara a tapa” para se juntarem e gritarem que ser LGBTI é existir, resistir e lutar por dias melhores.

CONCLUSÃO

A história do movimento LGBTI organizado em Rondônia, a partir do grupo GAYRO de Cacoal, constituiu uma experiência singular, de modo a apresentar experiências de lutas, em que os próprios LGBTI se lançaram na cena pública, enquanto sujeitos de suas histórias ao tecerem suas narrativas e construírem suas memórias.

À luz do fazer-se do grupo GAYRO em Cacoal, fez-se necessário apresentar, que tal história se constrói a partir das demandas comuns de pessoas que se encontravam experimentando práticas machistas, homofóbicas e a violência produzida pelo campo religioso local, para inferiorizarem, bem como da ocupação de espaço pelo GAYRO na sociedade de Cacoal, assumindo o controle das próprias práticas sociais, impedindo que pessoas desenvolvessem ações que orientavam suas condutas. Ao contrário, situaram em diversos espaços da localidade, reclamando o seu direito a orientar as ações referentes aos interesses da comunidade LGBTI, definindo pautas e propostas, se apresentando como sujeitos capazes de contribuir socialmente com as diversas instituições.

Assim, iam ocupando lócus de discussões, sobre as experiências LGBTI. No âmbito da saúde, participaram de diversos conselhos, criaram ações na luta contra o preconceito e as violências, com os mesmos, se valeram do diálogo e dos enfrentamentos na construção de proposições que os colocaram como sujeitos de suas histórias na construção de suas memórias, apesar da violência e das perseguições pelo grupo experimentado, ao ocuparem o cenário público em Cacoal-RO, não mais se mantendo no silêncio ou às margens dos fóruns de discussões sobre os seus modos de vidas.

O GAYRO movimentava-se para dar visibilidade às causas LGBTI e assim garantir, políticas públicas que facilitem o acesso à saúde, educação e ao direito de

existir sem que sejam feridos.

O GAYRO foi se manteve resistente e forte em um Estado cuja moral é predominantemente cristã, o que faz com que o movimento LGBTI, tenha dificuldades em se afirmar, uma vez que a própria história do movimento LGBTI no Brasil foi marcada por uma luta, que buscava uma imagem despatologizante, das identidades travestis e transexuais, e uma imagem dos homossexuais livres de qualquer doença. Mesmo diante ao cenário de preconceitos vivenciados na época, o grupo se manteve firme, em suas propostas estatutárias, e com uma vontade demasiada em cumpri-la. Vontade essa, que se revive nas lembranças de Thonny Hawany e Gutta de Matos, que nos faz perceber que o GAYRO se mantém vivo de alguma forma no município, pois não houve segundo eles uma desconstituição oficializada do grupo, mas um adormecimento do ativismo coletivo, que nos dias de hoje, nos faz pensar o quão importante e significativo é o movimento LGBTI na sociedade, para em luta representar o jeito de ser de cada uma dessas siglas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção Integral à Saúde das Pessoas Trans**. Disponível em: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/fevereiro/18/CARTILHA-Equidade-10x15cm.pdf>>. Acesso em: 4 de abril de 2019>.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Programa Nacional de DST e Aids**. Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília : Ministério da Saúde, 2004.

DE SOUSA MOURA, Iago Henrique Fernandes. **Ousando teimar por liberdade**: trajetória e lutas do movimento lgbt no Brasil. Revista Includere, v. 2, n. 1, 2016.

FERRARI, Anderson. **Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo.** Revista Brasileira de Educação, n. 25, pp.105-115, 2004.

TUDO RONDONIA. **Grupo Gay promove evento em Cacoal.** Disponível em: < <https://tudorondonia.com/noticias/grupo-gay-promove-evento-em-cacoal-,9374.shtml>> Acesso em: 10 de abril de 2019.

HAWANY, Thonny. **O Grupo Arco-Iris de Rondônia: Origem e Natureza.** Disponível em:< <http://www.thonnyhawany.com/2011/02/o-grupo-arco-iris-de-rondonia-origem-e.html>>. Acesso em: 2 de abril 2019.

HAWANY, Thonny. **O Grupo Arco-Íris de Rondônia põe bloco da alegria e prevenção na rua.** Disponível em:< <http://www.thonnyhawany.com/2011/03/o-grupo-arco-iris-de-rondonia-poe-bloco.html>>. Acesso em: 3 de abril de 2019.

HAWANY, Thonny. **I Encontro Amazônico da Diversidade Sexual (ENADIS) é realizado em Cacoal/Rondônia.** Disponível em: <<http://www.thonnyhawany.com/2012/05/i-encontro-amazonico-da-diversidade.html>>. Acesso em: 4 de abril de 2019.

HAWANY, Thonny. **II Conferência Regional LGBT é realizada em Cacoal.** Disponível em:< <http://www.thonnyhawany.com/2011/08/ii-conferencia-regional-lgbt-e.html>>. Acesso em: 5 de abril de 2019.

HAWANY, Thonny. **Cacoal Rainbow Fest – Sétima Edição.** Disponível em: <<http://www.thonnyhawany.com/2012/11/cacoal-rainbow-fest-setima-edicao.html>>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

HAWANY, Thonny. **Grupo Arco-Íris de Rondônia Comemora Dia de Visibilidade Trans.** Disponível em:< <http://www.thonnyhawany.com/2012/01/grupo-arco-iris-de-rondonia-comemora.html>>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

HAWANY, Thonny. **VI Cacoal Rainbow Fest**. Disponível em: < <https://www.thonnyhawany.com/2011/12/vi-cacoal-rainbow-fest.html>>. Acesso em: 19 de maio 2019.

ONUBR. Nações Unidas no Brasil. **ONU lembra Dia Internacional contra a Homofobia e a Transfobia**. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/onu-lembra-dia-internacional-contra-a-homofobia-e-a-transfobia-veja-principais-acoes-no-brasil/>>. Acesso em: 6 de abril de 2019.

RONDONIA AO VIVO. **Grupo Arco-íris coloca Bloco da Prevenção no Carnaval de Rua de Cacoal e Região**, 2011. Disponível em: <<http://rondoniaovivo.com/geral/noticia/2011/03/04/grupo-arco-iris-coloca-bloco-da-prevencao-no-carnaval-de-rua-de-cacoal-e-regiao.html>>. Acesso em: 3 de abril de 2019.

RONDÔNIA AO VIVO. **Cacoal realiza II Conferência Regional LGBT**. Disponível em: <<http://www.rondoniaovivo.com/geral/noticia/2011/08/12/cacoal-realiza-ii-conferencia-regional-lgbt.html>>. Acesso em: 5 de abril de 2019.

RONDÔNIA AO VIVO. **Intolerância**: Região Norte teve maior índice de mortes de LGBT motivados por homofobia. Disponível em: <<http://www.rondoniaovivo.com/geral/noticia/2018/05/21/regiao-norte-teve-maior-indice-de-mortes-de-lgbt-motivados-por-homofobia-diz-estudo-do-ggb.html>>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Mulher Negra**: O Outro do Outro. In: O que é: Lugar de fala?. Belo Horizonte: Letramento, p.47, 2017.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHICI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

PATRIARCADO, RACISMO E DOMINAÇÃO

Raíssa Schadeck²⁶

INTRODUÇÃO

As relações de poder estabelecidas entre Estado e sociedade, ou mesmo entre grupos sociais, são marcadas por vários fatores, entre eles questões de raça, gênero, religião, poder econômico, opções políticas, entre outros. O racismo, como uma das patologias que aparecem no exercício de poder, existe há séculos, apareceu e se desenvolveu escorado em justificativas de ordem econômica, como o desenvolvimento do capitalismo, questões de gênero, como o patriarcado, além de outras eivas que potencializam o domínio de uma raça ou grupo social em relação a outro. A presença pesquisa investiga os negros no Brasil, os quais podem ser considerados uma minoria social, tendo em vista que, em razão de suas diferenças, sofrem discriminações expressas ou veladas, constituindo-se em grupo vulnerável no contexto pátrio.

Desse modo, busca-se compreender melhor a inserção dos indivíduos e de grupos sociais, particularmente os negros, no contexto da sociedade capitalista brasileira. Entre os objetivos específicos visa-se descortinar raízes do racismo, examiná-lo como elemento da sociedade desigual pátria, indicar possíveis situações em que ele se manifesta e atuações possíveis para superá-lo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente pesquisa tem relevância histórica, social e cultural. Trata-se de reconhecer o negro na sociedade hodierna. De tal modo, o racismo se compõe como, conjunto de teorias e crenças que estabelecem uma hierarquia entre as raças,

²⁶ Bacharel em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões - URI – Mestrado, schadeck.raissa@gmail.com.

entre as etnias. Nesse sentido, não há como se falar em raças e etnias no território brasileiro, em razão do processo de miscigenação. A carga histórica que o Brasil tem com a população fez nascer o paradigma social, no qual se vive atualmente. A política de branqueamento alimentou o paradigma no qual brancos são superiores aos negros, assim, o culturalismo, que pode ser entendido como racismo velado, o qual cumpre exatamente as mesmas funções do racismo científico da cor da pele.

O Brasil pode ser considerado um país multicultural, o qual agregou costumes e culturas de diferentes povos ao redor do mundo. Uma das principais características da cultura brasileira é a diversidade cultural. A política identitária não deve ultrapassar a liberdade individual, pois os indivíduos são únicos e não podem ser categorizados. Assim, democracia é uma alternativa não política para alcançar o reconhecimento do outro, ou seja, da diversidade.

METODOLOGIA

A pesquisa foi do tipo exploratória, coletando dados em fontes bibliográficas disponíveis em meios físicos e na rede de computadores, utilizando-se o método de abordagem hipotético-dedutivo.

RACISMO NO EVOLVER HISTÓRICO

O século XV foi marcado por grandes mudanças ocasionadas pelas navegações europeias, as quais, via Oceano Atlântico, chegaram à Ásia e a África Ocidental, além de estabelecer relações com territórios que até então não tinham contato com o mundo externo, como as Américas e a região Centro-Ocidental da África Subsaariana (MATTOS, 2016, p. 63).

Essas navegações propiciaram a colonização do Brasil pelos portugueses, cujo modelo, de acordo com Gilberto Freyre (2013), foi eminentemente agrário e escravocrata, inicialmente por meio dos índios e, mais tarde, pelos negros, em razão da própria origem do povo português: europeia e africana. Essa mescla de colonização

influenciou a vida sexual, a alimentação, a religião, “amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez moral e doutrinária da Igreja medieval” (2013, p. 66). A forma agrária, escravocrata, aristocrática, centralizadora do poder ficou marcada no decorrer de nossa história e explica, na fase colonial, no Estado Absoluto, não apenas o modelo de desenvolvimento, mas também a relação dos cargos públicos com o patrimônio do rei.

Para Silva (2017, p.11), a riqueza do Brasil foi construída pelo braço escravo, e a escravidão moderna, obra dos portugueses e espanhóis, encontrou como uma de suas justificativas a retaliação a atos dos mouros contra inimigos ibéricos, na atuação religiosa, inserindo-se no modo de produção capitalista. Os ideólogos do escravismo trabalharam duro para tentar limpá-lo, legitimá-lo e valorizá-lo. Os brancos bons – racionais, civilizados e cristãos – agiram pela recuperação dos seus irmãos aprisionados e também em benefício da África e dos selvagens africanos necessitados de salvação. Do ponto de vista jurídico o escravo era identificado como um bem móvel, para o senhor, valia o montante despendido mais os cuidados necessários para que trabalhasse. (MATTOSO, 2016, p. 144).

A libertação tardara demais, e representou o rompimento do último laço forte da monarquia: os cafeicultores perderam a esperança de ver seus bens “ressarcidos” e divorciam-se de maneira litigiosa, de seu antigo aliado. Comemorada no estrangeiro como uma vitória do Governo Imperial, a Lei de 13 de maio foi recebida no Brasil, após explosão inicial de júbilo, com muita expectativa, e se constituiu no ato mais popular do Império (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 310).

O quadro da sociedade brasileira ao final do século XIX é composto por uma pequena elite branca, restos de uma economia escravista decadente, grande número de escravos libertos, filhos ilegítimos de senhores brancos com escravas, descendentes de índios e brancos pobres, e imigrantes pobres chegando em número cada vez maior. Mais tarde, no transcorrer do século passado, o Brasil desenvolveu sua própria versão de sociedade assalariada e de Estado de Social, beneficiando apenas uma parcela dessa população. De certa forma esse é ainda o retrato do país, com elevado contingente da população ativa trabalhando sem contrato formal, estabilidade no emprego ou proteção social (SCHWARTZMAN, 2004).

Assim, como um subproduto do modelo capitalista agrário implantado no Brasil, que escravizou índios, negros e até alguns imigrantes, abençoado pela religião que acompanhava os colonizadores, nasceu e se desenvolveu o racismo que, em patamar mais discreto do que o da época escravista, ainda mostra sua face na sociedade hodierna.

PATRIARCADO, DOMINAÇÃO E RACISMO

O primeiro grande sistema de dominação, se estruturou a partir de uma relevância externa dada ao gênero e à sexualidade, sobre uma lógica binária homem-não homem, macho-não macho e heterossexual-homossexual. Há que se considerar que esse conjunto de operações comunicacionais, que historicamente se agregou a diferentes sistemas (político, religioso e outros), jogou e continua jogando, com um papel dominador muito importante na genealogia formativa de reações e respostas libertárias próprias das últimas décadas do século passado, e com um vigor ainda maior neste começo de século XXI. Existe um sistema mundial de comunicação/dominação, cujos conteúdos de suas comunicações são fundamentalmente patriarcais e heterossexuais. Notadamente, por uma vontade de poder incontrolável, os homens adultos dominaram a sociedade planetária, ocupando espaços de poder e submetendo todas as demais parcelas de seres humanos a vulnerabilidade e violações. Tais estados de dominação desequilibraram de tal forma a configuração de convivência entre os seres humanos, que, ao longo do século passado, as reações de mulheres, homossexuais e outros sacrificados por esses dominadores foram circunstancialmente inevitáveis (LUCAS; SANTOS, 2015, p. 35).

Ressalta-se, que nem sempre a sociedade foi desequilibrada em termos de relações entre gênero. Existem fortes evidências, a partir de releituras arqueológicas e estudos antropológicos, que nos primórdios da humanidade existia uma estrutura social de igualdade e parceria que foi a base da convivência humana (ANGELIN; UNSER, 2016).

Nesse sentido, nenhum ser humano era colocado acima do outro, nenhuma diferença foi igualada a inferioridade ou superioridade. As alterações culturais

ocorridas nas relações humanas, antes de parceria, passaram para outras formas de relações, como guerras, força e poder. Desse modo, o princípio essencial na substituição do modelo de parceria vivido pelas sociedades primitivas, foi o modelo de dominação (EISLER apud ANGELIN; UNSER, 2016).

O patriarcado está no inconsciente coletivo da humanidade. Tal dogma da sociedade, funciona mediante um sistema de comunicação silenciosa, mas extremamente eficaz na estruturação e dinâmica dos processos de dominação das mulheres pelos homens e de homossexuais por heterossexuais (e mais ainda em relação a mulher negra). Ainda que sejam erradicadas das democracias ocidentais contemporâneas quaisquer espécies de dispositivos que permitam a legitimação de ações discriminatórias explícitas contra as mulheres; ainda que haja a configuração de um cenário, pelo menos plano normativo, de uma total igualdade de gênero, essas perspectivas, se não aprofundadas, revela, um olhar absolutamente ingênuo, pois as injustiças e desigualdades permanecem presentes em nossas sociedades ocidentais, ditas democráticas. Em outras palavras, embora se evoluiu em termos de posituação de uma quantidade significativa de dispositivos voltados à proteção dos dominados e violentados, as comunicações do sistema patriarcal não foram interrompidas, continuando a atuar fortemente nos processos de dominação e violência.

Na visão de Lucas e Santos (2015, p. 35):

Não há qualquer dúvida em afirmarmos que há placas tectônicas poderosíssimas, cujo movimento é determinado pela diferenciação de gênero, e ainda, que na superfície não percebamos, pelo menos no ocidente, terremotos discriminatórios de alta magnitude sísmológica, permanece lento o movimento de continentes territoriais, determinados por essas placas patriarcais e heterossexuais que determinam a importância dos papéis e posições segundo preferências de gênero, a partir de uma visão de mundo masculina.

Para Lucas e Santos, existe um inconsciente patriarcal diluído numa normalidade supostamente igualitária. A partir disso, se percebe uma neutralidade quanto ao gênero, no sentido de que as mulheres estão numa posição de igualdade em relação aos homens, não estando excluídas em suas buscar por bens sociais valiosos. Contudo, entrando a análise, é possível visualizar e entender que o que está sendo

buscado de maneira neutra quanto ao gênero é totalmente parcializado, direcionado, levando-se em conta a preponderância profunda, silenciosa, inconsciente e eficaz dos interesses e valores patriarcais. As mulheres estão em desvantagem porque a sociedade inteira favorece sistemicamente os homens ao definir trabalhos, méritos, etc.

Nesse quadro de desigualdades encontram-se processos de formação de identidades que vislumbram as diversidades identitárias e que não podem ser estudados de forma distinta. Assim, observa-se que o mundo está em plena transformação e conseqüentemente, os sujeitos e suas identidades se modificam (ANGELIN; UNSER, 2016).

A consequência desta situação, é um sistema simbólico de identificações culturais no qual a masculinidade é associada com a obtenção de renda e a feminilidade é definida em função de serviços sexuais e domésticos para os homens e para criação de filhos. Essas situações de dominação não podem ser compreendidas em toda a sua espessura desde aproximações subjetivas. Elas são amplamente objetivas, pois os homens como grupos exercem um forte controle sobre as possibilidades existências das mulheres (LUCAS; SANTOS, 2015, p. 36).

Neste contexto de dominação, encontra-se na posição de dominadores, tanto homens brancos europeus, quanto homens negros africanos. Também se presencia a dominação patriarcal em países árabes, mas também presente no extremo oriente, no mundo contemporâneo, estados de dominação como justificativa religiosa não só por cristãos americanos e europeus, mas também por muçulmanos e hindus da metade oriental do planeta (LUCAS; SANTOS, 2015, p. 36).

Mesmo com os grandes avanços nas legislações e no reconhecimento dos direitos humanos, a dominação masculina continua muito forte:

A gravidade dos estados de dominação impostos pelas comunicações patriarcais-heterossexuais é tão significativa que ainda hoje, testemunhamos as mulheres em posição de inferioridade social, econômica e política em praticamente todos os países do mundo. O peso da subjugação masculina é tão grande que as mulheres que mantenham relações sexuais fora do contrato matrimonial, ou mesmo após a morte do marido, são condenadas judicialmente por adultério e mortas por apedrejamento em países islâmicos ortodoxos. A opressão nesse aspecto, ainda é tão intensa que a homossexualidade

permanece sendo considerada um crime em um razoável número de países, sendo previstas penas até de morte (LUCAS; SANTOS, 2015, p. 36).

Nesse sentido, busca-se desconstruir esse paradigma de dominação através de uma racionalidade de pensamento baseada na homogeneidade que excluía ou não integrava diferenças. Na visão de Derrida (apud ANGELIN; HAHN, p. 72, 2015), desconstruir é fazer perceber as alienações políticas da linguagem, é lutar contra a dominação dos estereótipos, é combater a tirania das normas.

Para Butler (2017, p.17), a teoria feminista, em sua essência, tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada. Na visão de Butler, a representação serve como termo operacional no seio de um processo político que busca estender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos; de outro lado, a representação é a função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres.

Atualmente, essa concepção dominante de relação entre a teoria feminista e política passou a ser questionada a partir do interior do discurso feminista. O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes. É significativa a quantidade de material ensaístico que não só questiona a visibilidade do sujeito como candidato à representação, ou mesmo à libertação, como indica que é muito pequena, afinal, a concordância quanto ao que constitui, ou deveria constituir, a categoria das mulheres. Os domínios da representação política e linguística estabeleceram a priori o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito. Em outras palavras, as qualificações do ser sujeito têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida (BUTLER, 2017, p.17).

Fazendo relação com a teoria de Butler e de Derrida, pode-se dizer que a racionalidade descentrada possibilita pensar e viver os direitos humanos desde a

perspectiva da espacialidade, da territorialidade, da temporalidade, pois é o contexto, o lugar que transborda sentido (ANGELIM;HANN, p. 72, 2015).

Desse modo, os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que subsequentemente passam a representar. As noções jurídicas de poder parecem regular a vida política em termos puramente negativos – isto é, por meio da limitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo proteção dos indivíduos relacionados àquela estrutura política, mediante uma ação contingente e retratável de escolha. Porém, em virtude de a elas estarem condicionadas, os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências delas. Se esta análise é correta, a formação jurídica da linguagem e da política que representa as mulheres como o sujeito do feminismo é em si mesma uma formação discursiva e efeito de uma dada versão da política representacional. Assim, o sujeito feminista se revela discursivamente constituído, e pelo próprio sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação, o que se tornaria politicamente problemática, se fosse possível demonstrar que esse sistema produz sujeitos com traços de gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação, ou os produz presumidamente masculinos. Em tais casos, um apelo crítico a esse sistema em nome da emancipação das mulheres estaria inelutavelmente fadado ao fracasso (BUTLER, 2017, p. 18).

Nesta esteira, a ação dos movimentos sociais, tem como finalidade principal buscar o reconhecimento de direitos civis frente ao Estado e à própria sociedade, sendo mecanismos imprescindíveis para trazer à tona as desigualdades vivenciadas, e com isso, pressionar a desconstrução de identidades equivocadas e a construção de equidade nas relações sociais. Eles se organizam para resistir e descobrir, a partir do contexto, das vivências e das experiências, uma ideia tida como hegemônica. Tal exercício força a sociedade a buscar reconstruir uma nova forma de racionalidade e, conseqüentes ações que possibilitam uma interação maior, quebrando tabus e dogmas naturalizados (ANGELIN;HAHN, p. 72, 2015).

Para Butler, os sujeitos políticos do movimento feminista, são criados por exclusão, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política:

O sujeito é uma questão crucial para a política, e particularmente para a política feminista, pois os sujeitos jurídicos são inevitavelmente produzidos por via práticas de exclusão que não aparecem, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultadas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. O poder jurídico produz inevitavelmente o que alega meramente representar; consequentemente, a política tem de se preocupar com essa função dual do poder: jurídica e produtiva. Com efeito, a lei produz e depois oculta a noção de sujeito perante a lei de modo a invocar essa formação discursiva como premissa básica natural que legitima, subsequentemente, a própria hegemonia reguladora da lei. Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das mulheres, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação (BUTLER, 2017, p.20).

Com certeza, a questão das mulheres como sujeito do feminismo suscita a possibilidade de não haver um sujeito que se situe perante a lei, à espera de representação da lei ou pela lei. Quiçá o sujeito, bem como a evocação de um antes temporal, seja constituído pela lei como fundamento fictício de sua própria reivindicação de legitimidade. A hipótese prevalecente da integridade ontológica do sujeito perante a lei pode ser vista como o vestígio contemporâneo da hipótese do estado natural, essa fábula fundante que é constitutiva das estruturas jurídicas do liberalismo clássico. A invocação performativa²⁷ de um antes não histórico torna-se a premissa básica a garantir uma ontologia pré-social de pessoas que consentem livremente em ser governadas constituindo assim a legitimidade do contrato social (BUTLER, 2017, p.20).

Apesar disso, além das ficções fundacionais que sustentam a noção de sujeito, há o problema político que o feminismo encontra na suposição de que o termo mulheres denote uma identidade comum. Ao invés de um significante estável a comandar o consentimento daquelas a quem pretende descrever e repensar, mulheres – mesmo no plural – tornou-se um termo problemático, um ponto de contestação, uma causa de ansiedade (BUTLER, 2017, p.20). Se alguém é uma mulher, isso certamente

27 A noção de performatividade é apropriada por diversos campos interdisciplinares como Antropologia, Artes, Ciências Políticas, física, dentre outras, é apresentada neste estudo com um recorte na Filosofia da linguagem, a qual se dedica aos fenômenos linguísticos, e, em especial, na Filosofia da diferença, que busca refletir sobre questões relacionadas à desconstrução da lógica metafísica que se pauta em binarismos, dicotomias e hierarquizações, tendo a categoria gênero como pano de fundo (BRITO, 2017).

não é tudo o que alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da pessoa transcenderam o paradigma específico de gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e religiosas das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.

Em relação às lutas sobre gênero e raça, pode-se afirmar tanto o princípio da igualdade quanto o da diferença. O movimento feminista teve de lutar para desconstruir a injustiça econômica através da denúncia de que gênero estrutura a divisão fundamental entre trabalho produtivo e assalariado e trabalho reprodutivo, domésticos e não-assalariados, típico de mulher. Além disso, o gênero também estrutura a divisão de trabalho entre ocupações profissionais e bem pagas dominadas por homens e o trabalho doméstico, mal pago, dominado por mulheres. Como solução para isso, a transformação da economia política deveria eliminar a exploração, a marginalização e a privatização específica de gênero, que significa eliminar as diferenças entre gênero, a especificidade do gênero (MATTOS, 2004, p. 146).

Se presume haver uma base universal para o feminismo, a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas, acompanhada da ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina (BUTLER, 2017, p.21).

A noção de patriarcado, tem sido criticada, recentemente, pela dificuldade em explicar os mecanismos de dominação:

A noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada em anos recentes, por seu fracasso em explicar os mecanismos de opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe. Exatamente onde esses vários contextos foram consultados por essas teorias, eles o foram para encontrar exemplos ou ilustrações de um princípio universal pressuposto desde o ponto de partida. Esta forma de teorização feminista foi criticada por seus esforços de colonizar e se apropriar de culturas não ocidentais, instrumentalizando-as para confirmar noções marcadamente ocidentais de opressão, e também por tender a construir um terceiro mundo ou mesmo um ocidente em que a opressão de gênero é sutilmente explicada como sintomática de um barbarismo intrínseco e não ocidental. A urgência do feminismo no sentido de conferir um status universal ao patriarcado, com vistas a fortalecer

a aparência de representatividade das reivindicações do feminismo, motivou ocasionalmente um atalho na direção de uma universalidade categórica ou fictícia da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum de subjugação das mulheres (BUTLER, 2017, p.21).

Afirmar a existência de um patriarcado universal não tem mais a credibilidade ostentada no passado, mas a noção de uma concepção genericamente compartilhada das mulheres, decorrente dessa perspectiva, tem se mostrado muito mais difícil de superar. Houveram muitos debates, no sentido de existir traços comuns entre as mulheres, preexistentes à sua opressão, ou estariam as mulheres ligadas em virtude somente de sua opressão? Haverá especificidade das culturas das mulheres, independentemente de sua subordinação pelas culturas masculinas hegemônicas? Caracterizam-se sempre a especificidade e a integridade das práticas culturais ou linguísticas das mulheres por oposição e, portanto, nos termos de alguma outra formação cultural dominante? Existe uma região do especificamente feminino, diferenciada do masculino como tal e reconhecível em sua diferença por uma universalidade indistinta e conseqüentemente presumida das mulheres? A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a especificidade do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem identidade como tornam equivocada a noção singular de identidade (BUTLER, 2017, p.23).

Assim, para combater a injustiça cultural é imperiosa uma desconstrução do androcentrismo (padrões culturais que privilegiam as características da masculinidade) que caminha junto com o sexismo cultural (a desvalorização e depreciação de coisas vistas como femininas tomadas como emotivas e irracionais). A solução aqui está baseada na afirmação das diferenças, na valorização das práticas ligadas ao feminismo (MATTOS, 2004, p. 147).

Desse modo, as supostas universalidade e unidade do sujeito do feminismo são de fato minadas pelas restrições do discurso representacional em que funcionam. Com efeito, a insistência prematura num sujeito estável do feminismo, compreendido como uma categoria uma das mulheres, gera, inevitavelmente, múltiplas recusas em aceitar

essa categoria. Esses domínios da exclusão revelam as consequências coercitivas e reguladoras dessa construção, mesmo quando a construção é elaborada com propósitos emancipatórios. Não há dúvida, a fragmentação no interior do feminismo e a oposição paradoxal ao feminismo – por parte de mulheres que o feminismo afirmar representar – sugerem os limites necessários da política de identidade. A sugestão de que o feminismo pode buscar representação mais ampla para um sujeito que ele próprio constrói gera a consequência irônica de que os objetivos feministas correm o risco de fracassar, justamente em função de sua recusa a levar em conta os poderes constitutivos de suas próprias reivindicações representacionais. Fazer apelos à categoria das mulheres, em nome de propósitos meramente estratégicos, não resolve nada, pois as estratégias sempre têm significados que extrapolam os propósitos a que se destinam. Nesse caso, a própria exclusão pode restringir como tal um significado inintencional, mas que tem consequências. Por sua conformação às exigências da política representacional de que o feminismo articule um sujeito estável, o feminismo abre assim a guarda a acusações de deturpação cabal da representação (BUTLER, 2017, p.23).

Para Saffioti (1994, p. 155):

Até o presente, as mulheres têm sido mantidas afastadas das políticas de direitos humanos. Mais do que isso, o Estado tem ratificado um ordenamento social de gênero através de um conjunto de leis que se pretendem objetivas e neutras, porque partem da errônea premissa de que a desigualdade de facto entre homens e mulheres não existe na sociedade. [...] Assim, o Estado não somente acolhe o poder masculino sobre a mulher, mas o normatiza, proibindo e até criminalizando seus excessos. A punição das extravagâncias integra o poder disciplinador da dominação masculina sobre a mulher, exercido pelo Estado. Este não fez, portanto, senão ratificar a falocracia em suas dimensões material e “ideacional”, dando-lhe a forma jurídica que caracteriza a dominação legalizada.

Com obviedade, a tarefa política não é recusar a política representacional - como se pudesse fazê-lo. As estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder, conseqüentemente, não há posição fora desse campo, mas somente uma genealogia, crítica de suas próprias práticas de legitimação. Assim, o ponto de partida crítico é o presente histórico, como definiu Marx. E a tarefa é justamente formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica

às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam (BUTLER, 2017, p.23).

Para Butler, há na presente conjuntura político-cultural, período que alguns chamam de pós-feminista, uma oportunidade de refletir a partir de uma perspectiva feminina sobre a exigência de se construir um sujeito do feminismo. Para a autora é necessário repensar radicalmente as construções ontológicas de identidade na prática representacional capaz de renovar o feminismo em outros termos. Por outro lado, é tempo de empreender uma crítica radical, que busque libertar a teoria feminista da necessidade de construir uma base única e permanente, invariavelmente contestada pelas posições de identidade ou anti-identidade que o feminismo invariavelmente exclui. Será que as práticas excludentes que baseiam a teoria feminista numa noção das mulheres como sujeito solapam, paradoxalmente, os objetos feministas de ampliar suas reivindicações de representação (BUTLER, 2017, p.24).

Talvez o problema seja ainda mais sério. Seria a construção de uma categoria de mulheres como sujeito coerente e estável de uma regulamentação e retificação²⁸ inconsciente das relações de gênero? E não seria essa reificação precisamente o contrário dos objetivos feministas? Em que medida a categoria das mulheres só alcança estabilidade e coerência no contexto da matriz heterossexual? Se a noção estável de gênero dá mostras de não mais servir como premissa básica da política feminista, talvez um novo tipo de política feminista seja agora desejável para contestar as próprias reificações do gênero e da igualdade – isto é, uma política feminista que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objeto político (BUTLER, 2017, p.24).

Determinar as operações que produzem e ocultam o que se qualifica como sujeito jurídico do feminismo é precisamente a tarefa da genealogia feminista da categoria das mulheres. No decurso desse esforço de questionar a noção de mulheres como sujeito do feminismo, a invocação não problematizada dessa categoria pode impedir a possibilidade do feminismo como política representacional (BUTLER, 2017, p.24).

28 No sentido de transformar uma ideia em coisa. Qualquer processo em que uma realidade social ou subjetiva de natureza dinâmica e criativa passa a apresentar determinadas características - fixidez, automatismo, passividade - de um objeto inorgânico, perdendo sua autonomia e autoconsciência.

Na perspectiva dos Direitos Humanos das mulheres, esses direitos são reivindicados. Na visão de Piovesan (apud ANGELIN; HAHN, 2015, p. 73), os direitos humanos das mulheres compõem uma racionalidade de resistência na medida em que traduzem processos que abrem e consolidam espaços de luta pela dignidade humana. Percebe-se assim, que dentro da lógica de uma racionalidade de resistência, não há dignidade sem espacialidade, não há Direitos Humanos sem espaço aos quais pertence pela vivência e pela experiência, não há Direitos Humanos sem espaços apropriados através da luta contínua, não há Direitos Humanos se não há possibilidade de pertencer a ser reconhecido por uma coletividade, não se pode falar em eficácia de Direitos Humanos sem espacialidade.

A identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento. Quem sabe, paradoxalmente, a ideia de representação só venha realmente a fazer sentido para o feminismo quando o sujeito mulheres não for presumido (BUTLER, 2017, p.24).

Desse modo, sociedade de classes, como estruturada atualmente, passou por etapas ao longo da história, sendo construídas à luz de princípios norteadores. Os princípios estruturais podem ser entendidos como princípios de organização que permitem formas consistentes de distanciamento tempo-espaço com base em mecanismos definidos de integração social. Segundo Giddens, tais sociedades se classificavam em três organizações distintas: sociedade tribal, sociedade dividida em classes e sociedade de classes. Nas sociedades tribais, ou pequenas culturas orais, o princípio estrutural dominante opera ao longo de um eixo que relaciona tradição e parentesco, inserindo-se no espaço. O princípio estrutural dominante da sociedade dividida em classes encontra-se ao longo do tempo de um eixo que correlaciona as áreas urbanas com seus espaços rurais. A cidade é um recipiente de armazenagem de recursos administrativos em torno do qual são construídos os Estados agrários. A diferença entre cidade e campo é o instrumento de separação entre integração social e de sistema, embora uma e outra não sejam necessariamente coincidentes, pois a relação simbólica de cidade e campo pode assumir várias formas (GIDDENS, 2003, p. 216).

Existem fortes evidências, a partir de releituras arqueológicas e estudos antropológicos, que nos primórdios da humanidade existia uma estrutura social de igualdade e parceria que foi a base da convivência humana. Nesse sentido, nenhum ser humano era colocado acima do outro, nenhuma diferença foi igualdade a inferioridade ou superioridade. As alterações culturais ocorridas nas relações humanas, antes de parceria, passaram para outras formas de relações, como guerras, força e poder. Desse modo, o princípio essencial na substituição do modelo de parceria vivido pelas sociedades primitivas, foi o modelo de dominação (ANGELIN; UNSER, 2016).

Em relação ao tema em estudo, após a Segunda Guerra Mundial, com a derrota do nazismo, o racismo de base biológica sofreu fortíssimo combate, tanto internamente entre os países que o adotavam, quanto internacionalmente, simbolizado em tratados como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, em 1948. Ocorre que o racismo não desapareceu, mas adotou novos paradigmas, como ensina Jessé Souza (2017, p. 18), o culturalismo²⁹, que cumpre exatamente as mesmas funções do racismo científico da cor da pele, prestando-se a garantir uma sensação de superioridade e de distinção para os povos e países que estão em situação de domínio e, desse modo, legitimar e tornar merecida a própria dominação.

A compreensão desse patamar distinto de discriminação passa pela ideia de dominação, a qual, para a teoria marxista, tem a violência no cerne das relações de dominação, nas quais nascem estados de dominação homogeneizadores contra os quais aconteceram reações e respostas em processos sociais estruturados na noção de diferença. Para Žižek, os sinais mais evidentes de violência são atos de crime e terror, confrontos civis, conflitos internacionais. Esses atos são decorrentes de uma violência visível, exercida por um agente identificável, porém é preciso perceber os contornos dos cenários que engendram essas explosões. A partir da noção de violência subjetiva, visível, surge a ideia de uma violência simbólica, encarnada na linguagem e suas formas, é a violência sistêmica, que consiste nas consequências catastróficas do funcionamento regular de nossos sistemas econômicos e políticos

29 O racismo culturalista surge da ideia de separação ontológica entre seres humanos, é uma continuação do racismo científico da cor da pele e não sua superação. Os dois fazem parte do mesmo paradigma. Presta a garantir a sensação de superioridade e de distinção para povos e países que estão em situação de domínio.

(Zizek, 2010).

Para Luhmann (1997), é necessário pensar o funcionamento desses sistemas de dominação. Não são os indivíduos que em sua atomização determinam o funcionamento desses sistemas e a ocorrência de suas violências. Os sistemas sociais são, autorreferenciais, pois são capazes de operar com base em suas próprias operações constituintes; são também, autopoieticos, porque se autorreproduzem ou produzem a si mesmos enquanto unidade sistêmica. O elemento básico de reprodução no sistema social é o processo de comunicação.

A partir da ideia de dominação é que surgem os papéis dos indivíduos na sociedade. O homem, mais precisamente o homem branco domina a sociedade de modo a dominar também a economia, os meios de produção e o sistema de comunicação. No início do capitalismo, necessitava-se de mão de obra, assim se buscou a mão de obra escrava por um determinado tempo, tratando-se o negro como objeto, propriedade móvel.

No capitalismo atual não há mais uma relação de dominação tão clara como aquela do passado. A complexidade da época contemporânea só pode ser compreendida no contexto das profundas mudanças ocasionadas, nas sociedades no mundo inteiro, pelo desenvolvimento do capitalismo em suas múltiplas facetas: ao mesmo tempo econômico, político e ideológico; ao mesmo tempo nacional, multinacional e mundial; ao mesmo tempo, libertador e opressor, criador e destruidor (LUCAS; SANTOS, 2015, p. 41).

Para Bourdieu (2002), não se pode pensar esta forma particular de dominação senão ultrapassando a alternativa da pressão (pelas formas) e de consentimento (às razões), da coerção mecânica e da submissão voluntária, livre, deliberada ou até mesmo calculada. O efeito da dominação simbólica (seja de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constituídos do habitus e que fundamentam, aquém das decisões de consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma.

O capitalismo se reproduz e se mantém pela conjugação de mecanismos explícitos e mecanismos camuflados, inconscientes. O primeiro mecanismo é o consumo, a produção de um trabalhador depende de sua reprodução. O segundo mecanismo é a mais valia, por meio da qual a produção capitalismo prospera em explorar mais tempo de trabalho do que o realmente pago. O terceiro mecanismo, que estaria oculto e é fundamental para todas as sociedades: o fato de serem constituídas, sempre, de uma base econômica, uma infraestrutura e uma superestrutura. A superestrutura abrange o todo cultural (religião, política, lei, educação, artes, etc.) que é determinado por uma economia específica, podendo ser escravista, feudalista, mercantilista ou capitalista. O sistema de ideias marxista se baseia na infraestrutura econômica, e quem mais possui tais meios de produção. Está é a natureza oculta, camuflada inconsciente do sistema econômico vigente (LUCAS; SANTOS, 2015, p. 41).

Desse modo, do patriarcado, da dominação histórica e sistêmica do colonialismo, do imperialismo e do capitalismo, resultam nas reações e respostas de negros e índios pelo resgate de suas condições sociais, culturais e econômicas, totalmente aviltadas historicamente, e assim alinhadas às lutas das minorias raciais.

CONCLUSÃO

A dominação econômico-social é evidente, porém silenciosa e nem sempre percebida pelos atores e/ou coadjuvantes do processo histórico. Muitas crenças passaram a ser questionadas apenas após o fortalecimento do capitalismo industrial, com o surgimento de movimentos de reação e resistência ao sistema vigente. A dominação sistêmica dos grupos vulneráveis deve ser compreendida no contexto de uma sociedade complexa.

Nesse sentido, há um papel importante a ser desenvolvido pelas Universidades, ampliando a compreensão dos mecanismos de dominação e auxiliando os cidadãos e movimentos sociais a assumirem uma postura crítica, propondo novos parâmetros de convivência.

O racismo, o sexismo, a misoginia, a homofobia e demais tipos de discriminação se perpetuaram por séculos de dominação. Agora é hora de se construir uma sociedade mais justa, que não abandone a igualdade, mas que compreenda que a igualdade de nossa sociedade complexa pressupõe respeito às diferenças e à diversidade.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosangela; UNSER, Rosemara. **DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NUM CONTEXTO PATRIARCAL: RESISTÊNCIA E AVANÇOS**. Disponível em:< <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/7219/5984>> Acesso em: 02 fev. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Künder.-2^a ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith P. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.- 13^a ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BRITO, Leandro Teófilo de. **A Noção De Performatividade Para Pensar Os Sentidos Atribuídos Ao Masculino No Espaço Da Educação Física Escolar**. Disponível em:<<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/Trabalho-Enla%C3%A7ando-Sexualidades-1-2015.pdf>> Acesso em: 25 out.2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARAH, Tatiana. **Disparidades salariais homem-mulher**. Disponível em:<https://www.buzzfeed.com/tatianafarah/disparidades-salariais-homem-mulher-ipea?utm_term=.pm66R90Kyk#.et30VmkAga> Acesso em: 29 out. 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal**. São Paulo: Global, 2013.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição Da Sociedade**. Tradução ÁLVARO CABRAL.-

São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

HAHN, Noli Bernardo; ANGELIN, Rosângela. **A CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS PARA A CULTURA DOS DIREITOS HUMANOS MEDIANTE A PERSPECTIVA DA RACIONALIDADE DESCENTRADA.** In: Policromias da diferença: inovações sobre pluralismo, direito e interculturalidade. Lisboa: Editora Juruá, 2015.

KERNER, Ina. **Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000200005> Acesso em: 29 out. 2017.

LUHMANN, N. **O conceito de sociedade.** In: NEVES, C. B. ; SAMIOS, E. M. B. (Org.). Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.

MATTOS, Patrícia. **O reconhecimento, entre a justiça e a identidade.** Lua Nova, nº 63, p. 143-161. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n63/a06n63.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2018.

MATTOS, Regiane Augusto dos. **História e cultura afro-brasileira.** 2 ed., 6ª reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2016.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX;** tradução de Sonia Furhmann. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. **Movimento de Mulheres Negras: Trajetória Política, Práticas Mobilizatórias e Articulações com o Estado Brasileiro.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a05>>

pdf> Acesso em: 29 out. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Gênero, patriarcado e violência.**- São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Mulher brasileira é assim?** organizadoras, Heleieth Saffioti, Monica Muñoz-Vargas – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, DF: Unicef, 1994.

SANTOS, André Leonardo Copetti; LUCAS; Doglas, Cesar. **A (in)diferença no Direito.**- Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do Conservadorismo Brasileiro: a abolição da imprensa e no imaginário social.** – 1ª ed.- Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia.** 1ª ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** – Rio de Janeiro: Leya, 2017.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais.** Tradução de Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014. 195 p.

O DISCURSO E A PRÁTICA DA RELIGIOSIDADE FRENTE À TRANSGENERIDADE

Vanessa Andriani Maria³⁰

INTRODUÇÃO

Apesar de a heteronormatividade ser vista como um parâmetro de sexualidade há indivíduos que fogem à norma heterossexual. Nem todas as pessoas condizem com as expectativas que o imaginário social impinge, em se tratando de normas de gênero e ao que vem a ser a representação social da figura do masculino e do feminino e estas pessoas que não se enquadram nestes moldes são discriminadas. Um desses grupos é designado como o grupo das transexuais.

As pessoas que fogem ao padrão heteronormativo, isto é, quando o gênero é fundamentado no binarismo, sofrem preconceito e/ou discriminação em função da sua identidade de gênero, o qual é denominado de transfobia. Indivíduos transgêneros são alvo de preconceito, não possuem seus direitos fundamentais respeitados, sofrem exclusão social, possuem dificuldade de acesso à educação, ao mercado de trabalho e até ao uso de banheiros, além de sofrerem intimidações, abusos e homicídios.

As identidades de gênero não estão restritas ao sistema binário (homem ou mulher, necessariamente heterossexuais), mas são variadas – por exemplo, transexuais, travestis, transgêneros, crossdressers, drag queen, drag king e gender queer, gender fluid, dentre outros, cada qual com suas particularidades. A expressão transgênero significa toda e qualquer subjetividade que escape à lógica da cisheteronormatividade, ao passo que a expressão transexual – que é uma das manifestações da transgeneridade – é restrita aos casos nos quais há discordância entre o sexo atribuído ao nascimento e ao gênero autodeclarado pelo sujeito – sendo o transexual

³⁰ Vanessa Andriani Maria – Advogada, Pós-Graduada em Direito do Trabalho e Pós-Graduada em Advocacia Cível. Membro da Comissão de Direitos Humanos e do Grupo de Violência de Gênero da OAB Santa Maria-RS / vanessamariaadvs@gmail.com

masculino aquele que nasceu mulher, porém se identifica ao gênero masculino; e transexual feminino aquele que nasceu homem, porém se identifica ao gênero feminino, decorrendo em muitos casos pela procura da cirurgia de redesignação sexual (BENTO, 2012).

No trabalho em questão, será discutido o preconceito contra a transexual no ambiente familiar e de que modo este tipo de violência pode afetar seus direitos de personalidade e dignidade. Para isso, foi adotado o método teórico que consiste em consultas a obras e artigos de periódicos especializados que tratam o assunto.

A aceitação das transexuais na igreja é importante ao próprio processo de construção destas pessoas, cujas vidas são marcadas pela experiência social da exclusão primeiramente do âmbito familiar e posteriormente, da sociedade na qual está inserida.

São grandes as dificuldades para encontrar grupos religiosos que incluam efetivamente, sem preconceitos e segregações a minoria transgênera. Em sua maioria, estes indivíduos são tratados como verdadeiras aberrações e o anseio de buscar a Deus torna-se cada vez mais remoto, carecendo de lugares que os/as acolham com respeito e dignidade que merecem; aflorando assim, o desenvolvimento de sua religiosidade e espiritualidade.

As Considerações Finais do trabalho remetem a uma reflexão sobre a discriminação e o preconceito, pronunciando-os à identidade, dia a dia e prática religiosa das transexuais. Nesta seara, estes indivíduos elegem uma busca religiosa-espiritual cotidiana em seus próprios lares, voltando-se à prática religiosa aprendida em suas origens, independente de filosofias, dogmas e religiões tradicionais, como resposta à rejeição e que passam nesses espaços religiosos ou em decorrência destes.

TRANSEXUALIDADE: OS CORPOS PODEM MUDAR!

Diferente do que se avalia na sociedade, a transexualidade não é recente ou pouco conhecida, consiste em uma pseudossíndrome psiquiátrica, onde o indivíduo se identifica com o gênero oposto, significando “manifestação extrema da inversão

psicossexual, em que o indivíduo nega o sexo biológico e deseja assumir a identidade do sexo oposto”.(FARINA, 1982, p. 117)

A Teoria Queer se opõe as perspectivas excludentes e lida com o gênero como algo cultural. Considera que o masculino e o feminino presente em homens e mulheres, de forma que cada pessoa tem características que podem se qualificar como masculinas ou femininas, independente do sexo biológico. (MISKOLCI, 2012)

As transexuais são pessoas que sentem desconforto psíquico com seu sexo oposto, ambicionando obsessivamente ter seu corpo readequado ao sexo contrário que acreditam possuir. Para elas, a operação de mudança de sexo é uma obstinação, já que não se conformam nem se admitem com o seu sexo biológico. A transexual legítima tem repulsa por sua genitália, o que as distingue dos homossexuais, nas quais a genitália desempenha um papel importante.

Transexualismo é uma questão que está em uma situação limítrofe que confronta ideologias opostas e diferentes hierarquias de valores. A transexual representa emblematicamente a patologia do incerto, é um sujeito que apresenta um contraste eloquente e definido, ou seja, as características sexuais externas e as de natureza psíquica. Isto leva a uma busca ansiosa por uma correspondência entre aparência física e comportamento, hábitos, gestos, costumes, e atitudes em geral, que são as do sexo que realmente sentem e profundamente vivenciam no cotidiano. Essa tendência, visando a sua própria identidade sexual, leva a que os transexuais se submetam à cirurgia dos genitais, para que correspondam com o seu estado psicológico e suas formas de vida (tradução nossa).(HIGHTOM, 1993, p. 207)

Fazendo-nos valer da denominação biomédica, transexuais são aqueles indivíduos que se consideram “afetados” por um transtorno envolvendo a sua identidade de gênero, ou na linguagem diagnóstica, que não se reconhecem no corpo com o qual vivem. Essa falta de identificação pode levar a uma aversão intensa ao seu sexo biológico (PETRY, MEYER, 2011).

Sob o contexto médico a transexualidade é uma anomalia da sexualidade humana segundo a qual o indivíduo possui um “sentimento profundo de pertencer ao sexo oposto e a vontade extremada de reversão sexual”. (SZANIAWSKI, 1999, p.53)

Uma pessoa transexual pode ser bissexual, heterossexual ou homossexual, dependendo do gênero que adota e do gênero com relação ao qual se atrai afetivamente. Para entender melhor: mulheres transexuais que se atraem por homens são heterossexuais, assim como seus parceiros; homens transexuais que se atraem por mulheres também o são. Já mulheres transexuais que se atraem por outras mulheres são homossexuais, e homens transexuais que se atraem por outros homens também. Não se pode esquecer, igualmente, das pessoas com orientação sexual bissexual. Nem todas as pessoas trans são gays ou lésbicas (JESUS, 2012).

O resultado das incessantes pressões sociais para a cisheteronormatividade é que por diferentes motivos leva as pessoas transgênero e transexuais a desejar tais transformações corporais para viver bem, pois independentemente da identidade e da expressão de gênero ou da sua orientação sexual elas buscam harmonia entre a autoimagem e a materialidade do corpo, crendo que essa adequação (corpo/subjetividade) garante sua autonomia (e felicidade). (MISKOLCI, 2009)

Em geral, quando pensamos na identidade de alguém, pensamos como uma pessoa “é”, criamos a expectativa de que as pessoas devam agir e serem tratadas de acordo com suas predicções. Trata-se do que Ciampa (2001) chama de identidade pressuposta, que é atualizada pelas relações e rituais sociais, ou seja, é permanentemente repostada, fixando a pessoa em uma posição que a aprisiona.

Segundo Teixeira (2009, p.47), “o argumento do aprisionamento em corpo errado é apropriado e reiterado constantemente como modelo explicativo da transexualidade”.

Dessa forma, a identidade de gênero pode ser vista como um conceito multifacetado, fluido e sua estruturação depende do contexto histórico, cultural, político e econômico, apontando para a constante influência do meio e da necessidade de participar do mesmo – e das suas regras, o que constitui um paradoxo principalmente para a autonomia transgênero e transexual, pois ao mesmo tempo em que essas pessoas se opõem a um padrão de papéis de gênero heteronormativos que lhe foi designado ao nascer, elas também o (re)afirmam aderindo às normas supostamente opostas (PERES, TOLEDO, 2011; SILVA, CERQUEIRA-SANTOS, 2014).

Desde a perspectiva êmica, o termo transgênero “englobaria todas as pessoas que questionam, com sua própria existência, a validade do esquema dicotômico de sexo-gênero, sejam elas partidárias ou não da cirurgia de redesignação sexual”. (GARCIA, 2009, p. 67)

Assim sendo, é de simples dedução que o bullying cometido ao transexual tende a agredir e dar ênfase a um ato discriminatório mediante a sua vontade de viver e ser identificada como pessoa do sexo oposto ao seu sexo biológico, sofrendo ataques a sua dignidade e integridade.

UM TRANSEXUAL NA FAMÍLIA: E AGORA?

Grande parte da população trans enfrenta violência e humilhação justamente onde deveria encontrar acolhimento. Constata-se que o bullying às transexuais é ação que se inicia primeiramente dentro de seu ambiente familiar, onde sua própria família condena e inferioriza a sua condição, tornando-se a transexual perante a sociedade e o Estado um ser invisível, e tendo os seus direitos da personalidade e fundamentais desrespeitados.

A família é o primeiro grupo a atuar de modo preconceituoso e recriminatório. Neste contexto familiar os conflitos e os maus tratos se intensificam e culmina com sua expulsão de casa ou até mesmo sua fuga.

De quase todas as bibliografias consultadas, o início do rompimento de vínculos e o processo de estigmatização ocasionado a transexuais a predisposição a vulnerabilidades teve início a partir da exclusão ocorrida na família. Os processos depreciativos vividos por elas influenciaram em toda a organização de suas subjetividades, construídas ao longo das relações estabelecidas com os outros, com o mundo e consigo mesmas.

A descoberta do corpo e comunicação para a família é motivo para várias surras, ofensas e rejeições familiares. O sentimento destes indivíduos é um só: a mente e o corpo não podem ir contra o que desejam ser e o que realmente são. Então é preciso muita garra e coragem para confrontar-se com a conjuntura ao seu redor.

O IMPACTO NAS RELAÇÕES FAMILIARES

A dignidade da pessoa humana, surge como “uma verdadeira cláusula geral de tutela e promoção da pessoa humana, adotada como valor máximo pelo ordenamento” (TEPEDINO, 1999, p. 48). Por ser um valor este atribuído a todo homem, o transexual também é detentor de dignidade.

Quando se coloca em pauta o assunto “dignidade da pessoa humana”, não há que se falar ou concordar que a pessoa ceda, renuncie ou negocie sua dignidade. “Quando se trata da proteção da dignidade do ser humano, não podemos admitir tergiversação. A dignidade do ser humano exige proteção máxima, inegociável” (ALMEIDA NETO, 2005, p.29). Com a dignidade do transexual não seria um fato em isolado e diferente, esta dignidade é irrenunciável, inegociável.

Pode-se afirmar que a família exerce uma função social quando é capaz de proporcionar um ambiente de convivência harmônica e de dignificação de seus membros (PEREIRA, 2008, p. 190).

A REALIDADE DAS RUAS

Em decorrência das injúrias e experiências negativas na conjuntura familiar, travestis e transexuais se sentem desamparados, à mercê de tudo e todos, “um mundo de possibilidades totalmente desconhecido” e despontam à procura de outros contextos de sociabilidade, onde se sintam aceitas. É quando, geralmente, conhecem outra travesti ou transexual mais experiente, exercendo papel como de uma “mãe” ou “madrinha” que lhes apresente a vida noturna na rua.

As manifestações discriminatórias por parte da comunidade escolar também colaboram para concretizar a segregação das pessoas transgênero, através da limitação da participação destas no espaço social, ao serem avaliadas como fora da realidade heteronormativa, onde não existe espaço para outras demonstrações de gênero sobressair (BENTO, 2009).

Comumente, o primeiro apoio vem dos amigos alheios ao núcleo familiar, que

não oferecem oposições diante dos assuntos de gênero ou de identidade de gênero. Este círculo de amigades que inicialmente efetiva os papéis esperados como de caráter familiar: apoio, direção e alento, enquanto a família somatiza o “problema” ou expressa desgosto, deixando de falar com elas por certo período.

A rua é apresentada como um espaço receptivo, que ainda que mostre várias temeridades, permite a edificação de uma nova rede de apoio social fundamentada na experiência comum da vulnerabilidade. Nada mais é que um espaço de sociabilidade por onde transgêneros circulam dia e noite, pois são por meio da prostituição noturna que elas encontram aquele que parece o exclusivo modo de se obter uma renda para proverem as suas necessidades e de sobrevivência. A prostituição é encarada com naturalidade, já que as situações que as levaram a este extremo fazem parte do íntimo das histórias de vida de cada uma.

O fluxo de vida de cada transgênero parece apresentar vários pontos em comum fazendo com que estes adotem a prostituição como meio de trabalho e subsistência enfrentando situações de vulnerabilidade já instituídas.

CONVIVÊNCIA E INTERAÇÃO COM “UMA FORÇA SUPERIOR”

Alguns especialistas reconhecem o choque entre religião e mudança de gênero. As religiões têm seus princípios relativamente fixos e acolhem as mudanças (quando as aceitam) de modo extremamente lento. Cada nova configuração de gênero que surge ocasiona sofrimento e não encontra apoio/respaldo em boa parte das religiões.

A religião pode ser vista como mais um componente repleto de enigmas, sem explicação. O contato do ser humano com o sagrado através da fé engloba dimensões cognitivas e afetivas, expressas no plano da razão e da emoção com o outro e consigo mesmo.

O presente trabalho buscou observar e refletir sobre a experiência religiosa no cotidiano de transgêneros, não teve o escopo de pesquisar precisamente a religião destas, apenas perceber como estas pessoas se relacionam com algumas circunstâncias do dia a dia a partir de vivências de religiosidade ou espiritualidade.

Passamani (2008, p. 22), ao falar sobre homossexuais e religiosidade, refere-se ao termo “discriminados entre os discriminados” e enfatiza os sentimentos de culpa e pecado, no sentido de oprimir os homossexuais, atrelados a contingências sociais que os leva a ocultarem-se, por medo da exclusão, da ridicularização e da marginalização. Já no gueto, sem as mesmas pressões, o/a homossexual pode experimentar, construir e assumir uma identidade equivalente e coerente aos seus desejos e impulsos, constituindo em treinos que podem se expandir para lugares menos restritos a ponto de ser reconhecido como homossexual nos ambientes que frequenta, apresentando-se em outras áreas do seu convívio social.

As pessoas mais pobres, por não terem acesso à cultura e outros direitos básicos, dependem da Igreja para a socialização e como várias Igrejas estão presentes nas periferias, estas devem cumprir essa função. O que na maioria das vezes ocorre é que tais Igrejas não acolhem as diferenças, o que faz com que essas pessoas mais humildes permaneçam mais vulnerabilizadas. Assim, ao descobrir-se transexual, a maior brutalidade que estes indivíduos podem sofrer é a tentativa de tirar deles sua essência, tornando-os desprezíveis. Muitos transexuais neste estágio podem inclusive tentar acabar com sua própria vida, já que não têm o poder de nascer de novo, segundo os moldes que a Igreja e a sociedade preconiza: heterossexual e cisgênero.

Importante ressaltar que o mais significativo na vida destas pessoas diz respeito a ser elas mesmas, aceitar-se como são perante si e principalmente à sociedade, isso inclui suas cirurgias estéticas. Tais indivíduos acreditam serem concebidos por Deus e por isso, não creem ser um encosto ou uma abominação.

Nesta seara, convém citarmos Joseph Famerée:

...do corpo como caminho de nós até Deus e de Deus até nós. [...] precisamente, em consonância com a descoberta que a fenomenologia fez do corpo como lugar das relações com o outro, nossa intuição teológica confirma que o corpo é verdadeiramente um lugar privilegiado de encontro com Deus (FAMERÉE, 2009, p. 14).

Alguns indivíduos transgêneros encaram o fato do preconceito religioso como

parte do seu cotidiano, como qualquer outro tipo de enfrentamento diante das vulnerabilidades relacionadas as suas respectivas identidades, mais um dentre tantos comportamentos e atitudes racistas e preconceituosas.

Muitas religiões não aceitam em seus dogmas e cultos a expressão de corpos dissidentes dos modelos hegemônicos de gênero e sexualidade. Por outro lado, em outras, as travestis e transexuais são plenamente aceitas e se tornam “espaços possíveis” de expressão de suas feminilidades. Este é o caso dos terreiros de religiões afro-brasileiras, nas quais as travestis e transexuais estudadas neste trabalho se inserem tranquilamente e são aceitas na plenitude da construção de seus gêneros e de suas sexualidades. (NASCIMENTO, COSTA, 2015, p.183)

As interdições são, sobretudo, relacionadas aos espaços das religiosidades cristãs, como igrejas católicas e evangélicas, mas, ao contrário, suas vivências são possibilitadas às religiosidades de matriz africana, em terreiros e umbanda e candomblé. (ibidem, p.186)

Muitos desses sujeitos que fogem do padrão hegemônico da heteronormatividade são vistos como “subversivos”, “desviados”. São pessoas que não são aceitas dentro da plenitude de seu gênero e de sua sexualidade em diversos ambientes, principalmente os relacionados à religiosidade.

Observando a literatura compilada, o que se pode acrescentar acerca de religiosidade é a noção de respeito e amor ao próximo que as transexuais expõem como atributos e motivações sobrevividas da força superior. As experiências religiosas provêm de memórias, a partir de rituais e dogmas da igreja, como o batismo, primeira comunhão e crisma: momento em que reuniam familiares, parentes e amigos. Eram boas recordações, lembram-se da hóstia, almoços na igreja e reuniões em família.

Adultas foram excluídas da igreja por serem como elas realmente são. Elas acrescentam que respeito e amor ao próximo são o mais importante de tudo, características e motivações norteadoras provenientes da força superior, mas não exercitam a sua fé e nem a religiosidade a partir das amplas práticas, filosofias e ensinamentos em igrejas.

O importante para estas pessoas em uma Igreja é que esta acolha a todos,

não julgue seus atos, e não use a religião como instrumento de pressão e opressão. Devemos nos ver como pecadores, e não ficar julgando o próximo, somente respeitá-lo, aconselhando quando necessário, mas nunca colocando a pessoa em posição de inferioridade.

CONCLUSÃO

Ainda existe um longo caminho a ser percorrido até que possamos garantir os plenos direitos e cidadania às pessoas transgêneros. A começar por uma legislação que não invisibilize suas existências, que não anule suas potencialidades, que não as deixem padecer nesta seara onde a norma de gênero cristalizou-se e desde então massacra seus modos e suas expressões. Precisamos punir, com rigor, os agressores que justificam seus atos em “nome do bem estar social” ou em “nome de Deus”.

A identidade do indivíduo transgênero, por já ser pré-definida ou interiorizada, é vivida como claustrofóbica, portanto, interferindo nas relações que estabelecem, já que são desqualificados/as como pessoas aos olhos da sociedade por mais que suas ações comprovem que os estereótipos não condizem com sua vida diária.

Precisamos legislar para as classes mais vulneráveis de nossa sociedade e reconhecer a Constituição Federal como um livro de todos e para todos desconstruindo mitos e preconceitos que rondam as identidades de gênero. Dignidade para uma pessoa transgênero é ser respeitado na sua individualidade, ser reconhecida como uma pessoa de direito e poder de se determinar socialmente sobre o gênero, pelo qual se afirma.

É importante que haja certa flexibilização nas igrejas. As pessoas da igreja não estão imunes a serem preconceituosas, mas procuram lutar contra a violência e intolerância.

Resultados também assinalam para o fato de que o cotidiano e a religiosidade de transexuais são mais bem vivenciados entre àquelas que melhor se adaptam ou correspondem aos padrões heterossexuais hegemônicos, minimizando situações de preconceitos e discriminações, majorando a aceitação social das mesmas.

De modo geral, algumas são religiosas, possuem fé em um ser superior e são espiritualizadas, embora não atrelem tais práticas a igrejas ou grupos religiosos. A força superior norteia tudo em suas vidas, seja a força que as faz viver, o bem-estar e conquistas de sonhos e desejos almejados em seu cotidiano, guiando suas condutas, valores e comportamentos.

Não se pretendeu no presente trabalho a exaustão do tema, que é complexo em particularidades, e as respostas são diversas e muitas delas baseadas em foro íntimo, envolvendo aspectos culturais e também de ordem religiosa, o que se pretende é oferecer uma maior clareza às questões relacionadas à transexualidade em seus aspectos familiares e sociais. O mais importante neste contexto é o reconhecimento e o respeito a estes indivíduos pela sociedade, ainda repleta de preconceitos, para que todos possam ir de encontro a uma vida digna e feliz.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA NETO, Amaro Alves de. **Dano existencial: a tutela da dignidade da pessoa humana**. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 6, n. 24, mês out/dez, 2005, p. 29.

BENTO, Berenice. **Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova**. Ciênc. saúde coletiva. 2012, vol.17, n.10, pp.2655-2664.

CIAMPA, A. C. (2001). **A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense.

FARINA, Roberto. **Transexualismo: Do homem à mulher normal através dos estados de intersexualidade e das parafilias**. 1 ed. São Paulo: Novalunar, 1982, p. 117.

FAMERÉE, Joseph. **O corpo, caminho de Deus. A problemática**. In: GESCHÉ, Adolphe; SCOLAS, Paul (orgs.). O Corpo, caminho de Deus. São Paulo: Loyola, 2009. p. 13-34.

GARCÍA, Vásquez. **Del sexo dicotómico al sexo cromático: la subjectividad transgenérica y los límites del constructivismo**. Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana. 2009. n. 1, p. 63-88, 2009.

HIGHTOM, Elena. **La salud, la vida y la muerte. Un problema ético-jurídico: el**

difuso limite entre el daño y el beneficio a la persona. Revista de Derecho Privado y Comunitario, nº 1, Rubinzal-Culzoni: Santa Fé. 1993, p.207.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** 2ª edição – revista e ampliada. Brasília. 2012.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização.** Sociologias, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 150-182, 2009.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFPO, 2012. 80 p. (Série Cadernos da Diversidade 6).

NASCIMENTO, Taiane Flores, COSTA, Benhur Pinós da Costa. **As Vivências Travestis e Transexuais no Espaço dos Terreiros de Cultos Afrobrasileiros e de Matriz Africana.** ESPAÇO E CULTURA, UERJ, RJ. N. 38, P.181-202, JUL./DEZ de 2015.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. **O arco-íris (dês)coberto: Homossexualidades masculinas, movimentos sociais e identidades regionais. – Os casos de Porto Alegre e Bueno Aires.** Santa Maria, 2008, 163 f. Dissertação (Mestrado em Integração Latino- Americana – História Latino-Americana) - Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria; 2008.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coord.). **Família e Solidariedade: Teoria e Prática do Direito de Família.** Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2008, p. 190.

PERES, William Siqueira, TOLEDO, Livia Gonsalves. **Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder.** Rev. psicol. polít. [online]. 2011, vol.11, n.22, pp. 261-277.

PETRY, Analidia Rodolpho, MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. **Transexualidade e heteronormatividade: Algumas questões para pesquisa.** Textos & Contextos, v. 10, n. 1, p. 193-198, 2011.

SILVA, B. B.; CERQUEIRA-SANTOS, E. **Apoio e suporte social na identidade de travestis, transexuais e transgêneros.** Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 27-44, 2014.

SZANIAWSKI, Elimar. **Limites e Possibilidade do direito de redesignação do es-**

tado sexual. 1 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1999, p. 53.

TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. **Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009.

TEPEDINO, Gustavo. **Temas de Direito Civil.** Rio de Janeiro: Renovar. 1ª edição, 1999. P. 48

O REPRESENTAR DE MONAS, MANOS E MINAS: SUBJETIVIDADE, IDENTIDADE E POSIÇÃO ENUNCIATIVA DA COMUNIDADE LGBTQIA+

Arthur Marques de Oliveira³¹

PALAVRAS INICIAIS

A história da visibilidade da comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais Transexuais, Travestis, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexuado e Mais) de acordo com Fry e Macrae (1985) possui como estopim a noite de 28 de junho de 1969, na cidade de Nova York, nos Estados Unidos da América. Quando o bar Stonewall Inn, frequentado majoritariamente por homossexuais, foi invadido por forças policiais decididas a reprimir de forma agressiva a concentração de gays e lésbicas. Entretanto, nessa noite, a polícia enfrentou uma reação inesperada por parte dos frequentadores, que iniciaram um movimento de resistência e luta que duraria um final de semana inteiro.

No decorrer das décadas, a minoria e grupo social de pessoas LGBTQIA+ passou a ser estudado por historiadores, antropólogos e sociólogos tendo em vista recuperar, suas vidas, cerimônias e costumes. Passou-se a analisar o modo de vestir, de falar, os ambientes que frequentam, como também, a violência e preconceito sofridos diariamente. A cultura LGBTQIA+ tornou-se objeto de pesquisas, pois além da questão cultural também há a comercial/financeira conforme Dias (2019) elucida sobre o termo “Pink Money”. Todavia, é necessário dar aos indivíduos que compõem esse meio o seu lugar de sujeitos na história e apresentar as formas de resistência e expressão também no/do ponto de vista linguístico.

31 Graduando em Licenciatura em Letras – PT/EN pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua desde 2016 com interdisciplinaridade; produções didáticas e bolsista BIC-UFRGS. Possui como interesse o estudo de ideias linguísticas da Teoria da Enunciação e Linguística Aplicada em especial aquelas que contemplem gênero, cultura e questões LGBTQIA+. E-mail: arthur_marques@outlook.com

Nesse cenário, segundo Carrara (2006) surgem as Paradas Gays brasileiras que possuem como origem, as marchas de rua organizadas para lembrar os acontecimentos ocorridos em Stonewall Inn. Nesse viés, as paradas LGBTQIA+ tem sido a ação coletiva de maior visibilidade desse grupo porque prioriza em suas temáticas questões e demandas atribuídas às minorias sexuais e de gênero. Os temas destacados nas Paradas são atualizados anualmente por meio de debates apresentados mediante conflitos e negociações nacionais, estaduais e regionais. Com isso, a utilização de cartazes elaborados pelos participantes dessas paradas, muitas vezes possuem como objetivo mostrar de forma explícita uma subjetividade e universalidade.

Tendo em vista esse meio de expressão e sua forma de construir e expressar, é possível observar, a enunciação desenvolve uma função primordial quanto aos modos de dizer e significar no que tange ao indivíduo e/na sociedade. Nesse pensamento, a presente pesquisa, assim como diversas outras na relação discente/docente, surgiu a partir das seguintes reflexões de um estudante de graduação e seu professor-orientador: como se constrói na enunciação a identidade? Quais recursos enunciativos permitem falar que alguém enuncia de uma posição identitária específica? No caso específico da construção das identidades LGBTQIA+, como os aspectos enunciativos determinam uma posição de fala? Como abordar textos geralmente críticos e autorais (complexos) – como cartazes, por exemplo – de uma perspectiva que permita evidenciar os aspectos enunciativos de construção das identidades? Partindo dessas inquietudes, o presente trabalho versa sobre a forma como as linguagens verbal e não verbal podem retratar diferentes identidades e incitar posições enunciativas. Vide Émile Benveniste: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 1958-2005, p. 286).

Dessa forma, o objetivo deste texto é propor uma discussão e um recorte enunciativo-discursivo sobre a construção das identidades LGBTQIA+ e posições enunciativas produzidas pelos sujeitos desse grupo. Tendo isso em mente, nota-se que a questão da identidade se torna de grande importância para a sociedade e seus indivíduos, abarcando sua pluralidade e significância. Tal essa importância, que foi aprovado pelo Superior Tribunal Federal (STF) o projeto de lei n.º 7.702,

que possui como finalidade criminalizar a homofobia e discriminação por identidade de gênero ou orientação sexual no Brasil equiparando-o ao crime de racismo. Não obstante à importância da questão social, algumas noções supracitadas – como a de identidade e posição enunciativa - também são de interesse da Teoria da Enunciação, teoria essa que norteará esta pesquisa. Como dito acima, as noções de identidade e posição enunciativa são o cerne desta pesquisa. Entretanto, carecem de discussão e significação, por essas razões, faremos uso da flutuação conceitual que há em Benveniste. Conforme a seguinte citação do autor: “muitos dos conceitos propostos por Benveniste têm valor primitivo, na medida em que fazem parte de outros conceitos. Na verdade, há na teoria benvenistiana uma rede de relações conceituais em que cada conceito é constituído por uma rede e é parte integrante dela.” (FLORES, 2012, p. 152).

Na esteira dessas ideias, convidamos quem nos lê a percorrer uma trajetória que tem como ponto inicial uma discussão e definição sobre o conceito de identidade. Feito isso, será possível discutir e relacionar os conceitos de subjetividade e cultura em um viés enunciativo. No decorrer dessa jornada, também iremos explorar como da identidade é possível desenvolver e acentuar a subjetividade presente nos indivíduos por meio da enunciação, demonstrar como as noções de subjetividade e identidade se aproximam e distanciam e como a posição enunciativa emerge desse movimento. Assim, a partir das noções de dado e fatos em uma cena enunciativa tentaremos elucidar e exemplificar como na prática social esses conceitos se aplicam e re/significam..

O QUE É IDENTIDADE?

No decorrer da pesquisa, nos deparamos com um percalço: como falar e significar identidade aos olhos da Teoria da Enunciação, sendo que esse tema não é abordado (pelo menos de forma direta) nos escritos de Benveniste? Nessa realidade, faz-se necessária a busca e discussão sobre algumas definições e perspectivas do conceito de identidade já existentes, principalmente em viés cultural e social, encontrado em autores como Stuart Hall (2006) e Tomaz Tadeu da Silva (2011), respectivamente.

Iniciaremos nossa discussão com os pensamentos do sociólogo inglês Stuart Hall, que estuda as identidades culturais na perspectiva pós-moderna. Em seguida, os escritos do brasileiro Tomaz Tadeu da Silva, que centra seu pensamento nas relações entre cultura, identidade e diferença na sociedade pós-moderna.

Nos escritos de Hall (2006), é possível encontrar uma continuidade histórica da questão de identidade, pois a mesma seria compreendida por três diferentes concepções de identidades culturais do sujeito: o sujeito que representa o iluminismo, que teria como características o sujeito ser totalmente centrado e unificado, nessa identidade há prevalência da razão e consciência; ou seja, o sujeito seria o portador de uma identidade que emerge no nascimento e prevalece ao longo de seu desenvolvimento. O segundo, seria o sujeito sociológico, esse, não sendo nem autônomo e nem autossuficiente, mas constituído por culturas externas. Essa seria a visão de identidade considerando a complexidade do mundo moderno, cujo papel é de mediação da cultura, o sujeito se constitui no processo de interação com o outro (sociedade), em relações infindáveis com culturas internas e externas. O terceiro e último sujeito, seria o pós-moderno, que não tem uma identidade fixa, mas sim fluída e transformada, e sempre sob influência das formas de diferentes sistemas culturais de que toma parte. Com isso, esse sujeito se caracteriza pela mudança, pela diferença, pela inconstância, pela pluralidade de ser e diferentes possibilidades identitárias. Dessa forma, é possível observar que afloram por todas as partes da sociedade, identidades culturais que não são fixas, mas sim transitantes e incompletas devido à globalização e o contato com diferentes culturas e realidades que ela provém. Conforme seguinte citação: “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado”. (HALL, 2006, p.7).

Tomaz Tadeu Silva trata a identidade como uma construção social, enfatizando a dimensão política que se apresenta na configuração da identidade nos novos movimentos sociais que surgem no cenário global. Neste contexto, a diferença é considerada um elemento central para a produção de significados e, ambos os termos (identidade e diferença), como criaturas oriundas da linguagem. A identidade é marcada por meio de símbolos relativos a outras identidades e, ao mesmo tempo,

caracterizada por elementos que contribuem para explicar como ela é formada e mantida. Com base nisso, identidade e a diferença são criadas no meio cultural e social e são os indivíduos que as elaboram. Dizer, por sua vez, que identidade e diferença são o resultado de atos de criação linguística significa dizer que elas são criadas por meio de atos de linguagem. De acordo com a seguinte citação:

podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder. (SILVA, 2011, p. 96).

Os autores e olhares acima discutidos, podem levar ao seguinte questionamento: como essas questões aqui discutidas podem ser abordadas na enunciação do sujeito? Bom, essa fluída e plural definição de identidade nos lembra a flutuação conceitual que há nos escritos de Benveniste e faremos uso disso adiante. Dentro das perspectivas discutidas acima, decidi incitar uma própria que possui afinidade com as definições de identidade proposta por Silva e Hall, pois julgamos que suas colaborações sejam mais pertinentes ao diálogo enunciativo e para o recorte aqui apresentado. Sintetizando, a identidade emerge do sujeito por meio de sua subjetividade que faz dois movimentos, o de integrar e singularizar os indivíduos de uma sociedade. Integrar, pois os indivíduos que possuem interesses em comum irão se agrupar e com base nessa formação constituir sua identidade e dentro desse grupo para então se singularizar, apropriando-se de sua subjetividade na/pela enunciação.

ENUNCIÇÃO E SUBJETIVIDADE

Tendo construído uma definição de identidade, será apresentada uma discussão de como as questões de enunciação e subjetividade se relacionam com a cultura nos escritos de Émile Benveniste. Nas obras Problemas de Linguística Geral I e II (PLGs), Benveniste discute e define, especificamente em seu último artigo intitulado O aparelho formal da enunciação, a questão da enunciação como um processo. O

autor define enunciação como: “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2005, p. 82). Adiante, Flores et al. (2009), nos mostram na obra *Dicionário de Linguística da Enunciação (DLE)* que a noção de enunciação supracitada é uma das mais importantes e conhecidas entre os linguistas. Entretanto, não é suficiente para abarcar suas diversas aplicações e res/significações ao longo de vários anos dissertando sobre o tema.

Tendo em vista o descrito acima, é necessário dizer que Benveniste entendia a enunciação por três vieses, são eles: i) “realização vocal da língua”; ii) “conversão da língua em discurso” iii) como realização individual do exercício da língua “no quadro formal de sua realização”. No presente estudo, manteremos o foco no sentido de enunciação no segundo viés, pois acreditamos que seja o mais pertinente para discussões e posteriores análises das situações de discurso que conforme o DLE é uma “circunstância irrepetível de apropriação da língua que instaura a interlocução e a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da enunciação.”.

Dentro da discussão sobre enunciação, uso/ato da língua e situação de discurso supracitada, emerge também a questão da subjetividade, Benveniste disserta sobre o tema em seu texto *Da subjetividade na linguagem*. Ao falar de subjetividade tentaremos ser sintéticos e minuciosos, pois ao apropriar-se do conceito de subjetividade é necessário vinculá-lo a um contexto, devido ao fato de Benveniste ter abordado o tema em diferentes contextos sócio históricos ao longo de trinta anos. Dito isso, a subjetividade está atrelada à noção de enunciação podendo ser ligada ao ato do discurso que é constituído pela temporalidade do discurso e pela linguagem, pois a linguagem será o lugar onde o indivíduo se constitui como falante e como sujeito. Conforme a citação: “É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (BENVENISTE, 1958-2005, p. 285).

SUBJETIVIDADE

Neste ponto da pesquisa, será abordada uma das maiores contribuições de Benveniste para a linguística moderna que é a noção da subjetividade que se torna

intrínseca ao indivíduo quando o mesmo se coloca como sujeito na/pela enunciação. Em seu artigo intitulado Da subjetividade na linguagem o autor nos mostra que a subjetividade é entendida como “a capacidade do locutor para se propor como “sujeito” (BENVENISTE, 1958-2005, p.288). Desse modo, essa peculiaridade da subjetividade é determinada pelo indivíduo e seu status linguístico. Ademais, a subjetividade pode ser aferida em um enunciado através de algumas formas que a língua empresta ao indivíduo para instituir seu discurso (enunciar) e ao fazê-lo, transforma-se em sujeito.

Quando se fala em enunciação, é fundamental tratar as relações interlocutivas entre sujeitos e discursos também se faz necessária uma discussão sobre como a cultura é vista por Benveniste. O termo cultura aparece diversas vezes nas duas principais obras do autor (os PLGs) e já fora estudada e identificada por Flores e Severo (2015). Dito isso, o viés cultural que é assumido será o de cultura como um fato humano, pois ela constitui o homem. Vide citação: “Assim, não acreditamos que cultura seja um fato humano porque produzido pelo homem, mas porque o produz, o constitui. Se o homem se constitui na e pela língua e na e pela cultura, as relações entre homens são também relações entre línguas e culturas.” (FLORES; SEVERO, 2015, p. 325).

Visto que conseguimos elencar e estabelecer uma relação latente e inquietante entre enunciação, indivíduo, subjetividade e cultura, é de nosso interesse verificar como a cultura pode aproximar e distanciar as identidades dos sujeitos e sua subjetividade e se há, nesse movimento, uma posição enunciativa.

DA IDENTIDADE À SUBJETIVIDADE: PROXIMIDADES E DISTANCIAMENTOS ENUNCIATIVOS

Discutir identidade e subjetividade sob o olhar enunciativo não é uma tarefa fácil, pois ambos são considerados conceitos distantes. De um lado a identidade que dentro de nosso contexto enunciativo advém da ideia de reconhecimento no/do outro que posteriormente evolui/conduz para uma ambientação e inserção em um grupo social, ou seja, a identidade se refere aquilo que é comum entre os indivíduos que compõem um grupo, como por exemplo, os LGBTQIA+. Por um outro ângulo,

o conceito de subjetividade que é conhecido pelos estudiosos da enunciação como algo singular de cada indivíduo o que faz com que os mesmos consigam enunciar e se diferenciar.

Imerso nesse cenário, é factível elencar o seguinte questionamento: como é possível que dois aspectos tão diferentes à priori possam se relacionar? A resposta para essa pergunta está na própria enunciação, pois é nas situações de discurso (onde os indivíduos percebem-se como semelhantes a partir da identidade) que a articulação da/na enunciação universaliza (identidade) e singulariza (subjetividade) os indivíduos evocando a enunciação e transpondo-se de indivíduo para sujeito. Abaixo um esquema (Figura1) de como a enunciação interpola e articula a subjetividade e a identidade.

Figura 5 - Esquema de aproximação entre Subjetividade e Identidade



Fonte: Elaborado pelo autor.

SUBJETIVIDADE E POSIÇÃO ENUNCIATIVA: UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE

Tendo elucidado a relação (o meio de campo) que a enunciação faz entre a subjetividade e identidade, agora faz-se necessário significar a posição enunciativa. Em nosso entendimento a posição enunciativa emerge como um efeito de aproximação, onde nas situações as figuras de discurso são colocadas em contato com

o coenunciador. Nesse passo, a posição enunciativa é o espaço dentro da situação de discurso que o “eu” coloca/define para o “tu”; esse espaço pode ser considerado um reflexo com base na identificação através do contato e do contraste de diferentes grupos e suas respectivas identidade.

Tendo como base que a enunciação pode ser definida como “a conversão da língua em discurso” em nosso recorte uma “circunstância irrepetível de apropriação da língua que instaura a interlocução e a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da enunciação.”.

Observa-se que ano processo de significar da enunciação ocorrem dois movimentos: quando o indivíduo enuncia ele confere sentido e reitera sua inclusão e identidade já conhecida de/em um grupo e de modo simultâneo, traz o novo (subjetividade) que se vincula ao sujeito, pois o indivíduo só para a ser sujeito passando pela enunciação.

Nesse processo, emerge a posição enunciativa, que advém dessa articulação entre o conhecido e não-conhecido e pode ser caracterizado como o lugar do sujeito em situações de discurso. Esse processo encontra-se no seio do ato enunciativo que de acordo com Flores et al. (2019, p. 153.) na obra Manual de Língua: Semântica, pragmática e enunciação “ O ato coloca em destaque a mobilização que o locutor faz da língua. Essa mobilização determina as marchas linguísticas da enunciação”. Em outras palavras, a enunciação enquanto ato, corrobora o dado fazendo uso do que já se conhece e ao mesmo tempo, instaurando a subjetividade (o novo) do/no sujeito. Vide Benveniste:

Se não pode haver vários “eu” concebidos pelo próprio “eu” que fala, é porque “nós” não é uma multiplicação de objetos idênticos mas uma junção entre o “eu” e o “não-eu”, seja qual for o conteúdo desse “não-eu”. Essa junção forma uma totalidade nova e de um tipo totalmente particular, no qual os componentes não se equivalem: é sempre “eu” que predomina, uma vez que só há “nós” a partir de “eu” e esse “eu” sujeita o elemento “não-eu” pela sua qualidade transcende. A presença do “eu” é constitutiva de “nós” (BENVENISTE, 2005, p. 256).

METODOLOGIA: SOBRE A NOÇÃO DE FATO E DADO NA EM ENUNCIÇÃO

Flores e Nunes (2017) mostram em seu trabalho que: (a) o objeto a servir como dado é o enunciado; (b) o pesquisador pode selecionar os dados que julga relevantes para sua análise; (c) se a seleção por parte do pesquisador é realizada com vistas a encontrar dados que suportem uma hipótese prévia, há uma orientação teórica que regula os dados aprioristicamente. Com base nisso, primeiramente, será possível esclarecer nosso entendimento sobre as noções de dado e fato enunciativos; apresentar os recortes e cartazes das paradas que serão analisados e definir alguns princípios para análise.

Assumindo que o dado pode ser considerado o enunciado em si, de acordo com Flores e Nunes (2017) é somente pela e na enunciação que o enunciado deixa de ser virtual e passa a existir, tornando-se único. Já a noção de fato pode é conexa ao conceito de ato; a enunciação é o ato em si, pois apesar de sua característica efêmera podemos contemplá-lo por meio do fato. Em outras palavras, o ato é a ação em si; o acontecimento dinâmico e irrepetível já o fato é a observação, o recorte feito de uma enunciação sua (tênue) diferença está justamente no que se refere ao seu grau de presença. Entendemos que em primeiro plano há o fato, ou seja, o episódio ocorrido, o processo de enunciado e a enunciação estabelecidos. Em seguida, existe o dado, que seria o fato aos olhos ponto de vista da análise do linguista. Propomos aqui uma análise focada no resgate da enunciação imagética, ou seja, algo metalinguístico uma enunciação (análise) sobre/da enunciação (imagem), pois “buscamos na imagem, no vídeo e no áudio, maneiras de mostrar o que não se pode dizer” (FLORES; NUNES, 2017 p. 405).

APRESENTAÇÃO DOS DADOS E PRINCÍPIOS DE ANÁLISE

Nosso objeto de análise serão 3 imagens de cartazes elaborados por participantes das Paradas LGBTQIA+ nas cidades de São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Entendemos que esse tipo de ato/movimento de afirmação e representatividade de um grupo identitário monóltico que toma a orientação sexual por posição enunciativa

e universalidade. De fato, pode exemplificar o que foi discutido acima a partir do ponto de vista que ao estar participando desses movimentos os indivíduos estão se identificando e fazendo parte de seu grupo social e ao mesmo tempo, acreditamos que, imersos nesse contexto (universalidade), de discurso enunciativo e social eles se singularizam por meio dos cartazes, ou seja, manifestações verbais e não verbais à luz de sua subjetividade.

Os cartazes/enunciados serão analisados em três esferas que de acordo com Flores (2019) são: a) o ato, que seria a enunciação em si; b) a situação/contexto no qual o enunciado está imerso e c) os instrumentos linguísticos presentes. Com isso, o primeiro passo é descrever o ato, em seguida, a situação que o ato aconteceu e os recursos linguísticos que permitem com que o ato ocorra.

Partindo disso, faz-se pertinente trazer uma a definição das três esferas supracitadas; ato: “para descrever o ato é necessário situar os interlocutores (locutor e alocutário)” (FLORES, 2019, p. 157). Situação: “É o conjunto de das circunstâncias que inclui a situação de discurso, isto é, as coordenadas de tempo, espaço e pessoa” (FLORES, 2019, p. 157). Instrumentos: “todos os mecanismos que o locutor utiliza para construir a referência de seu discurso” (FLORES, 2019, p. 159). Acredito que ao enunciar, o sujeito é atravessado pelo inconsciente e pelas coerções sociais e ideológicas, de maneira que o dito (ou exposto) é sempre composto pela intersecção de outras vozes e discursos, abarcando os contextos que formam um (re)significar social, resistente, plural e imensurável.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Figura 6 - Cartaz 21ª Parada do Orgulho LGBT – SP



Fonte: BuzzFeed, 2017.

Na Figura 2 vê-se um cartaz sendo erguido para frente, indicando a possibilidade da luta, do enfrentamento, além disso, no canto superior esquerdo do cartaz há uma imagem que representa a igualdade de gênero. Nessa imagem, há dois movimentos: um deles o do locutor no caso, que se apresenta como “eu” quem segura o cartaz e constrói uma posição de sujeito (militante). Vide Benveniste: “A linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor apropriar-se da língua toda designando-se *eu*” (BENVENISTE, 2005, p. 286). Sujeito esse, alguém que se opõe a ideia de “armário”, ou seja, um sujeito que se apresenta e representa no discurso. O outro movimento é do alocutário, ou seja, o “tu” a quem o cartaz está sendo direcionado, acreditamos que esse enunciado foi elaborado com o intuito de constituir um “tu” provocativo convocando as pessoas que ainda estão “no armário” para a interlocução. Conforme a seguinte citação: ““eu” propõe, necessariamente, outra pessoa – aquele que, embora sendo exterior a “mim”, torna-se o meu eco, ao qual eu digo “tu” e que me diz “tu”” (BENVENISTE, 2005, p. 250).

O contexto do cartaz acima é a 21ª Parada do orgulho LGBT que acontece anualmente na Avenida Paulista, no município de São Paulo, Brasil. Segundo os organizadores o evento reuniu mais de 3.000.000 de pessoas e tinha como tema “Independente de nossas crenças, nenhuma religião é lei! Todas e todos por um Estado Laico”. O locutor usa como instrumento em sua enunciação a metáfora para partir em defesa da orientação sexual (subjetividade). Analisando o enunciado acima, é

possível aferir que o armário e a poeira seriam o preconceito e a heteronormatividade enraizados em nossa sociedade contra os homossexuais; a rinite está associada ao extremo desconforto e preconceito pessoas LGBTQIA+ passam por não poder se expressar, mas mesmo assim, não abrem mão de sua individualidade e subjetividade para poder significar e identificar.

Figura 7 - Cartaz da 13ª Parada do Orgulho LGTBs de Brasília



Fonte: Site G1, 2010.

A Figura 3 apresenta um jovem segurando um cartaz e fazendo um sinal de hang loose com a mão, esse gesto significa que a situação no caso, o evento está sob controle ou “de boa”. Na imagem, o locutor constrói uma posição de enunciador (político), fazendo uso de expressões utilizadas pelo público LGBTQIA+ se colocando contra a corrupção. Acreditados que nesse caso, o sujeito se identifica com dois grupos ao mesmo tempo, o grupo de pessoas LGBTQIA+ e pessoas contra a corrupção que não compõem a comunidade citada anteriormente. Já o alocutário, abrange um “tu” que vai além da questão de da orientação sexual e identidade de gênero, mas sim de valores sociais, principalmente éticos e morais.

No que tange ao contexto, o cartaz acima foi fotografado na 13ª Parada do orgulho LGBT que acontece anualmente em frente à Esplanada dos Ministérios, na cidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil. Segundo os organizadores o evento reuniu mais de 100.000 pessoas e tinha como tema “Lugar de homofóbico é na cadeia!”. Em seu discurso, no que tange aos instrumentos, o locutor fez uso de uma expressão presente no Pajubá, que é o dialeto de gírias e expressões utilizadas pela comunidade LGBTQIA+. A expressão “Dar a Elza” significa “Roubar; Surrupiar; Se apropriar de algo indevidamente.”; assim, o locutor faz um pedido para que os políticos parem de cometer atos ilícitos conta os cofres públicos. Com isso, podemos aferir que ele recorre e se apropria da forma para evocar sua enunciação vide Benveniste: “o lo-

cutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro.” (BENVENISTE, 2005, p. 84).

Figura 8 - Cartaz da 23ª Parada Livre de Porto Alegre



Fonte: Página do Facebook, 2018.

Na Figura 4 há um jovem segurando um cartaz que assim como na Figura 1 indica a possibilidade da luta, do enfrentamento. Nessa imagem, o locutor é um participante da parada e evoca uma posição enunciativa política. Já o alocutorário, acreditamos que seja para uma decisão política específica que será discutida a seguir.

A situação do cartaz acima é a 23ª Parada Livre que acontece no Parque Farroupilha, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Segundo os organizadores o evento reuniu mais de 80.000 participantes e seu tema era: “Resistir para não morrer!”. Tendo como base o estudo feito pela Associação Internacional de Gays e Lésbicas (International Lesbian and Gay Association), (2018) é fato que o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ e que recentemente fora aprovada a lei que flexibiliza o porte e a posse de armas por civis, é possível uma leitura em que o locutor mostra na forma como decisões políticas são impactantes para sua qualidade de vida enquanto LGBTQIA+. Fazendo com que o cartaz se torne um apelo para que a violência contra esse grupo cesse e uma reafirmação político-social contrária aos padrões heteronormativos.

POSIÇÃO ENUNCIATIVA: CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE LGBTQIA+

A construção da identidade e comunidade LGBTQIA+ no Brasil, surge no início da década de 80, o país passa por uma reabertura democrática, com o processo ditatorial perdendo sua força. Com isso, aos poucos os movimentos democráticos vão (re)aparecendo, surgindo nesse período vários grupos do denominado movimento Gay e dando voz e características à esse grupo social. Amparados em Hall (2006) e Silva (2011) a identidade do indivíduo na sociedade contemporânea é formada e modificada a partir da interação entre o eu e a sociedade. Com base nisso, podemos dizer que a forma como o indivíduo (antes de se instaurar como sujeito, pela enunciação) se percebe diante dos outros influencia diretamente nas representações culturais, sociais e enunciativas. Vide Benveniste:

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falado que encontramos no mundo, um homem falado com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem (BENVENISTE, 2005, p.285).

Olhando para o trecho acima, é viável pensar que o mesmo expressa a importância da posição do outro no processo de enunciação e relação do sujeito com sua subjetividade, marca importância na obra de Benveniste. Dessa forma, retomando os resultados obtidos através das análises enunciativas, é possível notar que a posição enunciativa advém de uma articulação dos sujeitos se identificando (construindo e compondo a comunidade LGBTQIA+) e se singularizando (através da enunciação e subjetividade) ao mesmo tempo. A identidade está alocada no indivíduo e a subjetividade no sujeito sendo ambas de extrema importância para as relações interlocutivas e sociais. Nesse ponto, entendemos a subjetividade como algo intrínseco e constitutivo do sujeito abarcando a psique humana, sendo expressa no nível macro pela linguagem e micro pelas situações de discurso e a enunciação em si; já a identidade é uma forma de nos reconhecer com o restante dos indivíduos e por consequência, nos alocar em grupos com características similares.

É TEMPO DE CONCLUIR

Iniciei este trabalho nos questionando, quais proximidades e distanciamentos existentes entre enunciação e identidade; qual a posição enunciativa está presente em manifestações escritas em um cartaz. Para responder aos questionamentos iniciais propomos analisar os níveis semiótico e semântico, apoiados na perspectiva enunciativa de Benveniste, nosso estudo foi a partir de cartazes presentes em manifestações LGBTQIA+. Observamos desde elementos presentes nos cartazes como símbolos até os atos, posições, contextos e instrumentos enunciativos utilizados para criar as situações de discurso e relações entre identidade e subjetividade.

Acredito que as análises apresentadas neste trabalho poderiam ser fundamentadas também por outros suportes teóricos, enxergamos, porém, ao utilizar a ótica enunciativa da linguagem pensamos trazer algo inédito enquanto objeto de pesquisa e um olhar para fatos linguísticos de maneira singular. Considerando que há pouca pesquisa em torno deste tema dentro da enunciação, isso garante outras possibilidades de estudos. Esperamos, portanto que os resultados aqui apresentados possam contribuir para outras discussões em torno dessa temática. Enxergamos nosso trabalho como uma das muitas faces que envolvem o complexo campo da enunciação e sociedade.

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer em especial ao meu orientador Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores pelo incentivo, dedicação, perseverança e principalmente do seu tempo ao meu trabalho de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- CARRARA, Sérgio et al. *Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – São Paulo – 2005*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006. 79 p.
- DIAS, M. *Pink money e comunicação: análise de vendas no consumo LGBTI na cidade de Belém*. 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/11275/1/Dissertacao_PinkMoneyComunicacao.pdf> Acesso em: 15/06/2019.
- EVANGELISTA, R. *18 cartazes que brilharam na Parada do Orgulho LGBT*. BuzzFeed, São Paulo, 17, junho, 2017. Disponível em: <<https://www.buzzfeed.com/br/raphaelevangelista/cartazes-que-brilharam-na-parada-do-orgulho-lgbt>> Acesso em: 01/09/2019.
- FLORES, Valdir do Nascimento et al. (orgs). *Dicionário de Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FLORES, V.; SEVERO, R. *Linguagem e cultura: uma abordagem com Benveniste*. Veredas on-line – Atemática – 2015/2 - p. 310-330 – PPG-Linguística/UFJF – Juiz de Fora (MG) - ISSN: 1982-2243.
- FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense. 1985. Coleção Primeiros Passos.
- HALL, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade* (11ª. Edição). São Paulo: DP&A.
- LIMA, D. *23ª Parada Livre de Porto Alegre*. Porto Alegre, 08, dezembro, 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/paradalivrepoa/photos/?tab=album&album_id=2205852273025537> Acesso em: 26/10/2019.
- NUNES, P.; FLORES, V. *O trabalho com dado e banco de dados: considerações por meio de uma teoria enunciativa da linguagem*. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/lh/v52n3/0101-3335-letras-52-03-0401.pdf>> Acesso em: 18/08/2019.

PALETTA, D. *Annual Report 2018*. Geneva. 17, maio, 2018. Disponível em: <https://ilga.org/downloads/ILGA_Annual_Report_2018_eng_web.pdf>. Acesso em: 12/11/2019.

ROMERO, M. ; GOLDNADEL, M. ; RIBEIRO, P. N. ; FLORES, Valdir do Nascimento . *Manual de Linguística: semântica, pragmática e enunciação*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2019. v. 1. 243p.

SANTOS, D. *Parada Gay de Brasília faz campanha pelo voto consciente*. G1, Brasília. 15, agosto, 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/08/parada-gay-de-brasilia-faz-campanha-pelo-voto-consciente.html>> Acesso em: 10/10/2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE MENORES TRANSGÊNEROS E AS (PRO)POSIÇÕES ESCOLARES

Vanessa Andriani Maria³²

INTRODUÇÃO

Vivemos em um mundo supostamente democrático e, por mais que tenhamos legislações claras e políticas de direitos humanos consistentes no País, os transgêneros ainda estão à margem da sociedade, pois historicamente existe, e se mantém arraigada, uma resistência à aceitação desses indivíduos na conjuntura social por parte de grupos organizados, seja por religião, política e até mesmo por educação.

A diversidade pressupõe a existência de eventos diversos a uma identidade central, única; centrando os discursos oficiais e os currículos escolares na identidade e na promoção da homogeneização (Skliar, 2003). Os apelos ao “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (Brasil, 1999, p. 39) e ao “(...) conviver com a diversidade de forma plena e positiva” (Brasil, 1999, p. 322) tornam-se chamadas à uniformização e ao brocardo único.

Recentemente, há diversas pessoas assumindo sua identidade de gênero e garantindo seus direitos. Entretanto, mesmo com práticas inclusivas, a escola ainda não se faz presente na vida de muitas alunas travestis e transexuais, já que neste ambiente, existem visões preconceituosas e de intolerância, pois a escola ainda se funda em padrões heterossexuais firmados pela sociedade.

A negação à transexualidade não é algo racional. Do mesmo modo, afirmar que professores podem exercer qualquer influência sobre a identidade de gênero

32 Advogada, Pós-Graduada em Direito do Trabalho e Pós-Graduada em Advocacia Cível. Membro da Comissão de Direitos Humanos e do Grupo de Violência de Gênero da OAB Santa Maria-RS / vanessamariaadvs@gmail.com

e a sexualidade das crianças exige evidências ainda não disponíveis. Permitir que uma criança sofra bullying em espaços educacionais pelo fato de demonstrar identidade transgênero é um desrespeito à dignidade desse menor. Deve-se combater o desrespeito e a intolerância e não permitir que sejam alvos de um sistema coercitivo informal, em um espaço que possui a obrigação de ensinar valores humanísticos de boa convivência.

A inclusão exige medidas sérias e comprometidas com o propósito de melhorar a prestação de serviços públicos. Entretanto, para se deliberar acerca de políticas apropriadas que levem à eficiente prestação da educação de qualidade, imperativo conhecer as causas do problema, para em conjunto, buscar as soluções.

Vivenciar situações de discriminação, tirania e violência no ambiente escolar pode impelir os jovens para fora da educação formal. Abandonar a escola passa a ser um jeito de fugir da violência e da falta de respeito. Essa constitui uma das formas com que a desigualdade se relaciona com a evasão e o abandono escolar.

Como objetivos do presente trabalho temos a discussão sobre papel da inclusão social de pessoas transexuais e identificar como está sendo realizada a inclusão de pessoas transgêneras.

O CENTRO DAS ATENÇÕES NA ESCOLA: O DISCURSO DO BINARISMO

O conceito de sexo transcendente, fundamentado nas diferenças físicas, imutável, binário que determina o gênero e suas relações em nossa sociedade. (LOURO, 2004) Assim a heterossexualidade é identificada como uma sexualidade padrão e que se orienta através do discurso biológico da reprodução da espécie, que reitera os papéis masculinos e femininos nesse processo. Nessa seara, pode-se argumentar que o processo de heteronormatização começa já antes do nascimento.

Louro (2004, p. 15), assinala nessa direção ao alegar que, quando dizemos “é uma menina” ou “é um menino”, “instala-se um processo que, supostamente, deve seguir um determinado rumo ou direção”, desencadeando processos de feminização ou de masculinização do corpo. Desse modo, a heterossexualidade é exposta como

norma, como sendo a sexualidade inerente à menina ou ao menino em questão. Àqueles contrariam esse discurso, evadindo ao padrão de normalidade estabelecida a partir da heterossexualidade compulsória, são vistos como exceção à regra, alcu-nhados como diferentes e agrupados pelo currículo escolar através de discursos de apelo à tolerância e respeito à diversidade.

Quando na escola surgem indivíduos que fogem à sexualidade normativa, a racionalidade e a linearidade do planejamento escolar sofre um baque. O que mais se observa é uma pedagogia que tenta ofuscar a identidade destas pessoas com apelos ao respeito pela identidade heterossexual. Nada mais são que exceções à regra no ambiente escolar, onde impera a heterossexualidade são considerados diferentes demais, extrapolando os limites aceitação à diversidade da identidade, diferença que o currículo tenta assimilar por meio de seus discursos à “diversidade tolerada”.

A anulação dos “diferentes” pelo Estado moderno através da exclusão e da assimilação é analisada por Zygmunt Bauman:

O que faz certas pessoas estranhas e, por isso, irritantes, enervantes, des-concertantes e, sob outros aspectos, ‘um problema’, é (...) sua tendência a obscurecer e eclipsar as linhas de fronteira que devem ser claramente vistas. (BAUMAN, 1998, p. 37)

A amortização da diferença é desempenhada pela escola através da política de tolerância antevista no currículo e empregada como prática pedagógica.

A homofobia, nas escolas, atinge com maior violência e crueldade principal-mente travestis e transexuais que vivem um completo sentimento de exclusão e es-tigmatização. Suas dificuldades começam com obstáculos à sua própria matrícula, à participação em atividades pedagógicas, a terem suas identidades e integridade físi-ca minimamente respeitadas até à utilização da própria estrutura física das escolas, como banheiros (JUNQUEIRA, 2009a, p. 25).

O que é importante ser discutido, fundamentalmente, é o que, de fato, se tem ensinado às crianças ao longo de todo esse tempo em termos de educação infantil que englobe as relações sociais e o convívio com a diferença, bem como a forma como esse ensino tem sido produzido (ARGUELLO, 2005, citado por FELIPE, BELLO, 2009, p. 147).

A INCLUSÃO DO MENOR TRANSGÊNERO E A LEGITIMAÇÃO DOS DISCURSOS

Em se tratando de crianças autodeclaradas transgêneros, o ambiente escolar torna-se ainda mais invasivo e psicologicamente agitado, o que pode ocasionar danos irreversíveis para estas.

A escola brasileira se fundamentou no decorrer de sua evolução, em pressupostos altamente valorativos como: em que esse “outro – diferente de mim” – seria o estranho, o inferior, o doente, o pecador, o pervertido ou o contagioso (JUNQUEIRA: 2009 a, 14).

O sistema de gênero binário, isto é, a ideia que existem apenas a mulher/feminino e o homem/masculino, é tão popularmente aceito que chega a ser tomado como natural, entretanto é preciso notar que nada é natural, mas socialmente construído através dos discursos das instituições de poder que ditam aquilo que melhor lhes convém e que sirva para satisfazer os seus interesses para determinada época (FOUCAULT, 1998).

A sociedade atual peca pela falta de educação e acolhimento com as outras pessoas. Segundo Dias (2014, p. 35): [...] “O que não se encaixa nos padrões é rejeitada pelo simples fato de ser diferente [...]”.

A respeito do assunto, Louro (2004, p.48) pondera que uma pedagogia e um currículo queer estaria voltada para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades, diferente de programas multiculturais bem-intencionados onde as diferenças são retratadas como meras curiosidades. A edificação desta pedagogia entabulada como queer seria integradora e dirigida a todos, não somente àqueles (as) que se reconhecem nessa posição. Dessa forma, as dúvidas seriam instigantes, suscitando novas discussões e a investigação de outros pontos de vista educacionais. Nesta seara, cabe considerarmos que a escola pode difundir preconceitos, mas também pode desconstruí-los.

A resolução número 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, orienta escolas e universidades a garantirem o acesso e o reconhecimento desses estudantes em

suas dependências. Entre outras disposições, o texto prevê que eles sejam tratados pelo nome social em listas de chamada e utilizem banheiros e vestiários de acordo com sua identidade de gênero. Significa que um aluno registrado com um nome pode ser chamado pelo seu nome social no registro de frequência e avaliação, porque se identifica com o sexo oposto a sua anatomia, e escolheu esse nome social, além de estar autorizado a frequentar livremente as dependências exclusivas para as meninas ou meninos.

Preceitua o art. 6 da resolução de 12 de janeiro de 2015: “deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito”.

Seria apropriado que novas construções de escolas fossem feitas com vários banheiros unissex para evitar a discriminação para acolher a pessoa transexual. Campanhas para melhorar a inclusão social, são necessárias para a população, já que não se tem o controle absoluto da situação.

OUTRO AVANÇOS

Publicada no Diário Oficial da União em 17 de janeiro de 2018, a [portaria n. 33 do MEC](#), tornou obrigatória para todas as escolas de ensino básico do país, públicas ou privadas, o uso do nome social de alunos trans nos registros escolares.

Em 1º de março deste ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) [autorizou que pessoas transgêneros alterem seu registro civil](#) em cartórios sem a necessidade de cirurgia de redesignação genital ou de laudo psicológico. Mas mesmo com a decisão do Supremo, as medidas exclusivas para o ambiente escolar são vistas como necessárias por alunos e profissionais da educação.

Para estudantes e professores, o próximo passo fundamental para o respeito a pessoas transgêneros dentro das escolas é o uso do banheiro. Em 2015, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), criou a [resolução 12/2015](#), que

estabelece parâmetros para garantir o acesso e a permanência de pessoas trans nas instituições de ensino. A resolução orienta que o uso do banheiro se dê conforme a identidade de gênero de cada aluna ou aluno, mas não tem sido acatada por escolas e universidades.

Um aspecto de extrema relevância é a inserção social no universo público e privado da pessoa, partindo do pressuposto teórico-metodológico da identidade e da relação do indivíduo com o meio social em que se encontra.

Nesse sentido, Martinelli (2006, p. 11) assinala que:

Identities pedem reconhecimento, reciprocidade, são construções coletivas. Não há como construir identidades de modo solitário e ninguém constrói identidade no espelho, pois ela é construída no cenário público, na vida cotidiana, juntamente com os movimentos sociais...

Os relatos encontrados na literatura sobre sujeitos transgêneros destacaram que quando da sociabilidade familiar aparecem discursos heteronormativos com a finalidade de discipliná-los, passando a excluí-los (principalmente travestis e transexuais); a exclusão familiar os vulnerabiliza e pode trazer consequências para outros aspectos do ser social, quer na dimensão educacional, territorial, mercado de trabalho, entre outras dimensões da vida.

EDUCAÇÃO “É DIREITO DE TODOS”

Embora a Constituição Federal assegure que a educação é “direito de todos” e que se baseie no princípio de “igualdade de condições para o acesso e permanência”, alunos transgêneros, vítimas de transfobia, têm mais dificuldade para permanecer na escola.

Assim como os alunos transgêneros, os professores homossexuais são igualmente dignos de respeito, seja no âmbito da educação e/ou das políticas públicas. Nessa conjuntura, os assuntos relacionados à diversidade, sexualidade e gênero devem ser recebidas como alguma coisa natural intrínseca ao desenvolvimento do ser humano e de sua constante evolução. (MARIA e RABENSCHLAG, 2020)

Frisa-se, nessa esteira, que um dos elementos que dificulta o acesso da população trans ao mercado de trabalho é sua baixa escolaridade. O problema não é de acesso à educação, mas de dificuldades de permanência na escola, especialmente quando a pessoa começa a despertar sua identidade de gênero. A escola é um ambiente hostil para quem é trans. As piadas, as perseguições, a falta do uso do nome social, o preconceito, tudo isso contribui. (MARIA, 2020)

O Ministério da Educação, em 1997, elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais com a finalidade de assinalar referenciais à formação básica comum em todo o território brasileiro. O tema que diz respeito às relações de gênero possui pouco mais de uma página e explica que “o conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações culturais e sociais”, sugerindo aos professores abordarem a parte histórica nos conteúdos de História, promover discussões sobre valores, comportamentos em diferentes culturas em momentos históricos diferentes. (PCN, 1997, p. 98)

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, igualmente elaborado pelo Ministério da Educação, em 1998, tem por objetivo apontar metas de qualidade que colaborem para que as crianças tenham um desenvolvimento integral da própria identidade, cresçam como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos. Possui objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural. (RCNEI, 1998, p.17)

Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação, o estudo da sexualidade do aluno deve promover o conhecimento científico além do senso comum. Conteúdos sobre a sexualidade e diversidade sexual são, para a atualidade, complementos necessários para que a inclusão das pessoas com comportamentos sexuais diferentes dos padrões da heterossexualidade sejam possíveis, sem atrapalhar a aprendizagem de quaisquer educandos (PARANÁ, 2008).

Para aprofundarmos o tema tratado neste artigo, citamos um trecho de Louro em sua análise à heteronormatividade da escola:

práticas de nossas escolas. Mesmo que se admita que existem muitas formas de viver os gêneros e a sexualidade, é consenso que a instituição escolar tem obrigação de nortear suas ações por um padrão: haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, torna-se excêntrico. (2008, p. 43-44).

A invisibilidade cotidiana da população transexual no Brasil ocorre em função da ausência de debates, reflexões e pesquisas, que deveriam estar presentes, e em plena discussão, constantemente nos institutos tecnológicos, científicos e educacionais além das universidades públicas brasileiras. (SCOTE, 2016)

TERRITÓRIO OU AMBIENTE ESCOLAR? A QUESTÃO DA TRANSFOBIA

Desde que nascemos somos educados para estar dentro do padrão da normalidade; primeiro na família; depois, pela escola (no início da vida escolar). A escola, infelizmente, está sendo um espaço de “manutenção e conservação de condutas e padrões estabelecidos”, pois “as reiterações que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo”. (BENTO, 2011, p. 552; COSTA, 2013, p. 5)

Os estereótipos de gêneros podem surgir a partir das próprias crianças, mesmo que o ambiente seja flexível e que o professor interfira nestas situações de conflito. Desse modo, os professores exercem essencial papel de intervenção pedagógica. Muitas dessas ingerências até escapam do planejamento de suas aulas, que a cada turma se deparam com novos (as) alunos (as) com diferentes comportamentos com os(as) quais ele se vê obrigado(a) a passar. O fato é de que essa situação, na maioria das vezes, é respondida com desrespeito ao aluno que é quando o professor o ignora ou ignora uma atitude de preconceito ou violência sob seus olhos.

As pessoas travestis e transexuais apresentam escolarização precarizada, demonstrando a difícil, ou mesmo complicada, sociabilidade no âmbito escolar.

Conforme refere Bento (2011, p. 555):

A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a dife-

rença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em “evasão”. No entanto, não existem indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala de escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão...A escola brasileira sempre esteve atrelada aos padrões de normalidade sócio-cultural de seu tempo e todo aquele aluno ou aquela situação que desviar-se, ou não “harmonizar-se” com a conduta guiada pela heteronormatividade, encontrando-se fora de sua concepção pedagógica.

Casos de transfobia são muito comuns em indivíduos que estejam cursando o Ensino Fundamental e/ou o Ensino Médio, os quais estão passando pela fase de transição e autoaceitação de sua identidade de gênero, que para muitos é um desafio extremamente grande, frente a uma sociedade construída culturalmente machista e heteronormativa.(VASCONCELOS,2018)

A sociedade é responsável por uma espécie de barreira entre travestis e transexuais, fazendo com que estas pessoas não possam desfrutar dos espaços sociais, tornando-os sem acesso aos direitos constituídos em lei, como o direito à educação, que é uma garantia fundamental para todos os cidadãos.

Nas palavras de Louro (2010, p. 81):

Não há dúvidas de que o que está sendo proposto, objetiva e explicitamente, pela instituição escolar, é a constituição de sujeitos masculinos e femininos heterossexuais – nos padrões da sociedade em que a escola se inscreve. Mas, a própria ênfase no caráter heterossexual poderia nos levar a questionar a sua pretendida “naturalidade”. Ora, se a identidade heterossexual fosse, efetivamente, natural (e, em contrapartida, a identidade homossexual fosse ilegítima, artificial, não natural), por que haveria a necessidade de tanto empenho para garanti-la? Por que “vigiar” para que os alunos e alunas não “resvalém” para uma identidade “desviante”? Por outro lado, se admitimos que todas as formas de sexualidade são construídas, que todas são legítimas mas também frágeis, talvez possamos compreender melhor o fato de que diferentes sujeitos, homens e mulheres, vivam de vários modos seus prazeres e desejos.

Os colegas de mesma idade às pessoas trans, são responsáveis que na maioria das vezes, por uma espécie de terrorismo heterossexista, outro fator que não

menos diz respeito ao despreparo das instituições escolares para trabalhar com a questão, o que aduz falha no sistema pedagógico aliada à desinformação quanto às questões de gênero.

Felipe e Bello (2009) destacam que seria por meio da aflição, da pressão psicológica e da violência que se vai moldando o menino e a menina que se deseja. No âmbito escolar, a prática da violência se daria pela presunção (ou pelo constrangimento).

Salienta-se nesse contexto, que a escola sempre proporciona aos alunos uma educação sexual voltada aos heterossexuais, e esquecem-se dos demais grupos existentes, com receio de “falsos” valores morais que censuram os adeptos como delinquentes e sem vergonhas, como se a orientação sexual, fosse algo que o sujeito pudesse alterar em um “estalar de dedos”. As escolas não foram habilitadas para lidar com corpos não binários e isso causa estranhamento, e o que é visto como estranho, infelizmente é repelido.

Pode-se asseverar que “[...] a escola é uma caricatura da sociedade. Por ela passam, como não passam por nenhum outro lugar, limitadas por diminutivos, todas as ideias que uma sociedade quer transmitir para conservar, tudo aquilo que se acredita ou quer que se acredite” (MORENO, 1999, p.12).

A partir do prisma dos padrões sociais dominantes, os transgêneros são reiteradamente expostos no ambiente escolar, sofrem transgressões de direitos, violências físicas e verbais e discriminações de todo tipo.

A permanência (e supostamente o sentimento de pertencimento no ambiente escolar) pode parecer, para a maioria das transexuais, algo impossível de se imaginar, ou algo beirando ao inexistente. Isso ocorre devido ao fato de que, as pessoas trans, no geral, não são aceitas por sua identidade e/ou expressão de gênero, muito menos respeitadas por sua individualidade, embora a educação seja um direito coletivo, não podendo haver restrições de qualquer natureza (SCOTE, 2017).

Precisamos favorecer que a educação sexual na escola aconteça de forma efetiva respeitando a diversidade sexual e de gênero; por isso, é necessário que pen-

semos a princípio na formação de educadores, que os mesmos estejam abertos ao diálogo, à reflexão, à superação de preconceitos, que sejam pessoas comprometidas com a igualdade de Direitos e principalmente com a quebra de paradigmas, (FAGUNDES, 2009).

A educação pode contribuir para promover a diversidade, quebrar estereótipos, evitar o avanço da violência, mas o que temos presenciado é que ela tem falhado em um dos seus papéis primordiais: o de ser um ambiente democrático, político, campo de liberdade e discussão.

Ressalta-se que não seria a qualidade do ensino que levaria a uma coexistência pacífica e um convívio democrático com a diversidade, mas, sim, a verdadeira promoção da diversidade que geraria, ou gerará, um ensino de qualidade e a prática genuína de uma “cultura da paz” (JUNQUEIRA, 2009b, 405).

Ainda que exista mais conscientização, nem todas as relações entre alunos transgêneros e suas escolas são tranquilas, a questão versa sobre a criança ou adolescente ser simplesmente aceito, estas pessoas viverem mais abertamente e com maior apoio e integração de todos.

A escola como agente transformador através da educação, pode tentar tornar o ambiente escolar mais receptivo e seguro, seja para garantir a permanência do estudante transexual de maneira humana, assim como para aplacar a transfobia através do ensino da diversidade a todos os estudantes nela presentes.

CONCLUSÃO

A escola compreende um espaço social onde coexistem profissionais e saberes. Neste espaço, ela é sistematizada, ponderada e repassada através do ensino. Não existe neutralidade presente nas escolas, tampouco os professores são neutros e quem é LGBT sabe das humilhações, constrangimentos que passa diariamente.

É preciso tentar desconstruir a heteronormatividade dentro da escola, proporcionando formação sobre direitos humanos e por inclusão. Devemos sugerir mudanças curriculares, de postura e de luta por espaço. Desse discurso todo, o que concluímos com veemência é : Não há vergonha em se ser quem se é”.

É de suma importância a abordagem desta temática nas escolas, pois ainda há uma intensa resistência dos colegas em aventar ou refletir o tema em sala de aula com os estudantes, mesmo tendo entre estes, sujeitos LGBT.

Precisamos considerar que é por meio da escola que são transmitidas e aprendidas concepções de gênero, concepções de certo e errado, do que pode ou não ser sonhado, feito e alcançado por cada indivíduo (MORENO, 1999).

O combate à violência e à discriminação contra LGBT's advém da educação em direitos humanos. É preciso, também, proporcionar o ambiente adequado para que não haja evasão escolar, um lugar onde as pessoas sintam-se seguras.

Pode-se asseverar através dos resultados obtidos que necessitamos de maior capacitação para conviver com a diversidade sexual no âmbito escolar, respeitando os diversos valores, fortalecendo as ações de combate à discriminação e aos diversos tipos de preconceitos existentes na sociedade. Compete ao profissional da educação transformar a sala de aula em uma atmosfera harmônica e de respeito mútuo, que envolva também aspectos humanos, culturais e sociais. Tal comprometimento destes profissionais da educação é fundamental evitando situações que possivelmente possam resultar na exclusão escolar de tais alunos.

A jornada escolar é crucial para a formação e o desenvolvimento da criança devendo ocupar seu lugar privilegiado no seu acesso pleno de sua cidadania, não ignorando nenhum público. Cabe à escola acolher, incluir e garantir o desenvolvimento integral de todos os meninos e de todas as meninas, inclusive de todos os meninos

que nasceram meninas e de todas as meninas que nasceram meninos e de todos os meninos e meninas que estão em busca de suas identidades, procurando se encaixar na vida, cada um com sua história pessoal e sua individualidade.

Se o currículo tem como ponto central a formação do cidadão, ele necessita abordar as diversidades, os preconceitos estabelecidos ao longo da história humana e principalmente as questões de gênero. A sala de aula precisa ser um espaço de reflexão sobre as transformações sociais revisando os temas para serem trabalhados que versem sobre tolerância e respeito das diferenças, que já são contempladas em lei; pois homens e mulheres são iguais dentro das suas diferenças.

É necessário exigirmos que o direito à educação seja assegurado a qualquer cidadã ou cidadão brasileira/o e, logo, políticas que pugnam as desigualdades de gênero e sexualidade precisam ser implementadas e o exercício da cidadania, garantido.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Berenice. **Na escola de aprende que a diferença faz diferença.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis. mai./ago., p. 549-559, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>>. Acesso em 12 set 2020.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual.** Brasília: MECSEF, 1997. v. 10. 110 p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil: formação pessoal e social.** Brasília: MECSEF, 1998. v. 02. 85 p.
- BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio.** Brasília: Ministério da Educação, 1999.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. **Resolução 12 de janeiro de 2015.** Acesso em 10 de julho de 2016, pelo site < [http:// https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012/view](http://https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012/view)>. Acesso em 17 de agosto de 2020.
- COSTA, Vera Lúcia do Vale. **Violência escolar e homofobia: reflexões a respeito da diversidade.** Disponível em: <<http://www.redentor.inf.br/arquivos/pos/publicacoes/25022013Vera%20Lucia%20Costa%20-%20TCC.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2020.
- DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e os direitos LGBTI.** 6 ed. Reformulada. São Paulo: Revista dos tribunais, 2014, 526 p.
- FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. **Pais conscientes, educadores capacitados: educação sexual para crianças e adolescentes.** Revista Brasileira de Sexualidade Humana. São Paulo, v.20, n.1, p.164-175, 2009.
- FELIPE, Jane; BELLO, Alexandre Toaldo. **Construção de comportamentos homofóbicos no cotidiano da educação infantil.** In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz

(Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 4 ed., São Paulo: Edições Loyola, 1998.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Homofobia nas escolas: um problema de todos**. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009a.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal**. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009b.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho - ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes et. AL. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade, e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro, Ed. Vozes. 2010. 180 p.

MARIA, Vanessa Andriani, RABENSCHLAG, Cristiano Dotto. **Mosaico Acerca do Cotidiano de Professores LGBTs no Âmbito Escolar**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 16 jul 2020. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/54899/mosaico-acerca-do-cotidiano-de-professores-lgbt-s-no-ambito-escolar>. Acesso em: 18 ago 2020.

MARIA, Vanessa Andriani. **A Realidade e os Desafios para a Inserção de Transgêneros, Transexuais e Travestis no Mercado de Trabalho**. Âmbito jurídico, São Paulo – SP: n. 199, Ano XXIII, 2020. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/a-realidade-e-os-desafios-para-a-insercao-de-transge>

[neros-transexuais-e-travestis-no-mercado-de-trabalho/](#) Acesso em 18 ago 2020.

MARTINELLI, M. L. **Reflexões sobre o Serviço Social e projeto ético-político profissional.** Revista Emancipação, Paraná, ano 6, n. 1, 2006.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola.** São Paulo: Moderna; Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação – SEED. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná (DCE):**Ciências, Curitiba,2008.

SCOTE, F. D. **SERÁ QUE TEMOS OS MESMOS DIREITOS À UNIVERSIDADE? O DESAFIO DO ACESSO E A PERMANÊNCIA DE PESSOAS TRANSEXUAIS NO ENSINO SUPERIOR.** 2017. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos Campus Sorocaba, Sorocaba.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VASCONCELOS, F.R.S. **Evasão Escolar de Alunas Travestis e Transexuais.** III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. Universidade Federal de Rio Grande – FURG. 19 a 21 de setembro de 2018.

OS PARÂMETROS INTERNACIONAIS E INTERAMERICANOS NA PROTEÇÃO DA IDENTIDADE: ASSEGURAR A CONDIÇÃO HUMANA DE GÊNERO

Murilo Borges³³

INTRODUÇÃO

Os denominados direitos sexuais são aqueles direitos que buscam, na sua essência, a igualdade de gênero e a não discriminação, devem ser compreendidos como direitos humanos e fundamentais resultantes da concretização da liberdade, da igualdade e da dignidade humana (RIOS, 2006). Do mesmo modo, apresentam-se na esfera jurídica com a indagação de algumas proteções constitucionais, em que se percebe, no debate internacional, basicamente, argumentos relacionados à privacidade e à igualdade (WINTEMUTE, 1995).

Nessa senda, é imprescindível o reconhecimento do Direito à Identidade às pessoas transgêneros, vez que a própria Constituição Federal de 1988 estabelece a promoção do bem estar social, declarando, como um de seus fundamentos a proteção à dignidade da pessoa humana, tratando da igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Isso significa dizer que, a Carta Magna veda a discriminação por motivo de sexo ou identidade de gênero, amparando, assim, não somente os heterossexuais como também os homossexuais, os transexuais e os travestis em relação à sua sexualidade, ambos possuindo o direito fundamental à liberdade, o qual fundamenta o direito ao livre desenvolvimento da personalidade e da privacidade de cada pessoa (HOGEMANN, 2014).

Em igual sentido, percebe-se a proteção dos direitos à identidade, não somente pelo sistema jurídico brasileiro, mas também pelo Sistema Universal de Proteção dos

33 Discente do curso de Direito na Fundação Escola Superior do Ministério Público e de Relações Internacionais no Centro Universitário Internacional. Pesquisador-bolsista do Grupo de Pesquisa “Sociedade da Informação e Fake Democracy”, vinculado ao núcleo de Mestrado da FMP/RS. ID Lattes: 1858164428261194. E-mail: muriloborgesdh@outlook.com

Direitos Humanos e pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos, circunstanciado na Organização dos Estados Americanos (doravante “OEA”) regido, fundamentalmente, pela Convenção Americana de Direitos Humanos (ora “CADH”). Tornando-se imperioso a proteção da não discriminação em relação ao gênero e também para o reconhecimento da alteração do nome civil, a propósito de afirmar a própria identidade como ser humano.

Para tanto, a presente pesquisa é pautada na investigação bibliográfica e documental. Sua natureza é qualitativa, considerando que o tema em estudo é fonte de dados, essencialmente, jurisprudenciais, relacionados à proteção dos direitos sexuais e da identidade de gênero. Para a fomentação e interpretação dos dados será utilizado o método dedutivo, dividindo-se o estudo nos seguintes momentos: primeiro, analisa-se o direito à identidade, com breves concepções acerca dos conceitos de sexo, gênero, orientação sexual e identidade de gênero; segundo, demonstram-se os fundamentos dos direitos humanos atinentes à proteção ao direito à identidade; terceiro, busca-se apresentar os fundamentos da proteção do reconhecimento de gênero no Sistema Universal de Proteção dos Direitos Humanos e no Sistema Interamericano de Direitos Humanos (ora “SIDH”); e, por fim, a demonstração da relevância da aplicação dos parâmetros internacionais e interamericanos na jurisdição brasileira, para a salvaguarda da igualdade de gênero.

Outrossim, busca-se compreender o entendimento tanto da jurisprudência nacional, quanto da jurisprudência internacional, ambas em consonância com o que estabelece a Constituição Federal de 1988, a Convenção Americana de Direitos Humanos e todos os demais parâmetros sobre Direitos Humanos.

O DIREITO À IDENTIDADE

Inicialmente, em vista dos avanços científicos e políticos, buscou a sociedade após a Segunda Guerra Mundial inserir proteção aos bens existenciais do indivíduo, vista sua notada fragilidade após o caótico evento. E, com a inserção desses direitos existenciais ampliou-se a gama dos direitos subjetivos clássicos já existentes no ordenamento jurídico, visando à máxima proteção dos sujeitos vulneráveis (CHOERI,

2010).

Com efeito, é imperioso compreender que os direitos de personalidade não possuem um rol taxativo ou típico, que deveriam estar previstos na Constituição ou por outras Leis Civis, mas, na verdade, compreender que são direitos amplos, resultantes de uma cláusula geral de tutela da pessoa humana, sendo a personalidade humana, em todas as suas manifestações atuais ou futuras imprevisíveis, de tal sorte (PERLINGIERI, 2007).

Por isso, o Direito à Identidade mostra-se uma espécie dos próprios direitos de personalidade, vez que todo ser humano é detentor de seus direitos inerentes à sua própria existência como pessoa, pois, estes são bens essenciais à humanidade. E, o ser humano, tem o direito de ser conhecido na sociedade como se auto-reconhece como indivíduo, da mesma forma, o Estado é responsável por garantir este direito fundamental ao sujeito. No ponto, o autor Adriano de Cupis adverte sobre a importância de se ter a identificação pessoal como um direito de personalidade:

O indivíduo, como unidade da vida social e jurídica, tem necessidade de afirmar a própria individualidade, distinguindo-se dos outros indivíduos, e, por consequência, ser conhecido por quem é na realidade. O bem que satisfaz esta necessidade é o da identidade, o qual consiste, precisamente, no distinguiam-se das outras pessoas nas relações sociais. Poderia pôr-se a questão de saber se tal bem deve preceder na hierarquia dos modos de ser morais da pessoa, os bens da honra e do resguardo, mas não sofre dúvida a sua grande importância, pois o homem atribui grande valor, nos somente ao afirmar-se como pessoa, mas como uma certa pessoa, evitando-lhe a confusão com outros (DE CUPIS, 2004, p. 195).

Insta salientar, a título exemplificativo, que a retificação do nome civil é um grande marco de conquista acerca dos direitos à identidade e de personalidade. No Brasil, a partir do julgamento do Recurso Extraordinário nº 670422³⁴, julgado pelo Supremo Tribunal Federal, sob o regime de repercussão geral, se passa a afastar qualquer óbice jurídico que representa limitação ao exercício pleno pelo ser humano

34 Decidiu-se que o transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa (BRASIL, 2018).

da liberdade de escolha de identidade, orientação e vida sexual. No mesmo sentido, defende-se que a vivência desimpedida do autodescobrimento é condição de plenitude do ser humano, sendo dever do Poder Público promover a convivência pacífica com o outro.

Destarte, é perceptível que todo ser humano, desde a sua concepção tem uma determinada identidade, nesse caso, genética, que irá se desenvolver estavelmente - mas não necessariamente imutavelmente - até o momento da sua morte. E, de outro lado, esse mesmo indivíduo, através dos elementos externos irão modelar uma determinada e específica personalidade a partir da sua projeção social (SESSAREGO, 1992).

A COMPREENSÃO DE SEXO, GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO

É necessária a compreensão de que a proteção constitucional em matéria de direitos sexuais vai além do sexo biológico, pois engloba gênero, orientação sexual e identidade de gênero. Observa-se a imprescindibilidade do manuseio mais claro e preciso possível das categorias envolvidas, sem o que esses direitos correm risco de proteção deficiente, abrindo espaço para seu não reconhecimento, restrição ou violação inconstitucionais (PIOVESAN, 2016).

Para tanto, embora haja o uso indiferenciado dos termos “orientação de sexo” e “identidade de gênero”, cumpre ressaltar que não se confundem, pois ainda que haja conexão entre eles, a linha que os separa não é nada tênue. Isso porque, a orientação sexual se refere à capacidade do indivíduo sentir atração emocional, afetiva ou sexual por uma pessoa, do mesmo e/ou do outro gênero, já a identidade de gênero caracteriza-se pelo sentimento interno de identificação que cada sujeito tem de si mesmo, seja aquele equivalente, ou não, ao sexo atribuído quando do nascimento.

É possível, ainda, afirmar que o termo “transexualidade” foi adotado para distinguir do homossexualismo. Isso, pois, o homossexualismo condiz com a orientação sexual, sendo homossexual aquele que se sente atraído sexualmente por pessoas do mesmo sexo, todavia não tem psicologicamente a vontade de mudar sua

anatomia para o sexo oposto (CHOERI, 2001). Entretanto, nada impede a existência de transexuais que constatem uma condição de homossexualidade, bissexualidade ou até mesmo assexualidade (CUNHA, 2015), sendo assim, percebe-se que a orientação sexual é um elemento distinto da identidade de gênero.

Ainda, para alguns autores, como Olga Marega, deve ser ressaltada a importância da identidade de gênero, considerando que:

A identidade de gênero é a forma íntima de sentir-se a si mesmo como homem ou como mulher. Assim, a partir desse sentimento a pessoa desenvolve toda a sua sexualidade e comportamento, em conformidade com essa identidade de gênero: passa a vestir-se como tal, gesticular, comportando-se como o homem ou a mulher que se sente ser; e, principalmente, chama toda a sociedade a tratá-la como pertencente a esse gênero (MAREGA, 2008, p. 63).

Nessa toada, embora os conceitos de sexo, gênero, orientação sexual e identidade de gênero encontrem-se distanciados da esfera jurídica, o Direito, ao tratar da não-discriminação por motivo de gênero, necessita apropriar-se das compreensões desenvolvidas na sociedade, na cultura, nas ciências humanas.

Portanto, deve-se considerar que o texto constitucional é claro no seu artigo 5º quando estabelece que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...)”. Ora, se a norma constitucional estabelece a não distinção, por qualquer natureza, deve-se entender que a discriminação por sexo, gênero, orientação sexual ou identidade de gênero fere diretamente o Estado Democrático de Direito.

OS FUNDAMENTOS DOS DIREITOS HUMANOS EM RELAÇÃO AO DIREITO À IDENTIDADE

A construção histórica dos direitos humanos, sob a perspectiva internacional, se consolidou concomitante com o desenvolvimento da sociedade contemporânea que, por sua vez, possui como princípio norteador a igualdade dos sujeitos (AIMEIDA; PERRONE-MOISÉS, 2007). É com a evolução da sociedade, que surge a ne-

cessidade de limitar os poderes do Estado, tornando-se como condição necessária para efetivar a igualdade entre os indivíduos da sociedade.

Se faz a breve distinção entre os direitos humanos e os direitos fundamentais, vez que, embora na sua essência, possuam viés protetivo, os direitos humanos constituem uma proteção internacional dos direitos, já os direitos fundamentais são reservados única e exclusivamente para o plano doméstico.

Nesse viés, os instrumentos internacionais de direitos humanos visam a proteção de todos os indivíduos sem discriminação. Ainda que, muitas vezes nem a identidade de gênero, nem a orientação sexual sejam mencionados explicitamente como razões de discriminação nos tratados internacionais, estes tratados são aplicáveis a todas as pessoas, graças à amplitude das cláusulas contra discriminação (HAMMARBERG, 2012). Isso se evidencia, a título exemplificativo, no caso do Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, em que foi já foi confirmado pelo Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, que declarou que se reconhece a identidade de gênero dentro das causas proibidas de discriminação, por exemplo, aquelas pessoas que são transgêneros, transexuais ou intersexuais se afrontam, frequentemente, com graves violações dos direitos humanos, tais como *bullying* na escola ou no trabalho (CESCR, 2009).

Percebe-se que o reconhecimento da identidade de gênero serve como uma das razões para a discriminação universalmente protegida. Para tanto, o Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, também se expressou no sentido de que nem a existência de leis nacionais ou a prevalência do costume podem justificar em nenhum caso o abuso, os ataques, a tortura, e inclusive os assassinatos que gays, lésbicas, bissexuais e pessoas trans são objeto por causa de quem são ou como são percebidos. Devido ao estigma associado a questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, a violência contra as pessoas LGBTQIA+ frequentemente não se denuncia, ficando não documentada e sem resolução. Raramente provoca debate público ou escândalo. Este vergonhoso silêncio é o rechaço final do princípio fundamental da universalidade dos direitos humanos (UNCHR, 2006).

Igualmente, em um esforço internacional para promover padrões internacionais

em relação à orientação sexual e identidade de gênero, um grupo de distintos especialistas em Legislação Internacional dos Direitos Humanos, publicou em 2007, “Os Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em Relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero” (O’FLAHERTY; FISCHER, 2008). Esses princípios refletem a aplicação da legislação de direitos humanos à vida e à experiência das pessoas de orientações sexuais e identidade de gênero, diversificadas, sendo que nenhum deles deve ser interpretado como restringindo os direitos e liberdades dessas pessoas. Embora não seja oficialmente adotado como um padrão internacional, tantos os órgãos da ONU, como várias cortes nacionais e muitos governos já citam esses princípios e os converteram em um guia para definir suas políticas nesta temática.

Ressalta-se a relevância do terceiro princípio de Yogyakarta, vez que estabelece que “Toda pessoa tem o direito de ser reconhecida, em qualquer lugar, como pessoa perante a lei. As pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero diversas devem gozar de capacidade jurídica em todos os aspectos da vida. A orientação sexual e identidade de gênero autodefinidas por cada pessoa constituem parte essencial de sua personalidade e um dos aspectos mais básicos de sua autodeterminação, dignidade e liberdade. Nenhuma pessoa deverá ser forçada a se submeter a procedimentos médicos, inclusive cirurgia de mudança de sexo, esterilização ou terapia hormonal, como requisito para o reconhecimento legal de sua identidade de gênero. Nenhum *status* como casamento ou status parental, pode ser invocado para evitar o reconhecimento legal da identidade de gênero de uma pessoa. Nenhuma pessoa deve ser submetida a pressões para esconder, reprimir ou negar sua orientação sexual ou identidade de gênero.”

Conclui-se que a proteção contra a discriminação por identidade de gênero é amplamente protegida pelos direitos humanos, no plano internacional, conseqüentemente, pelos direitos fundamentais, no plano nacional. Isso pois, embora o Princípio de Yogyakarta não seja um padrão oficializado pela legislação internacional, este, já tem grande aplicação nas Cortes internacionais e nacionais. E, portanto, deve ser levado em consideração nos julgados e na proteção dos indivíduos.

O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS NA PROTEÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO

É perceptível que o Direito Internacional dos Direitos Humanos constitui a origem da proteção de todos os direitos humanos, aplicando-se a todas às Convenções e princípios que visam a proteção destes direitos. Nesse sentido, o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, circunstanciado na Organização dos Estados Americanos, através da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (“CIDH”) e Corte Interamericana de Direitos Humanos (“CtIDH” ou “Corte IDH”), visam a proteção dos direitos humanos de forma universal.

Nesse contexto, a proteção dos direitos de toda pessoa, vigora o princípio *pro homine* (GARCIA, 2002), em que estabelece que a interpretação de uma norma precisa ser feita da maneira mais favorável ao ser humano. Considerando isso, é possível afirmar que é imprescindível o reconhecimento da identidade de gênero pelos órgãos protetores dos direitos humanos. Por isso, o SIDH objetiva aplicar e interpretar a CADH e também outros tratados de Direitos Humanos através, essencialmente, da Corte IDH através da sua função contenciosa, que determina sua competência litigiosa, e também a sua função consultiva, que determina sua competência de emitir pareceres.

Para isso, no marco da função consultiva da Corte IDH, em que contribui com o esclarecimento de questões centrais à prevalência dos direitos humanos, destaca-se a Opinião Consultiva nº 24 da Corte³⁵, que reitera a sua jurisprudência, no sentido de que a orientação sexual e a identidade de gênero são direitos protegidos pelo Pacto de San José. E esses direitos estão vinculados ao direito às garantias de liberdade e de autodeterminação e seu reconhecimento por parte dos Estados integrantes da OEA é de vital importância para o pleno gozo dos direitos humanos.

35 A Corte IDH definiu a identidade de gênero como a vivência interna e individual do gênero tal como cada pessoa a sente, a qual poderia corresponder ou não com o sexo designado no momento do nascimento, incluindo expressões da corporalidade; refere-se a vivência que a pessoa tem com o seu próprio gênero. Já a expressão de gênero é caracterizada como a manifestação externa do gênero da pessoa, através do seu aspecto físico, podendo corresponder ou não com a identidade de gênero autopercebida. Por outro lado, a orientação sexual é definida como a atração emotiva, afetiva e sexual por pessoas de um gênero diferente do seu, do mesmo gênero, ou de mais de um gênero, assim como as relações íntimas ou sexuais com estas pessoas (CORTE IDH, 2012).

No mesmo sentido, no marco da função contenciosa da Corte IDH, ela estabelece que, o nome e a menção a sexo nos documentos de registro de acordo com a identidade de gênero são garantias protegidas pela Convenção Americana de Direitos Humanos, estando os Estados vinculados à reconhecer esta alteração no registro público dos indivíduos.

Nota-se, ainda, que a Corte IDH foi categórica ao julgar o caso *Atala Riffo y niñas vs. Chile*, no sentido de que não é possível admitir qualquer espécie de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero. No caso, em específico, a senhora Atala teria sido impedida de ter a guarda de suas filhas, em razão, unicamente, da sua orientação sexual. Porém, a Corte IDH decidiu a desconformidade das decisões chilenas com relação a vida da senhora Atala e suas filhas. Igualmente, determinou que o Estado deveria realizar um ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional pelos fatos deste caso, com autoridades e representantes do Poder Judiciário, bem como continuar implementando cursos de capacitação a funcionários públicos tanto da esfera estadual quanto nacional, principalmente a funcionários judiciais de todas as áreas e escalões em: (i.) direitos humanos, orientação sexual e não discriminação; (ii.) proteção dos direitos da comunidade LGBTI; e (iii.) discriminação, superação de estereótipos de gênero contra a população LGTBI.

Percebe-se, desse modo, a preocupação tanto da CIDH, quanto da Corte IDH, em buscar a abrangência da proteção de todos os direitos inerentes à condição de humano, independentemente de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero (ALAMINO, 2018).

CONCLUSÃO

Em conformidade com o desenvolvido ao longo da investigação, os direitos humanos fundam-se no Direito Internacional Público, através dos tratados internacionais celebrados não somente para estabelecer um equilíbrio de interesses entre os Estados, senão, sobretudo, para garantir o pleno gozo dos direitos e liberdades do ser humano, devendo ser interpretados restritivamente quando limitam os direitos do ser humano e, ao contrário, ampliativamente quando possibilita o seu desfrute e gozo.

Na perspectiva do Direito à Identidade, cumpre a jurisdição não obstaculizar os direitos personalísticos inerentes à identidade de gênero de cada indivíduo. Para que estes, possam se reafirmar como individuais dentro da sociedade, através do registro do seu nome e gênero em seus documentos. Respeitando e protegendo, desse modo, os direitos fundamentais e humanos que cada sujeito detém. Isso, pois, o direito ao nome reafirma que o ser humano é único, que possui características diferenciadas e é dono de uma identidade que o individualiza, merecendo respeito à sua dignidade. Da mesma forma, é dever do Estado cumprir com as obrigações estabelecidas nos pactos internacionais, como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, não discriminando os sujeitos, tão pouco os diferenciado por gênero.

Outrossim, deve-se respeitar os princípios da dignidade e da justiça, no que se refere ao tratamento igualitário, acrescido ao conceito de equidade que nada mais é que dar a cada o que lhe é devido de acordo com suas necessidades, considerando que as pessoas são diferentes e que possuem diferentes necessidades.

REFERÊNCIAS

ALAMINO, Felipe Nicolau Pimentel; VECCHIO, Victor Antonio del. Os Princípios de Yogyakarta e a proteção de direitos fundamentais das minorias de orientação sexual e de identidade de gênero. R. Fac. Dir. Univ. São Paulo, São Paulo, v. 113, p. 15, 2018.

ALMEIDA, Guilherme Assis, PERRONE-MOISÉS, Cláudia. Direito Internacional dos Direitos Humanos: instrumentos básicos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. Tema 761 sob Recurso Extraordinário nº 670422. Possibilidade de Alteração de Gênero no Assento de Registro Civil de Transexual, Mesmo Sem A Realização de Procedimento Cirúrgico de Redesignação de Sexo. Ministro Dias Toffoli, Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4192182&numeroProcesso=670422&classeProcesso=RE&numeroTema=761>. Acesso em: 20 set. 2020.

CESCR, UN Committee on Economic, Social and Cultural Rights. Statement of the Office of the UN High Commissioner for Human Rights to the International Conference on LGBT human rights, Montreal 26 July 2006. Disponível em: www.unhchr.ch/hurricane/hurricane.nsf/0/B91AE52651D33F0DC12571BE002F172C?opendocument. Acesso em: 23 set. 2020.

CESCR, UN Committee on Economic, Social and Cultural Rights. General comment

No. 20: Non-discrimination in economic, social and cultural rights (art. 2, para. 2, of the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights), 2 jul. 2009, E/C.12/GC/20. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/4a60961f2.html>. Acesso em: 23 set. 2020.

CHOERI, Raul Cleber da Silva. O Direito à Identidade na Perspectiva Civil-Constitucional, Rio de Janeiro, Renovar, 2010.

CHOERI, Raul. Transexualismo e identidade social: cirurgia de transgenitalização. In: BARBOZA, Heloisa Helena; BARRETTO, Vicente de Paulo. Temas de biodireito e bioética. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

Corte IDH. Corte Interamericana de Derechos Humanos. Opinión Consultiva n. 24/2017. 24 de novembro de 2017. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_24_esp.pdf. Acesso em : 25 set. 2020.

Corte IDH. Corte Interamericana de Derechos Humanos. Caso Atala Riffo y niñas vs. Chile. Sentencia de 24 de febrero de 2012. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_239_esp.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

CUNHA, Leandro Reinaldo da. Identidade e redesignação de gênero: aspectos da personalidade, da família e da responsabilidade civil. 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

DE CUPIS, Adriano. Os Direitos da Personalidade. Campinas, São Paulo: Romana, 2004. p. 195.

GARCÍA, Luis M., “El derecho internacional de los derechos humanos”, em Los derechos humanos em el proceso penal, Buenos Aires: Editorial Ábaco de Rodolfo Depalma, 2002.

HAMMARBERG, Thomas. Human Rights and Gender Identity. 2012. Council of Europe Commissioner for Human Rights. Disponível em: <https://tgeu.org/issue-paper-human-rights-and-gender-identity-portuguese/>. Acesso em: 23 set. 2020.

HOGEMANN, Edna Raquel. Direitos Humanos e diversidade sexual: o reconhecimento da identidade de gênero através do nome social. Revista SJRJ, Rio de Janeiro, v. 21, n. 39, p. 217-231, 2014. Disponível em: <http://www.jfrj.jus.br/revista-sjrj/artigo/direitos-humanos-e-diversidade-sexual-o-reconhecimento-da-identidade-de-genero>. Acesso em: 20 set. 2020.

MAREGA, Olga. Satisfacción sexual femenina, más allá del orgasmo. In: ARRIBÈRE, Roberto (Org.). Bioética y derecho: dilemas y paradigmas en el siglo XXI. Buenos Aires: Cathedra Jurídica, 2008.

OEA, Organização dos Estados Americanos. Convenção Americana de Direitos Humanos (“Pacto de San José de Costa Rica”), 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 19 set. 2020.

O’FLAHERTY, Michael; FISCHER, John. Sexual orientation, gender identity and International Human Rights Law: contextualising the Yogyakarta Principles. Human Rights Law Review, Oxford, v. 8, n. 2, p. 207-248, 2008

PERLINGIERI, Pietro. Perfis do direito civil: introdução ao direito civil constitucional. Tradução de: Maria Cristina de Cicco. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado. Impacto das Decisões da Corte Interamericana de Direitos na Jurisprudência do STF. Bahia: Juspodivm, 2016.

RIOS, Roger Paupp. Para um direito democrático da sexualidade. Horizontes Antropológicos, v. 12, n. 26, p. 71-100, 2006. Disponível em: http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000200004&lng=pet&nrm=iso. Acesso em: 18 set. 2020.

ROCHA, Maria Vital da; SÁ, Itanieli Rodonto. Transsexualidade e o direito fundamental à identidade de gênero. RIDB, v. 2, n. 3, p. 2.337-2.364, 2013. Disponível em: http://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/03/2013_03_02337_02364.pdf. Acesso em: 19 set. 2020.

SESSAREGO, Carlos Fernández. Derecho a la identidad personal. Buenos Aires: Editorial Astrea de Alfredo y Ricardo Depalma, 1992.

WINTEMUTE, Robert. Sexual Orientation and human rights: The United States Constitution, the European convention, and the Canadian Charter. Oxford: **Clarendon Press**, 1995.

POLÍTICA PÚBLICA ELEITORAL E A REPRESENTATIVIDADE LGBT NO CONTEXTO BRASILEIRO

Vanessa Andriani Maria³⁶

INTRODUÇÃO

Existe pouca literatura brasileira que retrate os vínculos do Movimento LGBT e os partidos políticos no Brasil, sinalizando que este tema se estabelece como um vasto campo a ser explorado pelos pesquisadores da área.

A luta por direitos iguais promovidas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (também identificados pela sigla LGBT) tem ganhado grande visibilidade no debate público e nos meios de comunicação no Brasil. O poder geralmente é centralizado por pessoas cisgêneros e a representação política pública voltada às pessoas LGBT's, é mínima. Os resultados indicam que há um desejo forte e permanente das pessoas LGBT em participar da esfera pública e dos processos decisórios estatais procurando desenvolver políticas públicas, concretizar direitos já previstos e a conquista de novos, com o intuito de coibir a violência contra a população LGBT, a exclusão social e garantir a cidadania desse grupo minoritário.

A força política do Movimento LGBT, construída tanto nas atividades de massa, como nas Paradas do Orgulho, na organização social composta por um conjunto de grupos, organizações e redes de ativismo de LGBT, paralela a uma conjuntura governamental em nível Federal mais favorável com as vitórias eleitorais consecutivas do Partido dos Trabalhadores possibilitaram não só a construção de políticas públicas de diversidade sexual e de gênero no Estado quanto a criação de canais de participação social desse segmento que potencializaram exponencialmente a interlocução do Movimento LGBT com o Estado, em especial o Poder Executivo, com

36 Vanessa Andriani Maria – Advogada, Pós-Graduada em Direito do Trabalho e Pós-Graduada em Advocacia Cível. Membro da Comissão de Direitos Humanos e do Grupo de Violência de Gênero da OAB Santa Maria-RS / vanessamariaadvs@gmail.com

reverberações em outras instâncias estatais como o Judiciário e, em menor medida, com o Legislativo (FEITOSA, 2016). Nesse sentido, é possível dizer que o Movimento LGBT obteve relativos ganhos e conquistas ao conseguir fazer de suas necessidades uma “questão de Estado” impulsionando temáticas e assuntos até então tidos como próprios do campo privado para a esfera pública, tal qual as feministas fizeram ao longo da sua trajetória política com destaque para a pauta da violência doméstica (PINTO, 2003). Contudo, a conquista de políticas públicas como o “Brasil Sem Homofobia” (2004) e arenas de deliberação como as Conferências Nacionais LGBT, o Conselho Nacional LGBT e outros espaços nunca foram tomados como suficientes por si só para o Movimento.

Foi o Brasil Sem Homofobia que impulsionou a participação social da população LGBT no Estado brasileiro e a criação de estruturas administrativas responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas nos estados e municípios provocando um fenômeno bastante característico dos anos 2000: o trânsito e o deslocamento de ativistas para o interior do Estado e o ativismo institucional (ABERS; TATAGIBA, 2014). Além disso, o Brasil Sem Homofobia foi responsável pelo financiamento e implantação dos Centros de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia, Núcleos de Pesquisa e Promoção da Cidadania LGBT nas Universidades públicas brasileiras e projetos de formação em direitos humanos para combater a homofobia.

A evidente exclusão dessa população das instituições representativas como o Senado, a Câmara Federal, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais, além da baixíssima disputa por cargos majoritários como Prefeituras, Governadorias Estaduais e a Presidência da República requer maiores investigações e pesquisas na Ciência Política, mas podem ser explicadas preliminarmente por fatores estruturais (MIGUEL, 2016), simbólicos (BOURDIEU, 2000) e específicos da população LGBT como a violência e a discriminação sofridas por fora e dentro das instituições liberais (SANTOS, 2016; BORRILLO, 2010).

Buscamos analisar a dinâmica da participação política no movimento social LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros) com o objetivo de compreender tanto fatores psicossociais, quanto fatores estruturais dos impedimentos e possibilidades da participação política dos LGBT's nesse movimento

social, e, conseqüentemente, contribuir para a articulação de diferentes dimensões sobre as ações coletivas.

Com base nesta realidade este estudo tem como intuito analisar as relações e barreiras entre a população LGBT e a representatividade política no Brasil, relatando suas batalhas e resistências dentro de uma sociedade machista e patriarcal. Os métodos utilizados foram o dialético e o observacional. Através da pesquisa bibliográfica e documental, buscaram-se informações pertinentes a estas minorias com a finalidade de promover a diversidade. A escolha do tema se deu pela indispensável investigação da problemática ausência de LGBT's nos espaços de poder, representando uma lacuna e também pela possibilidade de contribuir e estimular os LGBT's brasileiros a disputarem a política institucional.

Consideramos os movimentos sociais como importantes espaços de participação política na sociedade contemporânea, pois “se situam em um espaço de privacidade compartilhada que possibilita a conversão de interesses privados em questões de debate na esfera pública, e permitem encontrar uma estrutura de plausibilidade para viver a cidadania vicaria [tradução nossa]” (TEJERINA, 2005, p. 81), sendo cada vez mais necessários como motores da “inovação democrática [tradução nossa]” (Op. Cit., 82) ao atentar para novas formas de articulações contra-hegemônicas.

A partir da ação afirmativa exercida pelos movimentos LGBT no Brasil, pode-se dar maior ênfase a uma agenda com as propostas que fundamentam medidas jurídicas que atendam aos anseios dessas pessoas. Essas transformações partindo de debates da sociedade civil organizada com os elaboradores da legislação podem auxiliar a diminuir a intolerância que persiste em alguns locais e ainda ajudar na consecução de medidas de melhoria da dignidade dos LGBT.

O Cenário Político Brasileiro e o Potencial Inclusivo LGBT

A incompatibilidade ou dificuldade em se articular vida pessoal e militância foi outro fator apontado para explicar o desinteresse dos LGBT's em participar politicamente no movimento social GLBT. Esta dicotomia entre vida pessoal e militância também é encontrada em pesquisas de Baltazar (2003) e Tejerina (2005).

O receio de ser ofendido em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero na vida política: seja nas campanhas, nos mandatos e em outros momentos sujeitos à carreira também geram um afastamento e um impedimento à ambição política.

Zilli (2017, p. 127) compreende as trajetórias profissionais de pessoas engajadas em processos políticos relacionados aos temas de gênero e sexualidade conclui que:

“[...] O sentimento que leva um indivíduo a se engajar na área de direitos sexuais vem de uma inquietude diante de desigualdades determinadas por questões de gênero e sexualidade, e uma concomitante satisfação com tomar conhecimento de formas de entender - de nomear - essas desigualdades e de se envolver em iniciativas para saná-las [...] É o conteúdo moral de suas interpretações que faz a ponte entre a identificação de problemas e o engajamento, permitindo passar da cognição para o afeto que mobiliza.”

Para travestis, mulheres transexuais e homens trans, o uso do nome social se configura como um constrangimento até para meros eleitores, sugerindo que a igualdade política ainda está longe de ser consolidada no Brasil.

Alguns candidatos trans, quando postulam o registro de candidatura, fazem-no de porte de sua nova documentação civil, a qual já reflete a orientação sexual com a qual se identificam. A situação não parece problemática, tendo em vista que o registro de candidatura baseia-se nos documentos civis e, para fins de análise do

preenchimento da reserva de vagas de candidatura, será levado em conta o sexo deles constante. Existem, entretanto, aqueles trans que permanecem, no registro civil, com nome e indicação do sexo com o qual não se identificam psicologicamente, nem se apresentam perante a sociedade. Quanto a esses paira a dúvida de como sua candidatura deve ser contabilizada para fins de análise do cumprimento da cota eleitoral por sexo. (Machado, 2018)

O nome civil da pessoa é o sinal de individualização mais visível no meio social. A partir do nome, a pessoa difere das demais no círculo familiar e social, bem como das demais pessoas. Em razão disso, o nome deve receber especial proteção do Estado.

Sobre a essencialização e personificação das identidades, Tomaz Tadeu da Silva (2000) acredita que ver a diversidade simplesmente como um espaço de destino é naturalizar a diferença, o que não nos permite compreender os regimes de poder envolvidos na construção da ‘diversidade de identidades’. Para a autora, ser isto ou aquilo não faz sentido absoluto a não ser enquanto processo discursivo conectado com a produção da diferença.

Quanto às pessoas trans que já realizaram a retificação do seu nome e gênero na documentação civil, não há maiores problemas, uma vez que o cadastro eleitoral será um reflexo deste. A dúvida surge quanto às pessoas que ainda não fizeram essa alteração. Para esses casos, foi editado o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que regulamenta o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispondo em seu art. 2º que os “órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento” e nos termos do decreto. (Machado, 2018)

No campo privado, formado pela família tradicional, homem e mulher e filhos biologicamente gerados, os LGBT não se enquadram, são “figuras” estranhas, atípicos, sujeitos promíscuos, até mesmo depravados. Foram os LGBT’s que escolheram a vida que têm, logo, a série de violências sofridas por estas pessoas nada mais é

que um forte mecanismo pedagógico de repressão e conversão de suas orientações sexuais e identidades de gênero para a regra dominante. Olhando por este ângulo, a supressão dos LGBT's do rol político, torna-se mais fácil de entender. Primeiro, porque é difícil, em um contexto de educação cerceada como o nosso, as pessoas perceberem que a sexualidade e a identidade de gênero, mais do que meras características humanas, são marcadores sociais que definem valores, lugares e desigualdades.

A cultura do machismo e do patriarcado que se perpetua durante décadas no Brasil, faz a sociedade não amar as pessoas trans, por isso é tão difícil uma pessoa LGBT candidatar-se e obter êxito na política.

Participação Política e Ativismo do Movimento LGBT e no Brasil

Muitas das dificuldades enfrentadas pelas mulheres para ter acesso à carreira política são também vivenciadas pelos candidatos assumidamente LGBT's. A análise dos dados das candidaturas demonstrou tais semelhanças e apontam para importantes singularidades desse fenômeno político.

Na seleção de candidatos, as mulheres tem probabilidade menor do que os homens de receber incentivos provenientes de uma fonte política como líderes partidários, por exemplo. Além disso, elas têm menos probabilidade do que os homens de se considerarem qualificadas para concorrer a um cargo político. Enquanto que os homens que se julgam pouco qualificados tem muito mais chances de cogitarem disputar eleitoralmente. Outro achado importante dessa pesquisa sobre as barreiras para a participação política delas se refere à socialização cultural que faz com que as mulheres não se sintam instadas a ingressar na disputa eleitoral (Fox e Lawless, 2012).

Outro dado importante ressaltado quando analisamos a filiação partidária das candidaturas LGBT, diz respeito à forte correlação entre o número de candidaturas LGBT e a posição ocupada no espectro político-ideológico do partido político. Significa dizer, que quanto mais à esquerda encontra-se o partido político, maior será a probabilidade de encontrarmos candidaturas abertamente "LGBT". Tradicionalmente, as

esquerdas, ao menos nos regimes democráticos ocidentais, têm sido mais “abertas” às novas temáticas e “acolhido”, em suas estruturas partidárias, setores marginalizados na sociedade e na política institucional (ARAÚJO, 2005).

Miguel e Biroli (2010) constatam, ainda, que são necessários três tipos de recursos para a participação política: dinheiro, tempo livre e uma rede de contatos, recursos esses concentrados entre os homens brancos e cisheterossexuais. O tempo livre configura-se como o maior obstáculo à participação política das mulheres interditando o interesse pelos assuntos públicos. É importante ter em mente que não é simplesmente uma questão de tempo, mas de atribuição de determinadas responsabilidades impostas a elas. Essa constatação pode explicar o fato de que muitas mulheres ativas na política herdaram um capital político de perfil familiar, oriundo de seus pais, maridos ou outras formas de parentalidade (Miguel e Biroli, 2010).

O que se pode ainda ressaltar é que apesar de quase não haver representantes LGBT's nos segmentos da área política, talvez devido a fatores pessoais, observa-se que isso ocorre com todo um grupo social, acarretando uma enorme desigualdade na esfera política.

Para Urbinati, “pode-se dizer que, em uma democracia representativa, as palavras, dão vida” porque os cidadãos com sua variedade de reivindicações e opiniões precisam fazer-se ouvir para se tornarem visíveis e se comunicarem com os cidadãos plenamente ativos que têm assento na assembleia.” Se o representado não possui nenhum mecanismo de controle deste representante, ele fica à mercê da boa vontade daquele que afirma falar em nome dele. (2010, p. 67).

Deste modo, é cristalina a importância da representatividade LGBT na esfera política, além destes civis terem em suas mãos poderes para reivindicar e ou dialogar com as autoridades que os representam alguma posição referente a um assunto específico.

Além da clara sub-representação da população LGBT nos espaços de poder, semelhantemente às mulheres (MIGUEL e BIROLI, 2010) e aos/às negros/as (CAMPOS e MACHADO, 2015), constata-se que tais candidaturas ocupam uma posição inferior em termos políticos, ao observar que a maioria concorreu ao cargo de

vereador, o qual fica em posição inferior na categoria das carreiras políticas quando comparado a outros cargos elegíveis. Ainda assim, concorrendo ao cargo de vereador, o qual necessita de menor quantidade de votos para se eleger, a inclusão da população LGBT é baixa.

Segundo Coradini (2010), as frentes parlamentares são grupos que promovem a articulação de interesses, constituindo-se enquanto “espaços” de “opinião mobilizada” dentro do Parlamento. Além de agregar deputados e senadores com posicionamentos semelhantes em uma dada temática, as frentes parlamentares auxiliam nos processos de definição e organização de interesses, que ocorrem em interação tanto com a chamada “sociedade civil organizada” quanto os membros do poder Executivo.

As políticas LGBT's são frágeis institucionalmente e deficientes estruturalmente em face de precariedades jurídicas que as tornam políticas de governo e não de Estado, o que as deixam ao sabor das conjunturas e das conveniências políticas; das dificuldades em gerir as políticas de maneira transversal e em diálogo com a sociedade civil; do pouco ou nenhum recurso previsto em as legislativas orçamentárias, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA); e do baixo número de servidores/as permanentes especializados/as responsáveis pela elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação. Mello et al (2012)

Nessa seara, sinalizamos a importância sobre as vinculações entre a população LGBT e os partidos políticos, principalmente pela necessidade de casos de extrapolação das violações de direitos políticos, que se configuram como violações de direitos humanos e também por ser imperiosa a construção de regimes realmente democráticos.

Esse conjunto de fatores e entraves age diretamente na ausência de motivação e pretensão política para que a população LGBT se lance na disputa eleitoral, assim como outras minorias discriminadas socialmente. Logo, não se trata de “não gostar” da política, mas sim de não vislumbrar nela possibilidades sólidas alcançáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Limites Enfrentados à Representação Política LGBT

A participação de pessoas pertencentes a grupos minoritários e sem grande representatividade/visibilidade na política provém de muitas razões, seja pelos poucos recursos financeiros, pelo pouco estudo, falta de anseio ou estímulo a participar de posições no campo político, constrangimento de exposição ou até mesmo por auto se acharem em situação subalterna em relação aos demais na sociedade.

Entre as barreiras para viabilizar a candidatura, esta minoria aponta o preconceito, a resistência da classe política e dificuldades de ordem burocrática. Os partidos aos quais estes se filiam são diversos, assim como os seus estados de origem.

No plano nacional, as candidaturas principalmente de transgêneros têm pouca articulação e os obstáculos são muitos. Aqueles que transpõem os obstáculos e conseguem tirar a candidatura do papel ainda enfrentam outros desafios, como o constrangimento de se apresentar no registro eleitoral com o sexo diverso ao que se identificam socialmente, por exemplo.

Esse panorama de desigualdade resulta em sistemas políticos ineficientes e incapazes de responder aos anseios da população como também em sentimentos de frustração coletiva com o funcionamento das nossas instituições, além da descrença na política como instrumento de transformação social, de mediação dos conflitos e de conquista de direitos.

Segundo Nancy Fraser

“a luta por reconhecimento” está rapidamente se tornando a forma paradigmática de conflito político no atual século XX. Demandas por “reconhecimento da diferença” dão combustível às lutas de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, “raça”, gênero e sexualidade. Nestes conflitos “pós-socialistas”, a identidade de grupo suplanta o interesse de classe como o meio principal da mobilização política. A dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. E o reconhecimento cultural toma o lugar da redistribuição socioeconômica como remédio para a injustiça e objetivo da luta política (FRASER, 2006, p. 01).

A luta pela livre expressão da orientação sexual e identidade de gênero tem ocupado uma posição de marginalidade nas instituições representativas nacionais. Mesmo com a mobilização de ativistas de grupos e entidades do movimento homossexual (posteriormente denominado Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT) junto a essas instâncias políticas desde, pelo menos, o fim da década de 1980, os direitos sexuais da população LGBT têm experimentado um tortuoso e difícil caminho em sua efetivação. A prova disso é a não aprovação de nenhum dos projetos de lei (a exemplo da parceria civil registrada e da criminalização da homofobia) que visava beneficiar, diretamente, o segmento LGBT da população brasileira. Mais ainda, a política brasileira tem testemunhado, nas últimas duas décadas, o aumento no número de parlamentares eleitos (em sua maioria vinculados a denominações religiosas) que trazem entre suas bandeiras políticas o rechaço a qualquer reconhecimento ou garantia de direitos a esta população. (Santos, 2016).

Nessa conjuntura de maior visibilidade pública e de maior resistência de setores conservadores e religiosos à temática LGBT é que observamos o aumento das candidaturas de pessoas assumidamente LGBT.

De fato, mais que nunca, é possível vislumbrar a politização das identidades sexuais e de gênero em diferentes campos da sociedade, incluindo a mídia, significativo campo produtor de visibilidade (BUTTERMAN, 2012). É importante também reconhecer que a definição de Movimento LGBT também é algo aberto, inconcluso e em disputa, seja no ativismo, seja na academia.

A maior dificuldade com o Estado, no que diz respeito às reivindicações do movimento LGBT, não nos parece se encontrar na entrada destas nas esferas institucionais, pois existem diversos parlamentares que declaram apoio à causa GLBT, mas na aprovação e efetivação de políticas de interesse do movimento. Assim, a partir do modelo de Engel (2001) sobre a representatividade do Estado, seria possível afirmar que o Estado é aberto ao movimento LGBT, mas fraco quanto à execução de políticas favoráveis ao movimento.

A participação limítrofe de indivíduos pertencentes a grupos sociais desprivilegiados na política institucional decorre de várias razões, seja pelas dificuldades

destes grupos disponibilizarem de recursos materiais/financeiros e do tempo livre necessário à dedicação à política, seja pela auto exclusão e/ou não desenvolvimento nestes grupos da ambição por ocupar posições de poder e das habilidades pressupostas para a ação na esfera político- institucional: reflexos da sua posição subalterna na sociedade (Miguel, 2014).

Outro fator salientado através das pesquisas feitas remete-se ao fato de que o Estado várias vezes vale-se do movimento social LGBT em busca de benefícios próprios, ou para a construção de uma imagem positiva do Estado, ou de membros do Estado com relação ao combate às distintas formas de opressão. Logo, o fortalecimento de partidos políticos pode fazer uso dos LGBT's para fazer deles candidatos eleitos para o partido e não para a discussão das demandas e reivindicações do grupo.

CONCLUSÃO

Atualmente, observamos um maior envolvimento nos partidos políticos de pessoas LGBT's, o que reflete uma das principais transformações vivenciadas pela política brasileira neste século.

O movimento LGBT segue sua senda de lutas e mobilizações por um futuro mais inclusivo no âmbito partidário embora, o legislativo brasileiro aos poucos dê demonstrações de maior permeabilidade quanto às diligências deste segmento da população e os direitos sexuais da população LGBT têm experimentado penoso e difícil passagem para sua real efetivação.

O primeiro desafio é a abertura aos partidos políticos, dirigidos por homens cis-heterossexuais. Ademais, os partidos exibem em seus programas e projetos conteúdos priorizando o empresariado, latifundiários e banqueiros. Também na disputa eleitoral, os partidos tendem a apostar em candidaturas com mais chances de vitória, logo, as mulheres e o público LGBT teria uma chance bem menor de adentrar nesta seara.

Segmentos que gozam de mais solidariedade social como o das crianças e adolescentes, têm maior apelo social, sensibilizam mais população, defendem pautas mais abrangentes como saúde, educação, diferente de uma candidatura que de-

fenda os direitos LGBT, o qual tende a atrair bem menos eleitores. Tudo gira em torno de capital.

Outro desafio para estas candidaturas é de ordem estrutural e relacionada à posição subordinada tomada por indivíduos LGBT's fazendo com que estes se sintam depreciados frente aos outros candidatos. A exemplo disso, a grande maioria dos candidatos LGBT postulou até hoje o cargo de vereador, o mais baixo na hierarquia.

O temor de ser ofendido em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero na vida política (nas campanhas, nos mandatos e em outros momentos característicos dessa carreira) também promove um afastamento e um obstáculo à produção da ambição política.

O uso do nome social para travestis, mulheres transexuais e homens trans se configura como um constrangimento, até para meros eleitores e para o simples exercício do voto já que ainda vem sendo construído processualmente no Estado brasileiro e nas instâncias eleitorais, indicando que a igualdade política ainda está longe de ser consolidada no Brasil.

Outros constrangimentos são o reconhecimento do nome social, homofobia, em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero, na vida política.

A representação política por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais é quase nula. Existe um panorama desmotivador da participação política de LGBT's perante o governo federal o qual devem juntos, formar canais de ligação entre as instituições representativas LGBT's e de toda esta diversidade de sujeitos.

Ainda que sejam muitos os entraves enfrentados para a constituição de uma representação política LGBT, a cada eleição mais candidatos assumem sua orientação sexual/identidade de gênero publicamente para pedir votos. A representatividade política LGBT é muito importante, pois através dela, é que se conhece tão bem sua tortuosa realidade, e pode-se reformar instituições, implantar políticas para combater a discriminação e garantir a inclusão efetiva de mais pessoas LGBT's, bem como garantir o acesso efetivo à justiça; incluindo reparação e investigações contra atos de violência e discriminação às pessoas LGBT.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca, TATAGIBA, Luciana. Ativismo institucional na burocracia brasileira: a mobilização em defesa da saúde da mulher. In: 38° ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 38, 2014, Caxambu. Anais. Caxambu: ANPOCS, 2014. pp. 2-32. 2014.
- ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, n. 24, p. 193-215, jun. 2005.
- BALTAZAR, Bernadete. Participação política e psicologia social: A trajetória de lideranças de movimentos populares. *Revista Psicologia Política*, 3(6), 247-266. 2003.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Belo horizonte: Autêntica, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BUTTERMAN, Steve. **Invisibilidade vigilante: representações midiáticas da maior parada gay do planeta**. São Paulo: nVersos, 2012.
- CAMPOS, Luis Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 16, pp. 121-151, janeiro/abril, 2015.
- CORADINI, Odaci Luiz. Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. *Revista Sociologia e Política*. Curitiba, v. 18, n. 36, Junho 2010, pp. 241-256.
- PANFICHI, Aldo (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- Engel, Stephen. **The unfinished revolution: Social movement theory and the gay and lesbian movement**. Cambridge, MA: Cambridge University Press. 2001.
- FEITOSA, Cleyton. Notas sobre a Trajetória das Políticas Públicas de Direitos Humanos LGBT no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, Bauru, v. 4, n. 1, 2016.

FOX, Richard; LAWLESS, Jennifer. (2012). Entrando na arena? Gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 8, 2: p. 129-163, mai-ago.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “póssocialista”. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, 2006.

MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos. **Direito Eleitoral. São Paulo: Atlas, 2016.**

MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos. A Participação das Pessoas Trans na Política: Identidade de Gênero, Cotas de Candidatura e Processo Eleitoral. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2018/03/08/participacao-das-pessoas-trans-na-politica-identidade-de-genero-cotas-de-candidatura-e-processo-eleitoral/> Acesso em: 02 de julho de 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa.** São Paulo: Editora da Unesp, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. **Desigualdades e democracia: O debate da teoria política.** São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. “Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas”. *Revista Estudos Feministas*, n. 18, 3: p. 653-679, set-dez. 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade Sexual, Partidos Políticos e Eleições no Brasil Contemporâneo. In: 38º ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 38, 2014, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS, 2014. p. 01-32.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TEJERINA, B. Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía: los caminos de la utopia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 67-97. 2005.

URBINATI, Nadia. Representação como advocacy: um estudo sobre a deliberação democrática. *Política e sociedade*. n 16 p. 51-88. 2010.

ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA DA APRESENTADORA DO PROGRAMA AGROINSPIRADORAS

Wenya Alves Alecrim³⁷

INTRODUÇÃO

O programa especial Agroinspiradoras foi exibido em janeiro de 2017 e 2018 pelo Canal Rural (CR). De acordo com o material de divulgação³⁸ usado pelo CR para apresentar o projeto, o programa em formato de bate-papo com mulheres de várias regiões e idades diferentes, visava abordar os principais temas na vida delas como “sucessão familiar, equilíbrio na gestão dos negócios, o papel na vida pessoal e visão feminina no comando das propriedades rurais”.

Os programas foram planejados para terem 44 minutos, divididos em três blocos e, além de serem exibidos na TV, foram replicados num blog do canal com o mesmo nome: Agroinspiradoras. De acordo com informações publicadas pelo Canal Rural, havia o interesse em continuar com o programa televisivo em 2019, porém, por “conta de agenda e de compromissos, o blog (que deu origem ao programa) serenamente “cochilou”. Até que um novo despertar surgiu em 2019”, sob o comando de outras três mulheres. A partir do blog, Roberta Paffaro (jornalista e diretora de Desenvolvimento de Mercado) e mais três amigas escreveram um livro contando histórias de mulheres, que foi lançado durante o maior congresso de mulheres do agronegócio do mundo, realizado em outubro em São Paulo (Congresso Brasileiro da Mulher do Agronegócio).

Neste artigo, nossa proposta é observar qual a representação midiática da apresentadora do programa Agroinspiradoras, Tereza Vendramini (mais conhecida como Teka). O foco é a maneira como a mídia a trata e a produção de sentido que essa narrativa pode gerar. Ao iniciar por esta análise pretendemos compreender

37 Doutoranda em Comunicação pela Universidade de Brasília (UNB). É coordenadora dos cursos de Comunicação e professora universitária na faculdade Unibrás. E-mail: wenyaalecrim@gmail.com

38 In www.canalrural.uol.com.br. Acesso em setembro de 2019.

quem é a mulher que é a âncora do programa, objeto de uma pesquisa maior que desenvolvemos. A biografia de Teka Vendramini, pode nos ajudar a traçar um panorama sobre esta personagem e por fim dar suporte para a compreender a imagem da mulher agricultora, por meio da mídia.

A biografia de Teka é representativa, ela é presidente do Núcleo Feminino do Agronegócio (NFA), um grupo formado por 25 mulheres, referências no agro. Paulista de Adamantina, graduada em Sociologia pela USP, administra hoje uma propriedade no interior de São Paulo, após a morte do pai. Além disso, possui com a família outras duas fazendas, em Mato Grosso do Sul. Neste sentido, cabe a nós compreender por meio da Análise Crítica da narrativa qual a representação desta mulher que emana das mídias em questão.

Historicamente conquistar espaço e reconhecimento é um desafio para a mulher que atua em qualquer área e no agronegócio não é diferente. Talvez por esse setor ser culturalmente/tradicionalmente visto como masculino, os desafios são ainda mais evidentes, que abrem espaço para o preconceito (ALMEIDA, 2014). O nosso olhar se volta nesta pesquisa para as mulheres que estão diretamente ligadas ao agronegócio, a produção em grande escala, a industrialização: a mulher agricultora.

O Canal Rural tem uma das maiores audiências segmentadas³⁹. Foi fundado em 1996, pela Globosat, posteriormente foi vendido para a J & F participações, holding que controla a JBS, o maior frigorífico no setor de carne bovina do mundo. Tem sede em São Paulo, porém conta com escritórios espalhados pelo país. Possui exibição por antena parabólica ou por TV a cabo. Em 2011 lançou uma plataforma on line para ancorar boa parte do conteúdo exibido na TV. Entre a comunidade agricultora é uma referência por contar com informações técnicas e em vários subsegmentos como pecuária de corte, leite, cultivo de grãos entre outras atividades ligadas ao agro.

39 De acordo com pesquisa apresentada no portal do Canal Rural, a TV detém 47% da audiência segmentada. A pesquisa aponta dados da Ipsos Marplan. In: <https://docplayer.com.br/60184289-Agroinspiradoras-mulheres-no-agronegocio-brasileiro.html>. Acesso em novembro de 2019.

REVISÃO TEÓRICA

Sobre feminismo e gênero

Para falarmos da mulher no agronegócio é preciso compreendermos, nem que seja brevemente, a respeito de alguns conceitos entre eles feminismo e gênero. No final do século XIX configurou-se um fenômeno que ficou conhecido como **primeira onda** do feminismo. Este período é conhecido como sufragismo e voltava-se principalmente a luta por direitos no campo político, principalmente ao voto. Lutou-se por direitos igualitários e contra a discriminação. “O objetivo era retirar as mulheres da invisibilidade do mundo privado, não havendo uma elaboração teórico-política a respeito das diferenças e da desconstrução da universalidade do sujeito masculino e, muito menos, do feminino” (PINHEIRO, 2016, p.9).

Em 1927 uma mulher se alistou para votar pela primeira vez, Celina Guimarães Viana, de Mossoró, no Rio Grande do Norte, e outras 20 mulheres ficaram registradas na História brasileira pela conquista. O Senado, porém, invalidou os votos da eleição na qual elas participaram por não aceitar o voto feminino. Voto válido mesmo só em 1933.

A **segunda onda** do feminismo intensifica-se nos anos 1960, a mulher desta vez reivindica o direito ao trabalho. O movimento que começa na França e nos Estados Unidos busca direitos iguais e outros exclusivamente femininos como, por exemplo, o aborto.

Já nas décadas de 1960 e 1970, buscando questionar esta suposta naturalidade da divisão social e hierarquizada entre homens e mulheres, bem como a epistemologia também supostamente neutra, o movimento feminista cunhou o conceito de gênero. O termo gênero teve seu uso inicialmente difundido por feministas americanas para enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, ou seja, havia a rejeição ao determinismo biológico embutido em termos como sexo e diferença sexual (PINHEIRO, 2016, p)

Em uma publicação feita pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), Luana Pinheiro procura explanar um pouco mais sobre feminismo entre os anos 1900 e 2000, ao que muitos pesquisadores chamam de **terceira onda**. Para a autora, o feminismo construiu, como seu sujeito de luta política, a categoria mulher e paradoxalmente também uma categoria universal. Desde a década de 1990, porém, este sujeito totalizador tem sido fortemente questionado. “De uma pretensa unicidade em torno do conceito de mulher, tem se hoje uma pluralidade de sujeitos já descritos até mesmo como hifenizados: mulher-negra, mulher-homossexual, mulher-camponesa-pobre” e nos permita acrescentar a esta lista a nomenclatura mulher-agro. Para Pinheiro (2016), o feminismo é um movimento ao mesmo tempo teórico e de luta política. Por meio das questões políticas é possível começar a compreender os embates em torno da construção de seu sujeito, a desconstrução teórica da categoria mulher. Nesta fase, observa-se questões de classe e sociais.

Muitos pesquisadores ainda divergem se já vive-se a pós-modernidade do conceito. Até então, a fala principal do movimento era a respeito da igualdade. Agora fala-se em diferenças. Vargas e Brites (2018) explicam que a “**quarta onda**” inclui temas como o assédio nas vias públicas e no ambiente de trabalho, a violência sexual nos *campi* universitários entre tantos outros. Esta nova fase do movimento teria se ressignificado principalmente a partir de 2012/2015. Com a força da internet, muitas campanhas ganharam espaço, entraram no debate público, a maioria, é claro, virtual. Algumas *hashtags* como #PrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto e #AgoraÉqueSãoElas viralizaram na rede e contribuíram para um debate que gira em torno de feminismo, preconceito. “Nana Queiroz, diretora executiva da revista virtual AzMina, site de jornalismo que se dedica a tratar de temas feministas, disse que os termos são usados para se referir ao feminismo após o advento da internet” (CAZARÉ, 2017).

Apesar das discussões se já estamos vivendo na quarta onda ou não, a bem da verdade é que as reflexões a respeito desse assunto tem chamado mais a atenção e força nos últimos anos.

GÊNERO

Para Jeffrey Weeks (apud LOURO 2000 p.29) os códigos e identidades sexuais têm sido frequentemente forjados nesse complexo processo de definição e autodefinição, tornando a moderna sexualidade um tema central para o modo como o poder atua na sociedade moderna. O pesquisador é didático e faz distinção entre os termos sexo (que abarca diferenças anatômicas, internas e externas aos corpos, dadas quando se nasce. Os significados são associados a processos históricos e sociais) e gênero (que aporta a diferença social entre homens e mulheres).

O pensamento da professora Liliane Machado (2006, p. 30) também segue esta mesma linha. Para ela, os gêneros são construídos e as mídias participam dessa construção, o conceito não está atrelado ao de diferença sexual. Louro (2000) corrobora com esta teoria.

No entanto, podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente “natural” nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. (LOURO, 2000, p.5).

Entende-se que o jeito não só que olhamos para o outro, mas também como reagimos envolve de fato questões políticas sociais e culturais. Para alguns estudiosos o conceito de gênero perpassa, já há alguns anos por, um desenvolvimento. Piscitielli (2002) explica que o conceito foi cunhado a luz das teorias sociais sobre a diferença sexual e disseminou-se mesmo no Brasil a partir da década de 1980. O que pretendemos aqui, mesmo que brevemente, é explicitar que as questões de gênero também aparecem no setor de agronegócios e que podem reverberar sobre o discurso produzido pela mídia especializada. Para Hall (2003), é impossível abstrair a análise da cultura das relações de poder e das estratégias de mudança.

Pois bem, retornemos a Piscitielli. Para a autora, à época, esse novo conceito

residia num espaço em que se permitia olhar a realidade social de maneira diferente. Foi entre os acadêmicos que as discussões ganharam espaço. “As diversas correntes do pensamento feminista afirmam a existência da subordinação feminina, mas questionam o suposto caráter natural da subordinação” (2002. p. 65). Esta subordinação seria construída a partir de como a mulher é construída socialmente. Quer dizer, ao ser construído, pode ser modificado. Na igualdade de direito, além disso, é comum a confusão entre gênero e mulher e neste sentido o estudo sobre gênero se desenvolveu no marco dos estudos sobre mulher.

Rubin Reiter define sexo/gênero como um “conjunto de arranjos através dos quais a matéria prima biológica sexo humano e da procriação é modelada pela intervenção social humana”. Para a autora, gênero é um imperativo da cultura que opõe homens e mulheres. Reiter (1975 *apud* PISCITELLI, 2001, p. 12) ressalta ainda que as posturas das autoras que discutem o conceito de gênero, em geral, são diferentes:

Elas oscilam entre realizar uma crítica a várias das ideias associadas a distinção sexo/gêneros procurando saídas, sem abandonar, porém princípios associados a noção de gênero, ou ao contrário, procurar categorias alternativas uma vez que pensam o gênero como par inseparável numa distinção binária (1975 *apud* PISCITELLI, 2001, p. 12).

Portanto, verifica-se que os movimentos feministas envolvem uma pluralidade de pensamentos. O feminino e as questões de gênero, se estabelecem entre as opressões que as mulheres são submetidas e ecoam por meio de suas vozes, tantas vezes sufocadas pelo sistema cultural.

O MULHER NO UNIVERSO AGRO

O Brasil é um país agrícola, uma dos maiores exportadores de alimentos. Produziu cerca de 240 milhões de toneladas de grãos em 2018 e é o maior produtor de proteína animal do mundo. A produção agrícola é realizada não só por pequenos como também por grandes produtores e neste cenário se insere a mulher agricultora. De acordo com o último Censo Agropecuário, do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE)⁴⁰, em 2006, elas representavam pouco mais de 12% dos produtores rurais. Em 2017 passaram a ser 18% do total. Em 1,06 milhão de propriedades a administração é dividida entre o casal. A maioria das mulheres que tocam as propriedades sozinhas ou em parcerias, tem idade entre 25 e 45 anos.

Os números do IBGE são semelhantes aos de uma pesquisa feita pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), que publicou uma pesquisa como título “Todas as Mulheres do Agronegócio”, onde apresentou dados da mulher antes e depois “da porteira”. Parte dos dados coletados nos ajudam a entender o cenário em que está inserida a representação da mulher em programas especializados.

Os dados desta pesquisa mostraram que as mulheres são cobradas a desempenhar outros papéis que a sociedade lhe atribui, além do de agricultora. O mesmo estudo revela que há uma predominância de mulheres que são proprietárias ou sócias das propriedades rurais (cerca de 60% das entrevistadas), o que mostra a participação no setor.

Em busca de melhor infraestrutura, proprietárias e trabalhadoras rurais mais jovens, optam por morar nas cidades, mas continuam com a lida na atividade rural. Mais da metade das entrevistadas (54,4%) moram em cidades e trabalham no campo. Em muitos casos a produção é tratada apenas como um negócio, e por isso mesmo a força de trabalho é investida somente na propriedade (38%). Mas há também a mulher que nasceu e cresceu no campo, tendo a propriedade essencial com hábitos e cultura, (ABAG, 2017). Algumas das informações apresentadas aqui são que mostram do ponto de vista geográfico e estatístico quem são as mulheres do agro. Nossa intenção é averiguar e apresentar como a mídia representa essa mesma mulher.

METODOLOGIA

Compreender a narrativa vai muito além de estar ciente do seu significado. “Um discurso está carregado de intencionalidades”. A frase é de um dos pesquisadores da teoria da Análise Crítica da Narrativa, Luiz Gonzaga Motta. Para o autor, a narrativa é um modo de expressão universal que atravessa o conteúdo do jorna-

40 Disponível in <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em novembro de 2019.

lismo, do cinema da telenovela e das novas mídias. Por meio dessa metodologia e teoria, pretendemos compreender quais as intencionalidades implícitas e explícitas na narrativa midiática acerca da pecuarista Teka Vendramini. Por meio desta teoria interpretativa poderemos compreender como os “homens articulam sentidos através da comunicação narrativa” (MOTTA, 2006, p.11).

A narrativa nos permite perceber que o homem não apenas representa o mundo, mas o constitui na medida em que nomeia e classifica. “As narrativas não representam simplesmente a realidade: elas apresentam e organizam o mundo, ajudam o homem a construir a realidade humana” (MOTTA, 2012, p. 89). A narrativa é uma construção discursiva, um texto linguisticamente organizado para dar sentido às nossas experiências de vida num desenrolar lógico e cronológico (MOTTA *apud* MOTA, 2008). “As narrativas criam significações sociais, são produtos culturais inseridos em certos contextos históricos, conformam as crenças, os valores, as ideologias, a política, a sociedade inteira” (MOTTA, p. 121).

O discurso midiático se serve das construções de sentido produzidos pelo texto e contexto de um fato. O que veremos a seguir é qual o sentido produzido, qual a imagem que reverbera por meio da mídia a respeito da pecuarista e apresentadora do programa.

CONSTRUINDO O CORPUS

Em dezembro de 2016, Teresa Cristina Vendramini, assumiu a posição de Diretora Executiva da Sociedade Rural Brasileira⁴¹, sendo a primeira mulher em 98 anos de associação. Nesta função ela se tornou responsável pela estruturação do comitê de pecuária no Brasil, entre as responsabilidades estavam as de fazer contato com os grupos e associações de pecuária do país e realizar um levantamento a fim de descobrir o desafios e dificuldades mais encontrados neste setor. Observa-se

41 Fundada em 1919, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) é uma associação de produtores rurais de cem anos que atua na representação política em defesa do setor agropecuário. Apoia a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) – que congrega mais de 200 Deputados Federais e Senadores –, a SRB também atua na articulação de ações, no sentido de assumir lideranças, criar movimentos, questionar, impactar e influenciar a tomada de decisões em diversos âmbitos, como autarquias públicas, Governos, Congresso Nacional, Ministérios, Secretarias, Tribunais de Justiça, além de movimentos empresariais no Brasil e nas comunidades internacionais. Disponível In: <http://www.srb.org.br/quem-e-a-srb/historia/>. Acesso em novembro de 2019.

que a partir deste período a visibilidade da pecuarista, que já existia, aumentou e ela passou a participar ainda mais de programas na mídia segmentada, principalmente na TV e internet.

Ao fazermos uma busca na internet observamos que existe um vasto conteúdo publicado a respeito dela, como entrevistas e reportagens, tanto audiovisual quanto escrita. Por meio da ferramenta de um programa de clipping⁴² tentamos encontrar publicações para que fossem feitas as análises. Encontramos 33 produtos, publicados a partir de 2016, e a maioria em 2017, ano em que ela passou a integrar a SBR. A maior parte das publicações estão em canais segmentados que são transmitidos por parabólica. Quando se pensa em sites, os números de inserções aumentam. Além das grandes mídias como a revista *Exame*, portal Terra, *Valor Econômico*, existem várias entrevistas, reportagens publicadas em sites de empresas ligadas diretamente ao setor como de grandes indústria e peças agrícolas.

Diante desse cenário, para este trabalho escolhemos como *corpus* cinco produtos (05) audiovisuais/entrevistas (por ser o formato de produção midiática que utilizamos no grande *corpus*) para fazermos a análise. Neste recorte procuramos ser plural, diversificar, contemplando grandes veículos e publicações na internet. Os programas são de entrevista e tem cunho jornalístico (Ver quadro 1).

Quadro 1 – Corpus de análise

N	Programa	Veículo	Assunto/ano	Tempo
1	Programa Mara Ramos	TV Centro Oeste Paulista	Chegada a SBR / 2017	11:45
2	Jovem Pan News	Jovem Pan News / Band	1º Congresso Brasileiro das Mulheres do Agronegócio 2016	11:00
3	Programa Mercado Futuro	Canal do Boi	Fala sobre a SRB 2017	25:08
4	Programa Direito e Certo	Terra Viva	Chegada à SBR/ pecuária 2018	22:56
5	Giro do Boi	Canal Rural	Congresso Brasileiro das Mulheres do Agronegócio 2019	16:32

Fonte: A AUTORA, 2019.

42 Clipping é a reunião de matérias sobre determinado assunto publicadas na mídia. É uma ferramenta muito comum usada pelas assessorias de imprensa. (LORENZON, G. Manual de assessoria de imprensa. 2ª edição. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2006).

REPRESENTANTE DE UM GÊNERO

Assistimos ao *corpus* selecionado por várias vezes. Em boa parte das entrevistas Tereza Vendramini está vestida de calça jeans, blusas claras, sapatos ou botas bem discretos. O cabelo dela é loiro e, na maioria das vezes, está solto. Em boa parte das entrevistas ela está com o semblante alegre e do ponto de vista visual, não há elementos que chamem a atenção demais. É a figura de uma mulher branca de meia idade, a maquiagem é discreta, brincos pequenos e de vez em quando aparece um colar dourado (Figuras 1 e 2).

Figura 1



FONTE: TV CENTRO OESTE PAULISTA 2017.

Figura 2



FONTE: CANAL DO BOI, 2017.

As imagens também revelam um pouco da personalidade da pecuarista. Em quatro, dos cinco vídeos, Teka está vestida de maneira discreta. Por meio da aparência comum, Teka aparenta ser uma pessoa simples, sóbria, que não pretendia chamar atenção. Durante as entrevistas observamos também que ela sempre fazia questão de agradecer, logo de início, ter sido chamada para conversa. Sorridente e de maneira afetiva destacava a importância da mídia, do veículo, do programa. Não fala alto e nem é exagerada em gestos e expressões.

Do ponto de vista a Análise Crítica da Narrativa identificamos que o discurso midiático e da própria pecuarista figuraram principalmente sobre dois aspectos: as questões de gênero, a negação ao gênero e foi assim que categorizamos o material analisado.

Em todas as cinco entrevistas analisadas é recorrente a fala tanto dos jornalistas/comunicadores como também de Teka Vendramini, de que ela representa não só o gênero feminino, como também a mulher do agronegócio. Vamos destacar alguns trechos.

Você tem andado esse Brasil todo, tem dado várias palestras e em especialmente conversado com muitas mulheres. O que é que você tem visto nas mulheres do agronegócio brasileiro?. (Mara Ramos/ apresentadora - TV CENTRO –OESTE PAULISTA, 2017).

[..] eu acredito que você inspira muitas mulheres e você também se inspira através do que você conhece por aí né” (TV CENTRO –OESTE PAULISTA, 2017).

No ano passado seu participei, eu falo 15, mas foram mais de 15 eventos de mulheres pelo Brasil. Sempre convidadas por mulheres que estão aí. [...] elas tão me chamando, tô participando de tudo, mas sou eu que ganho (Teka Vendramini/ TV CENTRO –OESTE, 2017)

Nos recortes acima destacamos as palavras “conversado, inspira e convidadas”. Do ponto de vista da ANC compreende-se que, dentro do contexto inserido, a pecuarista foi legitimada pelo campus e pela mídia para falar e representar este público: mulheres do agronegócio. No último trecho, a pecuarista, destaca que tem viajado muito pelo país para falar com mulheres, e quando diz que é “convidada” por elas, produz o sentido de que é uma pessoa com as quais as demais queriam estar,

que ela tem algo para dizer.

Em outra reportagem, desta vez exibida pela TV Jovem Pan News, na internet e pelo rádio, o apresentador do programa fala da pecuarista como “uma mulher à frente do seu tempo, que tem representado tantas outras do país”. Ele também dá destaque aos cargos institucionais que ela ocupa e diz que ela não só representa, como também inspira outras mulheres. A entrevista é sobre o primeiro Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio, realizado em 2016.

Eu estou aqui neste momento, na rede jovem Pan com uma das **estrelas** desse encontro: a Tereza Vendramini. Ela é presidente do Núcleo Feminino do Agronegócio, **produtora e uma líder espetacular desse nosso mundo do agro, feminino** que cada vez mais vai tomando proporções de liderança [...] é uma **inspiradora** desse nosso programa, (Paulo Tejon/ apresentador - TV JOVEM PAN NEWS, 2016).

A imagem de líder também aparece neste momento acompanhada do adjetivo “espetacular”. Em outra reportagem a apresentadora Samanta Pineda diz: “Eu tô aqui com **a mulher da pecuária**”. A pecuarista por sua vez não declina e comenta: “Olha a **responsabilidade** de ser a mulher da pecuária”. Ao dizer que Teka é “A” mulher da pecuária conferiu a ela capital não só econômico como também social dentro do universo agro (BOURDIEU, 1996).

Por meio destas análises, identificamos que a mídia apresenta e representa a pecuarista como uma mulher que fala em nome de uma classe: das mulheres agricultoras. Também observamos que Teka recebe/ reconhece este discurso, de falar em nome de muitas, mas aparenta ser pés no chão, sabe que é uma mulher que tem história, mas que é igual a muitas outras pelo país.

NÃO AO GÊNERO

As questões de gênero estão relacionadas ao contexto social e cultural. É notório que nos últimos 30 anos tem se falado mais a respeito do assunto. E no agronegócio, um setor hegemonicamente masculino as discussões começam a ganhar espaço. Por meio da análise as entrevistas observamos que em alguns momentos a

pecuarista “rejeita” o “título” que adquiriu, ou mesmo que foi cunhando pela mídia ao assumir a diretoria executiva da SBR. Nos trechos a seguir, pode-se perceber que alguns apresentadores às vezes se sentem desconfortáveis quando Teka diz que “isso, de primeira mulher a assumir um cargo na SBR é coisa do passado”.

Na entrevista, exibida pela TV Centro Oeste, em 2017, no programa “Mara Ramos”, Teka Vendramini é entrevistada durante 11 minutos. A pecuarista e a entrevistadora estão sentadas em cadeiras de madeira, numa espécie de área externa, existem plantas dos lados e um janela ao fundos. A primeira pergunta que a apresentadora faz é sobre Teka fazer parte da diretoria da Sociedade Rural Brasileira. Teresa responde dizendo que é um “presentão” participar da SBR, mas logo em seguida tenta minimizar o fato de ter sido a primeira mulher a ocupar uma cadeira da Sociedade:

Participar da Sociedade Rural Brasileira, tá sendo, sabe um presente que você ganha da vida, um presentão que eu ganhei da vida. Eu acho que existe sim, óbvio que é um fato de eu ser a primeira mulher, ter um cargo executivo na Sociedade Rural Brasileira, **mas isso passou. Isso aí foi naquele primeiro momento**, que houve né e aí as pessoas, assim como você falam “nossa é a única mulher a ter esse cargo e tal, realmente é um fato, um fato marcante, mas eu acho que a oportunidade que eu tô tendo trabalhar na rural, de estar junto com aqueles homens, com aqueles conselheiros, aquele pessoal da diretoria tá sendo tão especial que **esse negócio de mulher já ficou pra trás, sabe eu brinco**, gente eu sou **mais um do time**, nós tamo [sic] ali todo mundo trabalhando junto e eu tô achando ótimo, né porque **aí não fica aquela coisa sabe da mulher**, então éee. Não, eu acho que foi importante de falar, de ser a primeira mulher porque eu, foi uma celebração, isso uma abertura da rural, um celebração pras mulheres né, então é bacana, **mas gente já foi vambora para outra** (TV CENTRO OESTE PAULISTA, 2017).

Por meio do discurso da pecuarista nota-se que a incomoda o fato da apresentadora destacar que ela foi a primeira mulher a se tornar diretora da SBR. No mesmo trecho Teka se autorreferencia como “mais um do time”, no masculino, não usa o feminino para falar de si mesmo, destaca que “esse negócio de mulher já ficou pra trás. Num pequeno trecho, ela nega três vezes o fato que mais chamava a atenção da própria mídia.

Na entrevista para a Jovem Pan News, a situação se repete. José Luiz *Tekon* pergunta se ela já enfrentou algum preconceito por ser mulher. De todo material

analisado, apenas nesta situação Teka é questionada diretamente sobre o tema preconceito de gênero.

Essa pergunta é recorrente, é obvio que sim. Eu fui *da* uma entrevista e **minha filha me cobrou, porque sempre eu dou uma sublimada na coisa**. Mas eu gosto de pensar que não sou eu que tô no agronegócio que tem um problema, que é um meio totalmente masculino, são várias mulheres, são, sabe eu vejo assim engenheiras, médicas qualquer um, em vários setores da economia, eu gosto de pensar assim. (Teka Vendramini/ TV JOVEM PAN NEWS, 2016).

Nesta narrativa da pecuarista percebemos que mesmo ao reconhecer que sim, que há preconceito, Teka deixa claro que ela mesmo evita ficar reforçando este discurso. Ao considerar que mulheres de outras áreas passam pela mesma situação, ela tenta “minimizar” a polêmica e ao se “igualar” a outras mulheres, passa a sensação de encarar o fato com menos seriedade. O fato de não tocar no tema preconceito já foi percebido até mesmo pela família de Teka e, talvez por isso, nesse momento ela faça a “mea culpa” e reconheça.

Na entrevista exibida no canal Terra Viva o apresentador toca no assunto que mais uma vez soa incomodar a pecuarista. Ao dizer que não quer que ela fique marcada dessa forma, sugere que houve, talvez, um diálogo prévio sobre isso, de que ela estava sendo marcada por ter sido a primeira mulher na SBR.

[...] e finalmente uma expoente do agro que é a Teka Vendramini, que ajudou a criar o Núcleo Feminino do agro. Quase um século, **não quero que você fique marcada, o fato é que você é diretora da rural, quero saber como é lidar com aqueles marmanjos?** (TERRA VIVA, 2018)

Ao responder, a pecuarista diz que está tendo chances de conhecer alguns departamentos: “Agora pra mim qual é oportunidade de ouvir aqueles homens, aquelas cabeças. Ali tem muito mais do que eu imaginava”. Na mesma entrevista o apresentador diz que esta história de gênero é uma bobagem.

Eu odeio essa história de gênero, essas bobagens todas, mas na TV, algumas, as minhas experiências em trabalhar com chefes mulheres, eu acho que já te falei isso, algumas delas eu gostava mais, porque elas é de uma

objetividade, isso não é só uma característica só das que eu trabalhei. Não enrola. (TERRA VIVA, 2018).

Após dizer isso, Teka e o apresentador riem, ela comenta que mulher não enrola mesmo e em seguida ele parte para outra pergunta sobre algo técnico no trabalho da SBR e a entrevista segue. A pecuarista não comenta a visão do apresentador sobre gênero e ao fazer isso nota-se, mais uma vez, que evita polêmicas, minimiza o assunto.

No próximo trecho, o mesmo aspecto se repete. Teka está sendo entrevistada por uma mulher, Samanta Pineda, do canal Terra Viva. A apresentadora, logo na introdução do quadro fala, sobre quanto esperava Tereza para um bate-papo, mas imaginou que ela não tivesse tempo:

__Teka: Eu venho falar um pouco sobre a Sociedade Rural.

__Samanta/apresentadora: Então super novidade isso.

__ Ó tá meio velha, essa novidade tá fazendo uns três meses, quatro

__[...] Como foi esse convite para a Rural, a Rural tem 100 anos e nunca teve uma mulher na diretoria?

__ Então tem 98 anos. Olha, pra mim foi uma coisa muito especial, e houve sim esse momento né, que foi ali em março, teve a eleição, nós fomos eleitos, começamos a trabalhar e muita gente, muita mulher em geral perguntava muito. Acho que foi um marco, era a hora. [...] Eu tenho tanto trabalho, **já esqueci que foi a primeira mulher**

__ **Nem precisamos ficar lembrando disso também, isso foi uma curiosidade.**

__[...] eu foquei tanto nesse lado, fico tão preocupada no bom sentido, que menina a mulher ficou lá essa coisa de mulher ficou lá pra trás e bora pra frente.

__ **Nós somos o Joazinho**, mais um do time (TERRA VIVA, 2017).

Observando o diálogo, logo no início da conversa, nota-se que a apresentadora fica um tanto desconcertada, após Teka dizer que a novidade dela está meio velha. Isso também aconteceu em outras situações. Logo em seguida, ela destaca que foi mesmo importante ser a primeira mulher na SBR e neste trecho identificamos uma dualidade no discurso de Teka. Ora se autorreconhece, ora faz questão de minimizar a discussão de gênero a partir da chegada dela a SBR. A apresentadora até diz que não é preciso ficar lembrando disso, e fim Teka usa o masculino para de definir, é um Joazinho. Ou seja, não quer ser diferente, a mulher meio a eles, é na verdade um Joazinho.

CONCLUSÃO

Compreendemos por meio dos discursos que Tereza Vendramini não faz questão de destacar sua chegada a SBR e isso é exatamente o que a mídia quer destacar. Ao observar que os apresentadores dos programas em primeiro lugar chamavam a atenção para este fato, compreendemos que os comunicadores entenderam este episódio como relevante. Recorremos a Barbeiro (2002), para lembrar que o jornalista, faz seleção dentro de um tema, de uma entrevista, de um produto jornalístico e nesta seleção dá destaque a temas, que julga relevantes. O jornalismo se pauta no diferente, nas novidades, e de fato ter uma mulher junto a uma instituição centenária com a predominância masculina é chamativo, é novidade. O sentido que emana por meio do discurso midiático acerca da pecuarista nos mostra que as narrativas são representações que dão significado a vida humana. A mídia, em geral sabe que está induzindo o receptor para o efeito desejado (MOTTA 2008). Desta forma, sempre haverá ambiguidades e interpretações possíveis. A relação de linguagens e significados, entretanto, provocarão sentidos próximos, harmônicos, com o que se pretendia na materialização do discurso. Por fim, conclui-se que representação construída por meio do discurso midiático analisado é de que a pecuarista é uma líder, que representa uma categoria e um gênero, ao passo que a própria Teka tenta minimizar estes aspectos.

REFERÊNCIAS

ABAG. **Todas as mulheres do Agronegócio**. Sorocaba, 2017.

AGÊNCIA BRASIL.

BARBEIRO H. e LIMA P, R de. **Manual de Telejornalismo**. Os segredos da notícia na TV. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

BOURDIEU, Pierre. 1996. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papiros.

CANAL DO BOI. Programa **Mercado Futuro**. Disponível In: <https://www.youtube.com/watch?v=MceGPi7-mgs>. Acesso em novembro de 2019.

CANAL RURAL. Programa **Giro do Boi**. Disponível In: <https://www.girodobo.com.br/videos/mulheres-ja-ocupam-30-do-comando-de-fazendas-no-brasil/> Acesso em novembro de 2019.

CAZARÉ, M. **2015: o ano das mulheres**. Disponível In: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-12/2015-o-ano-das-mulheres> Acesso em novembro de 2019.

HALL, S. **Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília, Representação da Unesco no Brasil, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível In. <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/> Acesso em novembro de 2019.

JOVEM PAN NEWS / BAND. Disponível in: <https://www.youtube.com/watch?v=2LG-ZBmaWOdQ>. Acesso em novembro 2016.

LORENZON, G. **Manual de assessoria de imprensa**. 2ª edição. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2006).

LOURO, G. L. **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Traduções: Tomaz

Tadeu da Silva 2ª Edição Autêntica: Belo Horizonte 2000.

MACHADO, L. M. M. E a mídia criou a mulher: como a tv e o cinema constroem o sistema de sexo/gênero. 2006. 244 f. Tese (**Doutorado em História**) -Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MOTTA, L. G. **Notícias do Fantástico**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

MOTA, C. M. S. L. **Representações da identidade Nacional na notícia da TV**. Brasília: UNB, 2008. 329 p. Tese (Doutorado em Comunicação) - **Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília – PPGCO**, Universidade de Brasília, 2008.

PINHEIRO, L. Os dilemas da construção do sujeito no feminismo da pós-modernidade.

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2016.

PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos**, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA. Diretoria. Disponível em <http://www.srb.org.br/> acesso em 10 de novembro 2019

TV CENTRO OESTE PAULISTA. **Programa Mara Ramos** Disponível In: <https://www.tvcentrooeste.com.br/quem-somos/>. Acesso em **novembro de 2019**.

TV TERRA VIVA. Programa **Direito e Certo**. Disponível In: <https://tvuol.uol.com.br/video/direito-amp-certo-entrevista-com-teresa-vendramini-da-srb-04028C1B3860E0916326>. Acesso em **novembro de 2019**.

VARGAS, J. E JUREMA B. A Marcha das Vadias e seu feminismo: Práticas, experiências e conflitos de uma geração de jovens feministas. **INTERSEÇÕES** [Rio de Janeiro] v. 20 n. 1, p. 179-195, jun. 2018.

AS REPRESENTAÇÕES DA EDUCAÇÃO SEXUAL ATRAVÉS DO CURRÍCULO E DAS PRÁTICAS DOCENTES

Adriane Cássia Silva Coitinho⁴³

Denise Regina Quaresma da Silva⁴⁴

INTRODUÇÃO

Abordar a temática da educação sexual é uma tarefa complexa e exigente, pois permeia questões sociais que despertam reflexões e posicionamentos, na maioria das vezes dissonantes, que se intensificam quando as discussões se referem ao currículo escolar e as práticas docentes. Por um lado, existem aqueles que estão convencidos que ao falar sobre a temática na escola, os/as estudantes serão incentivados/as a uma iniciação sexual precoce, outros compreendem a sua importância “para além do conhecimento do corpo, do desenvolvimento da autoestima, do ensino sobre o exercício da sexualidade de forma segura e responsável e da proteção contra as violências sexuais”. (FERNANDES E LORENZETTI, 2019. P. 01). Suplicy (1997, p. 15), defende a educação sexual como uma temática pertinente ao âmbito escolar, afirmando que “visa colocar o diálogo sobre a sexualidade dentro da sala de aula, através de professores com o preparo adequado para bem desempenhar essa tarefa informativa e formativa”.

De fato, no cotidiano das escolas observa-se que questões de gênero e sexualidade monopolizam os interesses e a atenção dos/das estudantes. Na maioria das vezes, eles/elas as elegem como prioridades em relação as atividades propostas pelos/as docentes em sala de aula. Por conta disto, frequentemente, envolvem-

43 Mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade FEEVALE. Especialista em Orientação Educacional e Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil. adriane.orientadora@gmail.com.

44 Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 - CA ED - Educação. Pós-Doutora em Estudos de Gênero pela UCES Doutora e Mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Psicóloga. denisequaresmadasilva@gmail.com.

-se em situações que os/as colocam em conflito com o grupo de colegas ou com as regras de convivência da escola, que tratam tais situações como indisciplina. Seffner (2011), relata cenas escolares protagonizadas pelos/as estudantes, na tentativa de se apropriar da sua sexualidade, tais como piadas, brincadeiras, bilhetes, desejos, relatos de experiências, comportamentos afetivos (toques, beijos, namoro, etc.), em contrapartida, a timidez demonstrada por alguns/algumas docentes que preferem se afastar ou encaminhar a orientação dos/as estudantes para longe da sala de aula.

Estudiosas como Sayão (1997), Suplicy (1997) e Quaresma (2013) apontam em suas pesquisas, que as escolas fracassam na instrumentalização da educação sexual e que a curiosidade, os questionamentos dos estudantes estão acompanhados por professores/as com pouco conhecimento e que não oportunizam espaços abertos, para que as crianças ou os adolescentes encontrem respostas, sem desaprovações ou estigmas, prevalecendo o ensino dos aspectos biológicos e uma tendência moralista.

À priori, destaca-se que o conceito de educação sexual eleito para embasar as discussões deste estudo aborda “uma educação em sexualidade que contempla conhecimentos sobre saúde, corpo humano, identidade, autoconhecimento, sentimentos, bem-estar, responsabilidade, autoproteção e relações”. Sobretudo, uma prática comprometida com a formação integral dos indivíduos, voltada à vida, ao respeito, à diversidade e à transformação de comportamentos. (CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2019. p.01).

Diante destes fundamentos, elaborou-se pressupostos iniciais para o estudo, onde sugere-se que a educação sexual no currículo e nas práticas docentes do Ensino Fundamental permanece ainda reduzida ao estudo do aparelho reprodutor, métodos contraceptivos e estratégias de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, assim como na sala de aula manifestam-se contornos de masculinidades e feminilidades, que re(produzem) situações de discriminação, exclusão entre gêneros e as dificuldades dos/das docentes para falar abertamente, com argumentação e afetividade sobre o tema.

Esta pesquisa de abordagem quali-quantitativa, é uma revisão sistemática da literatura realizada na Base de Teses e Dissertações da CAPES no período de agosto

de 2013 a agosto de 2019, como objetivo de compreender quais as concepções dos/as pesquisadores/as brasileiros/as sobre a educação sexual, compreendendo os aspectos relacionados a sua história no Brasil, a sua institucionalização no currículo escolar e as suas representações nas práticas docentes no Ensino Fundamental, determinando assim a importância de novos investimentos em pesquisa.

A análise bibliométrica dos registros das publicações encontradas permitiu conhecer o atual cenário da produção acadêmico-científica. Os resultados foram analisados a partir da perspectiva da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), sendo as publicações incluídas neste estudo classificadas em duas categorias emergentes: (a) formalização do currículo de educação sexual no Ensino Fundamental; (b) práticas docentes sobre educação sexual no Ensino Fundamental.

Este estudo está dividido em quatro seções. Na primeira seção apresenta-se em linhas gerais, a história da educação sexual no Brasil no período de 1500 a 2019. Na segunda seção é apresentada a metodologia utilizada para o desenvolvimento das etapas da pesquisa, seguida pela terceira seção que apresenta os resultados da análise bibliométrica das publicações selecionadas e pôr fim, a quarta seção, traz a análise e discussão das categorias emergentes.

EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL NO PERÍODO 1500 a 2019

Em 07 de setembro de 2019, juntamente com divulgação das notícias sobre as comemorações alusivas à Independência do Brasil, nos meios de comunicação nacionais e internacionais, foi amplamente comentada a nota em que a coordenação da XIX Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, anunciou que iria recorrer da decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), a fim de garantir o pleno funcionamento do evento e o direito dos expositores a comercializar obras literárias sobre as mais diversas temáticas como prevê a legislação brasileira. Isso, após a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro autorizar o município a recolher livros com conteúdo LGBT+⁴⁵, pois segundo os gestores municipais, os exemplares

45 Termo aprovado no Brasil em 2008 para debater os direitos humanos e políticas públicas de gays,

estavam sendo comercializados, sem o devido esclarecimento ao público e sem a embalagem apropriada. A nota argumenta ainda, que a Bienal do Livro é democrática e plural, onde todos são bem-vindos e não aceita a ideia de que um livro que contenha a ilustração de um beijo homossexual seja comparado a pornografia⁴⁶.

Este recorte do cenário cultural brasileiro, contribui para ilustrar a existência de diferentes concepções sobre as questões de sexualidade e identidade de gênero na sociedade, e ressalta a importância deste estudo revisitar os marcos teóricos da história da educação sexual no Brasil, para posteriormente proceder da análise da literatura selecionada sobre o tema. Neste aspecto, segundo Augusto (2015), compreender o movimento, as intencionalidades e a trajetória da educação sexual no Brasil, também é conhecer e considerar a influência do contexto histórico-social do período no qual as ações ocorreram ou as publicações foram escritas.

No início do período Colonial no Brasil (1500 a 1822), segundo Freyre (2004), o homem branco disfrutava de total liberdade em suas práticas sexuais, inclusive, elas representavam uma forma de autoafirmação de sua masculinidade e implicavam na sua posição social. Bassegio e Silva (2015), corroboram essa ideia, afirmando que após a descoberta do Brasil, o homem branco despertou o interesse da mulher índia, que num primeiro momento, entregou-se a ele em troca de presentes, como espelhos e pentes, e isso era uma prática aceita pela sociedade da época sem questionamentos. Com o passar do tempo, os colonizadores perceberam que precisavam de trabalhadores mais resistentes que os indígenas, assim, com a escravidão teve início a exploração sexual da mulher negra, que não era considerada nada além de um bem de seus proprietários.

Neste período, somente o homem tinha acesso à educação escolar, a mulher branca, referência para a formação da família e para a transmissão dos valores culturais dos colonizadores europeus, era preparada em casa para vida doméstica e religiosa, permanecendo reprimida, considerada propriedade do pai ou do marido. A partir de 1545, com a chegada dos Jesuítas no Brasil, a educação letrada foi baseada na catequização, os índios em escolas improvisadas e os filhos dos colonos em

lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais. www.direito.mppr.mp.br

46 Conteúdo integral da nota disponível em <https://www.facebook.com/bienaldolivro/>.

colégios, seguindo um documento curricular chamado *Ration Studiorum*⁴⁷ que exigia dos estudantes que respeitassem os princípios morais cristãos, onde estavam presentes aspectos relacionados ao processo de disciplinação sobre a sexualidade para manutenção da sociedade, ou recebiam punições e castigos.

Em consequência dessa configuração sociocultural da época foram criados os Tribunais do Santo Ofício da Inquisição (1591), que através de manuais, regras, inquéritos, julgamentos e punições buscava conter e educar comportamentos sexuais considerados desrespeitosos e criminosos em relação às diretrizes estabelecidas pela Igreja Católica, tais como a bigamia, luxúria, o sexo libidinoso. (RIBEIRO, 2016).

O Brasil do XVII foi caracterizado pela interiorização do processo de colonização em busca de riquezas, ocupação do território e a luta dos jesuítas contra a escravidão indígena. O Século XVIII foi marcado por revoluções internas, lutas pela demarcação de terras entre Portugal e Espanha e pela expulsão dos jesuítas do Brasil, o que causou a degradação da educação e conseqüentemente dos valores morais e sociais. Estes dois séculos transcorreram com o padrão de comportamento da sociedade brasileira praticamente inalterado. (RIBEIRO, 2004).

No século XIX, segundo dados eclesiásticos e estimativas, no país já viviam cerca de três milhões de habitantes, as questões de saúde eram preocupantes, principalmente com a ocorrência de epidemias de doenças como febre amarela e tuberculose. A partir da Independência do Brasil, o pensamento científico passa a se sobrepôr sobre as normas religiosas, referenciando na higiene e na saúde as questões sobre sexualidade. Neste período Imperial, a literatura sobre educação sexual passa a existir através de livros, teses e principalmente em manuais que tratavam da boa conduta sexual, baseada em princípios higienistas e moralistas. (RIBEIRO, 2004).

Na transição do século XIX, para o século XX, com o crescimento industrial, a sociedade passou por significativas mudanças político-sociais. As grandes cidades atraíam colonos que procuravam melhor qualidade de vida, mas que terminavam

47 Código de ensino que se pautou a organização e a atividade dos numerosos colégios que a Companhia de Jesus fundou e dirigiu durante cerca de dois séculos no mundo. <https://ecclesiae.com.br/o-metodo-pedagogico-dos-jesuítas>.

se submetendo a condições precárias de trabalho e a exploração da mão de obra infantil e feminina. Os médicos sanitaristas, preocupados com as epidemias e com a mortalidade infantil nos espaços urbanos, principalmente entre a classe mais pobre, realizaram muitas publicações de caráter higienista que orientavam sobre saúde, moral e educação sexual. Era necessário cuidar da população, educando-a a desenvolver novos hábitos, pois consideravam as doenças um fenômeno social que colocava em risco a mão de obra trabalhadora. Os higienistas foram os primeiros a considerar uma intervenção na área da saúde através dos cuidados e da educação das crianças. Isto se confirma efetivamente quando, a partir de 1842, o ensino de higiene seria obrigatório, em todas as escolas durante uma hora por semana. (FERNANDES; OLIVEIRA, 2012).

Nas primeiras décadas da República, início do século XX, a produção científica sobre educação sexual se intensificou, principalmente através do interesse de médicos, educadores e sacerdotes. Destacou-se, as ideias do médico neurologista e professor da Universidade de Medicina do Rio de Janeiro, Antônio Austregésilo, que escreveu em 1919, "Psiconeuroses e sexualidade. I – a neurastenia sexual e seu tratamento, considerada a obra mais antiga, encontrada no Brasil sobre educação sexual. No livro, apresenta conceitos a respeito do que chamou de desvios funcionais do instinto sexual, tais como a indiferença ao homossexualismo, sonhos eróticos, crimes sexuais, excesso de excitação, entre outros. Este médico também compartilhou nas suas obras publicadas posteriormente, a contribuição das áreas da Sociologia, Psicanálise e Antropologia sobre o desenvolvimento sexual, bem como sobre a educação sexual nas escolas para jovens. (AUGUSTO, 2015).

Outro grande incentivador da educação sexual na década de 30 no Brasil, foi José de Albuquerque, o médico, considerado radical na época, trabalhou para desconstruir a ideia de que a sexualidade era somente uma função biológica natural, atividade humana perigosa, sobre a qual não se deveria falar em público. Criou o Círculo Brasileiro de Educação Sexual, no Rio de Janeiro, onde valorizava a participação das mulheres em suas campanhas, principalmente as pedagogas, desenvolveu pautas importantes sobre o feminismo e diversas ações inovadoras sobre educação sexual, tais como conferências públicas, filmes, hinos, programas de rádio,

cartões postais, museu e pinacoteca. (REIS; RIBEIRO, 2015). Cercada pelo grande interesse dos pesquisadores da época, em 1930, a educação sexual é introduzida na escola, trabalhada a partir de pressupostos científicos e relacionada com a função reprodutiva, como forma de diminuir a curiosidade das crianças. (REIS, 2006).

Entre as décadas de 1940 a 1950, conforme afirma Sayão (1997), não foram registradas iniciativas envolvendo a educação sexual, uma vez que a Igreja Católica centralizava a organização e o funcionamento do sistema educacional e controlava as publicações sobre o tema no Brasil.

Em meados de 1960, sob a influência de autores como Antônio Austregésilo e José de Albuquerque, educadores consolidaram a educação sexual nas escolas de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Cada escola desenvolveu a temática com uma metodologia diferente, eram seminários organizados com base nos assuntos sugeridos pelos estudantes, aulas sobre a reprodução humana (aspectos biológicos), que evoluíram para o esclarecimento de dúvidas e medos dos adolescentes. Todavia, logo foram interrompidas pelo Golpe Militar de 1964⁴⁸, consideradas impróprias, sendo suspensas e reprimidas juntamente com manifestações políticas, sociais e culturais pela Comissão Nacional de Moral e Civismo, que afirmava a posição oficial brasileira no sentido de que era reponsabilidade da família a educação sexual dos filhos, podendo a escola, inserir ou não, o tema em programas de saúde. (RIBEIRO, 2004; LARROSA, 1994).

Em 1978, o Conselho Federal de Educação aprovou a implantação da disciplina intitulada Programa de Saúde na Escola no currículo do 1º e 2º Grau, atuais Ensino Fundamental e Ensino Médio, respectivamente, que se aproximava de questões físico-biológicas sobre o corpo humano, sem abordar questões de sexualidade. A disciplina foi suprimida com a realização dos realinhamentos curriculares ocorridos nas décadas seguintes. (SFAIR; BITTAR; LOPES, 2015).

Nos anos 80, a luta contra a ditadura, abarcou além dos direitos civis e políticos, a discussão sobre a sexualidade e reprodução humana, ressurgindo assim as vozes que defendiam a inclusão da educação sexual no currículo escolar, entretanto, permanecendo ainda a nível de discurso. (LARROSA, 1994).

48 Golpe Militar de 31 de março de 1964: conjunto de acontecimentos que culminaram com a deposição do presidente João Goulart e instalação da ditadura militar. (RIBEIRO, 2004).

No início da década de 90, o combate a AIDS e a prevenção da gravidez indesejada na adolescência, ressignificou e reforçou a necessidade da educação sexual nas escolas. Diversos municípios desenvolveram projetos de educação sexual, merecendo destaque o trabalho desenvolvido nas redes municipais de ensino de São Paulo e Porto Alegre. (RIBEIRO, 2012).

Em 1997, ocorreu novamente a aproximação da educação sexual com o Sistema Nacional de Educação, conforme afirma Ribeiro (2012), quando o Ministério da Educação implantou os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs⁴⁹ para o Ensino Fundamental, incluindo a educação sexual no conjunto dos seus Temas Transversais, porém não de maneira obrigatória, uma vez que o documento tinha caráter orientador, com o objetivo de subsidiar a elaboração dos currículos escolares e o trabalho docente. No volume dedicado a “Orientação Sexual”, o documento descreve que sua finalidade é contribuir para que o estudante possa exercer sua sexualidade com prazer, reponsabilidade, no exercício de sua cidadania. Enfatiza o respeito a si mesmo e ao outro, além da importância do/a estudante ter acesso a informações sobre direitos básicos das políticas públicas de saúde. (BRASIL, 1997).

Em 2007, a ideia do Programa Saúde na Escola – PSE é retomada como política intersetorial, com repasses garantidos pelo Governo Federal, através do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação. Atualmente, orienta 12 (doze) ações que devem ser realizadas na rede de escolas dos municípios que optarem pela adesão ao programa, porém somente à nível de ensino médio apresenta estratégias relacionadas ao direito sexual e reprodutivo, bem como a prevenção de IST/AIDS⁵⁰. (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

O Ministério da Educação - MEC homologou em dezembro de 2017 a versão final da nova Base Nacional Curricular Comum – BNCC, sendo sua implantação obrigatória em todos os sistemas de ensino até o final do ano de 2019. O texto recebeu muitas críticas pela supressão das expressões “orientação sexual” e “gênero”, entretanto, preconiza que o/a estudante deverá desenvolver competências de empatia e respeito a diversidade (BRASIL, 2017). O argumento apresentado pelo MEC para

49 Documento que reúne um conjunto de referenciais que objetivam orientar e garantir “a coerência” no planejamento do trabalho docente nas diversas áreas do conhecimento. (MEC,2006).

50 Doença crônica causada pelo vírus HIV que danifica o sistema imunológico e interfere na capacidade do organismo lutar contra outras infecções. (RIO GRANDE DO SUL, 2019)

justificar a retirada dos termos defende que a discussão provocaria dissenso entre as representações de identidades sociais constituídas no Brasil, porém sinalizou com a possibilidade do Conselho Nacional de Educação – CNE elaborar posteriormente um documento com orientações sobre o tema, (PORTAL DE OLHO NO PLANO, 2018), o que até o momento, não ocorreu. Através de uma leitura atenta do documento norteador, observa-se que a referência direta sobre a temática somente foi incluída na área de conhecimento Ciências da Natureza, na Unidade Vida e Evolução, como habilidade a ser desenvolvida no oitavo ano do Ensino Fundamental.

Nesta perspectiva, atribui-se aos professores/as vislumbrar oportunidades para desenvolver a amplitude das questões da educação sexual e transformar a sala de aula num espaço acolhedor para escuta e desconstrução de pré-conceitos através do diálogo para que o/a estudante expresse suas opiniões e dúvidas com liberdade, respeito e seriedade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizou-se um estudo do tipo quanti-qualitativo, bibliográfico, descritivo, exploratório em publicações selecionadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES através do descritor “educação sexual”, compreendendo o período de agosto de 2013 (ano de implantação da Plataforma Sucupira) a agosto de 2019. Foram encontrados 227 registros, sendo 54 referentes a teses e 173 a dissertações dos Programas de Pós-Graduação de instituições de nível superior, públicas ou privadas, do Brasil.

Para uma análise criteriosa da qualidade da literatura selecionada, foram analisados minuciosamente os registros encontrados, objetivando classificá-los conforme os seguintes critérios de inclusão: (a) ser tese ou dissertação relacionada ao tema da educação sexual na escola; (b) estar seu conteúdo disponibilizado virtual e integralmente; (c) estar redigido em português e se relacionar com estudos realizados no Brasil; (d) tratar sobre a etapa do Ensino Fundamental da Educação Básica; (e) estudos que referenciam as Políticas Públicas de Educação; (f) estudos relacionados a prática docente da educação sexual na escola. Simultaneamente, aplicados

os critérios de exclusão, apenas oito publicações atenderam as condicionalidades para compor o presente estudo, conforme demonstra a Figura 1, abaixo:

Figura 1 – Principais etapas da busca realizada na base de dados da CAPES.

1ª ETAPA - Busca por Teses e Dissertações no Banco de dados da CAPES através do descritor "educação sexual"

- Número de Publicações : N = 227

2ª ETAPA - Aplicação dos critérios de exclusão das publicações

- I. Teses ou dissertações que abordam grande variedade de temas sobre educação sexual, mas não se relacionam com a prática docente. N= 167;
- II. Teses ou dissertações que relatam estudos realizados fora do Brasil. N=03;
- III. Teses ou dissertações que envolvem estudos em espaços não escolares. N=04;
- IV. Teses ou dissertações que tratam da intervenção na escola de profissionais com formação em áreas do conhecimento diferentes da educação. N=03;
- V. Teses ou dissertações que se referem prática docente na Educação Infantil ou Ensino Médio. N=08;
- VI. Teses ou dissertações que tratam de ferramentas pedagógicas. N=07;
- VII. Teses ou dissertações que se referem exclusivamente a formação docente. N=12;
- VIII. Teses ou dissertações que tratam de temáticas específicas do tema (violência sexual doméstica, grupos LGBTQ, homofobia, gravidez na adolescência). N=15.

3ª ETAPA - Teses ou dissertações selecionadas para a análise de literatura

- Número de Publicações : N = 08

Fonte: As autoras.

Os resultados foram analisados a partir da perspectiva da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), sendo as publicações incluídas neste estudo classificadas em duas categorias emergentes: (a) a formalização do currículo de educação sexual no Ensino Fundamental; (b) as práticas docentes sobre educação sexual no Ensino Fundamental.

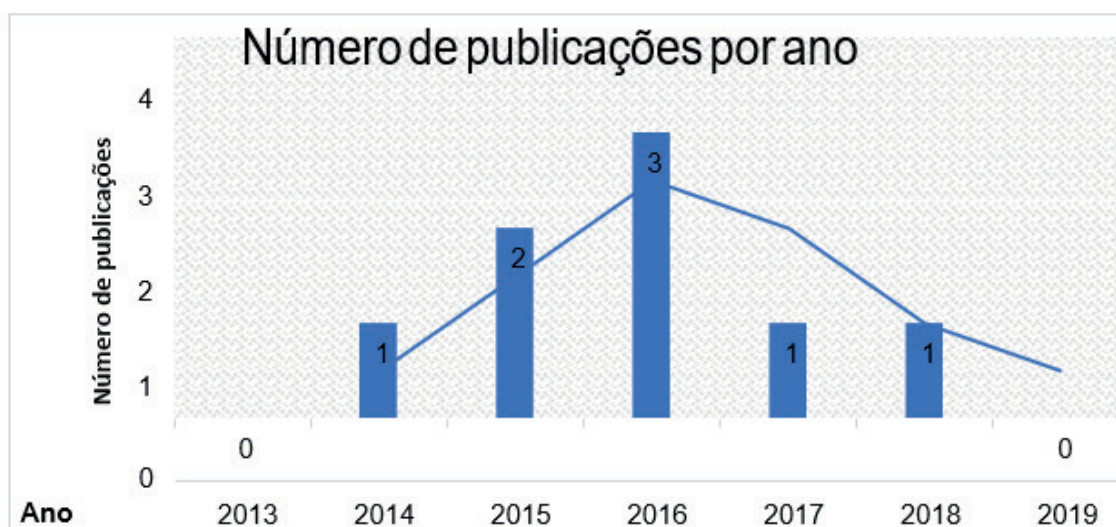
RESULTADOS

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

A análise bibliométrica dos registros de publicações permitiu conhecer o cenário da produção acadêmico-científica atual e qual o nível de interesse dos pesquisadores, bem como obter informações para orientar a formulação de hipóteses para estudos futuros sobre o tema.

O Gráfico 1, a seguir, apresenta a relação das teses e dissertações analisadas para este estudo por ano de publicação. Observa-se que entre os anos de 2014 e 2016, ocorreu um crescimento no número de publicações acerca da temática, destacando-se ainda que neste último ano, registrou-se o indicador máximo de produção para o período analisado. Em tempo, destaca-se que em 2019, até a conclusão deste estudo, nenhuma publicação foi encontrada.

Gráfico 1 – Gráfico analítico do número de teses e dissertações por ano de publicação.



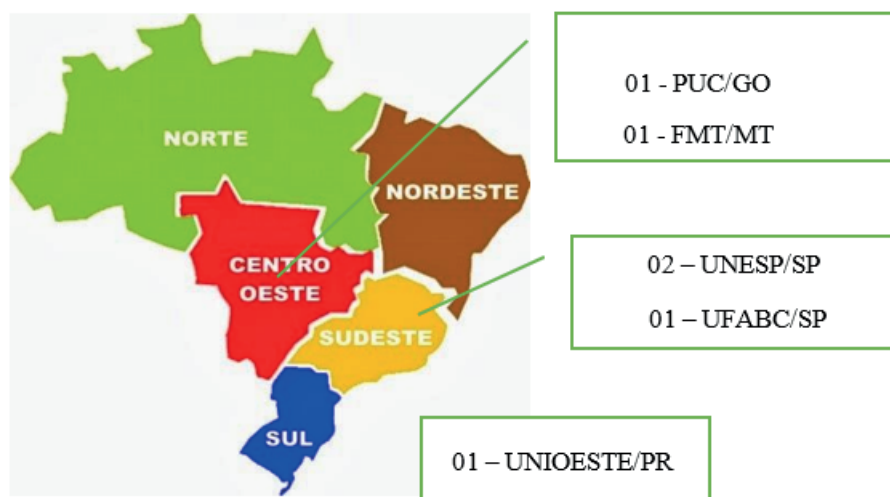
Fonte: As autoras.

Em continuidade, a relação entre o número de teses e dissertações publicadas

no período em estudo demonstra um número muito superior de dissertações de mestrado, seis (75%) e somente duas (25%) teses de doutorado, e destas todas são de autoras do sexo feminino.

A Região Sudeste apresentou o maior número de publicações sobre o tema, seguida pela Região Centro-Oeste e Região Sul. Com relação às instituições de ensino superior, a que mais se destacou foi a Universidade Estadual Paulista (UNESP), que possui um programa de pós-graduação específico para a área de educação sexual. A Figura 1, abaixo, apresenta o mapa ilustrativo, que relaciona o número de artigos por instituição, estado e região brasileira.

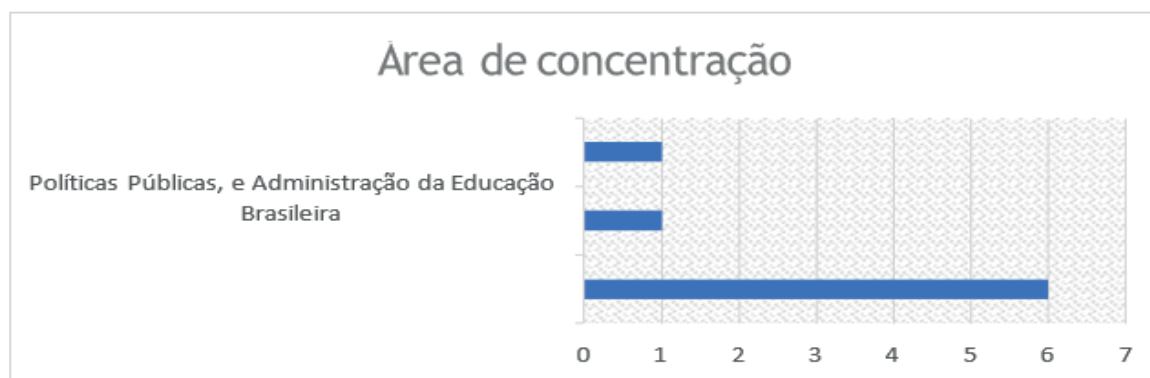
Figura 1 - Mapa ilustrativo das regiões brasileiras com o número de publicações por estado e instituição de ensino superior.



Fonte: As autoras.

Uma comparação entre o caráter público ou privado das instituições de ensino superior onde foram realizadas as pesquisas aponta que 75% das publicações foram elaboradas por autoras referenciadas em universidades públicas e 25% do total, são referentes a estudos realizados em instituições privadas. Destaca-se também que a área de concentração à qual pertence a maioria dos programas de pós-graduação aos quais as pesquisas selecionadas estão vinculadas é a área da Educação, conforme o Gráfico 4, a seguir:

Gráfico 4 – Gráfico analítico sobre as áreas de concentração das pesquisas



Fonte: As autoras.

E por fim, destaca-se que as palavras-chave mais empregadas pelas autoras para identificar o seu trabalho foram, em escala decrescente, “educação sexual”, localizada em cinco publicações; “sexualidade”, utilizada em quatro publicações; “Ensino Fundamental” e “narrativas” utilizadas em duas publicações.

FORMALIZAÇÃO DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

Essa categoria relaciona duas publicações que tratam do processo de formalização do currículo da educação sexual no Ensino Fundamental e serão analisadas de forma mais detalhada a partir do levantamento dos seus objetivos, caracterização do tipo de pesquisa e discussão dos seus resultados.

A primeira publicação é a tese de Santos (2016) – *O currículo oficial do Estado de São Paulo e a Educação Sexual: Uma análise sobre a produção de sentido das sexualidades*, onde a autora, apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa, que levantou questionamentos sobre os reais sentidos presentes nos movimentos para institucionalização da educação sexual no currículo escolar, considerando-a como um campo de conhecimento, perpassado por diversos temas transversais (saúde, planejamento familiar, currículo escolar, entre outros). Elabora sua argumentação buscando referências nas obras de Foucault (1977; 1991; 1998; 2001;

2007; 2010; 2011; 2014), Bourdieu (1990; 1996; 203), Fischer (2001; 2012), Figueiró (1995; 2001; 2006) e Quaresma da Silva (2014). A pesquisadora discute a respeito dos estudos culturais e posiciona o currículo em um cenário multicultural, entretanto, salienta que ele é construído para um sujeito cartesiano, individualista, branco, heterossexual e dominante. Analisa o texto de leis e projetos de governo, validando sua assertiva que existe a intenção de institucionalização da educação sexual na escola, contudo, pelo ensino dos aspectos biológicos e pela prevenção a gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis. Conclui também, que o currículo, em sua elaboração não contou com a participação do setor acadêmico, dos movimentos sociais e comunidade escolar, atentando para o fato de que a sociedade deve demarcar um lugar de fala neste debate e para a importância da continuidade das pesquisas sobre a temática.

A segunda publicação é a dissertação de Lima (2018) - *Educação Sexual nas políticas públicas educacionais: um estudo na rede estadual de ensino de Aparecida de Goiânia*. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que busca compreender como as políticas públicas educacionais desenvolvidas nas escolas incluem/excluem a educação sexual das suas práticas. Para aporte teórico, trouxe como principais autores Saviani (2011), Freire (1992) e Foucault (1988), entre outros estudiosos dos conceitos de educação, sexualidade na educação e a aplicação das terminologias “orientação educacional/educação sexual”. Apresenta uma apreciação detalhada do texto das principais leis e documentos oficiais que preconizam as políticas educacionais no Brasil e conclui que a educação sexual é ocultada e silenciada em tais dispositivos. Por outro lado, analisa o posicionamento dos/as docentes em relação a educação sexual. Nesse sentido, revela que para 100% dos professores/as participantes da pesquisa, o conceito de educação sexual está relacionado a educação preventiva e informativa sobre gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis, infere que esse aspecto se relaciona diretamente com a proposta curricular que restringe a educação sexual ao controle da sexualidade das crianças e adolescentes.

PRÁTICAS DOCENTES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

O conjunto dos seis estudos que compõem esta categoria registram uma análise a respeito das representações sociais, atitudes, posicionamento e estratégias, dos/as docentes, especificamente, em suas práticas ou situações em que o seu trabalho está relacionado diretamente com a educação sexual.

A pesquisa qualitativa de Alves (2014) objetiva caracterizar como, através da educação sexual, são construídas as relações de gênero e sexualidade numa escola pública de Educação Integral do Ensino Fundamental. Trouxe como principais autores Cavaliere (2007), Coelho (2009), Foucault (1993), Freud (1996), Guará (2006), Louro (2011), Teixeira (1997), Chistensen e James (2005), entre outros. Estuda a proposta da Educação Integral no Brasil, relacionando-a com concepções de gênero, sexualidade e o tempo de permanência do estudante na escola. Na sua metodologia, propõe um calendário de ações, envolvendo a equipe diretiva, professores/as, pais e estudantes (separadamente), com vistas a registrar as narrativas e as compreensões de cada grupo a respeito do tema. Conclui que os professores/as enfrentam dificuldades em corresponder à demanda das curiosidades e interesses dos estudantes sobre a temática, afirma que isto se deve à ausência de referências curriculares, ao receio em relação a desaprovação das famílias, ao despreparo, a influência de experiências pessoais e posicionamentos ideológicos que restringem a aproximação com o tema.

A valorização da escola como espaço para a construção dos sentidos e equidade sobre questões de gênero e sexualidade é o plano de fundo sobre o qual Céspedes (2015) desenvolve sua dissertação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada na etapa do Ensino Fundamental em escolas públicas da rede municipal e estadual. Parte da análise das narrativas dos professores/as a respeito das suas interações com os/as estudantes, visando compreender qual o sentido que os professores/as atribuem as relações de gênero e sexualidade na escola, pautadas pelas suas experiências de vida e refletidas em suas práticas. Estuda os conceitos culturais de gênero e sexualidade, a história da educação sexual no Brasil e destaca

ainda a importância da narrativa como estratégica metodológica. Como principais teóricos, trouxe Foucault (1970;1988; 2008; 2012; 2013), Louro (1997; 2000; 2003; 2008; 2009; 2011; 2012) e Guizzo (2007; 2013). As conclusões que apresenta são incisivas: os docentes são frequentemente “confrontados” com suas experiências pessoais na convivência com as crianças e adolescentes, resgatam memórias saudistas, onde sofrimento, violência, tristeza, medo e decepção não estão presentes; a sexualidade é considerada pelos professores/as como um fenômeno biológico e o corpo como um objeto da ciência, assim, o corpo do desejo, das relações consigo mesmo e com o outro não existe. Finaliza dizendo que, na formação dos professores/as participantes da pesquisa a educação sexual nunca foi tematizada.

“As crianças chegam às escolas com alguns conceitos e pré-conceitos sobre sexualidade, que são construídos no meio social em que vivem”, afirma Silva (2015, p.16) ao apresentar a pesquisa qualitativa, que tem como objetivo analisar as possibilidades e os limites da introdução da educação sexual nas aulas e projetos dos professores/as do Ensino Fundamental de uma escola pública. Com o aporte teórico de Felipe (2003; 2009; 2012), Figueiró (2001; 2006; 2007) entre outros e proporciona uma discussão sobre educação sexual, relacionando-a com questões de gênero, mídia, Ensino Fundamental e Parâmetros Curriculares Nacionais. Através da análise dos dados levantados nas observações e entrevistas com os professores/as, conclui que não existe um planejamento efetivo para trabalhar o tema nas aulas, os/as docentes apenas respondem aos questionamentos que surgem no dia a dia da sala de aula, limitados pela falta de informação sobre a temática na sua formação e nos documentos escolares.

Fiorini (2016), através de uma abordagem qualitativa, apresenta um estudo realizado nos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola pública com o objetivo de identificar as práticas dos professores/as em relação à educação sexual. A autora divide sua pesquisa em três etapas: na primeira etapa, realiza uma revisão bibliográfica para caracterizar a educação sexual através Parâmetros Curriculares Nacionais; na segunda etapa estuda o conceito de sexualidade em relação a religião, a sociedade capitalista, a contemporaneidade, a identidade de gênero e a infância; na terceira etapa, dedica-se a observações e a entrevistas com professores/

as. No desenvolvimento das etapas metodológicas da pesquisa, apoia-se nas obras de Figueiró (1996; 2001; 2006; 2009), Freire (1987;1997), Maia (2010; 2011; 2005), Ribeiro (1989; 1990; 2002; 2005). Conclui que o/a docente não reconhece a educação sexual como parte do currículo escolar, uma vez que o mesmo, possui uma abordagem que direciona o trabalho para questões relacionadas ao aparelho reprodutor e doenças sexualmente transmissíveis. Ainda, evidencia a influência histórica das Políticas Públicas e da Igreja sobre as práticas docentes que tendem a privilegiar situações de repressão das manifestações da sexualidade na escola, ao invés de favorecerem a superação de preconceitos e estigmas.

Compreender as crenças, as dificuldades e atitudes dos professores/as em relação às práticas de educação sexual escolar é o fator determinante para a realização de uma pesquisa do tipo qualitativa, por Meneghetti (2016), em aproximadamente cinquenta escolas públicas. Como referencial teórico a pesquisadora apresenta os conceitos de adolescência e sexualidade, indicando a escola como espaço propício para serem trabalhadas tais questões, especialmente no que se refere as suas dimensões biológicas, socioculturais e psicológicas. Nas suas discussões, se aproxima de outros autores que se debruçam sobre as dificuldades dos professores/as em abordar temas sobre a educação sexual na escola e utiliza uma extensa bibliografia, inclusive os documentos oficiais das Políticas Públicas em Educação. Após analisar dados levantados através da aplicação de questionários, sinaliza que a maioria dos professores/as acredita ter um bom nível de conhecimento a respeito do tema, entretanto, a concepção de educação sexual está relacionada com o funcionamento biológico do corpo. Quando assuntos relacionados

a questões de gênero que são trazidas pelos estudantes, os professores/as sentem-se despreparados, inseguros e desconfortáveis para abordar o assunto.

Através de uma abordagem qualitativa, Moraes (2017) desenvolveu uma pesquisa com o objetivo de investigar as representações sociais da educação sexual por professores/as do Ensino Fundamental – Séries Finais de uma escola pública. A autora, desenvolve uma revisão bibliográfica sobre sexualidade, realiza a distinção entre os “termos educação sexual” e “orientação educacional” e uma análise da legislação pertinente, destacando os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCNs,

o Programa Saúde na Escola – PSE e o Plano Nacional de Educação – PNE. Discute a Teoria das Representações Sociais – TRS, com base nos autores Moscovici (2012;1978) e Jodelet (2001). Através da realização de entrevistas semiestruturadas com professores/as, conclui que a temática é vista por eles/elas como um “problema”, que deve ser resolvido pela família dos estudantes ou por outros profissionais fora da sala de aula. Observou, que a escola delimita a área da educação sexual como pertencente aos professores/as de biologia, agentes de saúde e psicólogos/as. Nesse sentido, identifica que os/as docentes não têm conhecimento das políticas públicas ou programas que estão relacionados a educação sexual no âmbito escolar, permanecem receosos em relação ao que pode ou não ser ensinado, favorecendo a predominância de conceitos de senso comum nas suas práticas.

Na primeira categoria resultante, as duas pesquisadoras se debruçam sobre o currículo escolar, evidenciam a intencionalidade deste em atribuir à educação sexual um caráter preventivo e biológico. Ao mesmo tempo, validam que o currículo não acompanha as mudanças do cenário da diversidade cultural da atualidade, principalmente pela ausência de oportunidades de qualidade, durante a sua elaboração, para as contribuições da sociedade civil e meio acadêmico, respaldando assim, a omissão e o silenciamento do tema nas salas de aula.

Na segunda categoria estabelecida, um grupo maior de pesquisadoras, seis no total, se dedicam a compreender a atuação e as concepções dos professores/as a respeito da educação sexual no Ensino Fundamental. Em três pesquisas, os resultados apontam para o despreparo do/a docente no que se refere ao conhecimento das dimensões sociais e psicológicas da educação sexual, inclusive destacam, que estes, não percebem a desarticulação do currículo em relação a diversidade cultural presente nas escolas. Já em cinco, dos seis estudos, as pesquisadoras validam a hipótese de que a concepção do/a professor/a sobre a

sexualidade é defini-la como um fenômeno biológico, totalmente previsível, controlável e que deve ser trabalhada em sala de aula pelos professores/as da área de Ciências da Natureza, nas séries finais do Ensino Fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os pressupostos indutores da problematização deste estudo foram corroborados pelas autoras das publicações selecionadas quando estas afirmam que as experiências pessoais figuraram como aspectos dificultadores da prática docente no que se refere a educação sexual, evidenciando representações que naturalizam situações de discriminação, exclusão entre gêneros e subjetividades na escola.

As pesquisadoras apontam que as representações sociais, culturais e o senso comum interferem nas práticas docentes, uma vez que os/as professores/as não reconhecem que a educação sexual deve acontecer também na escola, desvinculada de qualquer tipo de questão ideológica e juízo de valor e deve transgredir ao simples ensino do aparelho reprodutor e métodos contraceptivos. Nessa esteira, destacam que os documentos norteadores do currículo escolar, especialmente a nova Base Nacional Comum Curricular, contribuem para que esta situação siga inalterada, pela ausência de referências diretas sobre as competências, habilidades e conteúdos essenciais sobre sexualidade, permanecendo essa temática subtendida e velada.

Todavia é urgente assegurar aprendizagens essenciais as crianças e estudantes na área da educação sexual, identificando situações que geram omissões de informação, exclusões, em forma de pré(conceitos) e discriminações, fatores que influenciam negativamente a formação humana e impedem a construção de uma sociedade que proporcione a todos, com equidade, respeito e direito ao pleno exercício da sua cidadania. Portanto, propõe-se a continuidade e ampliação dos estudos na área da Educação Sexual, pois apesar da literatura e das pesquisas sinalizarem a sua importância, no contexto escolar do Ensino Fundamental, no que se refere ao currículo escolar e as práticas docentes, isto ainda não se reflete.

REFERÊNCIAS

ALVES, JOANA DARC MOREIRA. Relação de gênero e sexualidade: narrativas de professoras e de crianças de uma escola pública de tempo integral, Goiás. Paranaíba: Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie_wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=526450. Acesso ago. 2019.

AUGUSTO, VIVIANE OLIVEIRA. Uma Contribuição à Historiografia da Educação Sexual no Brasil: Análise de Três Obras de Antônio Austregésilo (1923, 1928 e 1939). Araraquara: Mestrado em Educação Escolar. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 2015. Disponível em : https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie_wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2349206. Acesso out. 2019.

BARDIN, LAURENCE. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

Parâmetros nacionais de qualidade para o ensino fundamental. Orientação Sexual. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica: Brasília (DF), 2006

v. X; il. Disponível em [http:// portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf). Acesso set. 2019.

CESPEDES, CRISTIANE ROJAS. Memórias de Infância, relações de gênero e sexualidade nos significados e narrativas de professores/as – MT. Rondonópolis: Mestrado em Educação. Universidade Federal do Mato Grosso, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie_wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2564830. Acesso ago.

2019.

BASEGGIO, JULIA KNAPP; SILVA, LISA FERNANDA MEYER DA. As condições femininas no Brasil Colonial. Revista Maiêutica, Indaial, v. 3, n. 1, p. 19-30, 2015. Disponível em:

https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/HID_EaD/article/viewFile/1379/52. Acesso out. 2019.

FERNANDES, Priscila Dantas; OLIVEIRA, Kécia Karine S. de. Movimento higienista e o atendimento à Criança. Universidade Federal do Sergipe, 2012. Disponível em <http://simposioregionalvozesalternativas.files.wordpress.com/2012/11/priscila-movimento-higienista-e-o-atendimento-c3a0-crianc3a7a.pdf> . Acesso set. 2019.

FIORINI, JESSICA SAMPAIO. Educação Sexual nos anos iniciais do ensino fundamental: currículo e práticas de uma escola pública da cidade de pública da cidade de Marília-SP. Mestrado em Educação. Faculdade de Filosofia e Ciências. Faculdade Estadual Paulista. Marília, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3729452. Acesso em ago. 2019.

FREYRE, G. Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49. ed. São Paulo: Global, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/229314/mod_resource/content/1/Gilberto%20Freyre%20-%20Casa-Grande%20e%20Senzala.pdf. Acesso set. 2019.

GERHARDT, ENGEL; SILVEIRA, DENISE TOLFO. Métodos de pesquisa.

Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso out. 2019.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). O sujeito da educação: estudos foucaultianos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. Disponível em: <http://www.grupodec.net.br/wp-content/uploads/2015/10/TecnologiasdoEuEducacaoLarrossa.pdf>. Acesso set.

2019.

LIMA, LORENA CARVELO E SILVA. Educação Sexual nas políticas públicas educacionais: um estudo na rede estadual de ensino de Aparecida de Goiânia. Goiânia: Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2018. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6388431. Acesso em ago. 2019.

MENEGHETTI, VANIZE. Dificuldades relatadas por professores do ensino fundamental na implementação de ações de educação sexual. Foz do Iguaçu: Mestrado em Ensino. Universidade do Oeste do Paraná, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3825969. Acesso em out. 2019.

PORTAL CENTRO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL. Educação

sexual. 14-01-2019. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/glossario/educacao-sexual/>. Acesso em nov. 2019.

QUARESMA DA SILVA. Denise Regina. Educación (des)encantada: pedagogías de género en las prácticas de educación sexual de instituciones escolares de Brasil. Revista Científica de Vol. XVII N° 1 - Otoño 2013. Disponível em http://dspace.uces.edu.ar:8180/xmlui/bitstream/handle/123456789/3435/Educacion_Quaresma-da-Silva.pdf?sequence=1. Acesso em set. 2019.

REIS, G. V.; RIBEIRO, P. R. M. (Org.). A Institucionalização do Conhecimento Sexual no Brasil. In: __. Sexualidade e Educação: aproximações necessárias. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.

REIS, G. V.; Sexologia e educação sexual no Brasil nas décadas de 1920- 1950: um estudo sobre a obra de José de Albuquerque. Araraquara: Mestrado em Educação Escolar - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2006.

Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=42606. Acesso set. 2019.

RIBEIRO, P. R. M. Por minha culpa, minha culpa, minha máxima culpa... a educação sexual no Brasil nos documentos da inquisição dos séculos XVI e XVII. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005, Caxambu. Anais... Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Educação, 2005. p.01-15. Disponível em: <http://28reuniao.anped.org.br/ge23.htm>. Acesso out. 2019.

_____. (Org.). Sexualidade e Educação: aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. Departamento de Ações de Saúde. Seção de Saúde da Criança e Adolescente. Manual de orientações 2019/2020 – Programa Saúde na Escola – PSE. Porto Alegre. Disponível em: <http://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20190747/09084757-10-manualorientacoes-pse-ciclo-2019-2020.pdf>. Acesso em ago. 2019.

SANTOS, FRANCIELE MONIQUE SCOPECT DOS. O currículo oficial do Estado de São Paulo e a Educação Sexual: Uma análise sobre a produção de sentido das sexualidades. Araraquara: Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista. Campus Araraquara, 2016.

Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4996732. Acesso em ago.2019.

SILVA, MIRTES PACHECO DA. A educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola pública de Santo André. Santo André: Mestrado em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática. Universidade Federal do ABC, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2405974. Acesso em ago.2019.

SAYÃO, Iara. Orientação sexual nas escolas: os territórios possíveis e necessá-

rios. In: Aquino, Júlio Gropa (org). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Sammuns, 1997.

SUPLICY, Marta e outros. Sexo se Aprende na Escola. São Paulo: Editora Olho d'água, 1995.

SEFFNER, Fernando. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. ESTUDOS FEMINISTAS. 19(2):336, MAIO/AGOSTO/2011, P. 561-572. Disponível

em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200017. Acesso em jul. 2019.

SFAIR, SARA CARAM; BITTAR, MARISA; LOPES, ROSELI ESQUERDO. Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Associação Paulista de Saúde Pública, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902015000200620. Acesso em out. 2019.

SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO DE LGBTQIA+ NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS PAÍSES QUE PERSEGUEM E CONDENAM PELA DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNERO

Eduarda Weber Duara¹

Fernanda Sartori Machado²

Alberto Barreto Goerch³

INTRODUÇÃO

A atual crise de refugiados é o maior número já registrado desde 1950, e a tendência para os próximos anos é de intensificação. Isso por que, atualmente os refugiados não saem mais de seu país de origem somente por questões de conflitos, guerras, questões políticas, econômicas ou religiosas, mas principalmente por questões ideológicas, como evidente atualmente as inúmeras solicitações de refúgio por lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, queer, intersexos e assexual (LGBTQIA+). A importância do presente estudo, devido à identidade sexual e de gênero apropriado

1 Acadêmica do 2º semestre do Curso de Direito da Universidade Franciscana (UFN). E-mail: dudawduara@gmail.com

2 Acadêmica do 2º semestre do Curso de Direito da Universidade Franciscana (UFN). Acadêmica do 2º semestre do Curso de Letras Bacharelado em Língua Portuguesa e Literaturas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: fernandamachado0501@yahoo.com.br

3 Doutorando pela Universidade FEEVALE com bolsa CAPES. Mestre em Direito pela UNISC. Pós-graduado Lato Sensu em Direito com Especialização em Direito Constitucional pela UNIDERP e Pós-graduado Lato Sensu em Direito com Especialização em Direito Processual Civil pela UNISC. Graduado em Direito pela Faculdade Metodista de Santa Maria. Docente do Curso de Direito da Universidade Franciscana - UFN e do Curso de Direito da Faculdade Dom Alberto. Professor em Cursos de Especializações e Preparatórios para Carreiras Jurídicas. Conselheiro, Membro da Comissão de Direitos Humanos e Presidente da Comissão Especial da Diversidade Sexual e Gênero da OAB/Subseção de Santa Maria. Integrante do Grupo de Pesquisa Arthemis - Direito e Gênero da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Tem experiência em pesquisa na área de Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: Constitucionalismo Contemporâneo, Políticas Públicas, Direitos Humanos, Direitos Sociais, Novos Direitos, Diversidade Cultural e Inclusão Social. E-mail: betogoerch@gmail.com

à perseguição e a condenação em alguns países, assume grande relevância para entender o porquê esses países continuam não cumprindo as orientações de entidades internacionais à luz dos direitos humanos, na proteção de liberdade sexual das pessoas.

O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, pois a pesquisa partiu de uma visão geral do fluxo migratório e da crise migratória, até as solicitações de refúgio LGBTQIA+ de seu país de origem, com destino ao Brasil. O método de procedimento utilizado foi o histórico, pois, foi necessária a realização da pesquisa histórica do fluxo migratório do Brasil e do mundo, sobretudo as solicitações de refúgio LGBTQIA+ na contemporaneidade.

Como resultado obteve-se que países muçumanos geram maiores números de refugiados LGBTQIA+, por falha no seu sistema jurídico, os quais não oferecem uma proteção legal a esta comunidade, além de apresentar no seu corpo legislativo condenações às relações homossexuais. Em concordância a esses obstáculos, o assunto se faz desafiador aos estudiosos da área do direito, a fim de discutir medidas de inclusão e modificações legislativas.

FLUXOS MIGRATÓRIOS E A CRISE MIGRATÓRIA HISTORICAMENTE

Em consonância com a Organização das Nações Unidas (ONU), os refugiados são pessoas que fogem de seu país de nascimento devido às perseguições, torturas e até mesmo condenações a pena de morte.

Em 1951, o Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), criou o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) para auxiliar na seara do Ministério da Justiça, no Brasil, recebendo as solicitações de refúgio deferindo se os solicitantes obtêm as condições necessárias para serem reconhecidos como refugiados. O CONARE é composto por representantes de países que têm demonstrado maior grau de comprometimento com a problemática dos refugiados, e que aprovam, atualmente, os programas da ACNUR e suas diretrizes em matéria de proteção aos refugiados.

Ademais, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiado, retrata:

“É preciso coragem para ser refugiado”, visto que além das mazelas vividas pelos refugiados em seus países de origem, quando chegam em um território novo, encontram um novo obstáculo, se adaptar às diferenças culturais, dificuldades com idiomas, busca por emprego e inclusão social, entre outros. Dessa forma, se faz notório que a luta não termina quando os refugiados mudam de país, a mesma continua com desafios e esperanças diferentes em outro território.

A história de migrações existiu em todos os períodos da história, com diversas modificações e transformações. As “grandes descobertas” da época nos países europeus alteraram o padrão migratório, à saber, as Américas, África e Ásia foram pioneiras nas correntes migratórias, a fim de conquistar ou povoar a região. Logo, originou-se um novo tipo de migração com empecilhos profundos e com grandes impactos mundiais, o tráfico de escravos. Com a abolição da escravatura surgiu uma nova onda de migração relacionada ao trabalho, contudo, desta vez, migração voluntária. Ainda, surge um novo tipo de migração nesse contexto, a migração moderna, esta surge com a Revolução Industrial, pois gerou inúmeros desempregados, logo ocorreram migrações significativas. Desse modo, os países começaram a controlar a entrada dos mesmos, devido a nova onda migratória. Diante desse contexto, revela-se que a migração faz parte da história da humanidade (ENRICONI, 2017).

O cenário catastrófico referente às agruras vividas dos refugiados se fez evidente também durante a Segunda Guerra Mundial, que durou entre 1939 a 1945, no qual os Judeus e homossexuais eram perseguidos, atacados e mantidos em campos de concentração pelos nazistas, época conhecida como holocausto, o número de refugiados desse período é abundante.

ATUAL CRISE MIGRATÓRIA DO BRASIL E DO MUNDO

A atual crise migratória do Brasil e do mundo, revela-se muito evidente na atualidade e vários são os motivos que levam as pessoas a refugiar. Dentre eles, guerras, conflitos, questões políticas, econômicas, religiosas ou ideológicas. Os refugiados cruzam diariamente fronteiras à procura de uma vida digna. O atual fluxo migratório

do mundo está vinculado principalmente a guerras e direitos humanos cerceados pelo poder local ou por forças dominantes.

A ONU já considera a crise dos refugiados a crise humanitária mais intensa do século, em 2018 o número de refugiados foi o maior da história, sendo de maior proporção que a crise migratória durante a Segunda Guerra Mundial (ONU, 2016). O número exato de refugiados ao redor do mundo devido à orientação sexual não é reconhecido, porém em 2018 o Brasil foi o quarto país do mundo a tornar dados público perante essas solicitações, entre 2010 a 2016, pelo menos 369 solicitações foram concebidas ao Brasil. A inadimplência quanto à tornar público esses dados, torna-se ainda mais ausente o conhecimento sobre refugiados LGBTQIA+, visto que atualmente apresentam-se como um dos maiores grupos de refugiados em todo o mundo.

A Síria recentemente foi o principal país a gerar inúmeros refugiados, por ter eclodido uma guerra de imensa proporção que gerou efeitos no mundo todo, e a população necessitava no meio do conflito interminável de ajuda humanitária. Os cidadãos da Síria se deslocaram em massa para a Europa, através do Mar Mediterrâneo, de forma precária e com embarcações inseguras. Contudo, países africanos, como o Congo, o Sudão e a Nigéria, também sofrem com conflitos políticos que geraram o refúgio. Ainda no Oriente Médio, o Afeganistão é um país com conflitos que envia, na atualidade, a segunda maior quantia de refugiados para o mundo (Porfírio, 2017).

Na atualidade brasileira, o principal fluxo migratório se estabelece por meio da Venezuela, em que venezuelanos cruzam diariamente a fronteira com o Brasil em busca de uma vida digna. Isso por que, a crise político-econômica na Venezuela se agrava constantemente, com um cenário sem perspectivas. Desse modo, os venezuelanos solicitam refúgio para o Brasil, não somente pela facilidade de acesso, mas também pela legislação que garante um mínimo de proteção a eles.

Apesar de o país ser um caminho mais acessível para a entrada de venezuelanos, revela-se persistente os desafios à regulamentação e implementação da lei na realidade concreta. Com frequência, no Brasil os debates são marcados pela polarização e por discursos xenofóbicos, posto que ainda muitos brasileiros concordam com maior controle à entrada de refugiados no Brasil. Surge, então, o desafio de

ampliar a sociedade civil o reconhecimento do direito de migrar, dos direitos e necessidade de proteção social das pessoas em situação de mobilidade. É fundamental respeitar refugiados em uma democracia.

Desse modo é preciso reafirmar nossa responsabilidade nesse contexto, de lutarmos para a execução das normas com vistas a garantir a proteção jurídica de migrantes e refugiados no Brasil, para que estes possam se inteirar na sociedade e desfrutar dos direitos civis.

A HISTÓRIA DA LEI BRASILEIRA DE REFÚGIO

Diante do cenário catastrófico durante a Segunda Guerra Mundial, em que o número de refugiados se revela um dos maiores da história. Mesmo com o mínimo de amparos, por meio de ONG'S⁴ e grupos de ajuda à refugiados, se fez evidentes as necessidades de melhorias dos mesmos, como também legislações e políticas migratórias para salvaguardar as vidas que estavam sendo omitidas.

No ano de 1945, foi criado a Organização das Nações Unidas (ONU), devido a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a fim de promover a paz social e garantir os direitos humanos. Em 1950, foi criado o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), com o propósito de dar apoio e proteção a refugiados de todo o mundo. Contudo, no período entre 1976 até 1982, não havia o reconhecimento do Governo Brasileiro perante a presença oficial e ativa do ACNUR e nem de leis que protegessem os refugiados.

Nessa perspectiva, revela-se que os refugiados obtêm uma carga histórica de desafios e ausência de amparos a eles. Desse modo, com o processo histórico de avanço no ordenamento jurídico foram estabelecidos estatutos e legislações para refugiados, a fim de finalmente promover um melhor apoio para os mesmos. Em 1961, o Brasil promulgou a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados com reservas (Decreto nº50.215/61).

4 Organizações Não Governamentais (ONG'S). Organizações civis que não tem nenhum vínculo com o governo. São todas as organizações, sem fins lucrativos, criadas por pessoas que trabalham voluntariamente em defesa de uma causa (ONU, 1950).

Ainda, outros instrumentos de proteção ao refugiado foram ratificados, como a Declaração de Cartagena, a declaração de San José sobre refugiados e pessoas deslocadas e a convenção sobre o Estatuto dos Apátridas. Além disso, cabe ressaltar a atuação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, que trabalha desde 2003 na promoção e na difusão do trabalho do ACNUR na proteção dos refugiados.

Em âmbito nacional, o desenvolvimento da lei dos refugiados se deu no ano de 1997. A Lei nº 9.474/97 que instituiu a natureza jurídica do refugiado, bem como a atuação do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE). Além do dispositivo legal, um conjunto com instruções normativas foi elaborado para garantir a vigência e eficácia desta lei. Revela-se sendo o resultado jurídico e histórico perante os empecilhos vividos dos refugiados. No Brasil, à saber, os refugiados podem trabalhar, estudar, obter documentos e exercer os direitos civis de qualquer cidadão regular.

Ademais, em 2017, entrou em vigor no Brasil a nova lei de migração nº 13.445, dispondo sobre os direitos e deveres do migrante e do visitante, ainda, foi instituído a concessão do visto temporário com finalidade de acolhida humanitária que poderá ser concedido.

Outro avanço é o fato de o imigrante não ser mais visto como ameaça à segurança nacional, com a inclusão do princípio da não criminalização da imigração. A mudança na legislação brasileira revela-se sendo um caminho facilitador para refugiados, posto que estas leis representam um avanço ao tratar das migrações sob a perspectiva dos direitos humanos. A Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (a Lei de Migração), tem como principal virtude prever pela primeira vez na história brasileira, um paradigma humanista para a migração, por isso sendo um país com diversos refugiados, pois se sentem amparados e protegido no Brasil.

Porém, não basta somente facilitar a vinda dos refugiados ao país através de vistos humanitários e conceder a eles assistências, um país que mostra a imagem de acolhedor precisa também ter políticas públicas que promovam a integração do grupo migrante na sociedade, inclusive para o grupo de refugiados LGBTQIA+, visto que são os mais desamparados e vulneráveis na sociedade.

“O refugiado no Brasil se torna grupo de risco porque não há políticas

públicas capazes de integrá-los na sociedade. Parece que o Brasil diz ‘seja bem-vindo’ apenas por educação, O refugiado já chega com a dignidade afetada e, por isso, é altamente vulnerável” (Hammade, Jihad, 2016).

Desse modo, observa-se que apesar do avanço no processo histórico da lei brasileira de refúgio, ainda se faz notório que as políticas migratórias e as legislações brasileiras precisam ser aperfeiçoadas, para que o refugiado não seja submetido novamente, no seu país destino, à vulnerabilidade social.

AS ATUAIS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DO MUNDO E DO BRASIL

“A História é, em geral, contada do ponto de vista do dominador, sendo a voz do outro – o dominado – desconsiderada, abafada e mesmo silenciada. Seu eco permanece, porém, nos vãos, nas fissuras do sistema, esperando a oportunidade de ser ouvida.” (LARA, Glaucia, 2017).

Diante desse contexto, revela-se a ausência da verdadeira história dos refugiados, isso porque eles são constantemente silenciados. Além da existência de países que não aceitam a entrada de refugiados, mesmo por questões humanitárias. Isso acontece por diversos fatores, pela situação econômica do país; pelo aumento de gastos com serviços públicos para a nova população; o medo de atentados terroristas; entre outros.

Donald Trump, durante a sua campanha à presidente dos Estados Unidos, se pautava no objetivo de restringir a entrada de refugiados no país, em que discursava que as políticas migratórias afetavam diretamente a ordem executiva, e a atual política migratória dos Estados Unidos revela-se cada vez mais restrita a entrada de refugiados. Entretanto, as políticas migratórias são ainda mais restritivas em outros países, como na rota dos Balcãs, que inclui Macedônia, Montenegro, Hungria, Sérvia, Eslováquia e Croácia, todos na rota dos Balcãs para os que buscam asilo, marcaram as piores notas de aceitação de refugiados.

Enquanto alguns países buscam evitar a entrada de novas pessoas, outros buscam atrair mais imigrantes para o seu território. Desde 2012, o território turco

passou a receber um fluxo enorme de imigrantes e, em 2014, o país se tornou o principal destino dos refugiados. Desde então, a Turquia ocupa a liderança da lista da ACNUR, e recentemente abrigou 3,7 milhões de pessoas. Um motivo de destaque para a atração de imigrantes que se apresenta na atualidade são as taxas decrescentes de crescimento populacional, especialmente em países desenvolvidos, como na Europa, em que essa taxa vêm decrescendo desde 1950.

As taxas populacionais decrescentes afetam diretamente a economia de um país, pois prejudicam a sustentabilidade da previdência, fazendo com que menos pessoas economicamente ativas tenham de sustentar a faixa da população já aposentada. Por isso, muitos países desenvolvidos criam políticas de atração de migrantes. A União Europeia (UE) entre 2015 e 2016, submeteu-se a uma crise de fluxo migratório sem precedentes de refugiados, assim adotou diversas medidas para tentar resolver as causas profundas dessa crise. Por exemplo, aumentar substancialmente a ajuda às pessoas necessitadas de assistência humanitária. A EU tem sido pioneiro no mundo na política de migração, isso porque adotou uma política exemplar e abrangente, diferente de todos os países, promovendo o acolhimento a refugiados e migrantes.

Dessa forma, as leis e os amparos concedidos são de tamanha relevância, pois os refugiados necessitam de ajuda humanitária perante a situação que enfrentam em seu país de origem. Visto que, o Brasil é um dos principais destino para refugiados, logo revela-se importante políticas públicas de amparo à esse grupo, para integrá-los a sociedade e garantir a sua sobrevivência longe de seu país de origem, pois ainda faz-se presente as dificuldades que esse grupo enfrentam ao chegar em outro país, como o Brasil. Isto é, as políticas migratórias existem, mas sua efetivação concreta, muitas vezes, é inexistente. A inclusão de refugiados na sociedade deveria ser um elemento fundamental no processo de refúgio, pois fazem com que o refugiado ou migrante sintam-se acolhido e incluso no país destino, com direito à saúde, trabalho, estudo, todos os direitos civis do país, sendo um dos principais empecilhos que circunscrevem o cotidiano dos refugiados. Também são comuns os problemas na recolocação dessas pessoas no mercado de trabalho, onde estão à mercê de péssimas condições laborais, além de serem vítimas potenciais de trabalho escravo, tráfico

de pessoas, racismo, e acabam por viver em moradias em péssimas condições. Ou seja, a agrura ainda se faz presente apesar dos avanços nas legislações e políticas migratórias.

PROTEÇÃO BRASILEIRA PARA REFUGIADOS LGBTQIA+

A orientação sexual também faz parte significativamente do atual fluxo migratório do mundo e do Brasil. Desse modo, revela-se de suma importância que, a proteção concedida a refugiados LGBTQIA+ internacionalmente seja efetivamente eficaz e executada, uma vez que os relatos são da falta de proteção, principalmente por órgãos internacionais incumbidos de prestarem apoio a esse grupo social. O ACNUR refere que são comuns os relatos de ameaças, abusos e violências nas solicitações de refúgio LGBTQIA+. Principalmente, a intersexuais que sofrem ameaças de submissão a procedimentos cirúrgicos com o intuito de “normalização”, configurando-se a uma situação de perseguição. Ainda, são assistidos ferimento de “honra familiar”, gravidez e casamento forçado com o objetivo de “correção” (PEREIRA, Gustavo, 2019). Diante desse contexto, revela-se que a proteção a refugiados LGBTQIA+ mostra-se ineficiente ao redor do mundo.

Entretanto, no Brasil, a proteção a refugiados LGBTQIA+ é priorizada, mesmo que apresente diversas lacunas nas legislações e na proteção devida a esse grupo, o país ainda é um dos mais profícuos para migrar. Isso porque, ao longo dos anos a nação vem progredindo quanto a esse cenário, com novos projetos de amparos e fiscalizações à órgãos incumbidos nas solicitações de refúgio, para um controle maior de abusos e violências.

Ademais, no âmbito brasileiro, reconhecido a condição de refúgio, esse agora passará a exercer o direito a proteção internacional. Essa condição se estenderá a seus familiares, conforme previsto no artigo 2º da Lei 9.474/97. Com o seu reconhecimento de refugiado no país, o mesmo pode deter de todos os direitos dos demais estrangeiros, ainda tendo direito de receber do Brasil todo o amparo para a sua integração local, como forma de acolhida na sua vulnerabilidade.

Quanto ao reassentamento solidário no Brasil, o país vinha exercendo um importante papel no desenvolvimento do programa Reassentamento Solidário na Amé-

rica Latina, como parte do Plano de Ação do México, tornando a imagem do país como agregador. Ainda, o Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2012, criou o Comitê estadual de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de pessoas (COMIRAT), com o intuito de proporcionar assistência e acolhida humanitária para estrangeiros nas referidas situações de debilidade, contribuindo e ampliando o acesso desse público às políticas públicas (Pereira, Gustavo de Lima, 2019).

Entretanto, ainda se faz presente graves abusos de direito humanos no exterior, por exemplo, muitas solicitações de refúgio são negadas por declararem suas orientações sexuais, o que para os órgãos afronta o sistema do país, mostra-se o preconceito assolado no mundo todo. O coordenador-geral do CONARE destacou a importância de políticas voltadas para indivíduos que vivenciam essas atrocidades. Recentemente, o Brasil tornou público os dados quanto à refugiados LGBTQIA+ no país, o que se revela um progresso. “A divulgação destes dados é fundamental para termos maior consciência das dificuldades enfrentadas por essa população e também para nortear as políticas públicas sobre o assunto” (MARTINEZ, Frederico, 2018).

A divulgação sobre a informação dos processos de refúgio, e a nova plataforma sobre os refúgios devido a orientação sexual, demonstra o compromisso do Brasil na proteção à refugiados perseguidos por conta de sua orientação sexual (Pontel, Luiz, 2018). Desse modo, revela-se o país sendo extremamente coadjuvante quanto aos refugiados LGBTQIA+, preocupado e disposto a proporcionar a melhor assistência com os mesmos. O lançamento dessa plataforma está inserido no calendário de atividades dos chamados “16 Dias de Ativismo contra a Violência de Gênero”. Ainda, a campanha brasileira “Livres & Iguais” tem o objetivo de promover a igualdade da população LGBTQIA+, aumentando a conscientização sobre a violência e a discriminação homofóbica e transfóbica e promovendo um maior respeito pelos direitos destas pessoas. Diante disso, revela-se o Brasil sendo um país promissor diante dessa situação, apesar de ainda haver lacunas nas políticas públicas e migratórias, mas considera-se ainda um dos melhores países para a proteção de refugiados LGBTQIA+.

A HISTÓRIA DE PAÍSES QUE CRIMINALIZAM A HOMOSSEXUALIDADE E AS SOLICITAÇÕES DE REFÚGIO LGBTQIA+

Ainda quanto ao fluxo migratório do mundo, os refugiados LGBTQIA+ são um dos únicos grupos aonde a penalidade pode ser a pena de morte, dessa maneira, destacando a crueldade ainda vivida nos dias de hoje, há 70 países que possuem em seu corpo legislativo, leis que criminalizam a homossexualidade, chamado de “homofobia de Estado”, referente a esses países, 13 condenam a homossexualidade com pena de morte e torturas, nesse grupo se faz presente Sudão, Irã e Arábia Saudita, entre outros (BRAGA, Daniel, 2018).

De acordo com Daniel Braga Nascimento, os atos migratórios sempre estiveram presentes na sociedade, em busca de melhores condições de vidas, porém, atualmente a busca é também por igualdade social, respeito e paz. Nessa lógica, revela-se que o grupo LGBTQIA+, opta por migrar para outro país. Isso porque, revela-se evidente, que uma pessoa LGBTQIA+ em um desses países sofre claramente perseguições e graves atrocidades. Além disso, os pertencentes a este grupo social sofrem punições de diversas formas. “Podem ser presos pelas autoridades, sofrer graves ameaças de direitos humanos dos vizinhos, autoridades, nas ruas, na escola, no trabalho, no hospital e nos diversos âmbitos de sua vivência social.” (GORISCH, 2017).

Além disso, a criminalização a homossexualidade que alguns países exercem, estão relacionadas, principalmente, as questões religiosas. Na atualidade, essa condenação prevalece em países predominantemente muçumanos, por questões de crença e doutrina. Indivíduos LGBTQIA+ são alvos frequentes de violências físicas ou simbólicas, como meio de sanções por desviarem das normas culturais e, por vezes, juridicamente efetivas (REZENDE, 2017). Fica claro, portanto, que os fatores culminantes para as agressões que LGBTQIA+ sofrem, são por motivos religiosos.

Como marco de evolução a LGBTQIA+, surgiu recentemente a cartilha para refugiados perseguidos por orientação sexual no Brasil, criada pela Organiza-

ção das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de garantir que refugiados LGBTQIA+ conheçam seus direitos e saibam onde buscar apoio, além de informar a sociedade brasileira sobre quem são essas pessoas, quais são suas trajetórias, quais são seus direitos e quais são as suas necessidades (BRAGA, 2018). Porém, a cartilha ainda não se faz suficiente diante do contexto catastrófico.

Ademais, as situações enfrentadas por LGBTQIA+ em países que perseguem e criminalizam relações homossexuais, precisam ser refletidas sobre um determinado direito fundamental, o direito a doutrina. Se esse grupo sofre punições como a prisão, tortura ou até então a pena de morte pela orientação sexual, estão interferindo diretamente nos direitos humanos. “Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (Declaração dos Direitos Humanos, 1948). Existem direitos fundamentais ao ser humano, inclusive a liberdade de crença e a liberdade sexual, contudo tais direitos apresentam-se, muitas vezes, em conflito devido às crenças ou doutrinas, em que a homossexualidade é proibida. Assim, “Havendo uma situação que coloca ambos os direitos em colisão, de forma que apenas um deles possa ser atendido, deve incidir o princípio do primado do direito mais relevante, na hipótese, o direito à vida”. (DINIZ, 2008).

Diante desse contexto, muitos países continuam não cumprindo as orientações de entidades internacionais à luz dos direitos humanos, na proteção de liberdade sexual das pessoas. Isso porque, muitos países apresentam uma história centenária que, preserva o direito a doutrina, os preceitos da religião, a ideologia, entre outros fatores, posto que antigamente o preconceito à homossexuais era mais corriqueiro. Apesar dos avanços diante de tempos passados, ainda pode-se observar situações comuns na atualidade, como a presença de 70 países onde a homossexualidade é crime, podendo levar à pena de morte, ou apedrejamento público. É por esses e outros inúmeros fatores, que alguns países acabam por gerar diversos refugiados LGBTQIA+.

Irã e Arábia Saudita, são exemplos de países que criminalizam a homossexualidade, através da pena de morte por apedrejamento, em que seguem as leis criadas dentro da religião Islâmica. Outro país que, recentemente incorporou no seu corpo legislativo a criminalização à homossexuais foi Brunei, também seguindo preceitos

da religião Islâmica. Nos Emirados Árabes, Qatar, e Afeganistão, são países que constituem no seu ordenamento jurídico a pena de morte à relações homossexuais.

Além disso, a prisão perpétua também se faz presente nas punições à LGB-TQIA+. Tanzânia, Uganda e Guiana, à saber, utilizam desse método de punição. Ademais, a maior punição é dada na Malásia, onde a lei da pena de morte vale para homens e mulheres, e a “caça aos gays” é divulgada até no jornal.

Diante desse contexto, revela-se a tamanha agrura que pessoas homossexuais enfrentam em seu país de origem, e por segurança pedem refúgio, com destino principalmente ao Brasil, visto que na atualidade mostra-se um país avançado diante dos demais, com legislações e políticas públicas de amparos a LGBTQIA+. A proteção aos direitos dos refugiados encontra fundamentado na Constituição Federal de 1988, especialmente através do objetivo fundamental de promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça ou quaisquer outras formas de discriminação e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, bem como por meio da extensão das garantias fundamentais (Nascimento, Rodrigues, 2019).

Desse modo, é por isso que o Brasil revela-se um país líder perante a questão de refugiados LGBTQIA+, pois proporciona, apesar das lacunas ainda existentes, uma possibilidade de uma vida digna a homossexuais, que fogem de seu país devido a inúmeras perseguições. Segundo a Cartilha informativa sobre a proteção de pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio LGBTQIA+, “o Brasil tem realizado esforços para garantir que pessoas LGBTQIA+ tenham acesso a um procedimento de determinação da condição de refugiado sensível às necessidades de proteção específicas dessa população” (ACNUR, 2017).

CONCLUSÃO

Com base em todo o exposto, pode-se perceber que a crise dos refugiados ainda que, com as medidas já existentes os números são alarmantes, principalmente quando relacionados aos refugiados por orientação sexual, que se encontram em vulnerabilidade em países majoritariamente muçulmanos. Como resultado obteve-se que estes países geram maiores números de refugiados LGBTQIA+, por falha no seu sistema jurídico, os quais não oferecem uma proteção legal a esta comunidade, além de apresentar no seu corpo legislativo condenações às relações homossexuais.

Portando, observou-se que a falha no ordenamento jurídico não é apenas vigente nos países que condenam a homossexualidade, sobretudo em países destinos, como o Brasil. O mesmo, sendo muito procurado pelos refugiados venezuelanos para uma melhor qualidade de vida. Entretanto, essa qualidade de vida não é proporcionada inteiramente ao grupo LGBTQIA+, mesmo com tamanhas solicitações de refúgio ao país. Isso por que, o Brasil ainda apresenta lacunas em seu corpo legislativo, quanto a inclusão de refugiados da comunidade LGBTQIA+ na sociedade, que facilite a entrada dos mesmos no mercado de trabalho, na educação pública ou no âmbito jurídico. Embora o Brasil ainda apresente algumas falhas no corpo legislativo, o país ainda proporciona melhores amparos para a comunidade LGBTQIA+ perante outras nações. Atualmente, dia 28 de junho é celebrado o dia do orgulho LGBTQIA+, criado a partir de protestos realizados em 1969. Ainda no âmbito das celebrações do orgulho LGBTQIA+, a ONU realizou uma campanha “Livres e Iguais” sendo o primeiro concurso de arte de cartões LGBTQIA+, também obteve-se como conquista a Cartilha Informativa sobre a proteção de pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio LGBTQIA+ no Brasil.

Quando surge o questionamento referente a responsabilização dos países que acolhem refugiados, os autores estudados e artigos retratados sustentam que, os direitos mínimos devem ser garantidos e concedidos a comunidade LGBTQIA+. Nessa perspectiva, a legislação dos países que criminalizam a homossexualidade diverge da Brasileira, ainda que essa apresente negligências.

Em suma, a abordagem retratada no artigo, se faz crucial e relevante debater no âmbito jurídico e civil, pois além das medidas governamentais, a população deve

incluir a comunidade LGBTQIA+ em todos os espaços sociais. Visto que, os refugiados possuem uma carga histórica pesada, atualmente, os amparos e legislações desenvolvidas se fizeram profícuas, ainda que, deve-se melhorar. Em concordância a esses obstáculos, o assunto faz-se desafiador aos estudiosos da área do direito, a fim de discutir medidas de inclusão e modificações legislativas.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Cartilha Informativa sobre a Proteção de Pessoas Refugiadas e Solicitantes de Refúgio LGBTI. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Cartilha-informativa-sobre-a-prote%C3%A7%C3%A3o-de-pessoas-refugiadas-e-solicitantes-de-ref%C3%BAgio-LGBTI_ACNUR-2017.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2020.

ACNUR. Brasil protege refugiados LGBTI. Luiz Fernando Godinho e Nicole Minvielle, Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2018/11/29/brasil-protege-refugiados-lgbti-mostra-levantamento-inedito-do-acnur-e-do-ministerio-da-justica/>.> Acesso em: 28 de Maio de 2020.

ACNUR. Eu nunca imaginei que iria viver no Brasil. Nina Borges, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2018/09/19/eu-nunca-imaginei-que-iria-viver-no-brasil/> > Acesso em: 22 de maio de 2020.

ACNUR. Perguntas e respostas. Agência da ONU para Refugiados. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/perguntas-e-respostas/> Acesso em: 15 de abril de 2020.

ACNUR. Legislação. Agência da ONU para Refugiados. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/legislacao/> Acesso em: 18 de abril de 2020.

ACNUR. Diretrizes sobre proteção internacional N. 09. Solicitações de refúgio baseadas na orientação sexual e/ou identidade de gênero no contexto do artigo 1A(2) da Convenção de 1951 e/ou Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados. ACNUR documentos, 2012. Disponível em: < <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9748.pdf>>. Acesso em: 15 de Abril de 2020.

Associação dos engenheiros Brasil – Alemanha. Como as empresas estão conscientizando os colaboradores sobre inclusão LGBT. São Paulo. Disponível em: <https://www.vdibrasil.com/conscientizacao-colaboradores-inclusao-lgbt/> > Acesso em: 16 de maio de 2020.

BARRETO, Luiz Paulo. Refúgio no Brasil, a Proteção Brasileira aos Refugiados e seu impacto nas Américas. Ed. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Ref%C3%BAgio-no_Brasil_A-prote%C3%A7%C3%A3o-brasileira-aos-refugiados-e-seu-impacto-nas-Am%C3%A9ricas-2010.pdf> Acesso em: 17 de abril de 2020.

CERVEIRA, Luís Alexandre. Dos levantes de castelã às revoluções comuneras do Paraguai: Apropriações e ressignificações de um conceito em três atos. São Paulo: Repositório Jesuíta, 2014. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3086/LuisCerveira.pdf>> Acesso em: 3 de Abril de 2020.

DINIZ, Debora. Colisão de direitos fundamentais: análise constitucional. São Paulo: Âmbito Jurídico, 2016. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/colisao-de-direitos-fundamentais-analise-constitucional/>>. Acesso em: 17 de Abril de 2020.

ENRICONI, Louise. A história mundial é a história de Migrações. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/migracoes-historia-mundial/#>>. Acesso em: 30 de maio de 2020.

Fantástico. Mulheres são vistas como propriedades dos homens no Líbano, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/06/mulheres-sao-vistas-como-propriedades-dos-homens-no-libano.html> > Acesso em: 23 de maio de 2020.

GORISCH, Patrícia. Direitos humanos e proteção dos refugiados LGBTI. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, São Paulo, v. 5, n.1, 2017. Disponível em: <<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/468>>. Acesso em: 1 de abril de 2020.

MERELES, Carla. Crise dos Refugiados. Politize!, 2018. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/crise-dos-refugiados/>> Acesso em: 17 de abril de 2020.

MOREIRA, Julia Bertino. A questão dos refugiados no contexto latino-americano e brasileiro. São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.geocities.ws/politicausp/relacoesinternacionais/soc_global/Moreira.pdf > Acesso em: 20 de maio de 2020.

Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Artigo 3, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-3-direito-a-vida/>. Acesso em: 15 de Abril de 2020.

Nações Unidas. UNESCO e parceiro realizam enquete online com jovens LGBTI sobre educação e inclusão. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unesco-e-parceiro-realizam-enquete-online-com-jovens-lgbti-sobre-educacao-inclusao/>> Acesso em: 25 de maio de 2020.

NASCIMENTO, Daniel Braga. Refúgio LGBTI: boas práticas na declaração do status de refugiado/a. Porto Alegre: UFRGS, Lume repositório digital, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/173291>> Acesso em: 18 de abril de 2020.

NASCIMENTO, Rodrigues. REFÚGIO LGBTI: RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO NO BRASIL E NA ARGENTINA. Revista de gênero, sexualidade e direito, 2019. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/5414/pdf>> Acesso em: 12 de maio de 2020.

PEREIRA, Gustavo de Lima. “Direitos Humanos e Migrações forçadas: introdução ao direito migratório e ao direito dos refugiados no Brasil e no mundo”. Biblioteca Virtual Universidade Franciscana. EdiPucrs, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/173089/epub/0?code=LTjQ4FiSUwN9BaU-Vfa/oEgti1I9NealjIYMnO99k+bhOqCvO9UqxGtsagB+luobGNmgK7sH7nJN-J4O95HP58Mg> > Acesso em: 27 de Maio de 2020.

PENA, Rodolfo F. Alves. “População de refugiados no mundo”. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/populacao-refugiados-no-mundo.htm>> Acesso em 18 de abril de 2020.

PORFÍRIO, Francisco. Crise dos refugiados. Mundo Educação, Goiânia, 2017. Disponível em: < <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/crise-dos-refugiados.htm>>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

REZENDE, Lucas. Sexílio, alteridade e reconhecimento: Uma análise teórica sobre o refúgio de LGBTs. O social em questão, 2017. Disponível em: <http://osocialem-questao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_41_art_13_Rezende.pdf>. Acesso em: 9 de Abril

de 2020.

SARMENTO, Luciana. O Comovente relato de refugiada sobrevivente de um naufrágio. EXAME, 30 set. 2015. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/mundo/o-comovente-relato-de-refugiada-sobrevivente-de-um-naufragio/>> Acesso em: 17 de abril de 2020.

Tribunal Constitucional. A dignidade da pessoa humana e sua dimensão comunitária como centro de unidade e promoção dos direitos humanos e fundamentais. Jus.com.br, 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/73590/a-dignidade-da-pessoa-humana-e-sua-dimensao-comunitaria-como-centro-de-unidade-e-promocao-dos-direitos-humanos-e-fundamentais>>. Acesso em: 16 de Abril de 2020.

UNICEF. UNICEF lança apelo global e pede U\$ 64,5 milhões para a resposta à crise migratória venezuelana. 2019. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-lanca-apelo-global-e-pede-usd-64-5-milhoes-para-resposta-a-crise-migratoria-venezuelana>>. Acesso em: 19 de abril de 2020.

ZYLBERKAN, Mariana. Vida de refugiado: Por uma segunda chance. 2018. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/refugiados/>>. Acesso em: 20 de Abril de 2020.



I

REPRESENTAÇÃO DE IDENTIDADE DE GÊNERO E RAÇA NA PARADA DA DIVERSIDADE, RECIFE, 2019.

Maria Cecilia Patricio¹

André Luiz dos Santos²

RESUMO:

O mundo moderno, contemporâneo tem como pano de fundo a globalização, fruto de uma hegemonia eurocêntrica que desenvolve uma cultura tecnológica e acaba por estimular uma desigualdade socioeconômica de proporções jamais vistas. Diante desse avanço tecnológico dos meios de comunicação de massa, a afirmação de interseccionalidade (Akotirene, 2019) vem demarcando espaços de resistência, movimentos sociais que atraem gente de todo lugar do mundo, seja este mundo próximo ou distante, como exemplo as Paradas da Diversidade ganham a cada dia destaque como locus de análise nas ciências sociais, caracterizando-se uma interface entre psicologia, antropologia e sociologia, como abordagens interdependentes sobre a identidade como constituição do sujeito e indivíduo inserido em um contexto social. Com a intenção de analisar a representação da população participante da 18ª. Parada da Diversidade do Recife acerca da discussão sobre gênero e raça, e sua importância como evento de atração turística, este estudo tem como principal intuito verificar os diversos olhares e notícias sobre este movimento social, enquanto fazendo parte dos

“novos movimentos sociais” que surgiram no século XX e expõe reivindicações de um coletivo cada dia mais diverso e contextualmente diferente, quando se trata de países e seus coletivos valorando qual identidade de gênero e identidade sexual se colocam na pauta da construção da sigla, no Brasil atualmente LGBTQIA+. Nossa pesquisa foi na Parada LGBTQIA+ do Recife, 2019 com levantamento retrospectivo de Paradas anteriores, com aproximadamente 30 pessoas entrevistadas, entre membros da comissão organizadora, apoio e participantes, além de um coletivo, a RedAfroLGBT que nos forneceu dados importantes sobre questões de representatividade.

Palavras-chave: Representação; Identidade de gênero e raça; Parada da Diversidade Recife.

INTRODUÇÃO

A parada da diversidade do ano de 2019 em Recife, Pernambuco, teve como tema “Ontem, hoje e sempre: Resistir para Libertar” aconteceu no domingo dia 15 de setembro de 2019 no espaço que ocupa desde o ano de 2007 conhecido como Parque Dona Lindu, zona sul da cidade e localizado na Praia de Boa Viagem.

As Paradas de Orgulho LGBT são “momentos políticos de descontração e de celebração do orgulho de viver a sexualidade e as expressões de gênero, livre de opressão e discriminação”³.

Como um movimento social em todos os seus aspectos, a Parada da Diversidade, como atualmente se intitulam, conta com a participação efetiva do Estado e do Município na representação política de seus líderes, que nem sempre estão presentes, mas enviam seus representantes e contribuem para a organização do evento. Órgãos como a Polícia Militar, em seus específicos batalhões, sistema de saúde representado pela presença do SAMU, A Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife (CTTU), assim como Secretarias de Saúde, da Mulher, da Diversidade, dos Direitos Humanos, Organizações Governamentais e Organizações Não Governamentais, estas, encabeçam a organização do evento através do Fórum LGBT de Pernambuco.

Ou seja, o caráter de organização social (Lakatos, 2010) que tem a Parada da

³ Da série Memórias de Futuro. Disponível em: <http://paradadiversidade.blogspot.com/p/sobre-as-paradas.html>

Diversidade com seus elementos organizacionais (administrativos, financeiros e de gestão) e legais (através da construção, e registro das reuniões e órgãos envolvidos) constroem esse movimento social como atual na pauta reivindicativa de direitos de uma população, repito, cada vez mais diversa.

É por esta diversidade que levantamos neste evento o seguinte problema: Como os participantes da Parada da Diversidade se representam, além das identidades que envolvem elementos de gênero e sexualidade, enquanto pertencentes a uma identidade racial?

DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS

Dentre as 18 edições das Paradas da diversidade de Recife, com suas temáticas reivindicatórias, também diversas, 07 delas estão diretamente ligadas a lutas por direitos em seu tema (2002, 2005, 2010, 2015, 2016, 2017 e 2018); outros 07 tem como bandeira de luta o combate à homofobia/violência sofrida pela maioria LGBTQIA+ no estado e no Brasil (2003, 2006, 2008, 2009, 2011, 2012, 2014); outras 06 tem como temática questões que envolvem família (2004 e 2015) respeito (2007), felicidade (2015) e liberdade (2015, 2019).

Em todas elas, levando em consideração que o movimento social tem como pauta a luta por direitos e sua relação com a realidade social em que a população LGBTQIA+ vive, a temática política sobressai pelo fato de algumas das versões acontecerem em ano eleitoral. Por isso que diretamente por 03 vezes a Parada (2011, 2016 e 2018) utilizou o termo Democracia em seu tema.

No ano de 2019, a pauta privilegiou o tema Resistir para Libertar. E em nenhuma delas se apresenta lutas reivindicatórias que envolvam questões raciais nem de classe. Neste sentido, talvez ainda, não tenha havido “necessidade” ou a percepção de questões relacionadas a raça/racismo envolvido na comunidade LGBTQIA+ para ser tema de pauta nas reuniões do Fórum LGBT, órgão que congrega, reúne e organiza a Parada da Diversidade todos os anos.

Como aponta Corrêa⁴, é inegável a importância que a Parada da Diversidade tem em se apresentar como um “campo de ação política a partir de um dispositivo de sexualidade” (p. 10). Este autor, também representante do movimento social⁵, faz suas análises a partir das obras de Michel Foucault e outros autores também expressivos, e não tem como intenção destacar leituras sobre questões raciais do tema.

Não podemos deixar de fora o “conhecimento elaborado na prática social”, como Moura (1988) já aponta em sua obra, e esse poderia ser a intenção deste escrito, embora não consigamos no momento realizar tal feito.

A literatura sobre as Paradas da Diversidade no Brasil destacam, significativamente, seu viés político e de expressão de gênero de um coletivo cada vez mais diverso. Silva⁶ identifica a relação forte com o evento carnaval/carnavalização devido a estética das paradas e da maneira como se “grita” por direitos a partir de um posicionamento “festivo” e “colorido”, o que, infelizmente permite o descrédito e a malquerência da população não LGBTQIA+ para com o movimento.

Na literatura da Sociologia clássica, Clóvis Moura⁷ aponta que o fato de vivermos em uma sociedade de classes,

grupos específicos de resistência que, dentro de uma sociedade contraditória e conflitante, procuram, nos diversos níveis e de diversas maneiras, organizar-se para sobreviver e garantir-se contra o processo de compressão e peneiramento econômico, social e cultural que as classes dominantes lhes impõem. (p. 110)

São os valores em comum que faz com que as pessoas se unam em grupos sociais para reivindicação de direitos, como os membros do movimento LGBTQIA+ que organizam desde a década de 1970 as Paradas de Orgulho Gay (da Diversidade).

O “espírito associativo” e a dinâmica organizacional da população que Moura

4 CORRÊA, Tiago Matheus. O governo carnalizado ou o carnaval governado: política e estética no campo de ação da 9ª. parada da diversidade Pernambuco: Recife, UFPE 2012.

5 Instituto PAPAI e Forum LGBT de Pernambuco.

6 SILVA, Marcos Autélio. Numa tarde qualquer: Uma antropologia da Parada da Diversidade em Cuiabá e da cultura LGBT no Brasil contemporâneo. Revista Bagoas, n. 15, 2016, p. 101-130.

7 MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro brasileiro. Série Fundamentos. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

se dedica em estudo, os negros e os movimentos que organizam para “resistirem às forças desintegrativas que atuam contra eles” (p. 120), forças estas típicas de uma sociedade de classe, podem ser comparados com o coletivo do movimento LGBTQIA+, pois se encontram “com um nível de organização e grau de ideologização capazes de levá-los a participar de movimentos mais globalizadores” (Moura, 1988, p. 113). Motivo pelo qual os participantes da comissão organizadora das Paradas nas capitais e principais cidades se desdobram para participar de vários destes eventos, pois no Brasil eles acontecem em datas (dias e meses) diferentes e o coletivo se alinha a forças nacionais de luta por direitos, como a ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos)⁸ por exemplo.

Na abordagem de Alberto Ramos (1981), mesmo que o autor não trabalhe especificamente com o fenômeno Parada da Diversidade, é possível linkar com a discussão sobre cultura como “uma compenetração de elementos históricos e biológicos. Que ela não é, por exemplo, um produto neutro, do ponto de vista sexual, podendo ser, de fato, masculina e feminina.” (p. 23). Por isso, pode se entender a Parada LGBTQIA+ como aspecto da cultura que segue padrões estéticos, principalmente advindos de uma cultura norte-americana que aponta um cunho político e de gênero, de estética feminina, de corpos generificados, pautado em uma diversidade de femininos, principalmente pelo que se apresenta no evento ano a ano, ou seja, que não se pode dizer que é nem masculino nem feminino propriamente dito, como dá a entender algumas leituras sobre cultura.

Na Parada de 2019, o primeiro momento da festa, no palco do Parque Dona Lindu, no bairro de Boa Viagem, aconteceu o que chamamos de ato político propriamente dito, que se mostra a partir das 8h da manhã do dia do evento, em que membros do movimento social LGBTQIA+ movimentam as atrações e a plateia que cedo já estão prestigiando o evento. Um segundo momento inicia-se com a saída

8 Fundaram a ABGLT as seguintes Associações: Atobá / Rio de Janeiro-RJ; ADEH / Florianópolis-SC; AMHOR / Recife-PE; ASBRAGEL / Curitiba-PR; Caras e Coroas / Rio de Janeiro-RJ; Cidadania Plena / Paranaguá -PR; Dialogay / Aracaju - SE; Etcetera e Tal /São Paulo - SP; Grupo de Gays e Lésbicas da USP /São Paulo - SP; Grupo Arco-Íris / Rio de Janeiro-RJ; Grupo Canto Livre – Dignidade e Direitos Humanos /Fortaleza - CE; Grupo de Gays e Lésbicas do PSTU /São Paulo - SP; Grupo de Gays e Lésbicas do PT /São Paulo - SP; Grupo Dignidade /Curitiba-PR; Grupo Esperança /Curitiba-PR; Grupo Estruturação /Brasília-DF; Grupo Gay da Bahia (GGB) /Salvador - BA; Grupo Gay do Amazonas/Manaus-AM; Grupo Habeas Corpus Potiguar /Natal-RN; Grupo Homossexual Unificado – ASTRAL /Rio de Janeiro-RJ; Grupo Lésbico da Bahia /Salvador - BA; Grupo Tibira /São Luis - MA; Grupo 28 de Junho / Nova Iguaçu-RJ; Movimento do Espírito Lilás (MEL) /João Pessoa-PB; Movimento Homossexual de Belém /Belém-PA; Núcleo de Estudos da Homossexualidade – UFSE / Aracaju - SE; Organização Gay Norte do Paraná / Londrina-PR; Satyricon / Carpina-PE; Shallom / São Paulo - SP; TULIPA /Santo André - SP; Um Outro Olhar / São Paulo - SP.

dos trios elétricos que compõe a pauta reivindicatória e apresenta de forma artística (com dança, performances e música) a temática vigente. Ou seja, o momento em que se destaca o que costumam apontar de “caráter festivo” do ato, no qual se configura como nova forma de fazer política e movimentos sociais, o que direciona as Paradas para a caracterização como Novo Movimento Social.

A chamada é sempre feita pelo tema do ano vigente, como grito de guerra, com oralidades (textos em discursos) que apontam os motivos da temática e com todos os envolvidos possível. Junta-se a isso apresentações, no palco destinado ao evento, culturais, musicais e de dança e teatro que envolvem grupos gays, transformistas, travestis e drag-queens.

Neste ano de 2019 tivemos apresentação de “Gaby do Carmo e Amigas do Brega, além do DJ Jefferson e show performático”⁹, grupos musicais que apontam para uma cultura de massa e movimento pop, brega e teatral que envolve a temática em pauta, mas que se mostram em sua maioria representando a população público-alvo da Parada, que mesmo diversa, se mostra de uma maioria popular, de comunidade e de identificação racial, de matriz africana na manifestação musical, por exemplo, como apontam as imagens a seguir:



Figura 1 Gaby do Carmo



Figura 2 Grupo da Amotrans



Figura 3 Amigas do Brega

9 SILVA, Wellington. Parada LGBTI+ deve reunir 500 mil pessoas em Boa Viagem. O evento será realizado neste domingo (15). Estão programados 12 trios elétricos, além de shows no parque Dona Lindu. Disponível em parquedonalindu.com. Acessado em 01/10/2019

Ao chegarmos as 9:30 da manhã, as apresentações já haviam iniciado. Ficamos na área do palco, entre a frente e sua lateral se protegendo do sol, estabelecendo contatos com os conhecidos da liderança do movimento (ONGs, OGs e Associações) e observando quem poderia e se dispunha a ser interlocutor. Juntamente com um pequeno grupo de estudantes do Centro Universitário UNIFBV, iniciamos as entrevistas roteiradas¹⁰ para que as pessoas não se sintam incomodadas e por isso pensem estar deixando de aproveitar o evento, a praia e o sol que tanto chama a atenção naquele espaço.

Conseguimos realizar 30 entrevistas, dentre elas houveram as monossilábicas, algumas pessoas não quiseram dar informações sobre cor/raça, algumas não identificaram seu gênero e muitas delas nem sabiam o tema da Parada deste ano (grifo nosso). As entrevistas foram bem rápidas, pois a proposta era realiza-las no primeiro momento da Parada, pois no segundo momento não entendemos que seria justo interferir no trajeto das pessoas em meio ao cortejo dos trios elétricos, o que nos faz concordar, por muito ter ouvido e entendido de boa parte dos participantes, com o aspecto “festivo” do evento.

Na construção do roteiro, sobre o item relacionado a cor/raça, montamos duas questões: a primeira se tratando de “Como a pessoa se identifica em relação a cor/raça” e a segunda: “Como o entrevistador percebe cor/raça no indivíduo pesquisado”. Muitos dos entrevistados não responderam à primeira pergunta ou não deram importância a ela, mas o importante é verificar que dos 30 ouvidos, 5 se identificaram, ou foram identificados, como brancos, 6 como negros e apenas 2 como pardos. Existe aí um posicionamento muito forte quanto a identificação da pessoa em sua condição de cor/raça, o que tenta-se desmistificar como eu vejo e como sou visto pela sociedade que julga.

Devido à dificuldade em conseguir uma fala que pudesse dialogar com nossa proposta¹¹, fomos atrás da Rede AfroLGBT que se apresenta em redes sociais e se reúnem como movimento social inserido nos eventos da Parada LGBTQIA+ também

¹⁰ Entrevistas roteiradas tem como intenção serem aplicadas de forma rápida, pois o pesquisador já direciona as perguntas na conversa com o interlocutor, e o espaço e tempo da Parada da Diversidade permite que esta estratégia seja utilizada por se tratar de um Movimento Social e por isso com tempo determinado para acontecer.

¹¹ Pois os interlocutores na Parada da Diversidade foram escolhidos de forma aleatória e isso permitiu escutar rapidamente respostas também rápidas e sem muita reflexão.

em Pernambuco.

Para estabelecer algum diálogo, construímos um outro roteiro mais direcionado e que não demorasse muito a ser respondido pelos interlocutores do grupo. Fomos encaminhados para o Sr. Tomaz, que prontamente nos respondeu. A conversa se deu através da rede social Instagram e continha questões sobre representatividade que o coletivo afro, e as pessoas negras, tem no espaço e evento Parada da Diversidade, como se veem representados, a partir do viés da raça, no momento da Parada e na preparação da mesma que ocorre em várias reuniões de organização do movimento social. As respostas vieram e se alinharam ao silenciamento (na fala) que percebemos na investigação durante a Parada.

Está claro que a população que é habitué das paradas ano a ano são negras, pardas, brancas, estrangeiras e/ou outras marcações de raça, gênero e orientação sexual. As temáticas de políticas de cunho feminista, como aparecem enquanto ferramenta de luta, estão presentes na população que grita por direitos. Nosso interlocutor localizou:

(...) especificamente em Pernambuco não há um espaço em destaque p o tema racial. Nos últimos 4 anos as lésbicas negras tem se inserido mais, mais por estarem na organização. Mas tb se adaptando a demandas das organizações brancas. O que tem assegurado é somente uma fala no trio. (sic)

As organizações brancas, que Tomaz se refere, assim o é pela criação das Paradas como movimento social a partir da sociedade branca estadunidense na década de 1970, como movimento que não surgiu como reivindicação de coletivo negro. Pois, mesmo havendo participação de pessoas negras, em sua maioria e em se tratando de movimento social, questões acerca de raça não prevaleciam na pauta reivindicatória.

Na segunda parte das perguntas, a direção foi pensar sobre a participação negra com vez e voz também na organização do evento, a partir destas reuniões do movimento social. Perguntas sobre como se percebem com visibilidade ao longo do processo de organização das Paradas e do evento em si. As respostas vieram nesta

direção:

Não há uma identidade mais importante e sim condições que promovem determinados privilégios. Mas as questões raciais são pautas **secundárias** para ainda boa parte do movimento organizado não negro.

Os gays brancos tem muito mais visibilidade. Mas natural numa sociedade organizada nas estruturas patriarcal. Com esse modelo social os gays ocupam mais espaços. E tem maior trânsito.

Percebe-se o grau de insatisfação que a fala demonstra confirmando o quanto os temas das Paradas não incluem questões raciais, como também não se apresenta nas entrevistas durante o evento. Fica claro como este interlocutor ironiza a “naturalização” da organização social branca e patriarcal que privilegia a ocupação dos espaços pelos brancos, assim como seu lugar de fala, colocado como de valor secundário, porque, repetindo, o movimento é não negro.

É possível identificar uma hierarquia, ou mesmo uma defesa de identidade de gênero como à frente (como se fosse superior) à identidade de cor/raça. Ou seja, entende-se aqui que não se parte da afirmação do ser negro ou pardo, concordando com a afirmação de Ramos (1981) no

(...) qual o homem de pele escura seja, ele próprio, um ingrediente, contanto que este sujeito se afirme de modo autêntico como negro. Quero dizer, começa-se a melhor compreender o problema quando se parte da afirmação – *niger sum*. [no qual, o] (...) negro é povo, no Brasil. Não é um componente estranho de nossa demografia. Ao contrário, é a sua mais importante matriz demográfica (...) o negro no Brasil não é anedota, é um parâmetro da realidade nacional” (Pp. 27-28).

Por esta afirmação, confirmamos, pelas participações em outras edições e observações neste ano de 2019, que a maioria das apresentações do palco são de pessoas negras ou pardas e que se identificam com a identidade racial pelos ritmos de cultura popular que defendem – samba, coco, afoxé, maracatu, ou brega – e de

expressões estéticas de cultura de matriz africana. Como demonstra o cartaz de atrações do Trio elétrico do Movimento Leões do Norte:



Figura 4 Atração principal do Trio elétrico Leões do Norte

Como mais importante na matriz demográfica, segundo Ramos (1981), a resposta de Rivânia Rodrigues, uma das coordenadoras do Fórum LGBT de Pernambuco, mulher, lésbica e negra, aponta para a presença e sua importância, o que confirma fala da RedeAfroLGBT:

A Parada é um ato político de visibilizar sujeitos/as LGBTs e pontuar as suas reivindicações. Este é o momento de ficarmos juntos/as mães, irmãos, pais, filhos, parentes, e somar com os outros movimentos como o feminista, negro, da juventude, sem-terra, sindical, ambiental etc. Resistir para existir! (Rivânia Rodrigues. sic)¹²

Falas como a de Rivânia não aparecem com grandes destaques no palco e avenida no momento do evento, o que demonstra ser a luta que veicula o movimento social Parada da Diversidade, não ter conseguido ainda ter visibilidade na pauta reivindicatória ano a ano. E por isso, questionamos, segundo orientação de Lélia Gonzales: que espaço tem o negro?

Frantz Fanon (2008) nos traz a discussão sobre os efeitos subjetivos da

12 Caetano, Marcela. Cores e luta: Recife celebra a 18ª Parada da Diversidade em Pernambuco. 12 de setembro de 2019. Disponível em <https://www.anf.org.br/cores-e-luta-recife-celebra-a-18a-parada-da-diversidade-em-pernambuco/>

alienação colonial e os processos neuróticos do comportamento do homem de cor e do mito do homem de cor criados pelos ditos civilizados no tocante a sua sexualidade.

O autor reflete como marco da discussão de sua epistemologia a contribuição da psicanálise não só em uma visão eurocêntrica, mas também em uma visão mais ampla trazendo à tona as questões sociopsicológicas, e das relações neuróticas entre o branco dito “civilizado” e o homem negro. Fanon não concorda com o pensamento de Jung sobre o inconsciente coletivo, no tocante a colonização do homem branco em virtude de que o homem de cor não tinha conhecimento desses fatos, como ele aponta:

Como explicar, por exemplo, que um jovem estudante preto, chegando a Sorbonne com o objetivo de se graduar em filosofia, antes mesmo de entrar em contato com qualquer organização conflitante que o espera, assuma uma atitude defensiva? (FANON, 2008, p. 130).

A visão do homem branco é exercida, antes de tudo, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização forçada e brutal dos valores e ideais do branco é obrigado a adotar para si modelos incompatíveis com seu próprio corpo - o fetiche do branco, da brancura. Citemos como exemplos comuns: o fenótipo no nariz fino e cabelo liso. Para o sujeito negro oprimido, os indivíduos brancos, diferentes em suas realidades psíquicas, econômicas e sociais assumem um caráter universal onde somente a “brancura” é percebida e mitificada. A interiorização de tais ideais pode, e frequentemente leva, como veremos a seguir, à alienação e à negação da própria natureza humana, oferecendo como única “salvação” o embranquecimento físico e/ou cultural.

Fanon nos traz uma ideia que baseada no pensamento de Quijano sobre a “colonialidade do Poder” como um sistema de classificação social baseada em uma hierarquia racial e também sexual onde as identidades serão classificadas como inferiores e superiores, dependendo da cor da pele que determinará o lugar de poder a ser ocupado.

Para Fanon, nas questões relacionadas à (des) colonização e (des) humanização se faz necessário que os seres humanos tomem consciência de sua existência e assim poderão lutar contra as estruturas de dominação que os subalternizam e as

condições sociais que os aprisionam. No pensamento de Fanon não há libertação enquanto os homens estiverem subordinados aos seus dominadores, ou seja, a desumanização só dará espaço para a humanização quando os homens lutam dentro de uma realidade concreta, conscientes de seu papel transformador e histórico. Para Fanon a desumanização está associada a colonização e só haverá humanização com a des-colonização.

Para Grada Kilomba, essa des-colonização passa pela fala, quando o indivíduo, ocupa esse lugar não sendo silenciada, por uma sociedade repressora. A parada da diversidade, estabelece um espaço de poder de fala de uma população que foi silenciada por muito tempo, e que agora ocupa um espaço significativo de nossa sociedade (Kilomba, p. 33)

Podemos dizer que a parada da diversidade se coloca como um evento do movimento social que apresenta uma identidade de resistência, isso se constitui através da construção de subjetividades do sujeito em nossa sociedade, criada por personagem e grupos desvalorizados e estigmatizados pela lógica da dominação, construindo posicionamentos através da fala, do canto, do grito (“de guerra”) e da chamada à resistência a partir de valores distintos ou mesmo opostos aos que permeiam as instituições da sociedade. Formam assim comunidades ou associações ou grupos participativos. Ela poderia ser interpretada como uma possibilidade de compreensão da interseccionalidade que “sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica” (Akotirene, 2019, p. 36), nosso propósito com esta inicial investigação, pois concordamos quando Akotirene afirma que “a identidade não pode se abster de nenhuma de suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas”(p.44), o que acontece nas observações do evento ano a ano.

FANZINE: UMA NOVA FORMA DE LINGUAGEM NOS CURSOS DE SAÚDE SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Márcia Yane Girolometto Ribeiro¹

Catheline Rubim Brandolt²

Dyan Jamilles Brum Maia³

INTRODUÇÃO

A cada ano mais de um milhão de pessoas perdem a vida, e muitas mais sofrem ferimentos não fatais resultantes de autoagressões, agressões interpessoais ou violência coletiva. Da mesma forma que seus impactos, algumas causas da violência são facilmente constatadas, enquanto outras estão profundamente enraizadas no tecido social, cultural e econômico da vida humana ou outros fatores externos, criando situações em que a violência pode ocorrer (DAHLBERG; KRUG, 2007).

Conforme Wanderbroocke e Moré (2012), devido aos profissionais da saúde na Atenção Primária à Saúde/Atenção Básica (APS/AB) desempenharem ações de promoção e prevenção, acabam por desenvolver atuação direta nas relações de violência, e com isso o serviço de saúde auxilia na rede de suporte para o cuidado de sua população.

Diante disso, é evidente a importância de capacitar os profissionais de saúde para atuarem mais profundamente nas questões de violência. Além disso, é importante estar atento às manifestações da violência para além de algo materializado, já que situações como essas ajudam na construção de sentimentos que podem potencializar a fragilidade de sujeitos expostos a elas (WANDERBROOCKE; MORÉ, 2013).

¹Nutricionista Especialista em Sistema Público de Saúde, pela Universidade Federal de Santa Maria. Email:marciayanegr@gmail.com

²Psicóloga, Mestre em Psicologia, pela Universidade Federal de Santa Maria. Email:cathelinerb@gmail.com

³Enfermeira, Especialista em Sistema Público de Saúde, pela Universidade Federal de Santa Maria. Email:jamillesenf@gmail.com

Em saúde, os métodos para discutir as práticas de formação necessitam extrapolar o modelo tradicional para uma amplitude de experiências na qual a educação “na/em” saúde esteja voltada para um espaço de trocas de saberes. Aqui se destaca a pedagogia da problematização, bem como metodologias ativas que favorecem a participação ativa, crítica-reflexiva. Assim, a troca de saberes e o diálogo são seus principais instrumentos para convocar a implicação e/ou desacomodação para que os sujeitos reflitam sobre possíveis situações que adentram ou vão adentrar suas práticas nos serviços. Essas novas concepções orientam para uma educação popular em saúde, uma vez que não se pode distanciar a academia/educação das práticas sociais, culturais e representações da sociedade atual (OLIVEIRA et al, 2015).

Segundo Brasil (2014), o enfoque da metodologia participativa valoriza os conhecimentos e vivências reais ou imaginárias das participantes, provocando a reflexão, e busca construir sentidos às situações concretas da vida. Existindo várias formas de trabalho em metodologias participativas, embasadas em saberes multidisciplinares, as mais conhecidas são círculos de cultura, oficina e técnicas de grupo.

Nesse sentido, esta experiência parte de um projeto de intervenção no qual se desenvolveram oficinas, utilizando um meio de linguagem escrito e visual denominado “fanzine”, que proporciona uma discussão crítica-reflexiva perante um recorte que reflete a realidade social; que possibilita a livre expressão de ideias sem censura, uma transmissão de informações estimuladas pelo uso da criatividade. Os “zines” são estabelecidos como produto da interação da vontade/escolha do locutor dentro de um tema, através de um processo de busca constante de expressão, inquietação e modificação de padrões, assim construindo e reconstruindo saberes que possam intervir na maneira de cuidar e pensar no seu grupo social. (CAMPOS, 2009; LOPES, BORBA, MONZELI, 2013; RIBEIRO, LOBO, PRADO, 2015).

Portanto, é importante aprofundar o conceito e as questões que envolvem a violência, a partir da importância de discutir a temática para se repensar como as grades curriculares dos cursos são abordadas na educação voltada para o Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa forma, percebe-se que é necessário intervir através de sensibilização com os alunos e alunas dos cursos de Enfermagem, Medicina e Odontologia de uma instituição pública de ensino superior, diante das situações de

violência que adentram os serviços de saúde. Os objetivos da pesquisa eram provocar mudanças e que esses futuros profissionais desenvolvessem o cuidado às vítimas de violências das mais diversas manifestações e reconhecessem as ações que devem ser tomadas frente a essas situações.

Esta pesquisa de intervenção é de caráter descritivo exploratório de abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2010), trabalha com a realidade social humana (o agir, o pensar, interpretar as ações dentro e a partir da realidade que é partilhada com seus semelhantes). Com isso, o foco principal encontra-se na exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que se pretende investigar. Essa intervenção integra um recorte de um macro projeto de pesquisa do PET-Redes Urgência/Emergência intitulado Violência contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos (CAEE 32707114.0.0000.5346).

Após análise do banco de dados, se propôs a intervenção devido aos profissionais terem relatado que o tempo de serviço passa a ser determinante para melhor esclarecimento e reconhecimento da ocorrência da violência. Os profissionais também relataram ser essencial abordar a temática da violência dentro do ambiente acadêmico. Diante disso, utilizou-se a metodologia ativa do fanzine, um veículo de comunicação que utiliza a expressão livre de construção coletiva, contribuindo com a produção autônoma e a criatividade de cada aluno e aluna que tem algo a dizer sobre fatos ou situações que o rodeiam.

O termo fanzine vem da junção de duas palavras, fanatic e magazine: “revista de fanático” ou “revista de fã”. Uma produção e publicação autônoma de baixo custo que estimula o uso da criatividade; uma forma de abordar assuntos de discussão crítico-reflexivo perante um recorte que reflete a realidade social. Normalmente são artesanais, com desenhos feitos à mão, colagens, montagens, gravuras, etc. O autor é totalmente livre para expressar pensamentos e gostos, não necessitando seguir uma periodicidade ou um formato (CAMPOS, 2009).

Participaram da intervenção um total de 31 alunos e alunas, sendo 18 do quarto semestre do curso de Enfermagem e 13 do primeiro semestre de Odontologia. Foram incluídos os alunos e alunas dos cursos que estiveram presentes na disciplina de Saúde Coletiva. Não participaram da intervenção os alunos e alunas de Medicina

devido ao processo de ocupação⁴ da universidade que ocorreu de outubro a novembro de 2016.

Optou-se por realizar a intervenção na disciplina que aborda a Saúde Coletiva por ter proximidade com a temática da violência, sendo previamente combinada com as professoras. Inicialmente, foram selecionados somente os cursos de Enfermagem, Medicina e Odontologia, pois cada equipe de saúde da família é composta por uma equipe multiprofissional mínima com médico generalista ou especialista em saúde da família, ou médico de família e comunidade, enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde (ACS). Pode-se acrescentar a essa composição, como parte da equipe multiprofissional, os profissionais de saúde bucal (ou equipe de Saúde Bucal-eSB): cirurgia-dentista generalista ou especialista em saúde da família, auxiliar e/ou técnico em Saúde Bucal (DAB, 2012).

A intervenção ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2016, em salas de aula do Centro de Ciências da Saúde (CCS) de uma instituição pública de ensino superior localizada no município de Santa Maria, interior do Rio Grande do Sul. Durante a intervenção no horário da disciplina, organizaram-se oficinas de sensibilização com os alunos e alunas de cada curso de saúde. Tais encontros aconteceram como estratégia para maior aproximação com os estudantes e, para facilitar a compreensão da temática proposta, cada turma foi dividida em grupos de seis pessoas para produção dos fanzines. Foi adotada a observação participante, em que as pesquisadoras se colocaram na posição dos observados, inserindo-se nos grupos a serem estudados se colocando como um dos membros (SOUZA; KANTORSKI; LUIS, 2011).

Depois, cada grupo apresentou seu fanzine, partindo de um feedback da experimentação de conhecimentos, com a proposta de que incorporassem a temática e entendessem o que devia ser discutido convidando-as a contribuir a partir de suas experiências relacionadas ao tema violência. Tornando-os sujeitos ativos, sendo todos os saberes importantes, cada pessoa é valorizada como dona de um saber. A partir disso, houve discussão de casos disparadores, que possibilitaram a visualiza-

4 Movimento de repercussão nacional organizado pelos movimentos estudantis e sociais das universidades públicas em protesto contra medidas do governo Michel Temer como a Reforma do Ensino Médio, a Proposta de Emenda Constitucional à Constituição (PEC) de número 241 que estabeleceu um teto de gastos públicos como saúde e educação pelos próximos 20 anos e o projeto Escola Sem Partido, também conhecido como Lei da Mordaça, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

ção das posturas e encaminhamentos que os grupos realizariam enquanto profissionais de saúde frente aos casos problemáticos.

As pesquisadoras coordenaram todas as atividades. Ao final, através de uma exposição dialogada, houve uma apresentação de contextualização da violência: tipologias, com seus 3 grandes grupos (autoprovocada ou auto infligida, interpessoal e coletiva), natureza e seus 4 grupos (física, sexual, psicológica e negligência ou privação), dados do TABNET, a importância e objetivos da notificação, fluxos de atendimento a crianças e adolescentes, mulheres e idosos. Também foram apresentados relatos de experiências vivenciadas na atuação profissional como residentes multiprofissionais, em que as pesquisadoras trouxeram dados para exposição e relevância do tema violência para discussão. Os temas geradores contemplaram a identificação, intervenção e encaminhamentos frente a casos de violências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a adoção da proposta metodológica do artigo, foram observadas diferentes concepções e representações das violências entre os alunos e alunas e entre os cursos de Enfermagem e Odontologia. Após análise dos fanzines produzidos, destaca-se a relevância da categoria gênero para a compreensão da violência, baseada na desigualdade entre homens e mulheres o que possibilitou discussões nas seguintes subcategorias: a representação do símbolo feminino sob o olhar de alunas de enfermagem, e “não se cale”: a violência física contra a mulher sob a ótica de alunas de Odontologia. Essas categorias delimitam alguns dos achados deste artigo, a fim de organizar os principais resultados por temáticas.

A REPRESENTAÇÃO DO SÍMBOLO FEMININO SOB O OLHAR DE ALUNOS E ALUNAS DE ENFERMAGEM

A proposta metodológica do fanzine recebe extensão em outras áreas pouco

abordadas, como no caso da saúde, onde as alunas são convocadas a ver esse dispositivo como meio de linguagem disparador de ideias. Esta inserção na sala de aula, como ferramenta de livre expressão, facilita a compreensão de temas mais densos através de linguagens informais e a possibilidade de brincar com a linguagem visual, que estimulam a produção artística, aproximando os alunos e alunas de suas vivências.

De acordo com a temática proposta, ficaram evidentes as diferenças de gênero, que vêm sendo amplamente debatidas com a força que o movimento feminista vem ganhando nos últimos tempos e abrangendo a sociedade de maneira geral. Entretanto, é na universidade, principalmente pública, que esse debate ganha força, pois é um espaço de aprendizagem e discussão da realidade social. Entende-se que nesse meio busca-se a formação crítica e reflexiva de estudantes de diferentes áreas.

Nesse contexto, diante da relação desigual entre homens e mulheres, em que a mulher comumente se encontra em situação de subordinação, a violência de gênero – mais conhecida como violência contra a mulher – ganha destaque por ser tolerada e naturalizada nas relações sociais cotidianas. Para Bandeira (2014), a correlação da violência com a condição de gênero originou-se sob a inspiração das questões e reivindicações do movimento feminista que veio a ser apresentado como categoria sociológica e área de pesquisa e se caracterizou como questão central do movimento feminista nacional.

Por ser um problema de saúde pública, cada vez mais a violência contra a mulher é abordada pelos profissionais de saúde, sendo que muitas vezes as dificuldades para cuidar das vítimas podem estar relacionadas à formação acadêmica, durante a qual raramente são incluídos assuntos com produção de conhecimento técnico e específico sobre o tema (FAÚNDES et al. 2006).

Para Sardenberg (2011), a violência de gênero é toda e qualquer forma de agressão ou constrangimento físico, moral, psicológico, emocional, institucional, cultural ou patrimonial, que tenha por base a organização social dos sexos e que seja contra determinados indivíduos, explícita ou implicitamente, devido à sua condição de sexo ou orientação sexual. Contudo, em virtude da ordem de gênero patriarcal “machista”, dominante em nossa sociedade, são as mulheres que se veem comu-

mente na situação de vítimas desse tipo de violência.

Em consequência disso, o símbolo feminino tem, para muitas pessoas, uma representação social mais profunda e sensível do que é ser mulher numa sociedade patriarcal, em que o pensamento e a realidade nos mostram que, em diferentes lugares, a mulher se encontra vulnerável à ocorrência da violência e vê seu corpo ser objetificado, além da imposição de padrões estéticos através da mídia.

Na intervenção, apesar dos alunos e alunas não terem conhecimento teórico/prático sobre a metodologia ativa do fanzine, esses conseguiram representar a violência de forma significativa como mostra a figura 1:



Figura 1: A representação do símbolo feminino (autoria alunos e alunas de enfermagem)

Nota-se a riqueza linguística deste fanzine, que permite o alcance de interpretação e discussão em turmas semianalfabetas ou em processo de letramento, de diferentes idades e classes sociais, facilitando a aproximação de qualquer pessoa a representar a realidade social de forma simples, rompendo a relação burocrática entre o estudante e o papel, entre o produtor e suas expressões (CAMPOS, 2009).

Barreto et al (2015), sobre a percepção de alunos e alunas de Enfermagem sobre a violência contra a mulher, refere que afinidade, confiança e contato mais próximo com o público feminino e com procedimentos, são atributos associados à atuação do enfermeiro e enfermeira que também presta assistência física e psicológica, dando enfoque acerca da visão assistencial na totalidade humana.

Diariamente, as mulheres encontram-se condicionadas a opressão em diferentes lugares, constantemente passam por humilhações como piadinhas, assobios, buzinas e, de forma mais profunda, abusos e violências físicas como estupro e feminicídio ou veem-se diante de novelas, comerciais, anúncios, toda uma produção cultural que dissemina imagens e representações degradantes, ou que, de uma forma ou outra, diminuem as mulheres. A violência de gênero se expressa com força nas relações sociais e, de maneira mais naturalizada, na vida cultural, bombardeando por todos os lados, sem que as pessoas tenham plena consciência disso. Essas imagens são interiorizadas pela maioria esmagadora, muitas vezes elas contribuem sobremaneira na construção de identidades e subjetividades, diminuindo, inclusive, a autoestima. Isso tudo se constitui na violência simbólica de gênero, indubitavelmente, uma das formas de violência mais difíceis de detectar, analisar e, por isso mesmo, combater (SARDENBERG, 2011).

O homem, por ter na cultura brasileira o papel de dominar, acredita que toda mulher é submissa a ele e lhe deve satisfações. Através da pornografia, compreende que a mulher é um objeto e dele deve buscar a sua satisfação cultural de virilidade e masculinidade. Também por influência da mídia, pelo modelo de padrão estético, muitas mulheres implicadas na cultura machista acabam por se submeter a cirurgias e a idealização do corpo perfeito para serem aceitas socialmente e conquistarem atração masculina.

Em virtude de inúmeros casos de violências ocorrerem no âmbito familiar ou

doméstico, em 7 de agosto de 2006 foi criada a lei nº 11.340, a Lei Maria da Penha – nomeada em homenagem a uma sobrevivente de violência doméstica – que visa coibir, prevenir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006). Na figura 2 observa-se uma representação da lei Maria da Penha no fanzine de um grupo da turma de Enfermagem.



Figura 2: lei Maria da Penha (autoria alunos e alunas de enfermagem)

Enfermeiros e enfermeiras estão em contato direto com a maioria das vítimas, pois é nos serviços de saúde que as mulheres normalmente buscam ajuda e tratamento, o que possibilita a construção de elos de confiança com vistas a reduzir os índices desse agravo. Isso aponta a necessidade de estabelecer uma relação de cuidado da enfermagem às vítimas de violência para promover segurança, acolhimento, respeito e satisfação das suas necessidades individuais, assim como refletir sobre seu planejamento, pautado nos instrumentos básicos de enfermagem, nas políticas públicas de saúde e na legislação vigente, com intuito de proteger as vítimas e prevenir agravos futuros (FERRAZ et al., 2009).

Percebe-se que, para a enfermagem, a violência contra a mulher é uma temática relevante para o levantamento de discussões e de dados, que possam contribuir de forma significativa para a compreensão ampliada da saúde da mulher e de sua

atuação profissional para além da assistência, implicando na promoção de ações que visem modificar a sua realidade. Além disso, o fanzine se mostrou um dispositivo inovador para a construção de conhecimento próximo da realidade local, uma ferramenta que possibilitou uma nova inserção de enfermeiros e enfermeiras nas práticas de educação em saúde.

NÃO SE CALE: A VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA A MULHER SOB A ÓTICA DE ALUNOS E ALUNAS DE ODONTOLOGIA

A violência contra a mulher é complexa, multifatorial e ocorre em todos os lugares, sendo a de natureza física a que mais causa mortes, e ocorre muitas vezes pelo simples fato da vítima ser mulher. Segundo o estudo de Costa et al. (2010) sobre agressões físicas, 50% das lesões decorrentes de violência referem-se a traumas orofaciais.

Para Dias (2008) a violência física contra a mulher é qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da mulher, mesmo que a agressão não deixe marcas aparentes, ou seja, qualquer uso da força física que venha a ofender o corpo ou a saúde da mulher configura violência física (Lei 11.340/2006 art.7º, I).

Nesse aspecto, o feminicídio é uma das formas mais cometidas. Entende-se por feminicídio

A instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante. (BRASILIA, 2013).

Dados do Mapa da Violência: homicídio de mulheres no Brasil, de Waiselfisz (2015), mostra que dos 4.762 assassinatos de mulheres registrados em 2013 no Brasil, 50,3% foram cometidos por familiares, sendo que em 33,2% destes casos,

o crime foi praticado pelo parceiro ou ex. Essas quase 5 mil mortes representam 13 homicídios femininos diários em 2013. O mapa revela ainda que, entre 1980 e 2013, 106.093 brasileiras foram vítimas de assassinato. De 2003 a 2013, o número de vítimas do sexo feminino cresceu de 3.937 para 4.762, ou seja, mais de 21% na década.

A representação dessas questões fica clara em um dos fanzines produzidos por um grupo da turma de Odontologia na figura 3:



Figura 3: dê um basta (autoria alunos e alunas de odontologia)

É visível a compreensão do impacto do contexto histórico e cultural em nosso país, porém com a evolução de aspectos sociais e o crescimento do movimento feminista, a mulher está modificando seu papel na sociedade em busca de emancipação e empoderamento, além das denúncias e proteção na Lei Maria da Penha. Conforme ilustrado na figura 4:

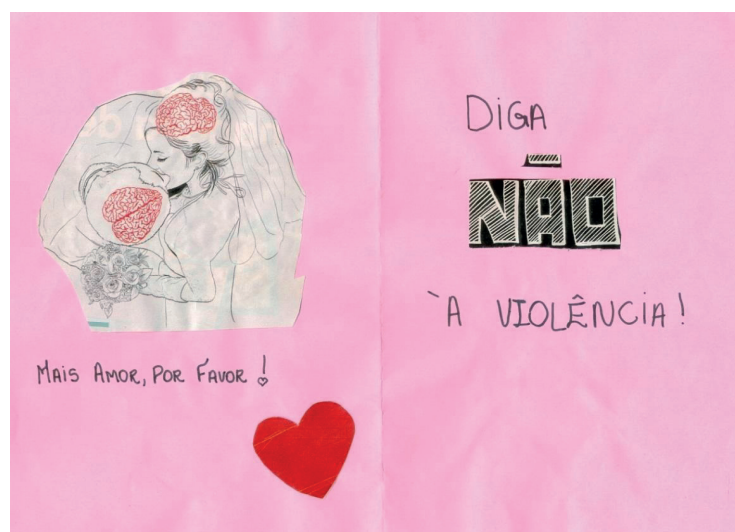




Figura 4: não se cale (autoria alunos e alunas de odontologia)

O Brasil tem dois importantes marcos para o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e da rede de atendimento às mulheres em situação de violência: a promulgação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e a criação, em 2005, da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), que funciona como disque-denúncia e estabelece um canal direto com os serviços de segurança pública e Ministério Público de cada estado do país (BRASÍLIA, 2011).

Outro grupo da turma de Odontologia produziu um fanzine sobre violência obstétrica, como consta na figura 5:





Figura 5: violência obstétrica (autoria alunos e alunas de odontologia)

No meio acadêmico, a assistência obstétrica no Brasil tem sido constantemente questionada. Apesar de o movimento feminista denunciar a violência obstétrica há décadas, caracterizando-a como violência contra a mulher e violação dos direitos humanos, essa é uma transgressão invisibilizada por afetar a integridade psicológica da vítima sem, contudo, deixar evidências de sua ocorrência. Muitos casos, porém, deixam marcas físicas e/ou culminam na morte das parturientes e de seus filhos ou filhas (CARVALHO et al., 2015).

Para Diniz et al. (2015), no mundo, apesar de ser considerado um tema “recente” ou um “novo” campo de estudo, o sofrimento das mulheres com a assistência ao parto é registrada em diferentes momentos históricos e frequentemente tem impacto importante na mudança das práticas de cuidado no ciclo gravídico-puerperal. Assim como no Brasil, em outros países da América Latina, o termo “violência obstétrica” é utilizado para descrever as diversas formas de violência perpetradas na assistência à gravidez, ao parto, ao pós-parto e ao abortamento.

Para além do dano físico ao corpo da mulher, como foi citado no fanzine pelos alunos e alunas de Odontologia através da palavra episiotomia – procedimento cirúrgico usado para aumentar a abertura vaginal com uma incisão no períneo, ao final do segundo estágio do parto vaginal (ZANETTI, 2009) – é importante salientar que essa violência também atinge a vida das mulheres em um contexto mais amplo, afinal entende-se por violência obstétrica

apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres por profissional de saúde que se expresse por meio de relações desumanizadoras, de abuso de medicalização e de patologização dos processos naturais, resultando em perda de autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seu corpo e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres. Definição dada pelas leis argentina e venezuela, onde a violência obstétrica é tipificada (Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2013).

Apesar dos estudantes apenas representarem a violência física na maioria dos fanzines, é importante destacar o recorte racial apontado por eles na figura 5, evidenciando que a mulher negra ainda é alvo de violência mais frequentemente que a mulher branca.

A percepção dos alunos e alunas de Odontologia sobre a violência contra a mulher está voltada para um tipo de ocorrência que talvez se explique por sua formação ser restrita à saúde bucal. Carvalho, Galo e Silva (2013), ao avaliar o conhecimento dos profissionais de Odontologia da rede pública e privada do município de Guaratinguetá (SP) sobre identificação e procedimentos frente à violência doméstica, descobriram que a maioria dos entrevistados não recebeu nenhuma informação sobre o assunto durante a graduação. A pesquisa de Tornavoi, Galo, Silva (2011), com odontólogas e odontólogos, também sinaliza a deficiência na temática de violência contra a mulher, corroborando a necessidade de mais abordagem do tema no ensino de graduação.

Ao final das oficinas, pode-se perceber que a utilização dos fanzines sensibilizou os alunos e alunas para a temática da violência, principalmente contra a mulher, trazendo representações de diferentes concepções, proporcionando construções criativas e reflexões críticas dessa temática. Nesse sentido, através da utilização de metodologias ativas para ampliar as discussões e trocas entre os participantes do grupo, buscou-se a saída da teoria para aproximação da realidade, já que o fanzine convoca a autonomia do sujeito capaz de agir sobre a sua realidade, sendo o verdadeiro ator social e sujeito do próprio processo de desenvolvimento.

CONCLUSÃO

A utilização da metodologia ativa possibilitou a descrição desse relato, que mostrou a utilização do fanzine como nova forma de linguagem nos cursos de saúde, através dos quais os alunos e alunas puderam se sensibilizar pelo tema da violência contra a mulher. O fanzine foi uma metodologia expressiva de fácil abordagem, que permite análise e discussão crítica reflexiva de temas complexos, facilitando a leitura e interpretação para todas as pessoas através da linguagem não verbal.

Em relação à representação da violência pode-se observar a pluralidade de vivências e conhecimentos de alunos e alunas de Enfermagem e Odontologia, com riqueza de criatividade para construção dos fanzines. Esses trouxeram diferentes concepções da questão de gênero, na qual a mulher, apesar da evolução e força do movimento feminista na busca por equidade, ainda se encontra vulnerável a todo tipo de violência.

Dessa forma, a discussão da violência não se esgota e precisa ser debatida a todo o momento, principalmente no meio acadêmico, possibilitando a formação de futuros profissionais mais críticos e engajados nas problemáticas da realidade social. O trabalho reafirma a importância da reformulação da grade curricular dos cursos de saúde, que procuram delinear uma formação técnica direcionada à prática clínica, mas afasta as alunas do contexto social. Um reflexo do modelo atual é que muitos profissionais, ao adentrar os serviços de saúde, não percebem a importância de alguns instrumentos importantes que permitem o conhecimento das dimensões e formas de violência, como a notificação compulsória, que possibilita o desenvolvimento de ações de fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde (RAS) e das políticas públicas.

Ademais, a intervenção se mostrou inovadora nos cursos de saúde, já que a metodologia é mais utilizada na Comunicação. Portanto, o fanzine se torna um novo dispositivo para trabalhar com grupos de educação em saúde, fortalecendo a autonomia e participação de cada sujeito, tornando-o parte do processo de conhecimento. Ainda revela um excelente instrumento para alunos e alunas e professores e professoras da área da saúde trabalharem com diversas temáticas dentro da Saúde Coletiva aproximando a teoria da prática.

Para que o fanzine seja efetivamente uma nova forma de linguagem nos cursos de saúde e possa fortalecer a atuação profissional, é fundamental a ampliação da equipe mínima da Estratégia de Saúde da Família (ESF). A inserção de outros núcleos pode contribuir de maneira interdisciplinar no cuidado em saúde e cada especificidade pode ampliar o olhar diante de situações que envolvam a violência.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L.M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Soc. Estado, v.29, n.2, p.449-69, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

BARRETO, T.M. et al. A violência contra a mulher sob a percepção de acadêmicos de enfermagem. Revista Eletrônica Estácio Saúde, v.4, n.2, p.52-66, 2015. Disponível em: <<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/saudesantacatarina/article/viewFile/1753/879>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. Lei nº11.340, de 7 de agosto de 2006. Brasília, DF, 7 ago. 2006.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégia Saúde da Família. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. II Caderno de educação popular em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, Brasília, 2011.

_____. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Relatório final- Violência contra a Mulher no Brasil. Brasília, 2013.

CAMPOS, F.R. AbraFANZINE: da publicação independente à sala de aula. Txt: Leituras Transdisciplinares de Telas e Textos, Belo Horizonte, v.5, n.10, p.65-77, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/txt/article/view/10053/8957>>. Acesso em: 25 out. 2016.

CARVALHO, L.M.F; GALO, R; SILVA, R.H.A. O cirurgião-dentista frente à violência doméstica: conhecimento dos profissionais em âmbito público e privado. Medicina,

Ribeirão Preto, v.46, n.3, p.297-304, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/69146/71601>>. Acesso em: 25 out. 2016.

CARVALHO, G.A.M.P. de et al. Violência obstétrica: Uma questão de gênero, raça e saúde. 2015. 136 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

COSTA, M.C.O. et al. Avaliação do Programa Nacional de Ações Integradas e Referenciais (PAIR) para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, em Feira de Santana, Bahia. Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 563-574, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14138123201000020003> Acesso em: 08 out. 2016.

DAHLBERG, L.L; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. Rev. Ciênc. Saúde Coletiva, v. 11, p.1163-1178, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14138123200600050007> Acesso em: 12 ago. 2015.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Violência obstétrica você sabe o que é? Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher, Associação Artemis. Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, novembro, 2013.

DIAS, M.B. A Lei Maria da Penha na Justiça. Revista dos Tribunais, 2008. p.42.

DINIZ, S.G. et al. Abuse and disrespect in childbirth care as a public health issue in Brazil: origins, definitions, impacts on maternal health, and proposals for its prevention. J. Hum. Growth Dev, v.25, n.3, p. 377-384, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/106080/106629>>. Acesso em: 10 out. 2016.

FAÚNDES A. et al. Violência sexual: procedimentos indicados e seus resultados no atendimento de urgência de mulheres vítimas de estupro. Rev Bras Ginecol Obstet., v.28, n.2, p.126-35, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01007203200600020009>. Acesso em: 25 nov. 2016.

FERRAZ, M.I.R. et al. O cuidado de enfermagem a vítimas de violência doméstica.

Cogitare Enferm, v. 14, n. 4, p. 755-9, out./dez., 2009.

LOPES,R.E.; BORBA, P.L.O.; MONZELI, G.A. Expressão livre de jovens por meio do fanzine: recurso para a terapia ocupacional social. Rev Saúde e Soc., São Paulo, v. 22, n, 3, p.937-948, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01041290201300030007>. Acesso em: 29 set. 2016.

MINAYO, M.C. de S. O desafio da Pesquisa. In: _____ (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 31ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, D.K.S. et al. A arte de educar na área da saúde: experiências com metodologias ativas. Rev Humanidades e Inovação, Palmas, v.2, n.1, jan./jul.,2015. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/60/61>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

RIBEIRO, M.O.; LOBO, J.A.de F.; PRADO, S.I. O fanzine como meio de orientação e prevenção contra maus-tratos à criança. Rev Soc. Bras. Enferm. Ped., v.15, n.1, p. 44-52, junho, 2015. Disponível em: <http://www.sobep.org.br/revista/images/stories/pdf-revista/vol15-n1/vol_15_n_2_artigo-de-revisao-3.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

SARDENBERG, C. M. B. A violência simbólica de gênero e a lei “antibaixaria” na Bahia. OBSERVE: NEIM/UFBA, 2011.

SOUZA J; KANTORSKI, L.P; LUIS M.A.V. Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. Rev Baiana Enferm., v.25, n.2, p.221-228, 2011. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/5252/4469>>. Acesso em: 9 jul. 2015.

TORNAVOI, D.C.; GALO, Rodrigo; SILVA, R.H.A. Conhecimento de profissionais de odontologia sobre violência doméstica. RSBO, Joinville, v. 8, n. 1, p. 54-59, 2011. Disponível em: <http://vdisk.univille.edu.br/community/depto_odontologia/get/ODONTOLOGIA/RSBO/RSBO_v8_n1_janeiro-marco2011/v8n01a07.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2016.

ZANETTI, M.R.D. et al. Episiotomia: revendo conceitos. FEMINA, v.37, n.7, p.367-371, 2009. Disponível em: <<http://www.febrasgo.org.br/site/wp-content/uploads/2013/05/feminav37n7p367-71.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

WASELFISZ, J.J. Mapa da violência 2015 homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso, 2015 Disponível em: <http://www.mapa-daviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf> Acesso em: 30 nov. 2016.

WANDERBROOKE, A.C.N.S; MORÉ, C.L.O.O. Abordagem profissional da violência familiar contra o idoso em uma unidade básica de saúde. Cad. Saúde Pública, v.29, n.12, p. 2513-22, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v29n12/v29n12a15.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.

WANDERBROOKE, A.C.N.S, MORÉ, C.L.O.O. Significados de violência familiar contra o idoso na perspectiva de profissionais da Atenção Primária à Saúde. Ciênc. saúde coletiva, v.17, n.8, p.2095-2103, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000800020>. Acesso em: 10 maio 2015.

NECROPOLÍTICA DE GÊNERO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: A PRODUÇÃO E A ADMINISTRAÇÃO DE SOFRIMENTO E MORTE ÀS MULHERES

Joice Graciele Nielsson¹

Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth²

INTRODUÇÃO

Caso 1: Marina Mirtes, aos 57 anos, relembra da época em que trabalhava como cabelereira autônoma. Atualmente, não consegue reunir forças para a execução de nenhum trabalho. Vive em meio a contas atrasadas: aluguel, água, luz... Sua alimentação é restrita a feijão e arroz. Sua realidade atual é muito diferente daquela vivida há seis anos atrás, quando foi agredida pelo ex-namorado com golpes de martelo na cabeça, que quase a levaram à morte³.

Caso 2: Geziane Buriola, com 33 anos, vive da ajuda de parentes, inclusive para realizar tarefas básicas, como pentear os cabelos. Até 2017 ela atuava como empregada doméstica. Foi quando teve ambas as mãos decepadas, a facção, pelo então namorado. Ela tentou evitar ser atingida no pescoço, levando às mãos à frente para se proteger daquele que seria um golpe fatal⁴.

Caso 3: Bárbara Penna, 24 anos, convive com a saudade dos filhos, em meio a infindáveis cirurgias reparadoras – mais de duzentas – na cabeça, no olho, nas pálpebras, no pescoço, no braço, na axila, colocação de prótese na perna. Em 2013, ela

1 Professora-pesquisadora do Programa de Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos –, do Curso de Graduação em Direito na UNIJUI. Doutora em Direito (UNISINOS). Integrante do Grupo de Pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos (CNPq).

2 Doutor em Direito Público pela UNISINOS. Coordenador e Professor do Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos, da UNIJUÍ. Professor dos Cursos de Graduação em Direito da UNIJUÍ e da UNISINOS. Coordenador do Grupo de Pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos (CNPq).

3 Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50543503>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

4 Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/01/16/violencia-domestica-elas-so-breviveram-mas-ficaram-com-grandes-sequelas.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

teve 40% do corpo queimado, além de vários ossos quebrados, após o ex-companheiro ter atado fogo ao seu corpo e a empurrado do terceiro andar do prédio onde morava. Quando acordou do coma induzido, depois de quatro meses, descobriu que seus filhos tinham morrido asfixiados pela fumaça⁵.

Três casos. Três corpos femininos trucidados pela violência de gênero. Três vidas femininas que assumem uma dimensão espectral mesmo que a morte tenha sido adiada. Três exemplos do que, nos limites deste estudo, será abordado a partir do conceito de “necropolítica de gênero”.

Neste contexto, este estudo versa sobre o fenômeno do crescimento e intensificação das práticas de violência contra mulheres, tendo como seu ápice o feminicídio de mulheres pobres e negras no Brasil, considerando a existência e consolidação de um dispositivo de produção e administração destas violências que conduzem à morte (se não no sentido estrito, da eliminação física, no sentido de precarização extrema, de transformação dessas existências em vidas espectrais), a partir da consolidação do que chamamos de necropolítica de gênero em nosso país.

Para compreender tais fenômenos, partimos dos conceitos de biopolítica de Michel Foucault (2010, 2012), e de necropolítica de Achille Mbembe (2016, 2017), para analisar nosso contexto local, evidenciando de que modo a intensificação de uma subjetividade necropolítica hegemônica, identificada por Sayak Valência (2010), conduz à configuração de um dispositivo necropolítico, descrito por Ariadna Estévez (2018, 2019, 2020, 2017), de produção e administração de sofrimento e morte de mulheres, estabelecendo um regime de necropolítica de gênero.

DA BIOPOLÍTICA À NECROPOLÍTICA

A referência à biopolítica como a forma contemporânea de poder das sociedades ocidentais foi objeto de análise no percurso filosófico de Michel Foucault (2010, p. 129) ao analisar as técnicas de governo que tinham como objetivo “fazer viver, deixar morrer”. Em seus estudos, Foucault identificou uma forma de poder centrada

⁵ Reportagem disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/07/que-ro-ser-feliz-diz-jovem-que-perdeu-2-filhos-e-teve-corpo-queimado-pelo-ex.html>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

na gestão de processos que são específicos da vida, como o nascimento, a morte, a reprodução, a migração, a enfermidade e a mortandade, geridas por tecnologias específicas deste poder: a medicina, a estatística, o controle de natalidade, a política pública, ou qualquer intervenção governamental que tenha como fim o controle e regulação da população. “La biopolítica entonces se refiere al conjunto de instituciones, cálculos, análisis y tácticas que tienen como objeto principal la población, teniendo como forma la economía política y como instrumentos los aparatos de seguridad.” (ESTÉVEZ, 2017a, p. 50).

Constitui-se, portanto, um movimento que, na léxica foucaultiana, representa uma verdadeira “assunção da vida pelo poder”, ou uma “estatização do biológico”, representando “um dos fenômenos fundamentais do século XIX” justamente porque se afigura como um corte em relação à teoria clássica da soberania, na medida em que, “o velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte.” (FOUCAULT, 2012, p. 150, grifou-se). Há, portanto, um importante deslocamento na passagem do século XVIII para o século XIX no que se refere ao modo como o poder soberano será exercido: ele deixa de ser alicerçado na ideia de supressão (poder negativo) e passa a ser exercido enquanto um poder que “gerencia a vida” (poder positivo).

Este poder, na contemporaneidade, passa a estar assentado por uma racionalidade, que chamamos de governamentalidade, neoliberal (o neoliberalismo como governo). No marco foucaultiano entende-se por governo não apenas as instituições, mas as atividades que conduzem os indivíduos ao longo de suas vidas, colocando-as sob a autoridade de um guia responsável pelo que acontece com eles. O neoliberalismo como governo, por sua vez, afirma Estévez (2018), objetiva centralmente aplicar o discurso econômico, seus conceitos, objetos, lógicas e linguagens, à análise social, apagando as diferenças entre os campos, com a racionalidade econômica usada para justificar e limitar a ação governamental. O Estado governamentalizado se torna um administrador de “negócios”, universalizando a competência e criando sistemas para a ação individual e social.

É desta forma que a economia deixa de ser apenas uma área da vida humana, para recobri-la por completo. Nas palavras de Estévez (2018), universalizar a econo-

mia serve para entender o social e avaliar o desempenho estatal e social em termos econômicos com o fim de subordinar todas as esferas e dinâmicas de mercado, de tal modo que os estados neoliberais se converteram em estados gerencias que já não controlam somente o comportamento individual através da disciplina, mas que regulam e administram o crescimento e a mortandade da população para a reprodução de si mesmo através de tecnologias do eu, ou seja, técnicas que deslocam ao indivíduo a responsabilidade sobre sua própria saúde, educação, e tudo aquilo que incide na reprodução do “capital humano” que cada indivíduo possui (ESTÉVEZ, 2017a).

É a partir deste marco que Achille Mbembe (2016, p. 125) busca analisar a realidade de países periféricos e coloniais, descortinando aquelas “formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia”, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”. Para tanto, o autor passa a fazer referência aos conceitos de necropolítica e necropoder para referir os modos pelos quais, na contemporaneidade, se produzem “‘mundos de morte’, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de ‘mortos-vivos’.” (MBEMBE, 2016, p. 141).

Ao dialogar com autores como Foucault e Giorgio Agamben, Mbembe (2016) salienta que tanto a vida e a morte são controladas pelo poder político; não são simples fenômenos naturais. Pelo contrário: há um conjunto de elementos que contribuem para que indivíduos vivam ou sejam exterminados, e a necropolítica, nesse sentido, seria “certa forma de soberania sobre a vida e a morte que exerceriam certos grupos delitivos ou Estados sobre comunidades” (MARTÍNEZ, 2013, p. 239).

Na esteira de Mbembe (2016), consideramos que, embora a biopolítica seja um ponto de partida fundamental para a análise de regulação populacional, no contexto do terceiro mundo, verifica-se que se trata de uma categoria filosófica insuficiente porque não nos permite entender como a vida está subordinada ao poder de morte. Mbembe (2016) afirma que a proliferação de armas e a existência de mundos da morte – lugares onde as pessoas são tão marginalizadas que realmente vivem como mortos-vivos, como na África, México e América– é um indicador de que existe uma política de morte (necropolítica) em vez de uma política de vida (biopolítica).

Ele examina como o direito soberano de matar é reformulado em sociedades nas quais o estado de emergência é permanente – seguindo a obra agambeniana (2004). Segundo Mbembe (2017), em um estado sistemático de emergência, o poder constantemente se refere e apela à exceção e a uma ideia fictícia de “inimigo”, em um contexto no qual o direito de matar não é mais prerrogativas exclusivas do Estado governado e o exército regular não é mais o único meio de execução. Milícias urbanas, exércitos particulares e polícia de segurança privada também têm acesso a técnicas e práticas de morte. A proliferação de entidades necro-empoderadas (VALÊNCIA, 2010), juntamente com o amplo acesso a sofisticadas tecnologias de destruição e as consequências de políticas socioeconômicas neoliberais, fazem com que campos de concentração, guetos e plantations se tornem aparatos disciplinares desnecessários porque são facilmente substituídos por massacres, uma tecnologia necropolítica que pode ser executada em qualquer lugar a qualquer momento⁶.

Portanto, segundo Mbembe (2016, p. 135-136), essa narrativa se sustenta na ideia de que o Estado possui “o direito divino de existir”, de modo que “a violência colonial e a ocupação são profundamente subscritas pelo sagrado terror da verdade e da exclusividade (expulsões em massa, reassentamento de pessoas ‘apátridas’ em campos de refugiados, estabelecimento de novas colônias).” As colônias, seriam espaços nos quais “guerra e desordem, figuras internas e externas da política, ficam lado a lado ou se alternam”, e assim, “são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da ‘civilização’” (MBEMBE, 2016, p. 131). Nelas, direito e violência tornam-se indiscerníveis, consolidando um espaço de exceção, “um espaço anômico onde o que está em jogo é uma força de lei sem lei.” (AGAMBEN, 2004, p. 61). Com efeito, o estado de exceção “marca um patamar onde lógica e práxis se indeterminam e onde uma pura violência sem logos pretende realizar um enunciado sem nenhuma referência real.” (AGAMBEN, 2004, p. 63).

É por isso que para a gestão necropolítica da vida a partir da governamentalidade neoliberal, afirma Estéves (2017a), lei e políticas públicas tornam-se instrumentos necroempoderados. Na visão de Estevez (2017a), para além das tecnolo-

⁶ Sobre o tema, consultar Wermuth, Marcht, Mello (2020).

gias necropolíticas, e suas técnicas, que não simplesmente disciplinam os corpos, mas os sujeitam à destruição, a necropolítica e a biopolítica também operam através de tecnologias regulatórias do tipo tecnocrático, como normas e políticas públicas. Por meio delas verifica-se uma necropolítica pública, implementada para gerenciar e regular os efeitos adjacente ao aplicativo de morte, como sofrimento social. “En la biopolítica y la necropolítica la ley ya no sirve a la justicia sino que es usada para homogenizar poblaciones.” (ESTÉVEZ, 2018, p. 10).

Neste sentido, há uma relação de complementariedade entre as estratégias biopolíticas e necropolíticas. Para Estévez (2020, p. 14), “en realidad son categorías constitutivas; es decir, se construyen la una a la otra, en el entendido de que la aplicación previa de necropolíticas que hayan destruido hábitats, cuerpos, modos de vida y sectores económicos hacen posible la gestión de la vida.” É o que demonstra, por exemplo, Berenice Bento (2018, p. 03) ao analisar contextos contemporâneos complexos nos quais “a governabilidade, para existir, precisa produzir interruptamente zonas de morte”, de tal modo que, em contextos de estados coloniais como os latino-americanos, a “governabilidade e poder soberano não são formas distintas de poder, mas têm [...] uma relação de dependência contínua – seja numa abordagem sincrônica ou diacrônica”, cunhando uma noção de “necrobiopoder”. Reconhecendo as especificidades teóricas dos marcos biopolítico e necropolítico, pode-se, portanto, pensar em que medida “necropoder e biopoder (vida matável e vida vivível) são termos indissociáveis para se pensar a relação do Estado com os grupos humanos que habitaram e habitam o Estado-nação.” (BENTO, 2018, p. 4).

Esta imbricação pode ser verificada especialmente em contextos de sociedades hiperconsumistas, forjadas nos marcos do avanço neoliberal. Para Valência (2010), nestas sociedades, como a brasileira da atualidade, é possível identificar uma radicalização da biopolítica, vinculada com o fato de que os processos de morte foram comercializados. Se a biopolítica controla os processos da vida, demandas capitalistas transformaram a vida e processos associados, como a morte. Nestas sociedades, corpos hiperconsumidores tornam-se uma mercadoria e seus cuidados, conservação, liberdade e integridade são produtos relacionados.

Isto porque, contemporaneamente, o neoliberalismo já “não atua segundo o

eixo dos exageros do poder soberano estatal, à maneira do nazismo e do stalinismo, mas segundo o eixo flexível das demandas e exigências do mercado econômico competitivo.” (NEGRI, 2015, p. 61), transformando o mercado em um instrumento de governamentalização da população, regrado, normalizando, e administrando sua conduta, e gestando uma atuação que investe sobre a vida da população “enquanto bios, isto é, já não só como força de trabalho e sim como forma viva, não só como máquina de produção e sim como corpo comum da sociedade.” (NEGRI, 2015, p. 61).

Na síntese de Pelbart (2011, p. 13), “nunca o capital penetrou tão fundo e tão longe no corpo e na alma das pessoas, nos seus genes e na sua inteligência, no seu psiquismo e no seu imaginário, no núcleo de sua vitalidade”. No mesmo sentido, e na esteira de Walter Benjamin, Agamben (2012) assevera que “o capitalismo é uma religião, e a mais feroz, implacável e irracional religião que jamais existiu, porque não conhece nem redenção nem trégua. Ela celebra um culto ininterrupto cuja liturgia é o trabalho e cujo objeto é o dinheiro.”

Essa economia que Valência (2010) chamou de “Capitalismo Gore”, destrói simultaneamente os órgãos e produz capital através de especulação dos corpos como mercadoria e da violência como investimento, uma ferramenta que capacita e reproduz o capital de maneira instantânea. A produção de corpos mortos ou mutilados – tais como os das vítimas dos casos narrados na introdução – como mercadoria é apoiada e justificada no processo de oferta e demanda. No Capitalismo Gore, assassinato se torna uma transação; a violência uma ferramenta; e a tortura, empoderamento. Nesta lógica, para Valência (2010), não apenas atores estatais tem o poder de aplicação da morte, mas atores não estatais passam a fazê-lo, tanto em corpos individuais quanto na população em geral.

Para ela, agentes privados exercem poder paralelo de opressão, reconfigurando a biopolítica e utilizando tecnologias de “necropráticas”: ações radicais destinadas a violar a dor, o sofrimento e a morte, como assassinato, tortura e sequestro – para aproveitar, preservar e lucrar com o poder de fazer morrer. Tudo isto movida por uma subjetividade típica destas sociedades, que, na expressão de Valência (2010) constituem o sujeito da necropolítica, o “sujeito endriago”, termo utilizado para conceituar

homens que usam a violência como meio de sobrevivência e mecanismo auto-afirmação.

Para Valência (2010), endriago⁷ é a subjetividade dissidente do neoliberalismo, cujas práticas violentas, em muitos casos, subvertem o sentimento de fracasso causado pela frustração material da impossibilidade de alcance deste padrão de masculinidade e consumo típicos da exclusão neoliberal. Na visão da autora (2010), três fatores sustentam socialmente este sujeito: as pressões de mercado, a mídia e a masculinidade hegemônica⁸, todos, de acordo com Estevez (2020), técnicas de domínio que permitem ao necropoder manter seus dispositivos por meio de uma guerra contínua contra um inimigo que, neste caso, ganha contornos de mulher.

Ao estabelecer a masculinidade hegemônica como constituinte da subjetividade típica do necroliberalismo, torna-se possível, na esteira de Valência (2010) e Estévez (2017a, 2018), compreender como dispositivos bio e necropolíticos tem atingido corpos femininos, resistentes e dissidentes, manuseando estereótipos de gênero para controlar e gerir a vida, ao mesmo tempo em que intensifica a produção da morte, como forma de exercício de uma soberania masculina, branca, colonial, heteronormativa e neoliberal, que deixa no rastro de sua passagem avassaladora corpos trucidados, como os de Marina Mirtes (Caso 1), Geziane Buriola (Caso 2) e de Bárbara Penna (Caso 3). Nem sempre a morte (no sentido estrito) é o ato final; muitas vezes, a necropolítica se presta à produção da morte em vida, ou a transformação de vidas em meros espectros (BUTLER, 2009).

7 Embora este sujeito endriago possa ser masculino ou feminino, quando se reflete no *homo economicus* de grande influência na política, no mercado, na mídia, que estão no controle da bioeconomia tecnológica, a masculinidade passa a representar um aspecto central de sua caracterização (ESTEVEZ, 2020).

8 A masculinidade hegemônica do *homo economicus* é o que Connell (2015) chama masculinidade corporativa, agressivamente reforçando os elementos mais prejudiciais da masculinidade hegemônica, tais como: 1) foco na conquista competitiva e uma certa crueldade em atingir objetivos pessoais e corporativos; 2) trabalhar longas horas sob alta pressão é valorizado e até essencial; e 3) relacionamentos pessoais, cultura, comunidade e filhos e filhas isolados em um mundo privado e privatizado de esposas, namoradas, cuidadores; 4) desprezo por aqueles que falham destacam-se no sistema competitivo (CONNELL, 2015).

A NECROPOLÍTICA DE GÊNERO E O DISPOSITIVO DE PRODUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SOFRIMENTO E MORTE ÀS MULHERES

Compreendidos os modos de gestão bio e necropolíticas e sua complementariedade em tempos de neoliberalismo, este tópico pretende evidenciar, no Brasil, a existência desta necropolítica de gênero (SAGOT, 2013), que se manifesta através da consolidação de um dispositivo de produção e administração de sofrimento, violência e morte (ESTÉVEZ, 2017a), que neste caso se destina às mulheres e sujeitos não heteronormativos.

A existência deste dispositivo é pensada a partir do reconhecimento de uma necropolítica patriarcal, que associa a promoção e/ou a tolerância da morte de mulheres dentro de um padrão que contribua para entender a racionalidade da expressão letal da violência de gênero contra as mulheres (SOLYSZKO-GOMES, 2017, p. 139). A esta necropolítica específica denominamos, a partir de Sagot (2013, p. 1), necropolítica de gênero, ou seja, a construção de “una definición de quien importa, quien no, quien es desechable y quién no”, que instrumentaliza a vida das mulheres mais vulneráveis e constrói “un régimen de terror, con complicidad del estado, y sentencia a muerte a algunas”.

Compreender a necropolítica de gênero requer considerar a violência de gênero como um problema social endêmico, produto de uma sociedade estruturada sobre a base da desigualdade de gênero e do patriarcalismo. Esta forma de violência pode ser entendida, então, como uma manifestação extrema da discriminação e uma arma letal para manter a subordinação das mulheres e pode englobar, em uma interpretação ampla, uma gama de acontecimentos, que vão além daquelas formas de violência doméstica tradicionalmente consideradas.

Trata-se da configuração de situações politicamente induzidas, nas quais “determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte” – o que Judith Butler (2009; 2018) chama de precariedade. Uma condição induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas à violência arbitrária legitimada ou perpetrada pelo próprio Estado, pelo manejo, inclusive das

prerrogativas do direito e da legalidade, de tal modo que “a precariedade é, portanto, a distribuição diferencial da condição precária.” (BUTLER, 2018, p. 41).

É, portanto, um contexto sócio-político estrutural favorável à vulnerabilidade, que promove e tolera/mantém as desigualdades de gênero, tornando-nos sujeitos mais expostos à morte em algumas condições, definindo quem importa e quem é descartável, e tornando os corpos das mulheres utilizáveis – seja no feminicídio, seja no estupro, seja na prostituição forçada, ou seja, nas múltiplas formas de uso do corpo e da vida das mulheres para o outro. (SOLYSZKO-GOMES, 2017).

Isso se faz possível por uma descartabilidade biopolítica das mulheres na medida em que se constituem dispositivos sociais de produção e administração do sofrimento, da violência e da morte. Assim, na esteira dos estudos de Estevez (2017b), o uso desses dispositivos⁹ como ferramenta analítica sugere a existência de tecnologias e mecanismos utilizados para garantir que as mulheres, especialmente pobres, negras, de gênero e sexualidade dissidentes, morram ao não se subordinar ao controle patriarcalista inscrito sobre seus corpos.

No caso da governamentalidade da violência de gênero, são várias as tecnologias colocadas em prática: políticas públicas, instituições, leis, centros de detenção, tribunais, organizações civis, igrejas, escolas, e outras burocracias se projetam em diferentes tipos de dispositivos de gerenciamento de vida das mulheres. Tais tecnologias complementam o gerenciamento biopolítico e a produção da morte, por meio de dispositivos de controle da vida das mulheres, como, por exemplo, o dispositivo amoroso, e o dispositivo materno, identificados por Zanello (2018), ou o dispositivo da reprodutividade, identificado por Nielsson (2020), e o feminicídio – em todas as suas formas - como um dispositivo necropolítico que está sempre pronto a empurrar mulheres para o palco das mortes da governamentalidade neoliberal.

Ao feminicídio, portanto – dimensão necropolítica – se conectam diversas formas de violência contra as mulheres, que constituem um regime de governamen-

9 Segundo Foucault (2010), um dispositivo é uma rede de elementos discursivos e não discursivos tais como leis, instituições, infraestrutura, com a função específica de manter o poder na era da governamentalidade neoliberal. Para Agamben (2010), por sua vez, ampliando o conceito foucaultiano, podem ser considerados dispositivos quaisquer coisas que tenham, de algum modo, a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e garantir gestos, comportamentos, opiniões e discursos de seres vivos.

talidade e técnicas de gerenciamento da vida que produzem constantes formas de precariedade - que adquirem sentido e formas em cada contexto social - e que possibilitam a entrega da vida aos cálculos e gerências do poder – dimensão biopolítica (NIELSSON, 2020). Estes dispositivos podem ser identificados no cotidiano de vida de cada mulher, por exemplo, na aceitação de que elas são propriedade dos homens e nos altos níveis de tolerância frente à violência praticada, contraditoriamente à importância que as mulheres têm na produção e reprodução do capitalismo, sendo também funcionais a ele (SAGOT, 2013).

Nesta perspectiva, o abuso físico e emocional, o estupro, o tráfico sexual, a pornografia, a exploração sexual comercial, controle reprodutivo e esterilização ou maternidade forçadas, a negligência com meninas, a violência obstétrica, dentre outras, são todas formas de expressão distintas de uma mesma opressão, e não fenômenos desconexos e individualizados. “En el momento en que cualquiera de estas formas de violencia resulta en la muerte de la mujer o de la niña, ésta se convierte en femicidio. El femicidio es, por tanto, la manifestación más extrema de este continuum de violencia.” (SAGOT, 2013, p. 4).

De tal modo que a produção da morte seja concomitante ao gerenciamento e à precarização da vida, enquanto estratégia de exploração, por meio da qual o Estado – e a sociedade e sua governamentalidade - mata por deixar morrer (omissão) ou por sua cumplicidade com a reprodução contínua e dissimulada de um padrão de gênero. “A necropolítica feminicida é a multiplicidade de mecanismos de soberania postos em operação por grupos diversos que exercitam um direito de vida e morte sobre corpos de mulher.” (MARTÍNEZ, 2013, p. 11).

No contexto brasileiro, todas estas situações são vivenciadas cotidianamente, conforme destaca a CIDH (2019b, p. 11) ao indicar “un contexto de violencia y discriminación estructural y endémica contra ellas”, como “el registro de altas tasas de homicidios por razón de género, desapariciones, acoso y violencia sexual”, que coexistem com “serios obstáculos, les impiden tener un acceso oportuno y sin discriminación a la justicia y a una reparación y protección integral frente a estos actos”, e com dificuldade para obter acesso à educação, formação, serviços de saúde sexual e reprodutiva, igualdade de oportunidade de trabalho e emprego livre de assédio,

dentre outros.

Com efeito, as estatísticas sobre violência de gênero no contexto brasileiro apontam para números alarmantes: a) conforme os dados apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça e Departamento de Pesquisas Judiciárias, foram deferidas 236.641 medidas protetivas no ano de 2017 (MONTENEGRO, 2018); b) conforme o “Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil”, a taxa de reincidência de crimes contra a mulher é de quase 50%, mais especificamente 49,2% (WAISELFISZ, 2015, p. 51); c) em 2016, tramitaram na Justiça do País mais de um milhão de processos referentes à violência doméstica contra a mulher, o que corresponde, em média, a 1 processo para cada 100 mulheres brasileiras, conforme dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (BANDEIRA, 2017).

Desde o ano de 1980 até 2013, houve um aumento de 252% no número de mulheres vítimas de homicídios, passando de 1.353 vítimas, em 1980, para 4.762, em 2013. É possível verificar, também, que o aumento do número de casos progride anualmente, havendo o aumento de 7,6% ao ano de 1980 a 2006, ano que passou a vigorar a Lei Maria da Penha, vindo este número a diminuir de 2006 a 2013, quando passou a aumentar 2,6% ao ano, o que demonstra o efeito positivo da Lei no combate à violência doméstica (WAISELFISZ, 2015, p. 39). Embora também haja um aumento anual do número de mulheres no país, as taxas para cada 100.000 mulheres não deixam dúvidas quanto ao progressivo aumento de casos.

De todo este conjunto de estratégias bio e necropolíticas para gerir, instrumentalizar e maximizar a exploração de corpos femininos, a produção da morte acaba sendo uma constante, de tal modo que, de acordo com Sagot (2013, p. 3) o feminicídio se configura “la forma más extrema del terrorismo sexista”, e assim, na expressão mais dramática da desigualdade, de gênero e outras, “y muestra una manifestación extrema de dominio, terror, vulnerabilidad social, de exterminio e incluso de impunidad”. Do que se pode depreender que as causas envolvidas nas mortes de mulheres não se encontram nas características individuais ou “patológicas”, mas expressam crimes de poder, porque retêm, mantêm ou reproduzem uma lógica de submissão a uma governamentalidade.

Nestes termos, tais práticas obedecem a uma prática social generalizada de

violência, especialmente no tempo e espaço histórico brasileiro da atualidade. Ao contrário de serem crimes individualizados e privados, são práticas institucionalizadas marcadas por um caráter necropolítico, resultado de relações estruturais de poder nas quais os “cuerpos de las mujeres asesinadas se convierten así en un reflejo y una manifestación concreta de um sistema social y de género profundamente desiguales.” (SAGOT, 2013, p. 4). Portanto, a necropolítica de gênero constitui um cenário político de produção contínua de descartabilidade de mulheres, que opera através de “normas sociales que justifican en los hombres un sentido de posesión sobre las mujeres.” (SAGOT, 2013, p. 6). Tais normas reproduzem desumanização e, com ela, alta tolerância diante de formas diversas de violência contra mulheres, especialmente contra as mais vulneráveis em razão de classe, raça, sexualidade, idade, condição migratória, dentre outras questões.

A dimensão política da violência de gênero é perceptível justamente pelo modo como o Estado a tolera. Logo, a recorrência nas mortes que vitimam mulheres, quais sejam, a intimidade, a violação sexual a prática de tortura e de mutilação dos corpos (para mencionar apenas algumas) revelam um padrão que só pode ser entendido quando exposta a dimensão estatal na sua produção (ainda que não direta ou personalizada quando há agentes estatais envolvidos), mas porque implica as desigualdades sociais, historicamente construídas, que ainda carecem ser desmontadas (SOLYSZKO-GOMES, 2017).

Esta dimensão estatal, indica, conforme Sagot (2013, p. 08), que a violência de gênero “no es casual o coyuntural, o el resultado de una institucionalidade fallida, sino que es un componente estructural del sistema”, expressa na inefetividade política para enfrentar e punir tais crimes, em especial as suas formas mais extremas. Para Sagot (2013, p. 08), portanto, “existe complicidad de los Estados, lo que se convierte en um componente esencial para el funcionamiento de la necropolítica de género”. Neste sentido, a incidência de casos morte de mulheres por razões de gênero implicam responsabilidade dos próprios Estados que deveriam garantir segurança, mas que na prática operacionalizam o dispositivo necropolítico por meio de estratégias de impunidade, negligência, omissão e conivência das autoridades, dentre outras.

CONCLUSÃO

A partir da abordagem realizada neste breve estudo, torna-se possível afirmar que o dispositivo de administração de controle, sofrimento e morte às mulheres opera biopoliticamente transmutando vidas femininas em espécies de vidas nuas, tal como definidas pela teoria agambeniana¹⁰. Isso porque, no paradigma político denunciado por Agamben, quando uma vida não se normaliza do modo imposto pelo status quo vigente, ela poderá ser catalogada como vida perigosa e, nessa condição, indigna, situação na qual pode, a qualquer momento, sofrer uma suspensão do direito, ato que a colocará, conseqüentemente, em uma forma de exceção e, conseqüentemente, em algum tipo de “campo” – seja o lar, o hospital, a sala de espera de um consultório, um espaço laboral, etc – e, portanto, exposta a uma violência inominável.

Deste modo, a necropolítica de gênero, ao operar a gestão da vida e a produção da morte necessita estabelecer critérios diversos de valoração e descartabilidade de vidas femininas, conforme interesses de maximização das condições de exploração e perpetuação de poder, não atuando do mesmo modo sobre todas as mulheres: embora possa atingir todos os indivíduos, há pessoas e grupos que estão desproporcionalmente expostos à violência e à morte, por estarem em posições sociais mais perigosas e intensificadamente sujeitas a processos de precariedade e descartabilidade, o que implica na relevância do conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002), para a análise deste fenômeno. A partir da noção de interseccionalidade pode-se compreender as múltiplas formas de dominação e precarização da vida, pois, em conjunto, “o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as possibilidades.” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

No manejo da necropolítica, e sua gestão de corpos femininos a partir de recortes e contextos específicos de opressões de gênero, raça, sexualidade e classe, dentre outros, produzem-se sujeitos legítimos por um lado, e sujeitos indignos e inaptos por outros, operando uma distinção que irá legitimar diferentes formas de condutas estatais bio e necropolíticas sobre os corpos. (NIELSSON, 2020). Esta distribuição diferencial dos processos de precariedade de vidas reforça os marcadores

estruturais que irão compor e determinar a necropolítica de gênero, produzindo conjuntamente as hierarquias que colocam mulheres negras, pobres e de sexualidade e gênero dissidentes, em posição de maior desvantagem.

Enquanto tal, a necropolítica de gênero constitui um cenário biopolítico de produção contínua de descartabilidade de mulheres, de definição de quem importa e quem não, instrumentalizando a vida das mulheres mais vulneráveis a partir de uma governamentalidade necroneoliberal de terror, com cumplicidade estatal, que despu-doradamente sentencia à morte. Seu objetivo: constranger as mulheres a se subordinarem às regras masculinas de maximização das condições de exploração, a partir do aniquilamento de todos os corpos rebeldes e resistentes ao avanço de suas formas destrutivas de poder. As principais testemunhas desse processo, infelizmente, não podem mais falar. Mas o testemunho de Marina Mirtes (Caso 1), Geziane Buriola (Caso 2) e de Bárbara Penna (Caso 3), dentre milhares de outras mulheres brasileiras em situação congênere, permitem uma aproximação ao terror da necropolítica de gênero que grassa entre nós.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

BANDEIRA, Regina. CNJ divulga dados do Judiciário sobre violência contra a mulher. 25 de outubro de 2017. [Brasília]. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85640-cnj-publica-dados-sobre-violencia-contr-a-mulher-no-judiciario>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? Cadernos Pagu, n. 53, 2018. Disponível em: <<https://www.periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653413/18511>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

BUTLER, Judith. Vida precária: el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2009.

CONNELLI, Raewyn. Masculinidades. México: PUEG-UNAM, 2015.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 171-187, 2002.

ESTEVEZ, Ariadna. Biopolítica y necropolítica: ¿Constitutivos u opuestos? In. VARELA HUERTA, Amarela. Necropolítica y migración en la frontera vertical mexicana: un ejercicio de conocimiento situado. México: UNAM, 2020.

ESTEVÉZ, Ariadna. El dispositivo necropolítico de producción y administración de la migración forzada en la frontera Estados Unidos-México. Estudios Fronterizos, vol. 19, 2018. Disponível em: <<http://ref.uabc.mx/ojs/index.php/ref/article/view/679>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

ESTÉVEZ, Ariadna. La gubernamentalización necropolítica del Estado y la masculinidad hegemónica: dislocación y recomposición ontológica de los derechos humanos. Derecho y Crítica Social, vol. 3, n. 1, p. 45-74, 2017a.

ESTÉVEZ, Ariadna. La violencia contra las mujeres y la crisis de derechos humanos: de la narcoguerra a las guerras necropolíticas. Estudios de Género de El Colegio de México, vol. 3, n. 6, p. 69-100, 2017b.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. 22. reimp. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte e Ensaios, n. 32, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso: 28 out. 2019.

MBEMBE, Achille. Política de Inimizade. Lisboa: Antígona, 2017.

MARTÍNEZ, A. M. de la E. Alteridad y exclusiones: vocabulário para el debate social y político. Cidade do México: UNAM, 2013.

MONTENEGRO, Manuel Carlos. Justiça concede 236 mil medidas protetivas em 2017. 22 de junho de 2018. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/8>>

7047-justica-concede-236-mil-medidas-protetivas-em-2017>. Acesso em: 23 jul. 2020.

NEGRI, Antonio. Biocapitalismo. São Paulo: Iluminuras, 2015.

NIELSSON, Joice Graciele. Corpo Reprodutivo e Biopolítica: a hystera homo sacer. Revista Direito e Práxis, vol. 11, n. 2, p. 880-910, 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662020000200880&lng=en&nrm=i-so>. Acesso em: 10 de jul. de 2020.

PELBART, Peter Pál. Vida capital: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011.

SAGOT, Montserrat. El femicidio como necropolítica em Centroamérica. Labrys, estudos feministas, 2013. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys24/feminicide/monserat.htm>>. Acesso em: 26 out 2019.

SOLYSZKO-GOMES, I. A atualidade da sociedade necropolítica patriarcal: Um debate necessário para pensar a violência de gênero contra as mulheres. In N. Albornoz-Arias, R. Mazuera-Arias, (Edits.), Adolescencia: vulnerabilidades. Una mirada interdisciplinaria. Barranquilla: Universidad Simón Bolívar, 2017.

VALÊNCIA, Sayak. Capitalismo gore. Melusina, 2010.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, gênero e dispositivos. Cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. 1. ed. Brasília, DF: Flacso Brasil, 2015. Disponível em: <https://www.mapada-violencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; MARCHT, Laura Mallmann; Mello, Letícia de. Necropolítica: racismo e políticas de morte no Brasil contemporâneo. Revista de Direito da Cidade, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 2, p. 122-152, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/49790>>. 23 jul. 2020.

O SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Bárbara Paiva¹

INTRODUÇÃO

Dentre os países com maior população carcerária feminina, o Brasil ocupa o quarto lugar na posição de nações com a maior população carcerária, vindo depois de Estados Unidos, China, Rússia, situação que se alterou desde o ano de 2018, conforme pesquisa realizada pelo Ministério da Justiça Brasileira.

É importante pontuar que essa população formou-se timidamente, por isso, esse público não recebeu a devida atenção, o que só veio a acontecer em um momento posterior à formação de um sistema carcerário mais fortalecido.

Quando se fala das prisões femininas brasileiras, deve-se lembrar da Congregação do Bom Pastor d'Angers, instituição que, desde 1891 esteve presente no Brasil e cuja missão primordial era a de proteger e auxiliar mulheres e meninas em situação de miséria, de exclusão material e social. O Estado junto às Irmãs do Bom Pastor atuavam no sentido de reestruturar o cárcere, tendo procedido à separação de presos homens e mulheres, em um contexto em que a lei penal não o fazia (KARPOWICZ, 2016).

No início do século XIX, esse estabelecimento, de origem francesa e comandado pela religiosa Maria Eufrásia Pelletier, destinava-se ao assistencialismo, quer dizer, tinha como principal objetivo dar apoio às pessoas em situação de marginalidade, principalmente aos presos, às meninas órfãs, às prostitutas e às famílias pobres.

Contudo, há que se destacar que, no cenário da carceragem pátria, não havia uma preocupação com a separação entre mulheres e homens, sequer se respeita-

1 Graduada em Direito pela Faculdade de Talentos Humanos (FACTHUS) Uberaba; pós-graduação em Direito Tributário, pela Universidade de Uberaba (UNIUBE) e Mestrado em Educação, pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). <babika.paiva@hotmail.com>

vam os direitos humanos, tão essenciais à sobrevivência com dignidade.

Foi a partir de 1930, que o Governo Federal, com o objetivo de regulamentar as prisões brasileiras, adotou algumas medidas, tais como: implementação do Regimento das Correições (1930), cujo objetivo era o de reorganizar o sistema carcerário. Em 1934, veio a criação do Fundo e do Selo Penitenciário, que visavam à arrecadação de fundos e de impostos para investir nas prisões. Já em 1935, foi a vez do lançamento do Código Penitenciário da República, que legislava sobre o ordenamento de todas as circunstâncias que envolviam a vida do indivíduo condenado pela Justiça. Enfim, em 1940, entrou em vigor o Código Penal Brasileiro, que trouxe as primeiras medidas efetivas com vistas à acomodação legal de mulheres infratoras. Registre-se que essa foi uma atribuição dada ao Estado. Isso significa dizer que a primeira diretriz legal que se refere às mulheres encarceradas foi determinada, em 1940, pelo Código Penal e pelo Código de Processo Penal e pela Lei das Contravenções Penais, de 1941.

Nesse aspecto, pode-se dizer que o Estado ainda não se preocupava com esse índice tão baixo e só começou a destinar maior atenção a esta parcela de delinquentes tempos mais tarde, quando percebeu ser necessária maior autoridade no que concerne ao crescente número de infratoras. Veio o primeiro presídio feminino brasileiro - o Reformatório de Mulheres - em Porto Alegre, em 1937, seguindo-se, em 1941, o Presídio Feminino em São Paulo, e a Penitenciária do Distrito Federal (então localizada no Rio de Janeiro), em 1942.

É importante destacar que esses três estados, localizados no sul e sudeste, foram os primeiros a inaugurarem instituições prisionais femininas no Brasil. Também é relevante pontuar que o país passava por um momento em que se debatia o sistema penitenciário nacional, fazendo-se refletir sobre o encarceramento feminino. Diante dessa realidade, construíram-se propostas e pensamentos sobre o encarceramento feminino.

Falar sobre carceragem de uma maneira geral é algo desafiador, pois, trata-se de um assunto de extrema complexidade, eivado de polêmicas e grandes transgressões. Quando se fala do encarceramento feminino no Sistema Prisional Brasileiro, o cenário assume dimensões ainda maiores: modernamente, já se reconhece, mesmo

em nível internacional, que o sistema penitenciário feminino brasileiro é inadequado, marcado pelas mais variadas precariedades, em que as mulheres são tratadas da mesma forma que os homens, não possuem acesso à saúde, ou mesmo os cuidados básicos com a higiene. Sequer respeitam a maternidade, momento tão sublime na vida de uma mulher. Atualmente no Brasil, existem cinquenta e três penitenciárias femininas. No entanto, várias mulheres são mantidas em delegacias de polícia ou em carceragens superlotadas, alheias a qualquer estrutura adequada. É importante salientar que a criminalidade a ser combatida pelo Estado possui fundos sociais, não é por outro motivo que tráfico de drogas e roubos lideram o ranking da população carcerária brasileira.

Diante desse cenário, mostra-se interessante conhecer a atual roupagem apresentada pela população carcerária feminina no Brasil, apontando as principais causas ensejadoras das respectivas prisões; como as detentas encaram a prisão; o desrespeito para com os seus direitos fundamentais e, por fim, aplicar a Educação nestes espaços, na tentativa de modificar o panorama atualmente presenciado por essas mulheres.

SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO - SITUAÇÃO ATUAL

Giovanna Penhalbel Sigilló (2019) assevera que a “população carcerária feminina explodiu 455% entre 2000 e 2016 com a “guerras às drogas”. E a mesma autora continua dizendo que “esse fenômeno vem de longe: da privação social domiciliar ou em conventos, às prisões que puniam prostitutas e “ninfômanas””.

Nesse mesmo sentido, é importante anotar que a pena existe na sociedade brasileira desde o seu início, como sendo uma forma punir uma violação às regras fixadas por determinados povos. Historicamente, foram impostos castigos aos transgressores; o homem primitivo também teve suas vinganças de sangue; atualmente, de defesa social e de estudos de Vitimologia, traçando-se aqui uma comparação do Direito Brasileiro com o de outros países.

Em síntese, a finalidade real da pena é a de reeducar o infrator, reinserindo-o na sociedade, no entanto, percebe-se que o verdadeiro sentido da pena no Brasil foi perdido, pois não se pode recuperar um ser humano mantendo-o em condições

subumanas.

De acordo com o Infopen Mulheres, lançado pelo Ministério da Justiça, o Brasil passou da quinta para quarta posição entre as nações com maior população carcerária feminina em todo o mundo (há cumprimento das finalidades propostas pela pena?).

Não é novidade que o Sistema Prisional Brasileiro está em franca ruína, vivenciando crescente decadência em razão do desrespeito aos preceitos humanitários existentes na legislação pátria. E, quando se fala neste assunto, vêm à mente os casos masculinos, até então mais evidentes em nossa sociedade. Ocorre que, ao contrário do que supõe o senso comum, a população carcerária feminina existe, e tem aumentado consideravelmente, experimentando a mesma forma de abandono que os homens nas cadeias (por parte do Estado).

É de Abraham Harold Maslow, psicólogo americano, a Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas, que diz que todo ser humano possui necessidades, desde as mais básicas, às mais dispensáveis. No alto dessa hierarquia, representada por uma pirâmide, estão caracteres como status, necessidade de crescimento, autorrealização, dentre outros. Enquanto isso, na sua base (que é maior) encontram-se as necessidades fisiológicas, como: alimentação, convivência familiar, descanso, e outros, que não podem ser dispensados, pois nascem com o ser humano, devendo ser supridos, sob pena de provocarem atitudes inadequadas e indesejadas nas pessoas.

A citada teoria discorre sobre o comportamento humano e confirma a relevância de satisfazer as necessidades básicas de cada ser. Nesse sentido, ao analisar a realidade existente nos presídios femininos, percebe-se que o desrespeito e a falta de interesse são evidentes. Na maioria dos casos, as detentas não possuem sequer condições mínimas de higiene pessoal. E, pior que a falta de assistência é o desprezo ao seu gênero, que, frequentemente é igualado a outro, totalmente distinto, quer dizer, mulheres presas recebem tratamento semelhante ao dos homens presos, mesmo diante de todas as particularidades. Pode-se dizer que algumas condições tão especiais, como a maternidade, são ignoradas.

Nas prisões femininas, encontram-se alguns severos problemas, como: condições insalubres das celas, tratamento desumano, além da superlotação, que não é novidade no panorama da sociedade brasileira. A jornalista Nana Queiroz, que estudou e analisou a vida das detentas, trouxe o testemunho de que em 2009, em meio ao surto do vírus H1N1, na cidade de Votorantim, com a finalidade de não contaminar as outras companheiras de cela, três presas foram isoladas no banheiro de uma delegacia local, já que não havia espaço apropriado para que fossem adequadamente tratadas. E, sobre este fato, considerou a jornalista:

“Nos presídios masculinos, situações do tipo são causa de rebeliões contínuas. Eles metem medo, exigem direitos. As mulheres são menos organizadas, mais passivas. Lideram poucas rebeliões, menos atrativas para a imprensa por sua carência de agressividade. Matam menos gente na cadeia — às vezes, passam-se meses, anos até, sem que o Ministério da Justiça registre um assassinato. Normalmente, ficam em silêncio como outras Marias Aparecidas”.

Fatos dessa natureza não são isolados, ocorrem com frequência no cotidiano das mulheres encarceradas. Nesse sentido, a passividade presente nos presídios femininos contribui para que o abandono seja uma constante, pois, em regra, as mulheres não provocam, não cometem atrocidades, e assim, não incomodam. A grande razão para as autoridades fecharem os olhos diante desses problemas é o fato de elas ainda não terem se tornado um impasse social de grande vulto. Dessa forma, a mídia não lhes dá visibilidade suficiente, pois está mais preocupada com a exploração de violência sanguinária, de imposição de medo, publicizando a condenação de criminosos, que é muito mais vantajosa como forma de se noticiar.

Destarte, o objetivo não é o de incentivar o comportamento agressivo das detentas. Ao contrário, deve-se incitar a reflexão sobre a conduta adotada pelas autoridades competentes, que só buscam soluções quando a situação atinge um grau de elevação extremo, e mesmo assim, vêm adotando soluções paliativas pautadas no temor, mas que não têm o condão de atingir a raiz da problemática prisional.

Em síntese, falar sobre carceragem de uma maneira geral é algo desafiador: o

assunto é de extrema complexidade, eivado de polêmicas e transgressões. Quando se trata do encarceramento feminino, o cenário assume dimensões ainda maiores: o sistema penitenciário feminino brasileiro é inadequado, marcado por precariedades e violações de direitos fundamentais. São situações nas quais as mulheres encarceradas sequer têm a maternidade, momento tão ímpar, respeitada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil socioeconômico brasileiro encontrado nos estudos é caracterizado, em geral, por mulheres jovens, mães solteiras, afrodescendentes e condenadas por envolvimento com tráfico de drogas ou entorpecentes. Elas conservam um vínculo muito forte com suas famílias, por isso, preferem ficar em cadeias públicas insalubres, inabitáveis e superlotadas, podendo ver seu cônjuge e filhos, a ir para uma penitenciária distante (com possibilidade de remição da pena – por meio de trabalho ou estudo). Todavia, inexistem dados oficiais acerca da mulher presa no Estado Brasileiro ou do contexto a que estão submetidas (MANFROI, 2017). Os dados apresentados permitem a identificação das mulheres inseridas neste âmbito, como sendo dotadas de vulnerabilidade social, econômica e sentimental. Constata-se, pois, índice de escolarização inferior, levando ao enquadramento majoritário, no “Ensino Fundamental Incompleto”. Os fatores que contribuem para baixa escolaridade são a própria detenção, os processos de discriminação, ínfima condição econômica e a maternidade (BRASIL, 2017).

Esse estudo ainda levou em consideração a análise de artigos, dissertações e livros publicados. Ademais, foram utilizados documentos e dados oficiais, verificados a partir de pesquisas feitas no site do DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional), que é o órgão responsável por acompanhar a aplicação das normas de execução penal em todo o Território Nacional, auxiliar tecnicamente os Estados e o Distrito Federal, gerir os recursos do Fundo Penitenciário Nacional, possuindo ainda outras atribuições.

Diante disso, é possível dizer que no Brasil, dados apontam uma população de 579.781 pessoas custodiadas no Sistema Penitenciário, sendo 37.380 mulheres e 542.401 homens. Entre 2000 e 2014, houve aumento de 567,4% da população feminina. No mesmo período, a população masculina cresceu 220,20%, refletindo

a curva ascendente do encarceramento em massa de mulheres, o que se dá em razão dos mais diversos fatores, situação que não merece prosperar, necessitando da criação de políticas públicas que humanizem o sistema e devolvam a dignidade a essas mulheres.

CONCLUSÃO

Segundo os últimos dados de junho de 2014, o Brasil conta com uma população de 579.7811 pessoas custodiadas no Sistema Penitenciário, sendo 37.380 mulheres e 542.401 homens. No período de 2000 a 2014 o aumento da população feminina foi de 567,4%, enquanto a média de crescimento masculino, no mesmo período, foi de 220,20%, refletindo, assim, a curva ascendente do encarceramento em massa de mulheres.

Em geral, as mulheres submetidas ao cárcere são jovens, têm filhos, são as responsáveis pela provisão do sustento familiar, possuem baixa escolaridade, são oriundas de extratos sociais desfavorecidos economicamente e exerciam atividades de trabalho informal em período anterior ao aprisionamento.

Frequentemente, essas mulheres enfrentam diversas discriminações, como falta de ambientes adequados, descasos, opressões e negação de direitos básicos, como a maternidade. Levando-se em consideração o atual cenário da população carcerária feminina, que cresce a olhos vistos, nota-se que é necessária uma mudança, uma tomada de atitude, que rompa barreiras, que quebre preconceitos e, sobretudo, que restitua a dignidade das mulheres em privação de liberdade, garantindo-se, pois, maior humanização no cumprimento de suas penas e, sobretudo, restituindo-lhes a Dignidade ora perdida...

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, E. M. (Amarilhas, C., Trad.). Metodologia da Investigação Quantitativa e Qualitativa. Ed. Própria: Assunção-Paraguai, 2014.

CORSI, E. C. Pena: Origem, Evolução, Finalidade, Aplicação no Brasil, Sistemas Prisionais e Políticas Públicas que Melhorariam ou Minimizariam a Aplicação da Pena. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br>>. Acesso: 10.08.2017.

KARPOWICZ, Débora Soares. Legado da Congregação Bom Pastor D'Angers na Institucionalização do Cárcere Feminino no Brasil. Anais do III Encontro de Pesquisas Históricas - PPGH/PUCRS. Porto Alegre, 2016. p.1227-1240. Disponível em: <<https://iiiiephispucrs.files.wordpress.com/2017/02/104-st03-06-karpowicz-debora.pdf>>. Acesso: 15.10.2020.

LISBOA, Vinícius. População Carcerária Feminina no Brasil é uma das Maiores do Mundo. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-11/populacao-carceraria-feminina-no-brasil-e-uma-das-maiores-do-mundo>>. Acesso: 26.03.2019.

MELLO, Daniela Canazaro. Quem São as Mulheres Encarceradas? Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5009/1/000409563-Texto%2B-Completo-0.pdf>>. Acesso: 30.03.2019.

SALIM, B. Mulheres no Sistema Prisional Brasileiro. Disponível em: <<https://bruna-salim.jusbrasil.com.br>>. Acesso: 06/08/2017.

SILVA, E. C. Mulheres no Cárcere. Disponível em: <<http://www.fadiva.edu.br>>. Acesso: 10.08.2017.

NEM TÃO LIVRES, NEM TÃO IGUAIS: UM PANORAMA BIOPOLÍTICO SOBRE O REFÚGIO LGBTI NO BRASIL

Carolina Bonoto¹

Fernando Hoffmam²

INTRODUÇÃO

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” anunciou a Declaração Universal de Direitos Humanos, em 1948, e repetiu, em 2006, a coalizão de 25 países, incluído o Brasil, nos chamados Princípios de Yogyakarta³, desenvolvidos para reger a aplicação da legislação internacional às violações de direitos humanos com base em orientação sexual e identidade de gênero. Tais princípios, por possuírem caráter vinculante, influenciaram a aprovação de legislações e políticas públicas em diferentes países buscando garantir direitos de igualdade e não-discriminação.

O cenário mundial, entretanto, segue um padrão contínuo e consolidado de violência contra lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersex – LGBTI⁴. De acordo

1 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS). Mestra em Comunicação Midiática pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM). Graduada em Comunicação Social: Jornalismo (UFSM) e em Direito pela Universidade Franciscana (UFN). E-mail: c.bonoto@gmail.com.

2 Professor Adjunto I do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Doutor e Mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos do Comum (NEC) registrado junto à UFSM/RS e ao CNPQ; Especialista em Direito: Temas Emergentes em Novas Tecnologias da Informação e Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). E-mail: ferdhoffa@yahoo.com.br

3 Entre 6 e 9 de novembro de 2006, em Yogyakarta, Indonésia, a Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direito Humanos, em nome de organizações de direitos humanos de 25 países, adotaram por unanimidade os Princípios sobre a Aplicação da Legislação Internacional dos Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e à Identidade de Gênero, publicados em março de 2007, também conhecidos como “Princípios de Yogyakarta”. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2019.

4 Embora “LGBT” seja a sigla atual oficialmente reconhecida, tanto pela academia quanto pelo movimento social, para representar a diversidade sexual e de gênero no Brasil, neste trabalho

com o recente relatório State Sponsored Homophobia da International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA), a maior organização transnacional LGBTI, as relações consensuais entre homens adultos seguem criminalizadas em 70 países⁵, sendo que em 44 deles o mesmo se aplica às relações entre mulheres. As punições variam: detenção, açoitamento, apedrejamento, prisão perpétua e também pena de morte⁶.

Faz-se essencial esclarecer que não pretendemos reforçar a dualidade criada entre um Ocidente caracterizado pelo respeito à diversidade, pelo igualitarismo e pela modernidade; e um Oriente pautado pela negação de direitos, pelo extremismo e pelo atraso. Paradoxo, não raro, acionado para fins racistas, xenofóbicos ou islamofóbicos, como pontua Isadora Lins França (2017). A LGBTfobia, enquanto mecanismo de controle e dominação, faz parte de uma construção ideológica enraizada em grande parte das sociedades contemporâneas, sejam ocidentais ou orientais.

Diante das potenciais violações de direitos humanos enfrentadas por esses indivíduos, diversos países vêm, desde a década de 1980, reconhecendo o fundado temor de perseguições motivadas por orientação sexual e/ou identidade de gênero enquanto critério para a concessão de refúgio. Atualmente, estima-se que cerca de 40 países aceitem pedidos de refúgio de pessoas LGBTI ou percebidas como tal.

Já o Brasil, de acordo com França (2017), passou de país majoritariamente de origem de solicitações de refúgio com base na sexualidade e gênero para um país acolhedor de pedidos de refugiados LGBTI, nos últimos 20 anos. Ainda assim, como lembra Daniel Nascimento (2018), brasileiros e brasileiras continuam emigrando em busca de maior liberdade para suas vivências, sobretudo em virtude do conturbado

usaremos o termo “LGBTI” – incluindo o grupo de pessoas intersex, por ser a sigla utilizada em relatórios recentes das Nações Unidas (ONU) e também pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

5 Um número abaixo do relatório anterior já que, em setembro de 2018, em decisão unânime, a Índia descriminalizou a homossexualidade em todo seu território. No primeiro levantamento feito pela Organização, em 2006, a lista contava com 92 países onde o comportamento homossexual era criminalizado.

6 A pena de morte por atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo é permitida em seis países-membros das Nações Unidas, sendo que em quatro (Arábia Saudita, Iêmen, Irã e Sudão) aplica-se em todo território, enquanto em dois (Somália e Nigéria) apenas em províncias específicas. Ainda de acordo com o relatório da ILGA (2019), outros cinco Estados (Afeganistão, Catar, Emirados Árabes, Mauritània e Paquistão) permitem pena de morte de acordo com certas interpretações da *Sharia*.

campo político atual aliado aos altos índices de violência LGBTfóbica.

Neste complexo e contraditório cenário, o presente trabalho situa-se nos entrecruzamentos entre gênero, sexualidade e o direito ao refúgio, e é desenvolvido dentro de uma perspectiva biopolítica. Buscamos discutir como se deu a evolução do direito brasileiro sobre a concessão de refúgio com base em orientação sexual e identidade de gênero dentro de um panorama de marginalização desses grupos sociais. Nosso objetivo central é, portanto, apresentar criticamente um quadro teórico que permita compreender as migrações forçadas dentro de uma lógica biopolítica de controle sobre os corpos e comportamentos não-heterossexuais.

Com base em um panorama preliminar das pesquisas sobre refúgio LGBTI foi notório o crescimento de produções nacionais, desde 2012, sob diferentes perspectivas: Vitor Andrade (2017) analisou organizações da sociedade civil que atendem refugiados/as LGTBI na cidade de São Paulo e também os desafios de acolhimento e integração local (2016); França (2017) dedicou-se ao debate em um comparativo com o contexto espanhol; Thiago Oliva (2012) e Nascimento (2017) focaram seus trabalhos nos critérios de concessão de refúgio por orientação sexual e identidade de gênero; já Fernanda Sobreira (2015) explorou as situações de intolerância e discriminação enfrentadas por refugiados/as LGBTI no Brasil.

Poucos são, portanto, os trabalhos que partem de uma perspectiva biopolítica sobre a hierarquização de determinadas vidas para apreender o refúgio LGBTI no Brasil. Assim, na primeira parte deste trabalho, apresentamos alguns enlaces teóricos entre as sexualidades e as redes biopolíticas de controle que recaem sobre os corpos LGBTIs para, em seguida, debatermos o cenário nacional de concessão de refúgio à luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Tal percurso foi pensado de forma ascendente para desenredar a história marginalizada das sexualidades não-normativas, e explicitar as concepções forjadas culturalmente que, muitas vezes, são determinantes para que alguém deixe seu país de origem em busca de refúgio em uma nova nação.

SEXUALIDADES NÃO-NORMATIVAS E O ARMÁRIO BIOPOLÍTICO

A sexualidade é um dispositivo histórico (Foucault, 2015). Uma invenção social constituída por meio de múltiplos discursos que instauram saberes e produzem verdades. Para Michel Foucault (2015), em *A História da Sexualidade: a vontade de saber*⁷, o constrangimento trazido ao se falar em sexo é recente, sendo que, até o início do século XVII, as práticas sexuais não procuravam o segredo e “os corpos pavoneavam” (FOUCAULT, 2015, p. 07).

Já no final do século XVII, a sexualidade vira tabu: assunto proibido, cheio de mistérios, circunscrito às quatro paredes do quarto. O sexo e suas intimidades são confiscados pela família conjugal. A sexualidade passa a ser restrita à figura do casal, responsável pela procriação e, portanto, incumbido de legitimidade. Nesse momento de desenvolvimento do capitalismo, Foucault (2015) questiona como seria possível, na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, tolerar que ela fosse dissipada nos prazeres, salvo naqueles reduzidos ao mínimo, que permitissem a reprodução. O controle dos indivíduos é, então, exercido sobre seus corpos, tornando-os dóceis e economicamente úteis, em uma sociedade “disciplinar”⁸.

A sexualidade passar a ser estruturada no interior de enquadramentos sociais extremamente punitivos e sujeita a controles formais e informais, como a igreja, a escola, a família e o consultório médico. É suposto que se deve falar de sexo não apenas como algo a ser tolerado, mas como uma atividade a ser gerida e regulada para o bem de todos. O sexo não se julga, apenas administra-se, pontua Foucault (2015). Quem domina o discurso aberto passa a emanar autoridade, enquanto aqueles que não se encaixam na lógica conservadora de sexualidade, viram foras-da-lei.

Conforme as décadas avançaram, viu-se uma explosão discursiva sobre a se-

7 Obra originalmente lançada em 1976.

8 Ainda que considere legítimo indagar a razão pela qual, durante tanto tempo, associou-se o sexo ao pecado – o que chamou de “hipótese repressiva” –, Foucault (2015) desloca sua atenção para a questão de “por que dizemos com tanto rancor contra nosso passado mais próximo, contra nosso presente e contra nós mesmos, que somos reprimidos?” (FOUCAULT, 2015, p.13). O autor, portanto, não nega a existência de uma repressão sexual, apenas a inscreve dentro de dinâmicas de poder mais amplas.

xualidade. Porém, tais discursos, em grande maioria, convergiram para a monogamia heterossexual como norma, enquanto as sexualidades “dissidentes” foram combatidas, naquilo que Jeffrey Weeks (2013) denomina “institucionalização da heterossexualidade”. Na mesma linha, Gayle Rubin (2012) destaca que os atos sexuais foram avaliados de acordo com um sistema hierárquico de valores sexuais em que:

[...] a sexualidade que é “boa”, “normal”, e “natural” deve idealmente ser heterossexual, marital, monogâmica, reprodutiva e não-comercial. Deveria ser em casal, relacional, na mesma geração, e acontecer em casa. Não deveria envolver pornografia, objetos fetichistas, brinquedos sexuais de qualquer tipo, ou outros papéis que não o masculino e feminino. Qualquer sexo que viole as regras é “mal”, “anormal” ou “não natural”. O sexo “mal” pode ser o homossexual, fora do casamento, promíscuo, não-procriativo, ou comercial (RUBIN, 2012, pp. 17-18).

Nossas definições, convenções, crenças, identidades e comportamentos sexuais não são o resultado de uma simples evolução, como se tivessem sido causados por algum fenômeno natural: elas têm sido modeladas no interior de relações definidas de poder. Dentro da perspectiva foucaultiana, o poder é um mero conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos a um Estado, mas sim uma rede que está em toda parte “não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (Foucault, 2015, 101).

Para o autor, o poder soberano foi substituído gradativamente pelo poder disciplinar em meados do século XVII e passou a ser complementado pela biopolítica na segunda metade do século XVIII. Assim, enquanto o poder disciplinar age sobre os indivíduos, produzindo corpos dóceis e domesticados, o poder biopolítico age sobre a vida da espécie e sua manutenção. De acordo com Foucault (2015), pela primeira vez:

[...] centrou-se no corpo espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar: tais processos são assu-

midos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população (FOUCAULT, 2015, p. 150, grifos do autor).

A sujeição dos corpos e o controle da população são incorporadas às preocupações do poder – um biopoder, portanto. Foucault (2015) reforça que esse novo fenômeno não significa a extinção da tecnologia disciplinar. Ao contrário, o poder disciplinar, que age sobre os indivíduos, passa a ser complementado pela biopolítica, que age sobre o corpo coletivo como um todo.

Para além de produzir um corpo dócil, a biopolítica busca gerir a população como um problema científico, que é também político. Sobre isso, Foucault (2015) afirma que o elemento nuclear na gestão da população é a norma e, por consequência, os regimes de normalização, que não só distinguem o “normal” e o “anormal”, mas também induzem, por técnicas polimorfas de poder, a adoção dos padrões instituídos em sociedade. O soberano não mais detém o direito de “fazer morrer” ou “deixar viver”, agora se trata de gerir a vida, mais do que decretar a morte, ou seja, “fazer viver” e “deixar morrer”.

A LGBTfobia é estratégia fundamental ao biopoder. O termo indica, essencialmente, o ódio e a aversão à homo-bi-transexuais e a todas as manifestações de sexualidades não hegemônicas ou expressões de gênero distintas do padrão binário masculino-feminino (Bonoto, 2018). É, segundo Daniel Borrillo (2009), do mesmo modo que a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, uma manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal.

Situa-se enquanto um fenômeno complexo que, por permear as práticas cotidianas, acaba se tornando banal e disseminada, incorporada no senso comum. A matriz da qual se constroem as práticas LGBTfóbicas, conforme pontua Rogério Junqueira (2007), também é a mesma em que se estrutura o campo de disputas onde se definem socialmente o masculino (e as masculinidades), o feminino (e as feminilidades), e também o neutro, o ambíguo ou o fronteiroço.

Dessa forma, Borrillo (2009) destaca o papel da LGBTfobia na atuação de uma espécie de “vigilância do gênero”, denunciando os desvios e deslizamentos do masculino em direção ao feminino e vice-versa. Toda suspeita de homossexualidade parece

soar como uma traição capaz de questionar a identidade mais profunda do ser. No momento em que se pronuncia “veado!”, em geral, o que se faz é mais do que especular sobre a verdadeira orientação sexual da pessoa: é denunciar um não-respeito aos atributos masculinos “naturais”.

Para além da noção simplista de um sentimento negativo contra determinadas identidades, a LGBTfobia representa um grave fator de restrição aos direitos de liberdade e igualdade. Ela assegura a possibilidade de eliminação de vidas consideradas não enlutáveis, menores, pois, ligadas a seres humanos dispensáveis. Nessa perspectiva, Judith Butler (2018) explica que as vidas são consideradas enlutáveis ou não a partir de um ponto de vista dominante e hegemônico de construção sociocultural dos sujeitos dentro de quadros pré-determinados de aceitação e identificação do ser humano.

Sob o controle de distintas instâncias de poder, as sexualidades marginais foram, ao longo dos séculos, valoradas e classificadas de formas diversas: pela Igreja, como pecado; pela medicina, como doença; e pelo Estado, como crime. Os discursos reguladores, constantemente reiterados, mantêm as chamadas minorias sexuais como alvo direto de repressões e interdições. A partir de Butler (2018), faz-se possível afirmar que essas sexualidades dissonantes têm suas precariedades potencializadas em meio a um processo de classificação e diferenciação que possibilita a sonegação de direitos fundamentais, de tratamento igualitário e, até mesmo, da própria condição humana.

Nesse contexto, a recente tentativa de Brunei, país do sudeste asiático, em aprovar nova legislação transformando o sexo entre homens crime punível com o apedrejamento até a morte⁹; a castração de homens gays durante o regime nazista; os relatos sobre a existência de grupos paramilitares anti-LGBTI organizados na Rússia¹⁰; a prática crescente de estupros corretivos de mulheres lésbicas e bissexuais na África do Sul¹¹; o tiroteio em massa de LGBTs latinos na Boate Pulse, em Orlando, Estados Unidos; o assassinato de Quelly da Silva, travesti que teve o coração arran-

9 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/03/brunei-o-pais-onde-gays-afora-podem-ser-apedrejados-ate-a-morte.ghtml>. Acesso em: 18 set. 2019

10 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/comunidade-lgbti-da-russia-teme-caca-aos-homossexuais-23857901>. Acesso em 18 set. 2019.

11 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,homossexuais-sul-africanas-sofrem-com-onda-de-estupros-corretivos,740492>. Acesso em 18 set. 2019.

cado e substituído pela imagem de uma santa católica, em Campinas, São Paulo, Brasil¹²; são alguns exemplos que indicam a vulnerabilidade e precariedade da vida LGBTI em diferentes lugares do mundo.

Para Butler (2018), a vida por si só é sempre precária, estando exposta aos mais variados perigos. Contudo, há segmentos populacionais que vivenciam aquilo que chama de “condição de vida precária”, assim definida:

A condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficiente e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações são mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não têm opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção (BUTLER, 2018, pp. 46-47).

A precariedade da vida é acirrada, de acordo com Butler (2018), no momento em que não são consideradas passíveis de luto. A vida do Outro, quando não nos representa uma identificação possível, está sujeita à desumanização. Esses enquadramentos normativos estabelecem de antemão quais vidas serão dignas de serem vividas, quais serão dignas de serem preservadas e quais vidas serão dignas de serem lamentadas ou não.

Nesse caminho, a vida abjeta – aquelas que não encontram legitimidade social por não se referenciar nos ideais hegemônicos de gênero, sexualidade e raça, por exemplo – são vidas sujeitas à condição de vida precária, uma vez que não são inteligíveis¹³, ou seja, dóceis, consumíveis, passíveis de reconhecimento e identificação.

12 Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/travesti-e-assassinada-e-tem-o-coracao-arrancado-em-campinas>. Acesso em 18 set. 2019.

13 Corpos inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações coerentes entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, edificando a noção de pessoa como uma agência que reivindica prioridade ontológica aos vários papéis e funções pelos quais assume viabilidade e significado sociais. Em outras palavras, a matriz de inteligibilidade, fundada no dimorfismo biológico/naturalizado dos corpos e em binarismos dele decorrentes, presume que, por exemplo, um indivíduo nascido com genitais femininas deve obrigatoriamente se identificar como mulher, assumir papéis sociais reservados às mulheres e envolver-se sexual e afetivamente com homens. Não

A FUGA DO PAÍS-ARMÁRIO: O BRASIL COMO ALTERNATIVA À VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS?

Constituir-se LGBTI em uma sociedade imersa em normatividades sexuais e de gênero representa, não raro, significativa influência nas formações subjetivas individuais (Bonoto, 2018). As relações de poder-saber (Foucault, 2015) prescrevem a normalização de determinados comportamentos enquanto marginalizam outros, provocando intensos efeitos regulatórios nas experiências identitárias. As particularidades do contexto histórico e sociopolítico edificam, em variados níveis, as posições de indivíduos que se autodeterminam enquanto lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersex.

Nesse plano, as relações humanas que permeiam os sujeitos e seus modos de vida não apenas os constituem, mas também os destituem na relação com o(s) outro(s), muitas vezes materializando a necessidade de migrar por conta dessas mesmas relações. Historicamente, a migração tem desempenhado importante papel como instrumento de liberdade e sobrevivência. Lawrence La Fountain-Stokes (2004) denominada como sexílio os movimentos que têm como objetivos fundamentais a fuga da perseguição e violência, o distanciamento da família¹⁴ e/ou comunidade natal ou o desejo de reestruturar a própria existência em lugares mais tolerantes e seguros. Na mesma linha, trabalhos como o de Vieira (2011) e Teixeira (2015) propõem que a mobilidade seja, inclusive, elemento constitutivo da subjetividade de pessoas não-heterossexuais.

Importante ressaltar, então, a diferença fundamental entre migrantes e refugiados. A migração é o deslocamento, interno ou internacional, geralmente provocado por quatro razões principais: economia, trabalho, reunião familiar e migração forçada (OIM, 2009). Já o refugiado, ou migrante forçado, desloca-se em função de fatores externos à sua vontade. O refúgio é um instituto jurídico internacional “essencialmente humanitário” (Piovesan, 2016, p. 273) que abarca perseguição por motivos religio-

ser inteligível, portanto, levaria essas pessoas a perderem, pelo menos parcialmente, seu status humano (BUTLER, 2018).

¹⁴ De acordo com a pesquisa de Andrade (2016), ao analisar os desafios de acolhimento e integração local de refugiados/as no Brasil, a homofobia familiar é, comumente, a motivação principal que impulsiona a emigração e o pedido de refúgio de pessoas LGBTI.

sos, raciais, de nacionalidade, de grupo social¹⁵ e de opiniões políticas¹⁶.

O Brasil está comprometido com a proteção internacional dos direitos humanos desde que ratificou a Declaração Universal de Direitos Humanos, em 1948. Da mesma forma recepcionou a Convenção de 1951¹⁷, promulgada internamente em 1961, e o Protocolo de 1967¹⁸, promulgado em 1972. Porém, durante quase duas décadas apenas refugiados/as de origem europeia foram aceitos no país. Com a pressão de entidades humanitárias, especialmente do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o governo brasileiro passou a aceitar, em 1989, que pessoas de qualquer país fossem reconhecidas como refugiados/as em território nacional¹⁹.

Ao que se refere à posição do Estado Brasileiro em face do sistema internacional, Flávia Piovesan (2016) observa que somente a partir do processo de democratização pós-ditadura militar é que se passou a ratificar tratados internacionais de direitos humanos relevantes. O marco inicial de tal incorporação foi a assinatura, em 1989, da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes. A Constituição Federal de 1988, ao primar pela prevalência dos direitos humanos como princípio norteador das relações internacionais, possibilitou a ratificação de inúmeros outros importantes instrumentos de proteção aos direitos humanos.

Com base nas referidas Convenções e Declarações, foi implementado, com a

15 Inicialmente, a diretriz foi pensada para proteger pessoas pertencentes a grupos “indesejados” do Estado. No contexto em que a Convenção de 1951 foi escrita, a situação mais usual era a de proprietários de terras, comerciantes e capitalistas em geral perseguidos em países socialistas. Nas décadas subsequentes, segundo a pesquisa de Oliva (2012), grupo social passou a incluir outros casos, como o de mulheres que contrariavam costumes religiosos ou sociais de seus países de origem, por exemplo, e mais recentemente, pessoas LGBTI.

16 De acordo com o relatório anual da ACNUR, em 2018, existem 70,8 milhões de pessoas forçadamente deslocadas de seus países de origem, sendo 25,9 milhões refugiadas.

17 A Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados – um dos primeiros tratados de Direito Internacional dos Direitos Humanos –, definiu como refugiado toda pessoa que, dentro do continente europeu, estivesse fora de seu país de nacionalidade em razão de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opiniões políticas ou por pertencer a determinado grupo social, no período pós-Segunda Guerra Mundial. O Estatuto, inicialmente, apresentava a condição do refugiado em caráter universal, dispendo sobre seus direitos e deveres, entretanto, continha limitação temporal (pós-Segunda Guerra) e também geográfica (vindos da Europa).

18 O Protocolo Adicional sobre o Estatuto dos Refugiados extinguiu as restrições dos Estatuto anterior e a compreensão de refúgio tornou-se, de fato, universal. O termo passou a abranger qualquer indivíduo buscando proteção em outro país que não o de sua origem ou residência habitual, em decorrência de ameaça por algum dos motivos citados anteriormente.

19 Em 1986, o Brasil recebeu os primeiros refugiados não europeus. Tratava-se de 50 famílias iranianas pertencentes à religião *Bahá'í*, que foram recepcionadas através de asilo político (NASCIMENTO, 2018).

Lei n. 9.474 de 1997, o Estatuto dos Refugiados, que estabelece em seu art. 1º:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BRASIL, 1997).

Destaca-se a presença tanto da definição clássica de refúgio, inciso I, quanto a definição ampliada, inciso III, permitindo uma interpretação flexível sobre a concessão de refúgio a pessoas LGBTI. Com base nessa legislação, ainda que sem mencionar orientação sexual ou identidade de gênero, parte do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) – órgão responsável pela análise das solicitações – passou a considerar, desde 2002, o temor de perseguição motivada por identidade de gênero e orientação sexual enquanto critério válido para concessão de refúgio.

Necessário destacar que orientação sexual e identidade de gênero não são expressões intercambiáveis. Enquanto a orientação sexual se refere a forma pela qual alguém se relaciona afetivo-sexualmente ou ainda pelo modo como torna pública – ou não – essa percepção de si; a identidade de gênero pode ser entendida, sinteticamente, como a atitude individual frente aos construtos sociais de sexo e gênero pelos quais as pessoas se identificam, percebem-se e são percebidas.

Corpo, gênero e sexualidade – e por extensão, o sexo, o desejo, as práticas e identidades sexuais –, têm adquirido posição nuclear nas experiências individuais e também nas formas pelas quais essas experiências são interpretadas nas sociedades contemporâneas, fortemente enraizadas em valores heteronormativos²⁰. Assim, percebemos a importância de localizar as definições de gênero e sexualidade dentro de uma perspectiva legal, como pontua Butler (2019):

²⁰ De acordo com Richard Miskolci (2009), a heteronormatividade expressa as expectativas, demandas e obrigações que derivam do pressuposto da heterossexualidade como algo natural.

É importante afirmar que nossos corpos são, em certo sentido, nossos, e que temos o direito de reivindicar direitos de autonomia sobre eles. Essa afirmação é tão verdadeira para as reivindicações de direitos de lésbicas e gays à liberdade sexual quanto para as reivindicações do direito de pessoas trans à autodeterminação, assim como para as reivindicações de pessoas intersexuais de estarem livres de intervenções médicas e psiquiátricas coercitivas (BUTLER, 2019, p. 45).

Nesse contexto, a concessão de refúgio a pessoas LGBTI soma-se ao arcabouço legal indispensável à garantia e concretização de direitos fundamentais. O primeiro caso de concessão de refúgio por orientação sexual no Brasil aconteceu em 2002, acolhendo dois namorados colombianos perseguidos por grupos paramilitares que abertamente promoviam assassinatos LGBTfóbicos no país. Desde então, estima-se que 130 pessoas LGBTI ou assim percebidas estejam vivendo em solo brasileiro como refugiadas. Em relatório de 2018, a ACNUR divulgou que, nos últimos oito anos, foram realizadas 369 solicitações com base em perseguição por orientação sexual e identidade de gênero no Brasil²¹.

É necessário destacar que esses dados dificilmente apreendam o número real de pessoas LGBTI solicitantes e/ou refugiadas/os. Como discute José Lafuente (2014), temendo perseguições, muitos indivíduos LGBTI optam por não expressar sua verdadeira orientação sexual e/ou identidade de gênero e acabam solicitando refúgio por outros motivos, a fim de evitar discriminação, violência ou pela própria dificuldade em falar sobre o tema. O silêncio sobre o assunto pode, inclusive, dificultar o processo de solicitação, como relata Vieira (2011):

[...] a dificuldade que para muitos dos requerentes é falar da sua orientação sexual, pois é sentida por muitos como um “segredo bem guardado” que terá sido a origem de muita discriminação e violência. Efectivamente, o tempo e o modo no qual o requerente refere a sua orientação sexual é um dos elementos de análise no processo que provoca dificuldades no processo (VIEIRA, 2011, p. 55).

21 O levantamento da ACNUR ainda indica que os principais países de origem dos/as solicitantes são aqueles onde as homo-bi-transexualidades são criminalizadas, mas também aqueles que não garantem institucionalmente a segurança de pessoas LGBTI.

Outro efeito é a exclusão social que solicitantes de refúgio encontram no país de chegada. O medo de confraternizar com conterrâneos devido ao preconceito somado à dificuldade de inserção num novo contexto cultural podem agravar o isolamento dessas pessoas. Pesquisas como as de Sobreira (2015) e Andrade (2017) relatam a intolerância, discriminação e violência enfrentadas por refugiados/as LGBTI no Brasil, desde a dificuldade em obter empregos até agressões por parte de outros/as solicitantes de refúgio, inclusive em albergues, centros de registro e casas temporárias²². Sobre a precariedade de determinadas vidas, retomamos as reflexões de Butler (2018):

Esse enquadramento interpretativo funciona diferenciando tacitamente populações das quais minha existência e minha vida dependem e populações que representam uma ameaça direta à minha vida e à minha existência. Quando uma população parece constituir uma ameaça direta à minha vida, seus integrantes não aparecem como “vidas”, mas como uma ameaça à vida (uma representação viva que representa a ameaça à vida). (BUTLER, 2018, p. 69).

Disso, podemos compreender outro ponto relevante ao contexto brasileiro: o alto número de violência LGBTfóbica. Em 2018, de acordo com o tradicional relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), 420 pessoas identificadas como LGBT morreram no Brasil, sendo 320 assassinatos e 100 suicídios. Uma pequena redução em relação ao ano de 2017, quando foram registradas 445 mortes – o maior número em 38 anos de mapeamento do grupo. Em perspectiva, a cada 20 horas um/a LGBT perde a vida no país. Com efeito:

O corpo implica mortalidade, vulnerabilidade, agência: a pele e a carne nos expõem ao olhar dos outros, mas também ao toque e à violência, e os corpos também ameaçam nos transformar na agência e no instrumento de tudo isso. Embora lutemos por direitos sobre nossos próprios corpos, os próprios corpos pelos quais lutamos não são apenas nossos. O corpo tem uma dimensão invariavelmente pública. Constituído como um fenômeno social na esfera pública, meu corpo é e não é meu. Entregue desde o início ao mundo dos outros, ele carrega essa marca, a vida social é crucial na sua formação;

22 O caso brasileiro de violência contra refugiados/as em abrigos soma-se a outros diversos registrados em países como Alemanha, Espanha, Holanda, Portugal, Suécia e Finlândia.

só mais tarde, e com alguma incerteza, reivindico meu corpo como meu, se é que o faço (BUTLER, 2019, p. 46).

Percebemos que a vulnerabilidade à que somos expostos/as e a partir da qual nos constituímos “torna-se altamente exacerbada sob certas condições sociais e políticas, especialmente aquelas em que a violência é um modo de vida e os meios para garantir a autodefesa são limitados” (Butler, 2019, p. 49). Tal entendimento se aplica ao objeto de análise do presente artigo, uma vez que refugiado/as LGBTI são social e politicamente excluídas sob duas perspectivas: em primeiro lugar, justamente pela sua orientação sexual e/ou identidade de gênero; e, em segundo lugar, pela condição de refugiados/as. Trata-se de uma situação de dupla exclusão e dupla violência, gerando um espaço-tempo de vulnerabilidade humana que leva à precariedade total.

Sendo assim, é possível notar que o desenvolvimento de um aparato jurídico voltado à proteção de direitos, como a aprovação do casamento igualitário; a possibilidade de adoção por casais homoafetivos; e, mais recentemente, a criminalização da LGBTfobia – ainda que constitucionalmente frágeis, favorecem a construção de um Brasil receptivo à diversidade no imaginário social. Entretanto, faz-se necessário ponderar o lugar que refugiados/as LGBTI têm ocupado nesse mesmo imaginário coletivo.

Além do exposto, emergente onda conservadora, tornada mais aguda após a eleição de Jair Bolsonaro (Sem Partido), reforça o questionamento sobre o *status* do Brasil enquanto país receptor de refugiados/as LGBTI. O racismo, a intolerância religiosa e a xenofobia aliadas ao preconceito por orientação sexual e identidade de gênero constituem a dupla precariedade (Butler, 2019) de pessoas LGBTI refugiadas. Sem reconhecimento no país de origem e tampouco plenamente pertencentes àquele que os/as recebe, refugiados/as LGBTI têm, muitas vezes, rompida a expectativa da fuga do “país-armário”.

CONCLUSÃO

O ato de migrar, voluntariamente ou não, faz parte da experiência de vida de lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersex tanto quanto a discriminação que muitas vezes o motiva. Seja das áreas rurais para os grandes centros urbanos; de uma região para outra em um mesmo território nacional; ou no atravessar de fronteiras internacionais, o deslocamento espacial está associado à liberdade e à cidadania.

Porém, ainda é recente o reconhecimento do fundado temor de ameaça contra pessoas LGBTI enquanto critério de solicitação e concessão de refúgio. Como visto, as primeiras normas sistematizadas, assim como os estudos clássicos de mobilidade humana, em sua maioria, trataram migrantes e solicitantes de refúgio ou asilo como uma massa de sujeitos heterossexuais e sem gênero, movidos exclusivamente por questões religiosas, políticas e/ou econômicas.

Por meio do resgate histórico, entendemos que é possível a solicitação baseada em orientação sexual e a identidade de gênero enquanto pessoas pertencentes a um “grupo social”. Trata-se de termo flexível, incorporado pela doutrina e, em território nacional, corroborado pela decisão do CONARE, em 2002. Paralelamente, também o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) tem recomendado, desde 2002, que gays, lésbicas, bissexuais e transexuais sejam entendidos/as enquanto um grupo social e possam, portanto, receber o *status* de refugiado/a. O Brasil é um dos países que tem seguido as orientações do ACNUR e concedido refúgio a pessoas LGBTI desde o mesmo ano.

Nesse sentido, a presente pesquisa buscou contribuir academicamente com uma investigação exploratória, porém contextual, capaz de fortalecer a temática do direito dos refugiados e refugiadas por identidade de gênero e orientação sexual e aprofundar sua aplicação, com isso impulsionando novas pesquisas que busquem a preservação dos direitos humanos dessa população, especialmente na América Latina.

Como vimos, cada solicitante de refúgio é consequência de um padrão consolidado de violação de direitos humanos. De mesmo modo, cada pessoa

LGBTI perseguida em seu país de origem é produto de mecanismos históricos de poder e controle sobre os corpos e comportamentos não-normativos. Ao abordar o refúgio LGBTI a partir de uma perspectiva biopolítica, foi possível tensionar algumas estruturas que hierarquizam identidades, inclusive dentro da própria sigla LGBTI, buscando a desconstrução desses “países-armário”.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). Declaração de Cartagena. Cartagena, 1984. Disponível em: www.acnur.org/scripts/Documentos/portugues/Publicacoes/2017/Cartilha_Refugiados_LGBTI. Acesso em: 20 abr. 2019.

ANDRADE, Vítor Lopes. Imigração e Sexualidade: solicitantes de refúgio, refugiados e refugiadas por motivos de orientação sexual na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2017.

BONOTO, Carolina. Ativistas LGBT em rede: os usos sociais da internet no combate à LGBTfobia. Dissertação (Mestrado em Comunicação Midiática). Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.

BORRILLO, Daniel. A Homofobia. In: Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio. LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Orgs.). Brasília: Letras Livres, 2009.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto? Tradução: Sérgio Lamarão; Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. Vida Precária: os poderes do luto e da violência. Tradução: Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FRANÇA, Isadora Lins. “Refugiados LGBTI”: direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência. In: Cadernos Pagu, São Paulo, 2017.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

JUNQUEIRA, Rogério. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. In: Bagoas: Revista de Estudos Gays, v. 1, 2007, pp. 1-22.

LA FOUNTAIN-STOKES, Lawrence. De sexilio(s) y diáspora(s) homosexual(es) latina(s): el caso de la cultura puertorriqueña y nuyorican queer. Debate Feminista, México, v. 15, 2004, pp. 138-157.

LAFUENTE, José Díaz. Refúgio y asilo por motivos de orientación sexual y/o identidad de género en el ordenamiento constitucional español. Tese (Doutorado em Direito Internacional). Departamento de Direito Constitucional e Ciência Política e de Administração, Universidade de Valência, Valência, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. Revista Sociologias. Porto Alegre, nº 21, 2009, pp. 150-182.

NASCIMENTO, Daniel Braga. Refúgio LGBTI: panorama nacional e internacional. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

OLIVA, Thiago Dias. Minorias sexuais enquanto 'Grupo Social' e o reconhecimento do status de refugiado no Brasil. In: ACNUR Brasil, 2012, pp. 1-30.

PIOVESAN, Flávia. Temas de Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2016.

SOBREIRA, F. M. Refugiados LGBTI no Brasil. Travessia – Revista do Migrante, São Paulo, nº 77, 2015, pp.49-65.

TÜRK, Volker. Ensuring protection for LGBTI Persons of Concern. In: Sexual Orientation and gender identity and the protection of forced migrants. Oxford: University of Oxford, 2013.

VIEIRA, Paulo Jorge. Mobilidades, migrações e orientações sexuais. percursos em torno das fronteiras reais e imaginárias. Ex aequo, Lisboa, Portugal, n. 24, pp. 45-59, 2011.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, pp. 35-82.

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO ENSINO SUPERIOR: LIMITES E POSSIBILIDADES

Gustavo de Oliveira Duarte¹

Kayla Araújo Ximenes Aguiar Palma²

INTRODUÇÃO

Este estudo propõe uma reflexão acerca da formação no ensino superior em uma instituição pública, federal, do interior do estado do Rio Grande do Sul, a partir das temáticas transversais dos estudos de Gênero e Sexualidade nas áreas da Saúde, da Educação e da Arte. Após uma contextualização da realidade dos Cursos de Educação Física, Terapia Educacional e Dança, todos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) apontamos os limites e as possibilidades de trabalho na formação de Educadores e de profissionais da Saúde.

Debater temas como Gênero e Sexualidade na Educação na contemporaneidade é uma demanda vigente, seja na educação básica e/ou na educação superior. Aliar esse debate à formação de professores e de profissionais da Saúde, aponta sobretudo o quanto é necessário preparar os(as) novos(as) profissionais para o mundo do trabalho e a tematização desses assuntos no contexto de formação superior em uma Universidade pública. No atual cenário sócio-político brasileiro, somente o estudo, a reflexão, o conhecimento e a conscientização são capazes de fundamentar posicionamentos e argumentos em defesa do respeito à diversidade sexual e de Gênero e a educação desempenha um papel central.

1 Pós-Doutor em Arte. Doutor em Educação. Docente e pesquisador na Universidade Federal de Santa Maria/RS. Líder do Grupo de Estudos em Educação, Dança e Cultura (GEEDAC) e Coordenador do Laboratório de Improvisação e Coreografia (LICOR). Professor dos Cursos de Educação Física e Dança e do Mestrado em Gerontologia. Orientador de TCCs e de Estágio Curricular Supervisionado. Coordenador do PIBID Educação Física. E-mail: guto.esef@gmail.com

2 Doutora em Gerontologia Biomédica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Coordenadora do Programa de Apoio a Cuidadores da Terapia Ocupacional PACTO, pesquisadora do Grupo de pesquisa Envelhecimento, Complexidade e Interdisciplinaridade em Saúde UFSM. Coordenadora do estágio curricular em Terapia ocupacional no campo da Gerontologia. Email:kaylaguiar@gmail.com

Nessa direção, acreditamos que o(a) professor(a) precisa dialogar com a realidade atual e seus diferentes contextos, não somente no que diz respeito à questão macro social, mas também sobre as peculiaridades e contingências da realidade em que trabalha. Nesse sentido, muitos são os temas que emergem das realidades social, principalmente dos(das) jovens, e que precisam ser debatidos para apresentar esclarecimentos conceituais e partilhar conhecimento, causa, empatia e respeito nos jogos das relações ente saberes e poderes da sociedade atual.

Gênero e Sexualidade são temas que, muitas vezes, no contexto brasileiro e, sobretudo no “Sul do Sul”, despertam a curiosidade de adolescentes e jovens uma vez que dialogam com os dilemas dessa faixa etária, as mudanças físicas e hormonais, as dúvidas e tensões, ou seja, todo um universo desconhecido a ser explorado, debatido, compreendido. Ao mesmo tempo, é necessário certo jogo de cintura, intuição, afetividade e cautela para que o tratamento pedagógico com esses assuntos seja abordado com a devida importância, respeito e associado ao paradigma maior da Diversidade, dos Direitos Humanos e da Inclusão social.

GÊNERO E SEXUALIDADE COMO ÁREA DE CONHECIMENTO: ENSINO E PESQUISA

Tratar sobre Gênero e Sexualidade é abordar politicamente tais temáticas, é posicionar-se frente à realidade atual de modo a considerar e compreender os sujeitos a partir de identidades múltiplas, plurais, não fixas e, portanto, que podem se transformar e até mesmo mostrar-se contraditórias (LOURO, 1999). A orientação deste cenário epistemológico privilegia a centralidade da linguagem a partir da produção das relações que a cultura pode estabelecer entre corpo, sujeito, conhecimento e poder. O corpo, neste sentido, é compreendido como um construto sociocultural e linguístico, produto e efeito de relações de poder (MEYER, 2003), ou seja, o corpo também é construído pela linguagem.

Nesta perspectiva a cultura é caracterizada com um campo de luta e de contestação na qual são produzidos múltiplos sentidos de masculinidade e feminilidade a partir de suas “marcas” sociais tais como classe, etnia, geração, religião, nacionalidade, entre outras. A perspectiva dos Estudos Culturais, Estudos Gays e Lésbicos, estudos da Gerontologia e da Teoria Queer fundamentam nosso olhar investigativo. A escrita e o processo de pesquisa e produção deste artigo estão ancorados, principalmente, nas teorizações e na trajetória de Michel Foucault, sobretudo na última fase de seus estudos.

Compreendemos que a categoria de Gênero, a partir de uma visão construcionista do social, configura-se como uma ferramenta analítica e, ao mesmo tempo, política, uma vez que articulada à(s) sexualidade(s) e a outros marcadores culturais acaba funcionando como um organizador cultural e destacando o caráter relacional das práticas sociais. Ao pesquisar na interface e nas articulações entre Educação, Gênero e (homo)sexualidade(s) percebo que os estudos de gênero são capazes de (des) construir a percepção e a organização concreta e simbólica das relações sociais.

O Gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação

humana. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (SCOTT, 1995, p. 89).

Assim, portanto, concordamos que as identidades de gênero e sexuais são produzidas na e pela cultura e mostram-se permeadas por complexas relações de poder em diferentes articulações e instâncias sociais. As identidades, portanto, são nomeadas a partir de diferentes classificações como normais, desviantes, marginais, e/ou alternativas, no entanto, cabe destacar que algumas identidades não necessitam ou precisam de explicação, enquanto outras, não podem ou não devem falar por si (LOURO, 1998).

Destacamos a cultura como um campo de relações de poder. O poder de representar o outro, de se autorrepresentar, de estabelecer conexões positivas a partir de sua identidade, o poder de se apresentar como confiável, como digno, e não ser visto como um ser abjeto. Neste campo de negociações, podemos perceber que as construções culturais e as representações sociais são constituídas em meio a disputas de poder, ou seja, elas estão imersas em redes de poder em diversos campos e lugares sociais. Desse modo, a sexualidade não se constitui apenas como uma questão pessoal, mas configura-se no âmbito social e político na medida em que ela é aprendida, é construída ao longo da vida, de muitos modos e por diferentes atravessamentos. Ao relacionarmos as compreensões de corpo e de sexualidade faz-se necessário articular os conceitos de identidades, práticas sexuais e de gênero. As diferentes formas de viver e desfrutar prazeres e desejos contribuíram para a construção dos chamados processos de afirmação e diferenciação, conforme Stuart Hall (2000), denominado de políticas de identidade.

EDUCAÇÃO, SAÚDE, ARTE E ENVELHECIMENTO: O CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Nos cursos de Educação Física, Licenciatura ou Bacharelado, não há no currículo, de maneira explícita, direta, uma disciplina cujo nome conste as palavras gênero ou sexualidade. No entanto, há uma disciplina, obrigatória, que dentre outros assuntos aborda as questões de gênero, é a disciplina chamada Antropologia do Movimento Humano. As disciplinas de Atividades Rítmicas e de Dança, de maneira indireta, também acabam abordando a temática em relação aos seus conteúdos. Em ambas as disciplinas isto só acontece devido ao interesse isolado dos dois docentes por esta área de estudo.

No curso de Dança, Licenciatura, a partir da reformulação curricular, desde 2019, há uma disciplina específica e obrigatória que trata das relações de gênero e sexualidade: Estudos do Corpo III. A partir de uma iniciativa inédita do corpo docente do Colegiado do curso de Dança, tais temáticas passaram a fazer parte, de maneira pontual, da formação de todos os alunos do Curso de Dança. Em relação ao universo de cursos e alunos do CEFD, é uma minoria, mas é um começo, um avanço se comparado a um passado recente. Portanto, na graduação, somente os alunos do Curso de Dança, de maneira obrigatória, estudam as relações de Gênero e Sexualidade em sua formação inicial.

Em relação aos cursos de Pós-graduação, em nível de Mestrado, na área de Educação Física não há uma disciplina que aborde esta temática. Cada aluno poderá pesquisar o tema, ou não, devido ao seu recorte e contexto de investigação. Já no Mestrado em Gerontologia, que trata do processo de envelhecimento humano, há uma disciplina sobre gênero e sexualidade no envelhecer, mas de maneira optativa, não obrigatória. Isso, por si só de alguma maneira já evidencia “o lugar” que esta temática ocupa no Curso. Em todo o caso, todos os alunos do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) têm, pelo menos, a oportunidade de cursar esta disciplina. Cabe ressaltar que este é o mesmo docente que aborda a temática nos cursos de Graduação, isto é, tais temáticas só são abordadas na formação em Educação

Física, Dança e Gerontologia, seja na graduação ou no mestrado, devido ao trabalho de apenas um professor.

Por outro lado, no CEFD, as temáticas de Gênero e Sexualidade são abordadas, de maneira mais “livre” e prazerosa em atividades vinculadas aos projetos de extensão e em eventos acadêmicos. Em projetos como o PIBID (Programa de incentivo de bolsas de iniciação à docência) e o Residência Pedagógica (imersão de alunos de licenciatura nas Escolas) os alunos dos Cursos de Dança e Educação Físicas podem escolher temáticas para aprofundar e, constantemente, as relações de Gênero e Sexualidade são recorrentes. Os discentes relataram experiências muito significativas em estudar, na práxis, e de maneira contextualizada o tema junto e com os professores e alunos das escolas públicas onde os projetos desenvolvem atividades durante dezoito meses. Ações de extensão também se configuram excelentes espaços de estudo e intervenção junto à sociedade local. Tanto os Cursos de Educação Física e de Dança já desenvolveram projetos de formação de professores sobre a temática diretamente no contexto de escolas públicas da cidade de Santa Maria/RS. Destacamos as ações do Projeto “LGB-TCHÊ” onde palestras acerca do tema e posterior debate tanto com professores e alunos das escolas acabaram por movimentar ambientes tradicionais e, algumas vezes, até mesmo preconceituosos em relação às diferenças de gênero e sexuais. Muitas vezes, percebeu-se que a maioria dos professores e equipe diretiva das escolas não estão preparados, ou não querem tratar desses assuntos na escola, sobretudo pelo envolvimento dos pais.

CORPO, GÊNERO, SEXUALIDADE E SAÚDE NA FORMAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

Em Terapia Ocupacional, onde o sujeito é estudado nas esferas biopsicossocial e cultural, valorizando, portanto, os papéis ocupacionais dos indivíduos ao longo da vida, observa-se a necessidade de incluir na formação acadêmica a reflexão e análise sobre a relação do corpo, sexualidade e saúde em toda a complexidade inerente ao processo do desenvolvimento humano.

Pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a Terapia Ocupacional é a ciência que estuda a atividade humana e a utiliza como recurso terapêutico para prevenir e tratar dificuldades físicas e/ou psicossociais que interfiram no desenvolvimento e na independência do cliente em relação às atividades de vida diária, trabalho e lazer. É a arte e a ciência de orientar a participação do indivíduo em atividades selecionadas para restaurar, fortalecer e desenvolver a capacidade, facilitar a aprendizagem daquelas habilidades e funções essenciais para a adaptação e produtividade, diminuir ou corrigir patologias e promover e manter a saúde. E o Terapeuta Ocupacional é um profissional dotado de formação nas áreas de Saúde e Sociais. Sua intervenção compreende avaliar o cliente, buscando identificar alterações nas suas funções práticas, considerando sua faixa etária e/ou desenvolvimento, sua formação pessoal, familiar e social. A base de suas ações compreende abordagens e/ou condutas fundamentadas em critérios avaliativos com eixo referencial pessoal, familiar, coletivo e social, coordenadas de acordo com o processo terapêutico implementado.

O Terapeuta Ocupacional compreende a atividade humana como um processo criativo, criador, lúdico, expressivo, evolutivo, produtivo e de auto manutenção e o Homem, como um ser prático interferindo no cotidiano do usuário comprometido em suas funções práticas objetivando alcançar uma melhor qualidade de vida. As atividades do profissional estendem-se por diversos campos das Ciências de Saúde e Sociais. O terapeuta ocupacional avalia seu cliente para a obtenção do projeto terapêutico indicado; que deverá, resolutivamente, favorecer o desenvolvimento e/

ou aprimoramento das capacidades psico-ocupacionais remanescentes e a melhoria do seu estado psicológico, social, laborativo e de lazer. (COFFITO). Assim, se faz necessário estudar questões inerentes a sexualidade, gênero, corpo e saúde envolvendo a dimensão social ao qual o indivíduo é inserido constantemente.

Para Monzele Esquerdo (2012) a partir da análise de estudos com temas sobre sexualidade e Terapia Ocupacional observou que nas poucas vezes em que os terapeutas ocupacionais se debruçam sobre a questão, estes partem da concepção de sexualidade relacionada às pessoas com algum tipo de deficiência. Compreendendo a sexualidade como uma atividade da vida diária ou cotidiana dos sujeitos que, como qualquer outra, precisa ser abarcada profissionalmente no processo de habilitação/reabilitação. Estudar o cotidiano dos sujeitos atrelado as suas questões subjetivas e individuais se torna importante.

Butler (2003) reconfigura as relações entre sexo, gênero, sexualidade e subjetividade, indicando a multiplicidade de desejos e prazeres que não se limitam ao feminino e ao masculino concebidos como categorias fixas. O sexo não só funciona como norma, mas também é parte de uma prática que regula e que produz os corpos que governa (BUTLER, 2002, p.18)

Portando, se faz necessário que os cursos de formação em Terapia Ocupacional possam ampliar essa discussão envolvendo a temática em todos os seus campos de atuação, da criança ao idoso, fazendo a relação entre corpo, sexualidade e saúde de uma forma mais integral. A expressão do corpo e da sexualidade vem se colocando “ em discurso” e se transformando em elemento de investigação científica de pesquisadores, religiosos , educadores e profissionais de diversas áreas, incluindo a área da saúde desde o século XIX (FOUCAULT, 2005), sendo descrita, compreendida, explicada, regulada, saneada, educada, normatizada, a partir das mais diversas perspectivas (LOURO, 2004).

Monzele e Lopes (2012) fazem uma ampla reflexão acerca da compreensão mais acurada sobre o que vem sendo produzido nesse âmbito, é necessário que se apreenda o tratamento dado às categorias “sexo” e “gênero”. Os autores destacaram o movimento feminista como sendo o primeiro a questionar estas divisões

e hierarquias que buscava o reconhecimento de demandas políticas e coletivas, como o acesso ao voto, referindo a Mary Wollstonecraft como uma de suas principais representantes em 1792, com a obra *Em Defesa dos Direitos da Mulher* (MOTTA, 2009). A sexualidade e o sexo foram historicamente objeto de disputa pública entre as demandas do poder público e as demandas individuais. Para Foucault, a partir do século XVIII os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um ‘povo’, porém com uma ‘população’, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e habitat (FOUCAULT, 2005). A formação de Terapeutas Ocupacional no Brasil é predominantemente feminina que vem acompanhando a expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional, ocorrida em virtude da modernização do país, surgindo novas oportunidades para as mulheres, ainda excludente (FIGUEIREDO, MIRELA DE OLIVEIRA et al. 2018).

Para Sarti (2004), esse processo de modernização foi também acompanhado por transformações nos comportamentos afetivos e sexuais, que entraram em conflito com o padrão de valores nas relações familiares da época, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal. Os estereótipos associados à figura feminina, como a habilidade para “o cuidar” e para realizar tarefas que envolvessem movimentos finos associados às características de bondade infinita e paciência, constituíram qualidades exigidas para as primeiras terapeutas ocupacionais e influenciaram a questão do gênero feminino na terapia ocupacional (FIGUEIREDO, MIRELA DE OLIVEIRA et al. 2018). No mundo contemporâneo ainda se observa que muitas questões relacionadas a gênero e sexualidade, aparecem como tabu ou mesmo com enorme carga de preconceito em salas de aula, seja na educação básica ou no ensino superior. Fazer interlocuções sobre a temática no processo educativo em um curso como a Terapia Ocupacional é primordial para uma formação realmente igualitária e não excludente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre debates contemporâneos, a exemplo, das questões de Gênero e Sexualidade, nas áreas da Educação e/ou da Saúde é um desafio complexo, delicado e necessário. É dar voz a questões silenciadas, marginalizadas e instituídas sejam dentro ou fora do espaço escolar. Para tanto, os(as) professores(as) necessitam de constante formação e suporte para abordar esses conteúdos/temas que ainda são tabus societários, o que faz da formação inicial e continuada um tempo/espaço fundamental e relevante.

Destacamos que promover e aprofundar os estudos e debates a partir das temáticas de Diversidade de Gênero e Sexual é, também, uma função das universidades brasileiras, sobretudo as públicas. Identidades marginalizadas e invisibilizadas historicamente começam a aparecer e a “incomodar”, a desafiar as estruturas e hierarquias sociais tradicionais e hegemônicas. Faz-se necessário, urgentemente, investir na formação de profissionais, de todas as áreas, licenciaturas e bacharelados, de modo a contemplar, realmente, para além do discurso “inclusivo” as questões identitárias contemporâneas. É preciso incluir no debate acadêmico as questões e problemáticas sociais que acompanhamos diariamente nos veículos de comunicação e que ainda não fazem parte, efetivamente, dos conteúdos de escolas e universidades brasileiras.

Apostar na modificação dos currículos dos cursos de todas as áreas, fortalecer e aprofundar tais temáticas tanto na formação básica quanto na formação superior é fundamental para que se avance em relação à políticas públicas das áreas da Educação e da Saúde. Humanizar os atos pedagógicos e de cuidado deve constituir-se um ato político, de escolha consciente em favor de relações menos desiguais e mais justas, solidárias e equilibradas.

No meio do caos contemporâneo em que vivemos, a formação superior deve e precisa se abrir para os movimentos atuais da sociedade, deve educar a partir do paradigma da complexidade de modo a dialogar e acolher àqueles e àquelas que por muito tempo sofreram as mais diversos impedimentos e sanções pelo simples fato de

existirem. Por uma educação que acolhe, que dialoga e que mostra caminhos onde a tal felicidade não seja um fim idealista ou utópico, mas uma prática concreta, contextualizada e politizada a partir das subjetividades empoderadas. LGBCTHÊ para você.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. História da sexualidade I a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. O corpo educado: pedagogias da sexualidade (org). Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MEYER, Dagmar E. Gênero e educação: teoria e política. In.: Corpo, Gênero e sexualidade – um debate contemporâneo na educação. Guacira L. Louro, Jane F. Neckel, Silvana V. Goellner (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria útil de Análise Histórica. In.: Revista Educação e Realidade, v.2, n.2, UFRGS - Porto Alegre/RS, 1995.

MONZELI, Gustavo Artur; LOPES, Roseli Esquerdo. Terapia ocupacional e sexualidade: uma revisão nos periódicos nacionais e internacionais da área. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 23, n. 3, p. 237-44, set./dez. 2012

MOTTA, I. P. A importância de ser Mary. São Paulo: Annablume, 2009

MIRELA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, et al. Terapia ocupacional: uma profissão relacionada ao feminino. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.25, n.1, jan.-mar. 2018, p.115-126

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. Estudos Feministas, v.12, n.2, p.35-50. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>. Acesso em: 5 de outubro de 2020. 2004

O MOVIMENTO FEMINISTA E A LUTA HISTÓRICA DAS MULHERES NO BRASIL

Fernanda Marcela Estevão Gonçalves Bezerra¹

Hilziane Layza de Brito Pereira Lima²

Tamires Eidelwein³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo o estudo das ondas do movimento feminista de maneira geral, afim de compreender a história de lutas feministas no Brasil. Historicamente, as mulheres viveram num cenário de violência e submissão, e por muito tempo conviveram e ainda convivem com a dominação masculina. Entretanto, nesse contexto, intensificaram-se cada vez mais as lutas, eclodindo, no final do Século XX diversos movimentos em busca da igualdade de tratamento entre os gêneros e pelo empoderamento das mulheres.

Daí surge a importância do movimento feminista para a conscientização, tanto das próprias mulheres, quanto da sociedade como um todo, dado que esse movimento busca o fim da opressão sofrida constantemente pelas mulheres e a igualdade de tratamento e de direitos entre homens e mulheres. Inclusive, busca a eliminação da diferença existente entre o papel do homem e da mulher na sociedade, objetivando, assim, que ambos sejam livres para tomar suas próprias decisões e para fazerem

1 Graduada em Direito da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: fernandaestevao58@hotmail.com.

2 Advogada. Atualmente Vice-Presidente da OAB Subseção de Piri-piri - PI. Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Professora do Curso de Direito da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Especialista em Docência do Ensino Superior e Direito e Processo do Trabalho. Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: hilzianelayza@pcs.uespi.br.

3 Advogada. Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Subseção de Picos - PI. Graduada em Direito pela Universidade do Vale do Taquari/RS (UNIVATES). Especialista em Direito Penal e Processo Penal. Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: tamidarosa@gmail.com.

suas próprias escolhas, ou seja, alcancem sua autonomia tanto no âmbito familiar, como também no profissional e social.

O feminismo como movimento social de defesa dos direitos das mulheres já realizou importantes conquistas, como o direito ao voto e a inserção da mulher no mercado de trabalho. A luta vem ocorrendo também no combate ao feminicídio e a violência doméstica contra a mulher, além de sua importante contribuição no empoderamento e na luta pela independência feminina.

A importância do trabalho demonstra-se pela sua relevância social no contexto vivenciado atualmente no país, evidenciado pelos recorrentes casos de violência doméstica e feminicídio que acontecem no Brasil, enxergando no movimento feminista uma ação coletiva capaz para combater essa deplorável realidade. Assim, para que haja a modificação desse quadro de dominação e opressão faz-se necessária uma verdadeira conscientização da sociedade, almejando-se pôr fim a essa realidade cruel, bem como para alcançar uma existência mais justa e equânime para as mulheres.

A pesquisa adota como principal metodologia a pesquisa bibliográfica (GIL, 1999), a partir das contribuições das autoras Célia Regina Jardim Pinto e Mariana de Lima Campos. Portanto, trata-se de pesquisa de natureza qualitativa (CHEMIN, 2015), que será realizada por meio de método dedutivo (MARCONI; LAKATOS, 2000) e de procedimento técnico bibliográfico e documental (MARCONI; LAKATOS, 2006). O estudo inicia com a elaboração do conceito de feminismo e a descrição das ondas do movimento feminista de modo geral, passando para um breve relato da história do movimento feminista no Brasil como instrumento de luta, resistência e empoderamento.

AS ONDAS DO MOVIMENTO FEMINISTA E A LUTA FEMINISTA NO BRASIL

Conceito de movimento feminista

O feminismo é um movimento social, político, ideológico e filosófico, surgido no final do século XIX, com forte influência dos ideais Iluministas e das ideias trazidas pela Revolução Francesa. Possui uma definição difícil e complexa, pois emerge como um processo que teve origem no passado e vem se consolidando dia após dia.

Todavia, é representado pela ruptura com a ordem social até então existente, pela luta em busca da igualdade de gênero, de direitos e contra a opressão vivenciada pelas mulheres nos diferentes âmbitos sociais. Segundo Alves e Pitanguy (1985):

O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” ou “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade. Que a afetividade, a emoção, a ternura possam aflorar sem constrangimentos nos homens e serem vivenciadas, nas mulheres, como atributos não desvalorizados. Que as diferenças entre os sexos não se traduzam em relações de poder que permeia a vida de homens e mulheres em todas suas dimensões: no trabalho, na participação política, na esfera familiar, etc. (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 9).

O movimento feminista busca a desconstrução dos papéis historicamente atribuídos ao homem e a mulher, através do enfrentamento à cultura patriarcal e do empoderamento das mulheres. São mulheres que almejam um mundo mais justo, onde não sejam vistas como inferiores, mas sim como seres tão capazes quanto os homens, para fazer suas próprias escolhas e determinarem o rumo de suas vidas.

Como assevera Alvarez (2014) os movimentos feministas, bem como os demais movimentos sociais, se formam através da conjunção de vários fatores como as disputas político-sociais, as divergências socioculturais e a luta pelo poder. Ou seja, estão embasadas em relações de desigualdade e dominação.

Assim, sabendo que as relações sociais possuem, também, elementos de hie-

rarquia e poder, o movimento feminista buscou suplantar as formas tradicionais de estruturação sociais e políticas, que eram pautadas, basicamente, em relações de despotismo, opressão e desigualdade. Dessa forma, sua origem não se deu de forma centralizada, com regras fixas a serem seguidas pelas militantes.

Ao contrário, se ergueu como um movimento que possui muitas frentes de luta, construídas através da experiência trazida por cada integrante, como forma de auxílio e proteção. Nele a vivência de cada mulher é relevante para fortalecer e engrandecer o movimento (ALVES; PITANGUY, 1985). Nesse ponto, para Campos (2017):

O feminismo pode ser considerado ao mesmo tempo uma teoria crítica em permanente construção sobre a sociedade e as desigualdades de gênero nela existentes, por meio de diferentes visões e posicionamentos políticos, e um movimento político que, confrontando os sistemas de dominação, exploração e opressão das mulheres, reúne um conjunto de discursos e práticas na luta por direitos e transformações no que se refere à igualdade e à justiça social. Essa linha teórica essencialmente política perpassou pelo longo processo de conscientização das mulheres e de suas lutas através da história pela redefinição de seu papel social, por direitos e pela equidade de gênero, no âmbito da sociedade civil e domínios institucionais (CAMPOS, 2017, p.36).

Dessa forma, apesar de não possuir um conceito simples e estático, nota-se que esse movimento diz respeito a um conjunto de ideias e ações que visam à desconstrução dos padrões sociais vigentes (padrões estes, que são baseados em relações altamente patriarcais) de dominação dos homens sobre as mulheres, para a construção de um mundo mais justo, onde homens e mulheres sejam tratados com igualdade e justiça.

Considera-se, como ressalta Campos (2017), que os comportamentos guiados pelas ideias feministas objetivam eliminar as diversas formas de subordinação e opressão a que as mulheres são expostas, consolidando, com isso, sua autonomia. Buscam, ademais, o alcance da igualdade efetiva entre homens e mulheres nos diversos âmbitos das relações sociais. Como teoria, o feminismo se posiciona como uma ação social reflexiva, que questiona a proliferação das desigualdades históricas e dos padrões enraizados na sociedade, motivando as mulheres a lutarem pela sua valorização, autonomia e liberdade.

Nascimento do movimento feminista: primeira e segunda ondas

Por ser um movimento social que pela sua essência vai se transformando com o passar do tempo, o movimento feminista modificou-se ao longo da história, tendo em cada época uma luta predominante. E, por conseguinte, pode ser dividido didaticamente em algumas ondas, que são momentos marcantes de efervescência em que alguma pauta específica dominou a militância por certo período.

A primeira onda do feminismo deu-se do final do século XIX à década de 1930, momento em que as mulheres lutavam primordialmente por direitos políticos, ficando conhecido como movimento sufragista. Apesar de já terem ocorrido outros movimentos pela luta dos direitos das mulheres em datas anteriores a essa, é nesse período que o feminismo surge como movimento social organizado.

O movimento das Sufragistas teve dois nomes importantes, reconhecidos como pioneiras do feminismo, como Olympe de Gouges “uma das primeiras feministas” (SCOTT, 2005, p. 11) e Mary Wollstonecraft, que influenciaram a construção do movimento pela luta pelo direito ao voto, a democracia e direitos das mulheres. Nesse sentido,

dois nomes bastante importantes nesse processo são o de Olympe de Gouges (1748-1793) que em 1789 fez críticas a Declaração dos direitos do homem e do cidadão, publicando uma versão do mesmo documento para o feminino a “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã” na França, e Mary Wollstonecraft (1759-1797) que publicou a obra “uma reivindicação dos direitos da mulher” em 1792 trazendo reflexões sobre a emancipação das mulheres, defendendo a democracia e o direitos das mulheres na Inglaterra [...] (MARQUES; XAVIER, 2018, p. 3).

Nessa época, o papel social da mulher não era questionado, ou seja, a luta ainda não era contra o patriarcalismo que dominava as relações e ditava as regras a serem seguidas, mas pelos direitos políticos de votar e serem votadas. O movimento foi formado, basicamente, por mulheres de classe média e alta e teve suas primeiras manifestações na Europa, se expandindo, posteriormente, para diversos países. Para Caetano (2017):

A primeira onda do feminismo surgiu em meados do século XIX, onde as reivindicações eram pelo reconhecimento de direitos políticos, sociais e econômicos para as mulheres, que eram subordinadas socialmente pelo estatuto civil. Este movimento foi motivado por fatores como a Revolução Industrial e a Primeira e a Segunda Guerra mundiais. Foram marcas da época o movimento de mulheres proletárias pela igualdade de direitos e condições de trabalho, e o movimento sufragista, formado majoritariamente por mulheres de classe alta [...] (CAETANO, 2017, p.4).

Além do direito ao voto, outras reivindicações importantes eram o direito ao trabalho fora de casa e sem a necessidade de autorização do marido. Além de outras demandas relacionadas à vida pública, como melhores condições de trabalho e a igualdade de salário. Isso porque,

com a consolidação do capitalismo, as mulheres são incluídas nesse sistema, sendo superexploradas e postas a situações abusivas e precárias, passando a trabalhar o dobro do que os homens trabalhavam e a receber um comparativo de 1/3 do salário masculino [...] Com isso, essas mulheres passam a vivenciar as lutas operárias e a se aproximar dos estudos marxistas, o que se torna outra corrente do movimento feminista. (MARQUES; XAVIER, 2018, p. 2).

Apesar disso, logo após esse período o movimento perdeu forças e permaneceu adormecido. Passados alguns anos, foi apenas a partir de 1960 que o movimento se reorganizou, período que ficou conhecido como segunda onda do feminismo, e que se deu entre os anos de 1960 e 1990.

Durante os anos em que o movimento passou por uma espécie de recuo, as mulheres perceberam que a conquista de direitos políticos não foi suficiente para reverter o quadro de desigualdade que lhes era imposto. E, em vista disso, passaram a buscar a construção de uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres.

Na década de 60, como enfatiza Campos (2017), vários movimentos sociais começaram a se organizar. Foi nesse cenário que o feminismo ressurgiu ainda mais forte e mais organizado, dando grande ênfase ao papel que a mulher ocupava na

sociedade e abrindo espaço para uma impetuosa reflexão sobre as diferenças de gênero que dominavam as relações sociais. Assim, essas desigualdades foram alvo dos questionamentos de grupos feministas, que pretendiam, entre outras coisas, alcançar a liberdade das mulheres.

Nesse período muitos acontecimentos importantes para o movimento aconteceram, como explica Pinto (2010). Os Estados Unidos entraram na Guerra do Vietnã, o que implicou o envolvimento de muitos jovens. Ainda, no mesmo país, surge o movimento hippie, que rompe com os ideais consumistas e com os valores morais que vigiam na época, propondo uma nova forma de vida.

Em Paris, em 1968, estudantes se rebelam contra a ordem acadêmica vigente há muitos anos. Nesse contexto, Simone de Beauvoir, escritora, filósofa, intelectual, ativista e professora, publica o livro “O segundo sexo” (1980) [1949], representando o marco teórico e histórico para o feminismo.

Ainda, nesse quadro de mudanças, em 1963, Betty Friedan (1971) lança seu livro “A mística feminina” que serve de base e de guia para o novo momento do feminismo. É nessa etapa que as mulheres começam a lutar contra a relação de poder e opressão entre homens e mulheres, aspirando à construção de uma nova forma de relacionamento, no qual conquistariam sua autonomia e liberdade, sendo esta, a grande novidade do movimento. Ou seja, a luta nesse período foi no sentido de romper com o lugar “natural” de mulher, mãe, cuidadora e “do lar” e ocupar espaços públicos. Para Campos (2017):

Sua atuação pode ser considerada a partir da perspectiva de busca por direitos civis e políticos em um repertório de ação que se ampliava em um discurso comunicativo político de identidade e influência, visando desconstruir, nos diferentes âmbitos da vida cotidiana, as desigualdades históricas e padrões enraizados de opressão e desvalorização do feminino, moldados por práticas culturais e sociais, naturalizados por diferentes valores e crenças (CAMPOS, 2017, p.44).

Nessa fase, a luta por igualdade social e de direitos foi bastante intensificada. Desse modo, passou-se a questionar todas as formas de opressão sofridas pelas

mulheres, que, nesse período, lutavam por diversos direitos das esferas psicológicas e pessoais, além da luta pela liberdade sexual:

é nesse período que o movimento feminista traz discussões em torno da defesa de liberdade sexual da mulher; o aborto também passa a ser uma pauta do movimento nesse período, assim como a pauta da discussão sobre o direito de ser mãe a partir da vontade da mulher, a qual pudesse ter a liberdade de decidir se quer ou não ter filhos, bem como o momento de ter filhos seja escolha da mulher. Todas essas pautas foram construídas e desenvolvidas na chamada segunda onda, porém o movimento feminista logo sofrerá por mudanças em suas discussões (MARQUES; XAVIER, 2018, p. 6).

O movimento buscava uma nova forma de estruturação social, que rompesse com os papéis até então impostos a homens e mulheres, para que estes pudessem ser vistos como iguais, objetivando sempre o alcance de sua autonomia. Para isso, pregavam uma verdadeira transformação sociocultural, no intuito de que a mulher deixasse de ser vista como ser inferior e incapaz.

Atualização do movimento feminista: terceira onda

Posteriormente, vem à tona a terceira onda, que se dá a partir dos anos 90. A luta é pela liberdade total de escolha das mulheres. Nessa época, o movimento passa por um processo de diversificação, e as feministas enfatizam que a opressão às mulheres é fruto de uma construção social machista e patriarcal.

Assim, suas ações tinham por intuito a busca da igualdade efetiva, através da quebra de desigualdades históricas, que desvalorizavam as mulheres nos mais variados âmbitos. Buscavam, enfim, sua autonomia, liberdade e igualdade.

Nesse sentido, por exemplo, conforme as autoras Marques e Xavier (2018), na terceira onda, desenvolveu-se o movimento feminista negro, juntamente com o movimento feminista lésbico, interseccional, transfeminino, entre outros. Destaca-se a discussão “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, de Judith

Butler (2016) [1990]. Enfim, surge, então, uma discussão a partir da realidade contemporânea vivida pelas mulheres, com a finalidade de representar as demandas que surgiam na sociedade:

também, na terceira onda, desenvolvem-se vertentes que surgem na mesma perspectiva do movimento negro, na ideia de representar mulheres com necessidades específicas, como o movimento feminista lésbico, interseccional, transfeminismo, entre muitas outras vertentes que surgem de acordo com as demandas e as necessidades de discussão da realidade das mulheres (MARQUES; XAVIER, 2018, p. 6).

Assim, terceira onda foi marcada pelo reconhecimento da pluralidade feminina do movimento, que até então era composto pela reivindicação, em sua maioria, de mulheres brancas e de classe média. Durante muito tempo, o movimento feminista foi protagonizado por uma camada de mulheres privilegiadas da sociedade, excluindo desse modo as mulheres pobres e negras. Desse modo,

Inicia-se um processo de desconstrução “universal” da mulher, ou seja, o próprio movimento feminista tratava a vida da mulher de forma coletiva como se todas as mulheres, de todas as classes e raças, vivessem os mesmos problemas, estivessem expostas à mesma forma de opressão (MARQUES; XAVIER, 2018, p. 6).

Ou seja a segunda onda não contemplava a problemática da mulher negra e pobre. Isso porque, problematizava os anseios da mulher branca, “a dona de casa”, mas jamais considerou as dificuldades e demandas da “empregada negra”, que trabalhava fora e, quando chegava em casa, ainda tinha que lidar com as suas demandas domésticas do lar, casa, filhos e marido. Portanto, a terceira onda é caracterizada pela crítica ao movimento da segunda onda, que emancipou a mulher branca de classe média, mas ignorou a mulher negra e pobre.

Uma nova corrente feminista surge, o movimento feminista negro, que consi-

dera classe, raça e região. Isto, a partir da necessidade de reconhecimento de que as lutas das mulheres negras são diferentes das mulheres brancas de classe média e alta. Seguindo esta crítica, destaca-se a intelectual negra, teórica feminista, crítica cultural, artista e escritora, bell hooks (2019), na obra *E eu não sou uma mulher?* [1981], em que a autora relata o envolvimento da mulher negra no movimento feminista, o racismo entre as feministas, bem como o sexismo, imperialismo, patriarcado e a desvalorização da mulheridade negra.

Dentre as autoras do feminismo negro, também destaca-se Angela Davis (2016) [1981], filósofa e ativista na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, cuja obra vem sendo estudada e difundida pelo feminismo negro e outros setores da academia. Sua obra é referência pela intersecção entre feminismo, antirracismo e luta de classes. E, Kimberlé Crenshaw (2002), ativista norte-americana nas áreas dos direitos civis, da teoria legal afro-americana e do feminismo. A autora desenvolveu o conceito da “intersecção” das desigualdades de raça e de gênero, vindo a influenciar fortemente na elaboração da cláusula de igualdade da Constituição da África do Sul.

Breve histórico do movimento feminista no Brasil

Ao longo da sua história, a sociedade brasileira sempre foi marcada por uma diferenciação exacerbada entre homens e mulheres, sendo estas frequentemente tratadas como objeto de opressão. Pode-se considerar que a submissão e a dominação da mulher fez parte do próprio desenvolvimento cultural do Brasil, presente desde a época da colonização até a contemporaneidade, em decorrência de uma sociedade estruturada em bases extremamente patriarcais.

Cansadas dessa realidade, as mulheres começaram a lutar contra a dominação que lhes era imposta. Diante disso, o movimento feminista surge no final do século XIX como fundamento da luta pela emancipação das mulheres.

Na primeira fase do feminismo brasileiro, segundo Pinto (2003), ele possuía três vertentes: a primeira, sob a direção de Bertha Lutz, tinha como principal objetivo o alcance de direitos políticos, sem dar relevância à luta contra os privilégios mas-

culinos. Assim, buscando apenas a inserção das mulheres na vida política do país, esse movimento teve abrangência nacional e ficou conhecido como “feminismo bem-comportado”.

A segunda vertente, conhecida como “feminismo difuso”, defendia a educação das mulheres. Sem se preocupar com questões políticas, questionava a dominação masculina e a exclusão das mulheres do mercado de trabalho. Era encabeçado por jornalistas, professoras e escritoras. E a terceira vertente foi representada pelas militantes de esquerda, anarquistas e, depois, pelo Partido Comunista, que buscavam a libertação das mulheres de forma ampla.

Sem embargo, esse período teve como sua principal representação a luta pelo direito ao voto feminino, seguindo assim a tendência mundial. Como dito, o movimento sufragista teve como figura emblemática Bertha Lutz, uma bióloga e cientista, que deu início à luta pelo direito ao voto das mulheres, sendo este conquistado em 1932 com a promulgação de um novo Código Eleitoral.

Ainda nesse período, como assevera Pinto (2010), operárias, de ideologia anarquista, se reuniram em um movimento conhecido como “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas”. Elas lutavam por melhores e mais dignas condições de trabalho e também contra a exploração e a opressão que sofriam no ambiente de trabalho. Entretanto, passado esse momento inicial, o movimento perdeu força durante um longo período.

O movimento feminista reaparece no Brasil por volta da década de 1970, caracterizando a segunda onda do feminismo no Brasil. Isso em um cenário de repressão do Regime Militar, que dominava o país nessa época, e que repudiava quaisquer formas de manifestação feminista, por tê-las como uma ameaça. De acordo com Mota (2017):

A segunda onda, por sua vez, se intensificou no Brasil a partir dos anos 1970, com maior diversificação de mulheres ligadas à causa. Questões como sexualidade e corpo, violência contra a mulher e relações de trabalho ganharam destaque neste período. Foi a partir dessa vivência que os grupos passaram a se reunir em formato de rede, pois entendiam que as discussões que afligiam as mulheres eram questões coletivas e não individuais. As definições entre ser homem e ser mulher passaram a ser refletidas como construção sociocul-

tural também nesse período (MOTA 2017, p.112).

Em 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu I Conferência Internacional da Mulher, dando, assim, ampla visibilidade à defesa dos direitos das mulheres em âmbito mundial, denunciando a discriminação das mulheres e promovendo a luta pela igualdade de direitos. No Brasil, ainda em 1975, foram realizados debates que tinham como tema norteador “O papel e o comportamento da mulher na sociedade brasileira”, dando uma maior abrangência ao problema questionado pelo movimento (PINTO, 2010).

Nesse sentido, no artigo “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)”, publicado em 2006, pela Revista Brasileira de História, a historiadora Joana Maria Pedro faz uma análise detalhada das narrativas, focando nas disputas que se constituíram nesse cenário. A historiadora relata que há uma narrativa sobre a origem do ressurgimento do feminismo no Brasil, na década de 1970, que prevalece até os dias atuais, sendo esta narrativa resultado de disputas de poder entre diversos grupos feministas, todos envolvidos na luta contra a ditadura militar (PEDRO, 2006, p. 250). Porém, a autora destaca a importância do apoio da ONU para o Brasil nesse período de repressão militar:

Convém, aqui, destacar a importância do Ano Internacional da Mulher e do apoio da ONU para o Brasil. Vivendo, desde 1964, em plena ditadura militar, durante a qual qualquer reunião, especialmente de grupos constantemente vigiados, constituía um risco muito grande, a Década da Mulher e o Ano da Mulher proporcionaram o lançamento de vários eventos acerca de questões relativas à mulher. Convém destacar, antes de mais nada, que a iniciativa da ONU apenas repercutiu o que estava acontecendo desde os anos 60 e, principalmente, no início dos anos 70, em vários países da Europa e nos Estados Unidos, onde as manifestações feministas enchiam as ruas das cidades reivindicando direitos — entre estes, o de livre disposição do corpo. No Brasil, o evento patrocinado pelo Centro de Informação da ONU, em julho de 1975, no Rio de Janeiro, realizado na ABI, teve o tímido título de “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira” (PEDRO, 2006, p. 251).

Depois de um longo período de repressão vivenciado durante a ditadura militar

(1964-1985), foi na década de 80, com a redemocratização do país, que o movimento feminista se expandiu e ganhou força. Nesse período, várias frentes de luta se formaram no intento de alcançar diversos direitos, como, por exemplo, a sexualidade e a liberdade. Simultaneamente a isso, o movimento se popularizou e chegou às camadas mais populares da sociedade.

Uma das maiores conquistas do feminismo dessa época, como destaca Pinto (2010), foi à criação, em 1984, do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), que organizou uma campanha para a inserção dos direitos das mulheres na nova Constituição, o que resultou na inclusão de vários direitos das mulheres na Constituição Federal de 1988.

Desse modo, como afirma Campos (2017), foi durante a democratização do país e através das novas formas de relacionamento com o Estado que várias demandas passaram a fazer parte das atividades públicas do Brasil, o que é ainda mais evidenciado durante a elaboração da Constituição Federal de 1988, quando grupos de todo o país reivindicavam a inserção e a ampliação dos direitos das mulheres na nova carta constitucional. Nessa época, o movimento foi muito importante para a inclusão da luta das mulheres na pauta pública e jurídica do país, pretendendo com isso a conquista de direitos com o novo regime democrático que se instaurava no Brasil.

Na década de 90, o movimento entra na sua terceira onda e, como afirma Pinto (2010), passou por um processo de profissionalização, através da criação de Organizações Não-Governamentais (ONGs), que visavam uma intervenção junto aos poderes públicos para aprovar medidas de proteção às mulheres e buscar a sua emancipação social e política. Uma das principais lutas dessa época era contra a violência sofrida pelas mulheres, especialmente a violência doméstica, luta na qual o movimento obteve importantes conquistas, como a implantação das Delegacias Especiais da mulher e a Lei Maria da Penha, que “criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2006).

Foi também nesse período que se intensificaram as discussões sobre as diferenças existente no tratamento entre os gêneros, já que as mulheres são discriminadas apenas por sua condição de mulher, pelas diferenças biológicas existentes

entre os sexos. Ainda, nessa época, como explica Matos (2010), o movimento feminista passou a se estruturar de uma maneira diferente, diante das novas formas de organização da política e da cultura, com outras características. Tentaram realizar uma reforma no Estado com maior participação das mulheres, procuraram remodelar instituições democráticas, tentaram construir um espaço público que contasse com a participação ativa das mulheres e dos movimentos por elas organizados, além da profissionalização e da especialização do movimento. É nesse momento que as mulheres se aproximam do Estado para lutar por seus direitos.

Para algumas estudiosas, como Heloísa Buarque de Hollanda e Marlise Matos, o movimento feminista do Brasil estaria passando, atualmente, pela sua quarta onda. Ou seja, a quarta onda do feminismo é vivenciada após o surgimento das jornadas de junho de 2013, passando pela primavera feminista de 2015 e pela trajetória das hashtags:

Foi nesse quadro que o feminismo ganhou terreno e se tornou o maior representante da continuidade da nova geração política. Na sequência das grandes marchas, as mulheres conquistaram o primeiro plano e roubaram a cena da resistência ao cenário conservador que ameaça o país (HOLLANDA, 2018, p.29).

Isto posto, pode-se notar, que apesar das mudanças ocorridas no movimento feminista com o passar do tempo, ele sempre foi e continua sendo um movimento pela inserção das mulheres na sociedade, na política e na economia. Nesse sentido, o movimento feminista sempre buscou o fim da opressão e da dominação dos homens sobre as mulheres, que, infelizmente, desde tempos remotos, tem feito parte da história da humanidade.

Depois de anos de luta, as mulheres foram, aos poucos, conquistando seu espaço na vida pública do país. Começaram a ocupar posições de destaque e a ocupar cargos nos Poderes Legislativos e até mesmo no Executivo. Em contrapartida, nesse período, houve um grande desenvolvimento e também a consolidação de políticas públicas voltadas para o público feminino.

Para Matos (2014), após os anos 2000, o movimento feminista encontrou uma nova forma de se organizar, tendo, desde então, várias frentes de luta como “comunidades de política de gênero”, e é isso que o diferencia do feminismo que acontece em outros países. A autora assevera que as mudanças no movimento feminista dão origem, conseqüentemente, a novas teorias e a novas formas de pensar, baseadas nas ligações existentes “gênero, raça, sexualidade, classe e geração”. A quarta onda feminista, para Matos (2010):

[...] inaugura aqui um movimento de profunda reorganização do Estado que passa a se ocupar, na região, de modo mais efetivo, com perspectivas, desta vez multidimensionais, da justiça social (e não apenas no eixo da redistribuição econômica). A “quarta” onda traz também os desafios da horizontalização dos movimentos feministas e da construção coletiva do diálogo intercultural e Inter movimentos[...] (MATOS,2010, p.81).

Dessa forma, esse novo momento ergue-se como uma ação coletiva, que perfaz a interseção de várias frentes de luta, que buscam não apenas a melhoria de vida e a conquista de direitos das mulheres, mas que também se empenha na remodelação das políticas públicas, de modo a se adequar aos novos desafios trazidos por uma sociedade globalizada que ainda supervaloriza o masculino.

Na visão de Heloisa Buarque de Hollanda (2018), essa nova forma de organização do movimento, que caracteriza o feminismo atual, possui algumas características marcantes, como a predominância do coletivo e a renúncia à formação de hierarquias de liderança, além do uso de uma linguagem política e do uso do corpo como meio de expressão. Para ela, a principal questão que reúne todas as vertentes do movimento é a violência contra a mulher, questão que assombra a sociedade brasileira como uma prática recorrente, ainda invisibilizada socialmente, e que arruína a vida de muitas mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento feminista é a base da luta contra a cultura patriarcal e pela emancipação das mulheres, dado que tem se empenhado para promover os direitos das mulheres e a busca da tão almejada igualdade. À vista disso, acredita-se que, através das ideias de isonomia difundidas pelo movimento, além da contribuição de outros vetores sociais, culturais e dispositivos legais, seria possível uma efetiva redução das desigualdades e dos índices de feminicídio e de violência doméstica e familiar. Assim sendo, o movimento segue se reinventando, como uma batalha obstinada contra a desigualdade de gênero. Continua sua luta incansável pela autonomia e liberdade das mulheres, além de combater a violência de gênero, um problema grave e persistente no Brasil.

Para tanto, se faz necessário pensar uma “Nova história das mulheres no Brasil” (PINSKY; PEDRO, 2012), novos engajamentos políticos, novos princípios e críticas para que diferentes espaços sejam ocupados por mulheres. O Brasil possui regiões diversificadas e a opressão ao feminino aparece de maneira simbólica, visto que a mulher ainda é projetada em seu papel “natural” de mãe e dona de casa, a qual, quando trabalha “fora”, sustenta uma dupla jornada, entre outras violências simbólicas.

Além disso, historicamente, o movimento feminista brasileiro, assim como o americano e o europeu, também desconsiderou a pluralidade e a interseccionalidade em seu contexto de maneira geral. Portanto, sem consenso de “qual onda do feminismo se fala”, atualmente, no Brasil, uma corrente do feminismo negro se destaca com as autoras Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes, Jurema Werneck, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Nilza Iraci, Beatriz Nascimento, Djamila Ribeiro e Carla Akotirene.

Nos últimos anos, o movimento tem encontrado nos meios digitais um forte aliado, difundindo suas ideias através das redes sociais. Dessa forma, alcança uma ampla divulgação, o que é muito útil para o engajamento de um maior número de pessoas no movimento, bem como pode ser usado como uma eficaz ferramenta para que mulheres denunciem casos de violação de seus direitos. Todavia, apesar dos avanços obtidos, a tão sonhada igualdade entre homens e mulheres ainda está

muito distante. Por isso, faz-se necessário que o feminismo continue desenvolvendo a sua utopia histórica.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. Dossiê o gênero da política: feminismos, estado e eleições. Cadernos Pagu, (43), janeiro-junho de 2014:13-56. ISSN 0104-8333. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0013.pdf>. Acesso em: 15 de set. de 2019

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. O que é Feminismo. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BEAUVOIR, S. O segundo Sexo: Fatos e Mitos [1948]. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira,
1980.

_____, S. O Segundo Sexo: A Experiência Viva. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade [1990]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAETANO, I. F. O feminismo brasileiro: uma análise a partir das três ondas do mo-

vimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade. Artigo apresentado como exigência de conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Gênero e Direito da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero_e_direito/edicoes/1_2017/pdf/DeslvoneFerreiraCaetano.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

CAMPOS, M. L. Feminismo e movimentos de mulheres no contexto brasileiro: a constituição de identidades coletivas e a busca de incidência nas políticas públicas. *Revista Sociais & Humanas*, v. 30, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/27310/pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

CHEMIN, Beatris F. Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação. 3. ed. Lajeado: Univates, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero. Cruzamento: raça e gênero. UNIFEM, 2002. Disponível em <<https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>>: Acesso em: 01 de nov de 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe* [1981]. São Paulo : Boitempo, 2016.

FRIEDAN, Betty. *A mística feminina* [1963]. Petrópolis: Vozes, 1971.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOOKS, Bell. *E eu não sou uma mulher?* [1981]. 4ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOLLANDA, H, B. Explosão Feminista: Arte, Cultura, Política e Universidade. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnica de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARQUES, Melanie Cavalcante. Kella Rivetria Lucena. A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil. Anais do VI seminário CETROS. Crise e mundo do trabalho no Brasil: desafios para a classe trabalhadora. Agosto de 2018. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51237-16072018-192558.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2020.

MATOS, M. A quarta onda feminista e o campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. 38º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2014. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/38-encontro-anual-da-anpocs/mr-1/mr20/9339-a-quarta-onda-feminista-e-o-campo-critico-emancipatorio-das-diferencas-no-brasil-entre-a-destradicionalizacao-social-e-o-neoconservadorismo-politico/file>. Acesso em: 09 ago. 2019.

_____. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, junho de 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/06.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

_____. MR20 Teoria Feminista e a Teoria Política: encontros, convergências e desafios. 38º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2014. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/mr-1/mr20/9339-a-quarta-onda-feminista-e-o-campo-critico-emancipatorio-das-diferencas-no-brasil-entre-a-destradicionalizacao-social-e-o-neoconservadorismo-politico/file>. Acesso em: 07 set. 2019.

MOTA, K. R. S. Feminismo Contemporâneo: como ativistas de São Paulo compreendem uma terceira onda do movimento no país. *Revista Extraprensa*, v. 11, n. 1, 2017. Disponível: <http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/139729/137419>. Acesso em: 10 set. 2019.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, Dec. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 Nov. 2020.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 238-245.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, June 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 mai. 2019.

_____. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCOTT, Joan W.. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, Abril/ 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 nov. 2020.

SOBRE OS ORGANIZADORES

GABRIELLA ELDERETI MACHADO



É Licenciada em Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar - Campus Alegrete (2015) e Pedagoga pelo Centro Universitário Facvest - Unifacvest (2020). Especialista Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (2016), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2018). Atualmente é Discente do Programa de Pós - Graduação em Educação - Doutorado em Educação na Universidade Federal de Santa Maria.

IVANIO FOLMER



Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia-PP-GGEO/UFSM (2018). Doutorando em Geografia-PPGGEO/UFSM com previsão de término em 2022. Participante de diversos projetos de pesquisa e extensão, com as temáticas de Educação no campo; Educação Ambiental; Gênero e sexualidade; Mortalidade Infantil; Catadores e Memória e Patrimônio Cultural. É professor da Rede Estadual do RS na Área das Humanas - Componente Curricular: Geografia. Tutor EAD no Curso Licenciatura em Educação do Campo UAB/UFSM desde 2018. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação e Território- GPET.

ALBERTO BARRETO GOERCH



Doutorando pela Universidade FEEVALE com bolsa CAPES. Mestre em Direito pela UNISC. Pós-graduado Lato Sensu em Direito com Especialização em Direito Constitucional pela UNIDERP e Pós-graduado Lato Sensu em Direito com Especialização em Direito Processual Civil pela UNISC. Graduado em Direito pela Faculdade Metodista de Santa Maria. Docente do Curso de Direito da Universidade Franciscana - UFN e do Curso de Direito da Faculdade Dom Alberto. Professor em Cursos de Especializações e Preparatórios para Carreiras Jurídicas. Conselheiro, Membro da Comissão de Direitos Humanos e Presidente da Comissão Especial da Diversidade Sexual e Gênero da OAB/Subseção de Santa Maria. Integrante do Grupo de Pesquisa Arthemis - Direito e Gênero da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Tem experiência em pesquisa na área de Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: Constitucionalismo Contemporâneo, Políticas Públicas, Direitos Humanos, Direitos Sociais, Novos Direitos, Diversidade Cultural e Inclusão Social.

ISBN: 978-65-00-11338-9


ARCO




9 7 8 6 5 0 0 1 1 3 3 8 9

contato@arcoeditores.com

www.arcoeditores.com

 /arcoeditores

 @arcoeditores

ARCO
EDITORES ● ● ●